



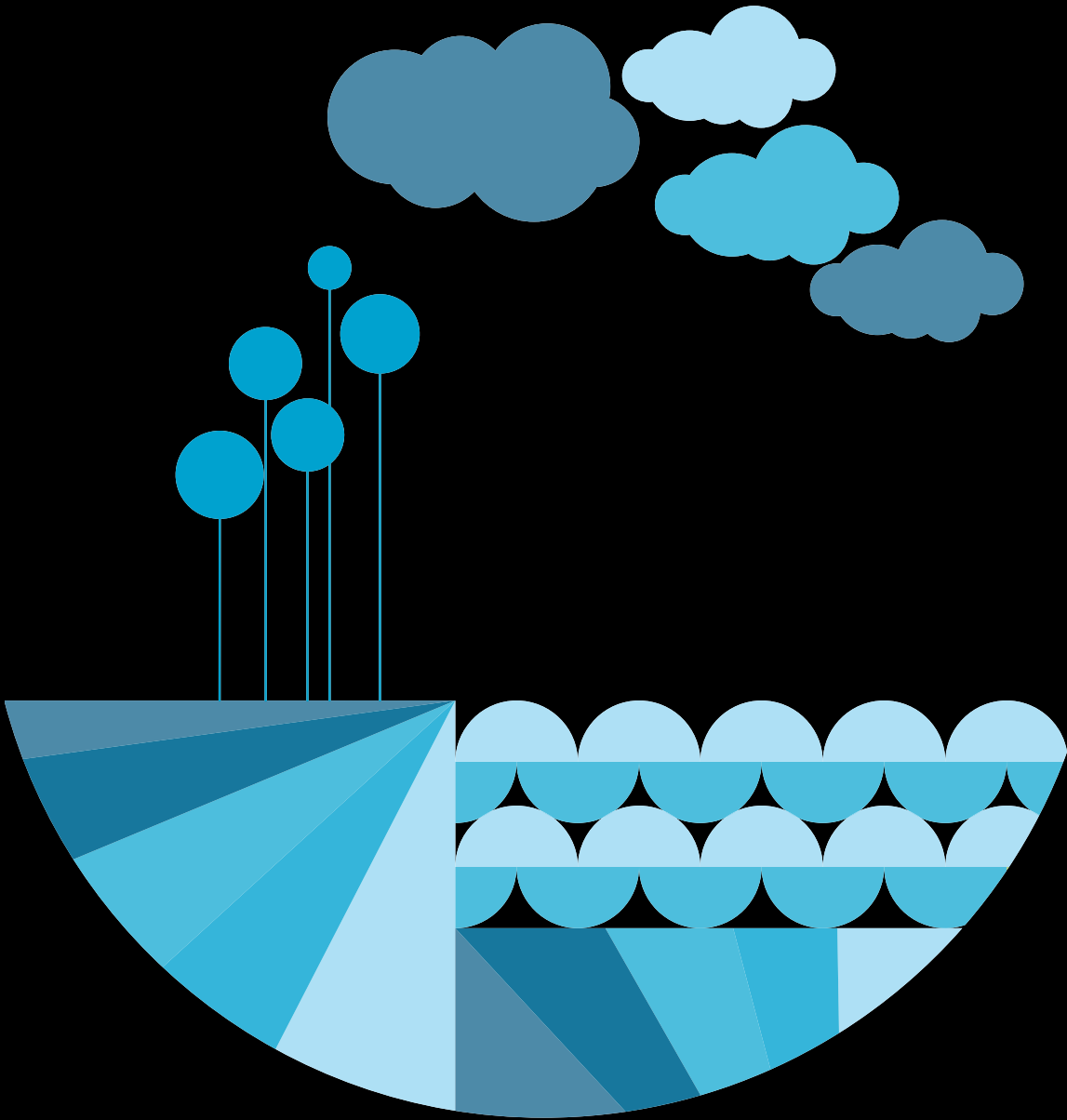


ÍNDICE

ANÁLISE FINANCEIRA	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
DOCUMENTOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM	142
DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA	146

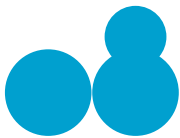


ANÁLISE FINANCEIRA



ÍNDICE

PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO EDP	6
EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DAS UNIDADES DE NEGÓCIO	13
Produção e Comercialização na Península Ibérica	13
Energias Renováveis	16
Distribuição na Península Ibérica	18
Gás na Península Ibérica	21
Brasil	24



ANÁLISE FINANCEIRA

1. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

1.1. Principais Indicadores do Grupo EDP

Em 2008, o resultado líquido do Grupo EDP alcançou os 1.091,9 milhões de euros, o que compara com 907,3 milhões de euros no período homólogo do ano anterior.

O resultado líquido cresceu 20% em 2008, para 1.091,9 milhões de euros, impulsionado por ganhos na alienação de participações financeiras num total de 482 milhões de euros, incluindo: (1) 405 milhões de euros resultante da diluição da posição da EDP na EDP Renováveis, no seguimento do IPO, (2) 49 milhões de euros de ganho na venda das posições detidas na Turbogás (40%) e PTU (27%), (3) ganho de 17 milhões de euros obtido na venda 1,5% do capital da REN, no primeiro trimestre de 2008; e (4) ganho de 4,8 milhões de euros resultante da alienação de posição na Edinfor, no primeiro trimestre de 2008. Por outro lado, o resultado líquido foi penalizado por uma perda de 8 milhões de euros na sequência da permuta de activos da Enersul por uma posição de controlo na central hídrica Lajeado, através do aumento da participação no capital social da Investco.

Balanço – Grupo EDP

Milhões de euros	2008	2007
Activo		
Activos fixos tangíveis	21.126	18.756
Activos intangíveis	5.842	5.178
Investimentos financeiros	524	957
Impostos diferidos activos	540	687
Inventários	277	283
Clientes (líquido)	1.759	1.759
Outros devedores (líquido)	4.845	2.993
Activos financeiros detidos para negociação	83	49
Caixa e equivalentes de caixa	714	865
Total do Activo	35.709	31.527
Capital Próprio		
Capital	3.657	3.657
Acções próprias e prémios de emissão de acções	375	436
Resultados e outras reservas	1.241	1.264
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP	1.092	907
Interesses Minoritários	2.182	1.015
Total do Capital Próprio	8.547	7.279
Passivo		
Empréstimos (médio e longo-prazo)	10.874	10.064
Empréstimos (curto-prazo)	3.812	2.542
Provisões para riscos e encargos	324	376
Conta de hidraulicidade	238	228
Impostos diferidos passivos	656	632
Credores e outros passivos (líquido)	11.258	10.406
Total do Passivo	27.162	24.248
Total Capital Próprio e Passivo	35.709	31.527

Demonstração de Resultados – Grupo EDP

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Vendas de electricidade	12.369,5	9.859,8	25,5%
Vendas de gás	1.226,9	920,4	33,3%
Outras vendas	136,5	79,0	72,7%
Prestação de serviços	161,2	151,7	6,3%
Proveitos Operacionais	13.894,1	11.010,8	26,2%
Electricidade	6.627,3	4.748,1	39,6%
Gás	823,2	585,2	40,7%
Combustíveis	1.482,5	1.046,8	41,6%
Materiais diversos e mercadorias	63,9	77,1	-17,2%
Custos Directos da Actividade	8.996,9	6.457,3	39,3%
Margem Bruta	4.897,2	4.553,5	7,5%
% Proveitos Operacionais	35,2%	41,4%	-6,1 pp
Fornecimentos e serviços externos	735,8	684,2	7,5%
Custos com pessoal	573,7	577,0	-0,6%
Custos com benefícios sociais	161,2	289,4	-44,3%
Rendas de concessão	235,7	216,2	9,0%
Outros custos/(proveitos) operacionais	35,9	158,5	-77,3%
Custos Operacionais	1.742,2	1.925,2	-9,5%
Resultado Operacional Bruto	3.154,9	2.628,3	20,0%
% Proveitos Operacionais	22,7%	23,9%	-1,2 pp
Provisões para riscos e encargos	32,1	42,1	-23,8%
Amortizações do exercício	1.305,6	1.130,9	15,5%
Compensação de amortizações	(113,6)	(105,0)	-8,2%
Resultado Operacional	1.930,9	1.560,3	23,7%
% Proveitos Operacionais	13,9%	14,2%	-0,3 pp
Ganhos/(Perdas) na alienação de activos financeiros	481,7	262,6	83,5%
Resultados financeiros	(942,7)	(545,8)	-72,7%
Ganhos/(Perdas) em associadas	34,7	23,7	46,3%
Resultados Antes de Impostos	1.504,6	1.300,8	15,7%
IRC e Impostos diferidos	283,8	280,8	1,1%
Ganhos/(perdas) na alienação de operações descontinuadas	(8,4)	-	-
Resultado Líquido do Exercício	1.212,3	1.019,9	18,9%
Accionistas da EDP	1.091,9	907,3	20,3%
Interesses Minoritários	120,5	112,7	6,9%

Em 2008, o Resultado Operacional Bruto do Grupo EDP cresceu 20% para 3.154,9 milhões de euros, impulsionado por três factores: (1) negócio eólico suportado por maior escala de operações; (2) negócio de distribuição sustentado por proveitos de actividades reguladas mais elevados, em Espanha e maior eficiência de custos; (3) solidez de resultados no negócio de produção e comercialização na Península Ibérica suportada pelo perfil estável e de baixo risco dos CAE/CMECs. Em contrapartida, o crescimento do Resultado Operacional Bruto foi penalizado pelo montante inferior de activos relacionados com actividades reguladas recuperado em 2008 no Brasil.

Resultados Operacionais Brutos – Grupo EDP

Milhões de euros	2008	2007	△ %
MERCADO IBÉRICO*	2.442,3	2.009,5	21,5%
Produção e Comercialização	1.207,9	1.225,8	-1,5%
Eólica	437,9	214,1	104,5%
Distribuição	769,8	455,5	69,0%
Gás	206,7	188,5	9,6%
Brasil	562,3	586,5	-4,1%
Outros e Ajustamentos	(29,6)	(42,1)	29,7%
Consolidado	3.154,9	2.628,3	20,0%

* Inclui "Outros & Ajustamentos" no mercado Ibérico – Exclui Horizon (EUA) e actividade da Neo em França

O resultado operacional bruto integrado dos negócios de produção e comercialização na Península Ibérica diminuiu 1,5% no período para 1.207,9 milhões de euros em 2008, suportado pelo perfil de baixo risco do negócio de produção contratada de longo prazo que corresponde a 70% do resultado operacional bruto desta área.

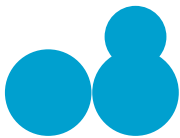
O resultado operacional bruto da produção contratada de longo prazo subiu 3,1% para 849,3 milhões de euros. Na actividade de produção contratada em regime de CAE – Contrato de aquisição de energia / CMEC – Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual, a margem bruta cresceu 0,6% derivada de níveis de disponibilidade superiores ao contratado e do acréscimo de margem contratada resultante de investimento em equipamento de dessulfuração em Sines. Na actividade de produção no regime especial a margem bruta aumentou em 26% impulsionada por uma subida de 29% nos volumes produzidos em Espanha, o que correspondeu a um ganho de 10 milhões de euros. Por sua vez, o resultado operacional bruto da produção liberalizada e comercialização recuou 11%, penalizado pelas operações em Espanha. A margem bruta de produção em Espanha caiu 22% para 299,6 milhões de euros, penalizada por volumes de produção mais baixos (-11%), custos de produção mais elevados (fuel e CO₂) e por uma redução em 8 milhões de euros nos proveitos de garantia de potência. Em Portugal, a margem bruta da produção liberalizada cresceu 78% para 166,5 milhões de euros. A central de ciclo combinado do Ribatejo manteve níveis de rentabilidade bem acima da média em Espanha, tanto em termos de volumes (factores de utilização de 73% face aos 49% em Espanha, em 2008) como de margens (suportada por preço médio de venda mais elevado e menores custos de produção).

O resultado operacional bruto da actividade de produção de energia eólica cresceu 104,5% comparativamente a 2007, para 437,9 milhões de euros em 2008. Na Europa, o resultado operacional bruto subiu 61%, impulsionado por adições de capacidade (+39%, +701 MW), aumento de 19% nas tarifas médias, resultante de preços mais altos na "pool" espanhola e da política de cobertura de risco-preço seguida no quarto trimestre de 2008 (0,4 TWh

a um preço médio de 73,8 euros/MWh), e por último devido aos elevados factores médios de utilização. A subsidiária da EDP Renováveis nos Estados Unidos da América, a Horizon, consolidada a partir de Julho de 2007, registou um resultado operacional bruto de 139 milhões de euros em 2008.

O resultado operacional bruto da actividade de distribuição na Península Ibérica cresceu 69% relativamente a 2007, para 769,8 milhões de euros em 2008. O resultado operacional bruto da actividade de distribuição em Portugal cresceu 78,5% para 687,9 milhões de euros em 2008, ajudado por vários impactos: (1) custos com redução de pessoal no valor de 38 milhões de euros em 2008 que compararam com 127 milhões de euros em 2007, (2) recuperação através das tarifas de electricidade de 2008, do montante de 118 milhões de euros relativos a desvios tarifários de exercícios anteriores, em 2007 este valor era negativo em 30 milhões de euros, e (3) reconhecimento como proveito de electricidade em 2008 de 1.063 milhões de euros de desvios tarifários, reflectindo vários desvios face aos pressupostos assumidos pela ERSE nas tarifas de 2008 como sejam o menor crescimento de electricidade entrada na rede de distribuição (+1,2%), o maior volume de electricidade vendida pelo comercializador de último recurso (+9% do que em 2007) e custos de aquisição de electricidade superiores em 2008 (€76,5/ MWh versus €50/ MWh assumido pela ERSE). Em Espanha, o resultado operacional bruto cresceu 14% em 2008, para 82 milhões de euros, suportado por uma subida de 9,8% da margem bruta.

O resultado operacional bruto da actividade de gás na Península Ibérica cresceu 9,6% relativamente a 2007, para 206,7 milhões de euros em 2008. O resultado operacional bruto das actividades reguladas de distribuição e transporte de gás (82% do resultado operacional bruto da actividade) registaram uma subida de 17% para 170 milhões de euros, ajudado pelas operações em Espanha que apresentaram um crescimento do resultado operacional bruto de 37,1% para 150,3 milhões de euros, com base na subida de 5,3% dos proveitos de actividades reguladas, no crescimento de outros serviços prestados. Em Portugal, o resultado operacional bruto caiu 45%, reflectindo sobretudo a menor margem bruta resultante de um novo contrato de concessão, em vigor desde Julho de 2008. Este novo contrato prevê um aumento do prazo da concessão mas mantém o valor actual líquido (VAL) da concessão pelo que os proveitos nos primeiros anos deverão baixar, aumentando posteriormente. No negócio liberalizado, em Espanha, o resultado operacional bruto recuou 14% para 37,4 milhões de euros, penalizado pelo aumento do custo de gás.



ANÁLISE FINANCEIRA

O resultado operacional bruto da Energias do Brasil caiu 4,1% comparativamente a 2007, para 562,3 milhões de euros em 2008, pouco influenciada pela apreciação da taxa média anual de 0,3% do Real Brasileiro face ao Euro. Em moeda local, o resultado operacional bruto recuou 4,4%, para 1,491 milhões de reais, penalizado pela distribuição, devido a um montante mais baixo de activos relacionados com a actividade regulada recuperados em 2008 e às revisões regulatórias adversas que ocorreram durante o ano de 2007. Note-se que, em Setembro de 2008, a Energias do Brasil completou a permuta de 100% da empresa de distribuição Enersul por uma posição maioritária na Investco (73%), detentora da central hidroelétrica Lajeado. O resultado operacional bruto da produção aumentou 27% suportado pelo aumento de capacidade instalada (+653 MW com consolidação integral da Lajeado) e com a subida dos proveitos de venda de electricidade pela central Peixe Angical no primeiro trimestre de 2008. Na distribuição, o resultado operacional bruto recuou 17% devido à exclusão do perímetro de consolidação da Enersul a partir de Setembro de 2008, às revisões tarifárias ocorridas na Bandeirante e Escelsa em 2007 e ao menor montante de desvios tarifários de anos anteriores recuperados, os quais foram parcialmente compensados por um crescimento da procura.

Resultados Financeiros – Grupo EDP

Milhões de Euros	2008	2007	△ 08/07
Juros financeiros líquidos	(721,8)	(539,4)	-33,8%
Diferenças de câmbio	(61,4)	11,0	-
Rendimentos de particip. de capital	6,7	41,4	-
Outros ganhos e perdas financeiros	(166,2)	(58,8)	-182,5%
Resultados Financeiros	(942,7)	(545,8)	-72,7%

Relativamente aos **resultados financeiros**, os juros financeiros líquidos aumentaram 33,8% no período, devido ao aumento do nível médio de endividamento (aumento de 27,2% da dívida bruta média face a Dezembro de 2007). O custo médio da dívida da EDP diminuiu em 5 pontos base de 5,68% em 2007 para 5,63% em 2008.

Os outros ganhos e perdas financeiros incluem:
i) imparidades num total de 289,4 milhões de euros no ano 2008, para reflectir a redução do valor de mercado da participação de 8% detida na Sonaecom (67 milhões de euros) e da participação de 3,2% detida no BCP (200 milhões de euros), na Ampla Energia (20,5 milhões de euros) e na Energia RE (1,7 milhões de euros); e ii) um ganho de 74 milhões de euros em 2008 relacionado com operações de “hedging” nos mercados energéticos na actividade de produção de electricidade (em comparação com uma perda de 9 milhões de euros em 2007).

Os **Ganhos/(Perdas) em Empresas do Grupo e Associadas** totalizaram 34,7 milhões de euros em 2008, comparativamente com 23,7 milhões de euros em 2007, suportados por: i) o ano 2007 incluir uma perda de 12,4 milhões de euros relativa à contribuição da Edinfor; e ii) o ano 2008 incluir 4,3 milhões de euros relativos à contribuição em 2008 da Turbogás, vendida em Maio de 2008 em comparação com 12,9 milhões de euros em 2007.

Os **Ganhos/(Perdas) na Alienação de Activos Financeiros** incluem: i) um ganho de 405 milhões de euros resultante da diluição da participação da EDP na EDP Renováveis, no seguimento do IPO; ii) um ganho de 49 milhões de euros devido à venda de uma participação de 40% detida na Turbogás e de uma participação de 27% detida na Portugal, por um preço de 140 milhões de euros, em Maio de 2008; iii) um ganho de 17 milhões de euros obtido com a venda de uma participação minoritária de 1,5% do capital da REN, durante o primeiro trimestre de 2008; e iv) um ganho de 4,8 milhões de euros, resultante da venda dos 40% que a EDP detinha na Edinfor por 55 milhões de euros, durante o primeiro trimestre de 2008. Os ganhos na alienação de activos financeiros em 2007 incluem 259 milhões de euros relacionados com a venda de uma participação de 25% no capital social da REN.

Investimento Operacional – Grupo EDP

Milhões de euros	2008	2007	% △
Produção e Comerc. – Mercado Ibérico	691,9	745,0	-7,1%
Eólico	2.090,9	1.388,6	50,6%
Redes Energia Reg. – Mercado Ibérico	360,8	335,1	7,7%
Brasil	428,9	209,3	104,9%
Outros	45,7	22,1	106,3%
Grupo EDP	3.618,2	2.700,2	34,0%
Expansão	2.838,6	1.935,7	46,6%
Manutenção	779,6	764,5	2,0%

O investimento operacional consolidado subiu 34% para 3,618 milhões de euros em 2008, suportado por projectos de expansão (78% do total). O investimento em nova capacidade eólica foi o principal motor de crescimento, com uma subida de 51% (702 milhões de euros).

Em linha com a estratégia de expansão de portfolio de geração tendo em vista um “mix” menos poluente, a EDP está a criar as bases para um crescimento de médio prazo, com 3.330 MW de nova capacidade actualmente em construção.

O investimento operacional nas actividades de produção e comercialização na Península Ibérica ascendeu a 692 milhões de euros. Os projectos de expansão (69% do total) concentram-se em nova capacidade de mercado, menos poluente. Em termos de CCGTs, Castejon 3

(196 milhões de euros de investimento total, 4,2 milhões de euros investidos em 2008) e Soto 4 (223 milhões de euros de investimento total, 50 milhões de euros investidos em 2008), em Espanha, entraram em funcionamento em Janeiro de 2008 e Setembro de 2008, respectivamente. Por sua vez, prossegue a construção de Lares 1 e 2, em Portugal (862 MW e um investimento total de 458 milhões de euros), com 80% do investimento já efectuado (188 milhões de euros em 2008) e início de operações previsto para Julho de 2009 e Setembro de 2009. Finalmente, o investimento em Soto 5 (424 MW previsto para arrancar em 2011, em Espanha) ascendeu a 69 milhões de euros em 2008. Em termos de centrais hidroeléctricas, o investimento de expansão ascendeu a 137 milhões de euros em 2008, incluindo: (1) Pagamento de 53 milhões de euros pelo direito de concessão da nova barragem Foz Tua e (2) 84 milhões de euros investido em Picote II, Bemposta II, Alqueva II (aumentos de capacidade) e Baixo Sabor (nova barragem). Por fim, o investimento em nova capacidade sob regime especial totalizou 29 milhões de euros, abrangendo projectos de cogeração (25 MW no Barreiro, a arrancar em 2010) e de biomassa (40 MW, a arrancar em 2009). Em termos de outro investimento não recorrente, destacam-se os investimentos de desnitrificação e dessulfuração em Sines, atingindo o valor de 58 milhões de euros em 2008. Em termos globais, o investimento acumulado em projectos em construção ascendeu a 522 milhões de euros até ao final de 2008.

Adicionalmente, em Abril de 2008, a EDP efectuou o pagamento de 759 milhões de euros, por contrapartida do direito de explorar 4.095 MW de capacidade hídrica actualmente abrangido pelos CAE/CMEC após o termo destes contratos. Em Julho de 2008, a EDP ganhou o concurso internacional para a construção e operação das barragens do Fridão e Alviço, em Portugal (450 MW), tendo pago, em Janeiro de 2009, 232 milhões de euros pelo direito de concessão e prevendo investir 666 milhões de euros na construção destas barragens, com arranque previsto para 2016.

O investimento operacional da actividade eólica aumentou 50,6%, em relação ao período homólogo, para 2.090,9 milhões de euros, dos quais 893 milhões de euros foram investidos na Europa e 1.198 milhões de euros nos EUA (1.768 milhões de dólares), reflectindo a conclusão de 1.413 MW de capacidade bruta, a prossecução dos trabalhos de construção de mais 769 MW, bem como os adiantamentos efectuados durante o período por conta de turbinas.

Durante o ano 2008, foram investidos 1.390 milhões de euros em projectos que entraram em operação (inclui algum investimento relativo a projectos que entraram em operação em 2007 e investimento relacionado com a conclusão dos trabalhos de construção de 1.413 MW). Os investimentos realizados em capacidade em fase

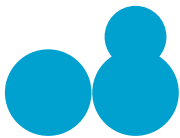
de construção e desenvolvimento totalizaram 701 milhões de euros, dos quais 238 milhões de euros se referem a adiantamentos por conta de turbinas.

O investimento operacional da actividade de distribuição em Portugal aumentou 2,6%, em relação ao ano anterior, para 239 milhões de euros, para dar resposta aos requisitos regulatórios e ao aumento do consumo de electricidade. No que se refere à qualidade do serviço, o TIEPI ajustado de impactos não-recorrentes (tempestades, vento forte e incêndios de verão) registou uma melhoria de 4 minutos no período para os 92 minutos em 2008.

O investimento operacional da actividade de distribuição em Espanha aumentou 21 milhões de euros no período para 51 milhões de euros em 2008, devido ao aumento dos investimentos na rede de distribuição (expansão fora das Astúrias e melhorias na qualidade do serviço).

O investimento operacional da actividade de gás regulado diminuiu para 70,5 milhões de euros (-1,2% relativamente ao período homólogo), devido ao recebimento de mais subsídios em 2008 (mais 16 milhões de euros) e foi maioritariamente investido na expansão da nossa rede (+592 kms em Dezembro de 2008). A rede de transmissão em Espanha aumentou devido à construção da rede Bergara-Irun (88 kms de extensão, investimento operacional esperado de 67,5 milhões de euros, para estar completamente operacional no final de 2010). O novo modelo de remuneração para o transporte de gás em Espanha melhorou significativamente as taxas de remuneração deste "pipeline", que tem um maior custo de investimento por km do que o custo médio de rede de transmissão em Espanha, devido à sua localização numa região montanhosa.

O investimento operacional na Energias do Brasil apresentou um crescimento homólogo de 104%, para 1.137 milhões de reais em 2008, em grande parte devido ao início da construção da central de carvão de Pecém (360 MW/50%) e à construção da central hídrica de Santa Fé (mais 29 MW), esta com início de operações previsto para 2009. O investimento operacional do negócio de distribuição é explicado pela extensão e melhoria da rede de distribuição nas áreas de concessão da Bandeirante e Escelsa, principalmente, devido ao programa Universalização. Excluindo a Enersul, o investimento operacional total aumentou 138% face a 2007, de 447 milhões de reais para 1.044 milhões de reais.



ANÁLISE FINANCEIRA

Dívida Financeira

No final de 2008, a Dívida Bruta consolidada do Grupo (nominal) ascendia a 14.661 milhões de euros. Face ao final de 2007, a dívida nominal aumentou 2.091 milhões de euros, sobretudo em virtude do volume de investimento operacional realizado pelo Grupo no montante de 3.618 milhões de euros, do pagamento de 759 milhões de euros relativos à extensão da concessão do domínio hídrico em Portugal e do desvio tarifário registado em Portugal no montante de 1.063 milhões de euros.

Na sequência da permuta de activos entre a EDP – Energias do Brasil e a Rede Empresas de Energia Eléctrica, S.A., o Grupo passou a consolidar integralmente a Investco e deixou de consolidar a Enersul, tendo esta operação resultado numa redução líquida na dívida financeira do Grupo de 82 milhões de euros.

A dívida líquida consolidada do Grupo EDP no final de 2008 totalizava 13.890 milhões de euros, contribuindo entre outros, para este valor a existência de Caixa e Equivalentes e activos ao justo valor através de resultados na EDP S.A. e EDP Finance B.V. (234 milhões de euros), nas subsidiárias brasileiras do Grupo (170 milhões de euros) e na EDP Renováveis (265 milhões de euros).

Dívida Financeira Nominal – Grupo EDP

Milhões de Euros	Dez 2008	Dez 2007	Var
EDP S.A. e EDP Finance BV	12.417	10.393	19%
EDP Produção	190	19	901%
EDP Renováveis	558	560	0%
Portgás	111	106	5%
HC Energia	449	433	4%
Energias do Brasil	936	1 059	-12%
Outros	-	-	n.a.
Dívida Financeira Nominal	14.661	12.570	17%

Durante 2008, a EDP manteve a política de centralização da dívida financeira ao nível da EDP S.A., EDP Finance B.V. e EDP Sucursal, que concentravam cerca de 85% da dívida consolidada do Grupo no final do ano. O remanescente inclui essencialmente a dívida contratada pelas participadas Brasileiras, a dívida contratada na modalidade de “project finance” por subsidiárias do Grupo EDP Renováveis com projectos de geração eólicos realizados em parceria, bem como dívida de curto prazo contratada pela HC Energia.

Para financiar a construção da central de ciclo combinado de Lares, a EDP S.A. contratou no início do ano um financiamento de 200 milhões de euros junto do Banco Europeu de Investimento, com um prazo de 9 anos.

Em Abril de 2008 a EDP S.A. e a EDP Finance B.V. assinaram um contrato de financiamento na modalidade “revolving”, no montante de 925 milhões de euros e com o prazo de cinco anos. O financiamento contratado foi usado para refinaranciar a dívida de curto prazo do Grupo dando continuidade à política de alongar a vida média da carteira de dívida e de reforçar a sua flexibilidade financeira. A transacção foi organizada pela própria EDP, na modalidade de “Club Deal”, contando com a participação de 16 bancos internacionais.

No final de Outubro, num período muito conturbado dos mercados de capitais, a EDP Finance B.V. procedeu ainda à emissão de obrigações denominadas em Libra Esterlina no montante de 325 milhões de libras e 15 anos de maturidade, ao abrigo do programa de emissão de títulos de dívida “Programme for the Issuance of Debt Instruments (MTN)”. A emissão foi imediatamente convertida para euros (410 milhões de euros), através da utilização de instrumentos financeiros derivados. Esta operação permitiu ao Grupo diversificar a sua base de investidores, alongar o perfil de maturidade da sua dívida e reforçar a sua posição de liquidez em antecipação dos vencimentos previstos para 2009.

Durante o ano de 2008, o Grupo realizou ainda duas colocações privadas de obrigações cujo valor nominal totalizou 460 milhões de euros.

No Brasil, em Fevereiro, a Energest contratou um financiamento no valor de 48 milhões de reais com um prazo de 7 anos e com amortizações a partir do 3º ano. O financiamento foi utilizado em investimentos na central hidroelétrica de Santa Fé.

Em Março, a Cesa e a Energest captaram 28 milhões de reais como empréstimo ponte para investimentos em repotenciações nas centrais de Rio Bonito, Mascarenhas e Suíça. Este empréstimo ponte foi liquidado em Fevereiro de 2009 com um financiamento de longo prazo, na forma de repasse de recursos do BNDES.

Ainda no primeiro semestre a Energias do Brasil contratou um empréstimo ponte com duas tranches no montante, respectivamente, de 96 milhões de reais e 79 milhões de dólares americanos com prazo de 15 meses, junto a 6 bancos, para financiamento do Projecto Porto de Pecém, que visa a construção de uma central termoelétrica em parceria com a MPX Energia S.A.

Também durante o ano de 2008 foi concluída a utilização de um financiamento com 6 anos de maturidade, com repasse de recursos do BNDES, totalizando 128 milhões de reais. Este financiamento foi utilizado pela Bandeirante, Enersul e Escelsa, para cobrir necessidades de investimento operacional das três distribuidoras.

Em Novembro, a Energias do Brasil acordou com o BNDES uma linha de crédito no valor de 900 milhões de reais com um período de disponibilidade de 5 anos e maturidade de 10 anos para o financiamento do investimento operacional das distribuidoras e de projectos de geração.

Em termos de maturidade, a dívida consolidada do Grupo EDP no final de 2008 era composta por 25% de curto prazo e 75% de médio e longo prazo.

Dívida Financeira – Grupo EDP

Milhões de Euros	Dez 2008	Dez 2007	Var
Dívida – Curto Prazo	3.669	2.441	50%
Empréstimos por Obrigações	1.085	458	137%
Dívidas a Instituições de Crédito	1.204	649	86%
Outros Empréstimos Obtidos	8	2	308%
Papel Comercial	1.372	1.331	3%
Dívida – Médio e Longo Prazo	10.992	10.129	9%
Empréstimos por Obrigações	5.989	6.426	-7%
Dívidas a Instituições de Crédito	4.923	3.643	35%
Outros Empréstimos Obtidos	80	61	31%
Dívida Financeira Nominal	14.661	12.570	17%
Juros a pagar	142	101	
Cobertura de justo valor da dívida	-117	-65	
Dívida Financeira IFRS	14.686	12.606	17%

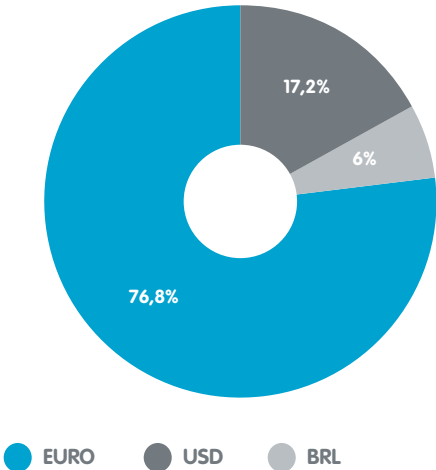
Ao nível do financiamento de curto prazo e na sua gestão de tesouraria, a EDP, S.A. continuou a privilegiar o recurso ao seu programa de “Euro Commercial Paper” no montante máximo de 1.000 milhões de euros, instrumento que proporciona acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria. Em Espanha, através da sua subsidiária HC Energía, o Grupo dispõe de um programa de “pagarés” (papel comercial doméstico) no montante de 500 milhões de euros que lhe proporciona igual flexibilidade e eficiência na gestão de tesouraria.

Mantendo uma política de gestão financeira pautada pela prudência, a EDP, S.A. dispunha, no final de 2008, de 617 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e não utilizadas e de 650 milhões de euros de programas de papel comercial doméstico com compromisso de tomada firme totalmente disponíveis. O Grupo tem como política manter linhas de crédito de longo prazo junto de diversas instituições bancárias de elevada qualidade creditícia, assegurando liquidez e flexibilidade financeira.

No final de 2008, a média das taxa de juro, após derivados de cobertura, da dívida financeira da EDP, S.A., EDP Finance B.V. e EDP Sucursal situava-se em 4,3% p.a., encontrando-se cerca de 33,1% da dívida com natureza de médio/longo prazo a taxa fixa.

No que se refere a moeda, os financiamentos em dólares americanos contratados para financiar a aquisição e investimento operacional da Horizon justificam o peso da exposição a esta divisa. O Euro mantém-se contudo como principal moeda de endividamento do Grupo (76,8%).

Dívida por Tipo de Moeda



“Rating”

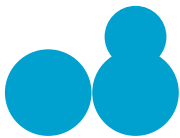
Em Julho de 2008, na sequência do encaixe de 1.567 milhões de euros resultante da venda de 22,5% da EDP Renováveis, a S&P alterou o “Outlook” de médio e longo prazo da EDP, S.A. e da EDP Finance B.V. de negativo para estável.

O rating atribuído pela Moody’s não teve alterações durante 2008 mantendo-se em A2 para a EDP SA e EDP Finance BV e em A3 para a HC Energía, ambos com “Outlook” negativo. Em Fevereiro de 2009, a Fitch reafirmou o “rating” da EDP SA, da EDP Finance B.V. e da HC Energía em A- com “Outlook” estável.

Escala Global

	S&P	Última actualização	Moody’s	Última actualização	Fitch	Última actualização
EDP SA e EDP Finance BV	A-/Stab/A-2	3/7/08	A2/Out-/P1	19/10/07	A-/Stab/F2	3/7/07
HC Energía			A3/Out-/P2	19/10/07	A-/Stab/F2	3/7/07
Bandeirante			Ba2/CW+	11/8/08		
Escelsa	BB-/Stab	16/6/08	Ba2/CW+	11/8/08		
Energias do Brasil			Ba2/CW+	11/8/08		

Em Junho de 2008, em reflexo das boas performances financeiras e das melhorias verificadas no ambiente de negócio da Bandeirante, a S&P subiu dois “notches” o “rating” na escala local da Bandeirante e um “notch” o da Escelsa.



ANÁLISE FINANCEIRA

Em Agosto, na sequência da revisão positiva pela Moody's relativamente ao suporte do ambiente regulatório brasileiro a empresas do sector eléctrico, esta agência colocou em "credit watch" positivo a notação das subsidiárias Brasileiras do Grupo.

Escala Local – Brasil						
	S&P	Última atualização	Moody's	Última atualização	Fitch	Última atualização
Bandeirante	brAA-/Posit	16/6/08	Aa3.br/CW+	11/8/08		
Escelsa	brA+/Stab	16/6/08	Aa3.br/CW+	11/8/08		
Energias do Brasil			Aa3.br/CW+	11/8/08		

1.2. Evolução da Actividade das Unidades de Negócio

1.2.1. Produção e Comercialização na Península Ibérica

O Resultado Operacional do negócio integrado de Produção e Comercialização na Península Ibérica apresentou uma diminuição de 1,5% para 1.207,9 milhões de euros em 2008.

Demonstração de Resultados Operacionais – Produção e Comercialização na Península Ibérica			
Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	1.595,4	1.647,0	-3,1%
Fornecimentos e serviços externos	206,3	204,2	1,1%
Custos com pessoal	123,6	124,3	-0,5%
Custos com benefícios sociais	38,2	59,5	-35,8%
Rendas centros electroprodutores	4,8	3,9	23,0%
Outros custos (proveitos) operac.	14,5	29,4	-50,6%
Custos Operacionais	387,5	421,3	-8,0%
Resultado Operacional Bruto	1.207,9	1.225,8	-1,5%
Provisões para riscos e encargos	22,3	21,6	3,6%
Amortizações do exercício	422,1	388,1	8,8%
Compensação de amortizações	(4,0)	(4,0)	-0,2%
Resultado Operacional	767,5	820,2	-6,4%

A margem bruta na produção e comercialização Ibérica da Península Ibérica recuou 3,1% em 2008, suportada pelo perfil estável da margem bruta na produção contratada, responsável por 66% da margem bruta desta área. Os custos operacionais integrados caíram 8,0% em 2008, apesar do aumento 1,3% decorrente da adição de nova capacidade mas suportado pela evolução dos custos que beneficiaram de uma política de contenção, de menores custos de provisionamento e marketing decorrentes de redução de actividade na comercialização em Portugal e de um decréscimo dos custos de reestruturação (11,6 milhões de euros em 2008 face aos 36,2 milhões de euros em 2007). Os custos operacionais foram ainda influenciados pelo o impacto do RD 11/2007 em termos de CO₂ “clawback”, que ascendeu a 62 milhões de euros em 2008 comparativamente aos 42 milhões de euros em 2007, tendo sido parcialmente compensado pela reversão parcial (13 milhões de euros) em 2008 de uma provisão (80 milhões de euros) criada em 2007 na produção em Espanha, para fazer face a possíveis desvios entre a interpretação do RD 03/2006 por parte da EDP relativamente ao seu impacto final.

Demonstração de Resultados Operacionais – Produção na Península Ibérica

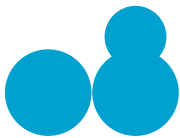
Milhões de euros	Portugal			Espanha		
	2008	2007	△ 08/07	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	1.196,6	1.136,8	5,3%	331,4	403,9	-17,9%
Fornecimentos e serviços externos	109,0	102,9	5,9%	55,6	53,3	4,2%
Custos com pessoal	80,5	80,1	0,4%	33,3	33,0	0,9%
Custos com benefícios sociais	36,2	48,2	-24,9%	1,7	10,9	-84,5%
Rendas centros electroprodutores	4,8	3,9	23,6%	-	-	-
Outros custos (proveitos) operac.	(15,1)	(9,6)	-56,9%	49,9	49,9	-
Custos Operacionais	215,4	225,6	-4,5%	140,4	147,1	-4,6%
Resultado Operacional Bruto	981,2	911,2	7,7%	191,0	256,7	-25,6%
Provisões para riscos e encargos	(1,1)	1,5	-	19,0	13,8	37,6%
Amortizações do exercício	296,3	259,0	14,4%	122,8	122,1	0,6%
Compensação de amortizações	(3,6)	(3,6)	0,0%	(0,5)	(0,4)	-1,7%
Resultado Operacional	689,6	654,4	5,4%	49,6	121,3	-59,1%

Demonstração de Resultados Operacionais – Comercialização na Península Ibérica

Milhões de euros	Portugal			Espanha		
	2008	2007	△ 08/07	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	14,0	20,3	-31,0%	61,4	82,2	-25,3%
Fornecimentos e serviços externos	15,8	18,2	-13,0%	34,0	31,5	7,8%
Custos com pessoal	4,7	4,6	2,0%	5,1	6,5	-21,4%
Custos com benefícios sociais	0,1	0,2	-24,2%	0,2	0,2	-13,1%
Rendas centros electroprodutores	-	0,0	-	-	-	-
Outros custos (proveitos) operac.	(0,9)	1,2	-	(19,4)	(18,4)	-
Custos Operacionais	19,8	24,2	-18,3%	19,9	19,9	0,2%
Resultado Operacional Bruto	(5,8)	(3,9)	-47,3%	41,5	62,3	-33,4%
Provisões para riscos e encargos	7,4	15,4	-52,2%	(3,0)	(1,4)	-115,2%
Amortizações do exercício	1,1	4,7	-77,7%	2,0	2,3	-14,5%
Compensação de amortizações	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional	(14,2)	(24,1)	41,0%	42,5	61,4	-30,8%

1.2.1.1. Produção Contratada no Mercado Ibérico: CAE/CMEC e Regime Especial

Em Julho de 2007, os contratos de longo prazo que a EDP tinha com o sistema regulado de electricidade de Portugal (CAEs) foram substituídos pelo sistema financeiro CMECs para conciliar: (I) a preservação do Valor Actual Líquido dos CAEs, baseado num retorno real antes de impostos



ANÁLISE FINANCEIRA

de 8,5% sobre activos, e uma margem bruta contratada estável nos próximos 10 anos e (2) o aumento da liquidez do mercado grossista ibérico de electricidade. Ao nível da conta de resultados, a margem bruta total resultante do novo sistema CMECs deverá manter o perfil dos antigos CAEs nos próximos 10 anos.

Relativamente, ao detalhe da margem bruta existem 4 componentes: 1) Receitas em Mercado, resultante das vendas de electricidade em mercado, incluindo serviços de sistema e garantia de potência; 2) Desvio Anual, equivalente à diferença entre os pressupostos dos CMECs (“outputs”, preços de mercado e custos de combustíveis) e os valores verificados, sendo pago/recebido através das tarifas um ano após a ocorrência. 3) Acréscimo de proveitos CAEs/CMECs, reflectindo as diferenças no período, em termos de “cash-flow”, entre CAEs e CMEC, conforme assumido no início do sistema; 4) Base CMEC Fee, a renda mensal fixa de 6,8 milhões de euros a ser recebida pela EDP através das tarifas reguladas nos próximos 20,5 anos do sistema CMECs.

Principais Indicadores Financeiros – Produção Contratada no Mercado Ibérico			
Milhões de euros	2008	2007	Δ 08/07
Receitas CAE	-	587,5	-
CAE Parcela Fixa	-	473,8	-
CAE Parcela Variável	-	113,7	-
Receitas CAE/CMEC	1.612,4	681,1	136,7%
Receitas no mercado	1.311,9	469,2	179,6%
Revisibilidade dos CMEC's	161,7	101,6	59,2%
CMECs	57,1	71,3	-19,9%
Anuidade CMEC	81,6	39,0	109,2%
Custos Directos: CAEs/ CMECs	629,6	284,9	121,0%
Carvão	253,1	184,4	37,3%
Fuel	69,4	91,2	-23,9%
CO ₂ e Outros Custos (líquidos)	307,1	9,3	n.m.
Margem Bruta CAEs/CMECs	982,8	976,8	0,6%
Cogeração, Resíduos Especiais e Biomassa	55,7	46,0	21,0%
Mini-hídricas	15,3	10,2	50,2%
Margem Bruta Regime Especial	71,0	56,3	26,3%
Margem Bruta Outros	-	14,1	-
Margem Bruta Total	1.053,8	1.047,2	0,6%

Em 2008, a margem bruta da produção contratada cresceu 0,6% face a 2007, dividido da seguinte forma: 6 milhões de euros nos CAE/CMECs e 15 milhões de euros no regime especial.

A margem bruta dos CAE/CMECs subiu 0,6% em 2008, suportada por uma disponibilidade de capacidade superior à contratada, apesar da menor disponibilidade verificada em duas centrais hídricas (com trabalhos

de repotenciação em curso) e na central de Sines (com algumas paragens pontuais não programadas), actualização de margem bruta contratada por IPC e pelo acréscimo de margem contratada resultante do investimento de 196 milhões de euros de dessulfuração em Sines (50% comissionado em Junho de 207 e o restante em Junho de 2008). Este acréscimo foi parcialmente compensado pelo fim do CAE na central de Tunes (gasóleo) em Dezembro de 2007 (5,9 milhões de euros em 2007).

A margem bruta no regime especial subiu 26% em 2008, com uma maior contribuição das operações em Espanha (mais 10 milhões de euros) e com o alargamento do perímetro de consolidação (mais 5,8 milhões de euros). Em Espanha, alterações regulatórias postas em vigor induziram um aumento dos volumes produzidos (+29%) e da margem bruta (+44%). Em Portugal, a margem bruta beneficiou da aquisição da central mini-hídrica do Pedrógão (10 MW) consolidada desde Novembro de 2007, da central de biomassa de Vila Velha de Ródão, consolidada desde Junho de 2008 e da Pebble Hydro (11 mini-hídricas num total de 89 MW instalados e resultado operacional bruto esperado de 18 milhões de euros num ano médio), consolidada a partir de Julho de 2008. Finalmente, em Portugal, é ainda de referir que o volume de produção foi afectado por paragens para grandes reparações.

De realçar, que a partir do segundo semestre de 2007, a EDP começou a fazer a cobertura de risco de desvio dos custos de combustíveis, resultante da discrepância entre o seu custo no momento da aquisição e no momento de consumo na actividade dos CAE/CMECs.

1.2.1.2. Produção e Comercialização Liberalizada no Mercado Ibérico

Em 2008, a margem bruta da produção e comercialização liberalizada de electricidade no Mercado da Península Ibérica apresentou uma queda de 6%, face ao período homólogo, penalizada pelas operações em Espanha (menos 103 milhões de euros).

Principais Indicadores Financeiros – Produção e Comercialização Liberalizada no Mercado Ibérico

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Produção	466,1	475,3	-1,9%
Portugal	166,5	93,5	78%
Espanha	299,6	381,8	-22%
Comercialização	75,4	102,5	-26%
Portugal	14,0	20,3	-31%
Espanha	61,4	82,2	-25%
Margem Bruta	541,5	577,8	-6%

Em Espanha, a margem bruta da produção apresentou um decréscimo de 22% para 299,6 milhões de euros, reflectindo menores volumes produzidos (-11%), elevados custos de (combustíveis e CO₂) e um proveito de garantia de potência inferior a 2007 em 8 milhões de euros. Em termos de volumes, a produção a carvão caiu 35% penalizada por obras de manutenção em Soto 3 e pelo aumento do custo marginal do carvão no segundo trimestre de 2008 e terceiro trimestre de 2008. Por sua vez, a produção de CCGTs subiu 113% em 2008 reflectindo o início de operação das centrais de Castejon 3 e Soto 4 (418 MW cada, em Janeiro de 2008 e Setembro de 2008, respectivamente) e a elevada procura térmica residual, nomeadamente nos nove meses de 2008, suportando factores de utilização nas CCGTs de 46% em 2008. Por fim, a produção nuclear caiu 3%, devido a uma paragem programada para manutenção, enquanto a produção hídrica subiu 3% em 2008 beneficiando de um forte aumento no quarto trimestre de 2008.

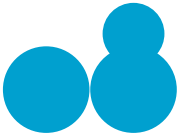
Tendo os preços da “pool” sido mais baixos que os custos marginais de geração da HC Energía, numa grande parte do segundo trimestre e terceiro trimestre de 2008, a compra de electricidade na pool espanhola duplicou em 2008 (pico no terceiro trimestre de 2008), resultando num aumento do custo de electricidade vendida.

Em termos de custos, de realçar que o baixo custo de produção a carvão em 2008 resultou: (1) do consumo de carvão comprado em 2007, a preços em torno de USD90/ton, e (2) da maior concentração de produção nas nossas centrais mais eficientes, nomeadamente no segundo trimestre de 2008 e terceiro trimestre de 2008 e (3) menores custos de CO₂ resultante de menor produção, especialmente no segundo e terceiro trimestre

de 2008. Mesmo assim, o custo médio de produção no quarto trimestre de 2008 foi penalizado por uma maior produção a carvão com menor utilização de gases siderúrgicos no mix de combustíveis utilizados, reflectindo-se em custos de carvão e CO₂ mais altos e pelo custo de gás mais elevado, incorporando o pico de preço de brent, no segundo e terceiro trimestre de 2008.

Em Portugal, a margem bruta da produção liberalizada subiu 78% em 2008. Este negócio inclui a CCGT do Ribatejo (1.176MW) que beneficiou de um factor de utilização mais alto (73% face a 49% médio de Espanha, em 2008) e de condições de abastecimento de gás mais competitivas. O factor de utilização mais alto é explicado por uma menor margem de reserva em Portugal, baixa produção hídrica em 2008 e paragem de 50% da Central de Sines (carvão) para obras de manutenção, no segundo trimestre de 2008. As condições mais competitivas de abastecimento de gás resultam do menor desfasamento entre a queda acentuada do preço do brent (no segundo semestre de 2008) e o ajustamento do custo do gás consumido pela central. A produção da CCGT do Ribatejo foi essencialmente vendida na “pool” portuguesa, beneficiando de um preço médio em 2008 €5,6/ MWh mais alto do que em Espanha.

No negócio de comercialização, a margem bruta caiu 26% em 2008. Em Espanha, apesar da subida de volumes (+31%), induzida pela abolição de tarifas para um consumo equivalente de 130 TWh, a margem bruta foi afectada por menores margens unitárias resultantes de custo de aquisição de energia mais elevados. Em Portugal, a margem bruta foi penalizada pela venda intra-grupo de algumas centrais mini-hídricas, em Dezembro de 2007 (menos 8 milhões de euros). O enfoque nos segmentos rentáveis de B2C permitiu compensar o efeito de uma queda de 69% nos volumes, resultante de condições de mercado pouco competitivas face às tarifas definidas pelo regulador.



ANÁLISE FINANCEIRA

1.2.2. Energias Renováveis

A EDP Renováveis foi constituída a 4 de Dezembro de 2007 para desenvolver as actividades em crescimento da EDP na área das energias renováveis na Europa e nos Estados Unidos da América e detendo e operando os respectivos activos da EDP na área das energias renováveis. Pouco tempo após a sua criação, a EDP Renováveis passou a deter as suas principais subsidiárias europeias e norte-americanas no sector das energias renováveis, a NEO e a Horizon, respectivamente. No dia 2 de Junho, a EDP Renováveis fixou o preço da oferta pública de subscrição em 8 euros, tendo o Grupo EDP diminuído a sua posição na empresa para 77,5%.

Demonstração de Resultados Operacionais – EDP Renováveis

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	520,2	13,7	-
Fornecimentos e serviços externos	106,9	2,9	-
Custos com pessoal	38,1	1,0	-
Outros custos (proveitos) operacionais ⁽¹⁾	-62,7	-1,0	-
Custos Operacionais	82,3	3,0	-
Resultado Operacional Bruto	437,9	10,7	-
Provisões para riscos e encargos	-0,8	-	-
Amortizações do exercício	207,8	6,9	-
Compensação de amortizações	-0,7	-0,5	-
Resultado Operacional	231,6	4,3	-

(1) Inclui Rendas de concessão.

Uma vez que a EDP Renováveis só foi criada em Dezembro de 2007, os valores não são comparáveis com a informação relativa ao exercício de 2008.

Demonstração de Resultados Operacionais – EDP Renováveis na Europa e EUA

Milhões de euros	EUROPA (NEO) ⁽¹⁾			EUA (Horizon)		
	2008	2007	△ 08/07	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	388,9	242,9	60%	131,3	31,6	-
Fornecimentos e serviços externos	55,8	38,8	44%	45,4	9,2	-
Custos com pessoal	18,7	13,0	44%	18,0	8,4	-
Outros custos (proveitos) operacionais ⁽¹⁾	7,6	0,9	775%	-70,6	-10,0	-
Custos Operacionais	82,1	52,7	56%	-7,2	7,6	-
Resultado Operacional Bruto	306,8	190,2	61%	138,5	23,9	-
Provisões para riscos e encargos	-0,8	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	120,1	91,2	32%	87,7	20,4	-
Compensação de amortizações	-0,7	-0,2	-346%	-	-	-
Resultado Operacional	188,2	99,1	90%	50,8	3,5	-

(1) Os valores de 2007 não são comparáveis com os valores apresentados nas actividades por segmentos, visto que neste quadro o ano de 2007 inclui as holdings do Grupo NEO de forma a tornar comparáveis os valores com o ano de 2008.

A margem bruta da EDP Renováveis alcançou os 520,2 milhões de euros em 2008, suportados pelo aumento da produção de electricidade (7,8 TWh em 2008) e por preços de venda atractivos – €98/ MWh na Europa (+19% no período) e USD86/ MWh nos EUA (incluindo PTCs). Na Europa, o preço médio de venda de electricidade beneficiou de um aumento do preço médio da “pool” em Espanha. De notar que apesar do preço da “pool” ter começado a registar uma tendência negativa no quarto trimestre de 2008, a EDP Renováveis beneficiou da sua política de “hedging” (0,4 TWh no mercado OTC a um preço médio de € 73,8/MWh). Nos Estados Unidos da América, a margem bruta ajustada dos PTCs e outras receitas relacionadas com parceiros institucionais totalizou 192,5 milhões de euros em 2008.

Os custos operacionais da EDP Renováveis ascenderam a 82,3 milhões de euros em 2008. Na Europa, os custos operacionais aumentaram 56% no período, devido principalmente ao crescimento do negócio que se reflecte num aumento das despesas de O&M com a entrada em funcionamento de nova capacidade e num aumento dos custos com pessoal devido à necessidade de recursos humanos adicionais por forma a suportar o crescimento da empresa. Em consequência, o rácio de custos operacionais por MW instalado aumentou 11% no período para € 42,8/MW.

Margem Bruta
– EDP (NEO) na Europa

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Portugal	98,3	72,5	36%
Espanha	265,7	161,7	64%
França	16,7	9,7	73%
Eólica	380,7	243,9	56%
Outros & Ajustamentos	8,2	-1,0	-
Total	388,9	242,9	60%

Nos Estados Unidos da América, o rácio de custos operacionais por MW instalado, quando ajustado de PTCs e outras receitas relacionadas com parceiros institucionais, alcançou os € 52,7/MW em 2008.

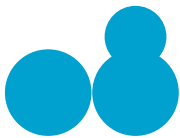
Margem Bruta – EDP (Horizon) nos EUA

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Receitas de Electric. & RECs	131,8	32,3	-
Custo com aquisição de electricidade	-0,5	-0,7	27,7%
Margem Bruta	131,3	31,6	
Receitas PTCs e Outras	61,2	12,3	-
Margem Bruta Ajustada	192,5	43,9	-

Em 2008, a EDP Renováveis aumentou em 1.413 MW a sua capacidade instalada bruta, o que demonstra claramente a capacidade da empresa na execução dos seus objectivos anuais. Assim, a empresa inicia o ano 2009 com mais de 5.000 MW de capacidade bruta em carteira, o que corresponde a uma capacidade EBITDA de 4.400 MW. Em Dezembro de 2008, a EDP Renováveis tinha uma capacidade EBITDA na Europa de 2.477 MW (mais 701 MW face a Dezembro de 2007). De notar que a EDP Renováveis acrescentou uma nova geografia à sua capacidade operacional – 47 MW instalados na Bélgica. A capacidade operacional da empresa na Europa está agora dispersa por quatro países: Espanha (1.692 MW), Portugal (553 MW), França (185 MW) e Bélgica (47 MW). Nos Estados Unidos da América, a capacidade EBITDA da EDP Renováveis totalizou 1.923 MW (mais 669 MW face a Dezembro de 2007).

A produção de electricidade na EDP Renováveis totalizou 7,8 TWh em 2008. Na Europa, a produção eólica aumentou 34% no período, para 3,9 TWh em 2008, devido essencialmente a um aumento da capacidade instalada (mais 701 MW no período). No entanto, é importante referir que a produção em 2008 não beneficiou totalmente dos aumentos de capacidade, uma vez que a maioria da capacidade adicional foi instalada no final do quarto trimestre de 2008. No ano 2008, a carteira de MW eólicos da EDP Renováveis na Europa registou um factor médio de utilização de 26% idêntico ao de 2007. Nos Estados

Unidos da América, com o elevado crescimento da capacidade instalada, a produção de electricidade totalizou 3,9 TWh em 2008, com um factor médio de utilização que alcançou os 34% no período face aos 30% de 2007.



ANÁLISE FINANCEIRA

1.2.3. Distribuição na Península Ibérica

A actividade de distribuição na Península Ibérica abrange a EDP Distribuição, subsidiária do Grupo EDP que actua na actividades de distribuição e a EDP Serviço Universal que actua na comercialização de electricidade dentro do sistema regulado em Portugal, e a empresa distribuidora da HC Energía, que actua no mercado de electricidade Espanhol.

A actividade de distribuição na Península Ibérica alcançou um resultado operacional bruto de 769,8 milhões de euros em 2008, o que representa um aumento de 69% em relação ao período homólogo.

Demonstração de Resultados Operacionais – Distribuição na Península Ibérica

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	1.640,2	1.369,6	19,8%
Fornecimentos e serviços externos	344,3	316,1	8,9%
Custos com pessoal	194,7	207,1	-6,0%
Custos com benefícios sociais	135,7	233,8	-42,0%
Rendas de concessão	227,5	208,7	9,0%
Outros custos (proveitos) operacionais	(31,8)	(51,6)	38,4%
Custos Operacionais	870,4	914,1	-5,3%
Resultado Operacional Bruto	769,8	455,5	69,0%
Provisões para riscos e encargos	(1,3)	(17,1)	-
Amortizações do exercício	369,4	377,2	-2,1%
Compensação de amortizações	(90,5)	(88,3)	-2,4%
Resultado Operacional	496,8	183,8	170,3%

1.2.3.1. Distribuição em Portugal

A margem bruta integrada dos negócios de distribuição e comercialização de último recurso aumentou 20,9% no período, para 1.482,1 milhões de euros. Na sequência do Decreto-Lei 165/2008, de 21 de Agosto, os desvios tarifários anteriores a 2008 beneficiam dos mesmos termos regulatórios/legais que os défices tarifários. Em conformidade, a EDP Distribuição e a EDP Serviço Universal reconheceram como vendas de electricidade em 2008, um total de 1.063 milhões de euros.

O volume de electricidade que entrou na rede de distribuição da EDP Distribuição aumentou 1,2% no período, ou 0,9% quando ajustado dos efeitos temperatura e dias úteis. A electricidade distribuída ficou 3,6% abaixo da estimativa utilizada pela ERSE no calculo das tarifas de 2008, reflectindo essencialmente a desaceleração da economia Portuguesa. Esta diferença nos consumos, em conjunto com um “mix” de consumo (em termos de períodos horários, níveis de tensão) diferente do assumido pela ERSE, traduziram-se

num desvio tarifário na actividade do uso da rede de distribuição.

O volume de electricidade fornecido aos clientes regulados pela EDP Serviço Universal aumentou 9% no período, para 45,3 TWh em 2008, mais de 6% acima do pressuposto do regulador implícito nas tarifas de 2008, resultado da transferência significativa de clientes do mercado liberalizado para o comercializador regulado devido ao aumento dos preços de mercado quando comparados com a tarifa de último recurso para o ano 2008. Em 2008, o custo médio com a compra de electricidade suportado pela EDP Serviço Universal de € 76,5/MWh, comparados com um pressuposto de € 50/MWh utilizado pela ERSE.

Em Dezembro de 2008, a ERSE anunciou um aumento anual médio de 4,9% para as tarifas de electricidade em Portugal Continental (novo período regulatório: 2009-2011) bem como a criação de um défice tarifário acumulado de 1.276 milhões de euros com referência a Dezembro de 2008 (gerado em 2007-2008 com juros).

O Decreto-Lei 165/2008, de 21 de Agosto, define que este défice/desvio tarifário, a ser suportado pela EDP, deverá ser recuperado com juros (Euribor + 90 pontos base) através das tarifas aplicáveis a todos os consumidores de electricidade a partir de 1 de Janeiro de 2010 e por um período de 15 anos. O referido Decreto-Lei também autoriza a que o défice tarifário possa ser transferido sem recurso a terceiros, prevendo o direito incondicional ao seu recebimento. De realçar, que na definição das tarifas para 2009, a ERSE assumiu um custo médio com a compra de electricidade de € 70,8/MWh. Este pressuposto de custo médio com a compra de electricidade está substancialmente acima dos preços que temos vindo a observar no mercado, o que deverá aliviar a pressão exercida sobre o sistema no que respeita à criação de défices/desvios tarifários futuros.

Demonstração de Resultados Operacionais – Distribuição em Portugal

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	1.482,1	1.226,1	20,9%
Fornecimentos e serviços externos	284,3	260,2	9,3%
Custos com pessoal	173,8	181,4	-4,2%
Custos com benefícios sociais	132,1	217,2	-39,2%
Rendas de concessão	227,5	208,7	9,0%
Outros custos (proveitos) operacionais	(23,5)	(24,8)	-5,4%
Custos Operacionais	794,3	842,7	-5,7%
Resultado Operacional Bruto	687,9	383,4	79,4%
Provisões para riscos e encargos	(1,5)	(16,8)	91,3%
Amortizações do exercício	340,4	345,3	-1,4%
Compensação de amortizações	(91,8)	(85,5)	-7,3%
Resultado Operacional	440,7	140,3	214,1%

Vendas de Electricidade e Margem Bruta – Distribuição em Portugal

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Facturação Electricidade & Desvios e Déficits Tarifários	6.014,9	4.622,9	30,1%
Compras de Electricidade	4.562,1	3.414,1	33,6%
Margem Bruta de Electricidade	1.452,7	1.208,7	20,2%
(-) Reposição do Défice Tarifário 2006/07 (Jan-Fev)	(2,4)	-	-
(-) Reposição Reconhecimento Desvio Tarifário de 2007	85,9	-	-
Margem Bruta de Electricidade Ajustada	1.369,2	1.208,7	13,3%
Diferença Tarifária a Recuperar/ (Devolver)	0	58,3	-99,8%
Proveitos Permitidos	1.369,3	1.267,1	8,1%

Os custos operacionais controláveis (fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal) aumentaram 3,8% no período, devido a um aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos, que resultou essencialmente de uma imposição legal (Lei 12/2008: nomeadamente, alteração na periodicidade da facturação de bimestral para mensal, entre outras), e de um aumento dos custos com TI e de “back-office”.

Os custos com pessoal diminuíram 1,9% no período, excluindo indemnizações e capitalização de custos com pessoal, reflectindo uma redução de 6% no número de empregados. Em consequência, verificou-se uma melhoria de 7% no rácio de eficiência de clientes/ empregado. Os custos com benefícios sociais diminuíram 68 milhões de euros no período, devido a uma redução dos custos relacionadas com o programa de reestruturação de Recursos Humanos – 38 milhões

de euros em 2008, relativos a 148 pré-reformas que acordaram a saída para o primeiro trimestre de 2009, face a 127,3 milhões de euros em 2007.

1.2.3.2. Distribuição em Espanha

Em 2008, o volume de electricidade distribuída nas Astúrias aumentou em apenas 0,6% no período, devido a uma redução de 2,1% no consumo de electricidade por parte dos clientes de Alta Tensão. A margem bruta da distribuição em Espanha aumentou 9,8% no período para 158,1 milhões de euros, reflectindo um aumento de 5,5% nos proveitos de actividades reguladas reconhecidos nas tarifas de 2008, bem como um aumento de 6 milhões de euros nas prestações de serviços devido à contabilização de receitas reguladas relativas a períodos anteriores (5,3 milhões de euros).

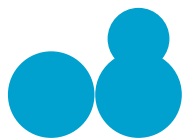
Demonstração de Resultados Operacionais – Distribuição em Espanha

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	158,1	143,9	9,8%
Fornecimento e Serviços Externos	59,9	55,9	7,3%
Custos Pessoal	20,9	25,7	-18,8%
Custos Benefícios sociais	3,6	16,6	-78,3%
Outros custos (proveitos) operacionais	(8,3)	(26,3)	68,4%
Custos Operacionais	76,1	71,9	6,0%
Resultado Operacional Bruto	81,9	72,1	13,7%
Provisões para riscos e encargos	0,1	(0,4)	-
Amortizações do exercício	29,3	31,9	-8,1%
Compensação de amortizações	(3,6)	(2,8)	-25,1%
Resultado Operacional	56,1	43,4	29,2%

Proveitos Regulados – Distribuição em Espanha

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Transporte	6,4	6,2	3,7%
Distribuição	130,8	123,7	5,8%
Comercialização	8,0	7,7	3,3%
Proveitos Regulados	145,2	137,6	5,5%

Os custos operacionais aumentaram 6% no período para 76 milhões de euros. Excluindo os custos operacionais de 2007, o impacto de 11 milhões de euros relacionada com o RD 871/2007 e um proveito de 3,4 milhões de euros contabilizado em outros custos/proveitos operacionais, os custos operacionais teriam diminuído 11,7% no período. Os fornecimento e serviços externos reflectem um aumento das despesas de operação e manutenção, que foi mais do que compensado por uma redução dos custos com benefícios sociais – o ano 2007 inclui um custo de 15,8 milhões de euros relacionado com a evolução esperada da remuneração dos empregados, por forma



ANÁLISE FINANCEIRA

a reflectir uma alteração no acordo salarial em vigor na HC Energía.

Em suma, o resultado operacional bruto da actividade de distribuição em Espanha aumentou 13,7% no período para 82 milhões de euros em 2008.

Em 2008, as tarifas de electricidade em Espanha não foram suficientes para cobrir os custos com a compra de electricidade, o que se reflectiu num défice tarifário de 252 milhões de euros na HC Energía em 2008.

Em Janeiro de 2008, as tarifas de electricidade em Espanha aumentaram 3,3%, tendo-se verificado um aumento adicional de 5,6% em Julho de 2008, assumindo um custo médio com a compra de electricidade de € 61,1/MWh para o segundo semestre de 2008. O défice tarifário em Espanha para o ano 2008 está estimado em 5,6 mil milhões. As "Utilities" espanholas e o Governo espanhol estão actualmente em negociação para encontrar a melhor forma de eliminar este défice.

O défice tarifário do sistema eléctrico espanhol de 2007, que totalizava 1,3 mil milhões de euros, foi securitizado em Junho de 2008. O valor recebido pela HC Energía em Julho de 2008 relativamente a esta operação foi de 79 milhões de euros com juros. Desde 2007, o défice tarifário de 2006 está a ser recuperado através das tarifas, por um período de 15 anos.

1.2.4. Gás na Península Ibérica

A actividade de gás da EDP na Península Ibérica está centrada principalmente no segmento da distribuição regulada. A Naturgas tem vindo a aumentar a sua presença no mercado liberalizado espanhol. Os activos da EDP neste negócio são: a Naturgas em Espanha (com uma participação indirecta de 63,5%), e em Portugal a EDP Gás (72% detida pela EDP).

Demonstração de Resultados Operacionais – Gás na Península Ibérica

Milhões de euros	Portugal			Espanha			Total		
	2008	2007	△ 08/07	2008	2007	△ 08/07	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	46,9	52,6	-10,9%	255,7	223,3	14,5%	298,0	274,8	8,4%
Fornecimentos e serviços externos	14,4	12,1	18,7%	42,5	40,9	4,0%	52,5	52,1	0,8%
Custos Pessoal	4,2	5,3	-19,5%	22,6	20,4	10,8%	26,5	25,6	3,2%
Custos Benefícios sociais	0,1	0,2	-69,5%	0,5	0,4	12,0%	0,6	0,7	-17,8%
Outros custos (proveitos) operac.	5,7	-0,0	-	5,5	8,1	-32,6%	11,8	8,0	48,3%
Custos Operacionais	24,3	17,6	38,7%	71,1	69,8	1,8%	91,3	86,4	5,7%
Resultado Operacional Bruto	22,5	35,0	-35,7%	184,7	153,5	20,3%	206,7	188,5	9,6%
Provisões para riscos e encargos	-0,0	0,3	-	0,4	-0,5	-	0,4	(0,2)	-
Amortizações do exercício	11,8	12,9	-8,8%	35,5	33,7	5,2%	47,2	46,6	1,3%
Compensação de amortizações	-1,4	-1,4	-0,2%	-3,2	-1,6	98,1%	-4,6	(3,0)	52,3%
Resultado Operacional	12,2	23,3	-47,6%	151,9	121,8	24,8%	163,6	145,0	12,8%

1.2.4.1. Gás – Actividade Regulada

A actividade da EDP, no negócio de gás regulado, inclui a EDP Gás Distribuição e EDP Gás Serviço Universal (ex-Portgás), empresas de distribuição e comercialização regulada, com contrato de concessão no norte de Portugal, e a Naturgas, empresa de distribuição e transporte de gás, que actua principalmente no País Basco e Astúrias.

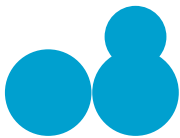
Demonstração de Resultados Operacionais – Gás Actividade Regulada na Península Ibérica

Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	230,5	207,4	11,2%
Fornecimentos e serviços externos	38,7	38,6	0,3%
Custos Pessoal	23,0	23,1	-0,2%
Custos Benefícios sociais	0,5	0,6	-20,5%
Outros custos (proveitos) operac.	(1,3)	0,4	-
Custos Operacionais	60,9	62,7	-2,9%
Resultado Operacional Bruto	169,6	144,7	17,2%
Provisões para riscos e encargos	0,5	(0,3)	-
Amortizações do exercício	46,8	45,5	2,9%
Compensação de amortizações	(4,6)	(3,0)	52,3%
Resultado Operacional	126,9	102,5	23,8%

Demonstração de Resultados Operacionais – Gás Actividade Regulada em Portugal e Espanha

Milhões de euros	Portugal			Espanha		
	2008	2007	△ 08/07	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	42,1	52,6	-20,0%	188,4	154,8	21,7%
Fornecimentos e serviços externos	12,8	12,1	5,6%	25,9	26,5	-2,1%
Custos Pessoal	4,2	5,3	-19,5%	18,8	17,8	5,4%
Custos Benefícios sociais	0,1	0,2	-69,5%	0,4	0,4	12,4%
Outros custos (proveitos) operac.	5,7	(0,0)	-	-7,0	0,5	-
Custos Operacionais	22,8	17,6	29,6%	38,2	45,1	-15,5%
Resultado Operacional Bruto	19,3	35,0	-44,9%	150,3	109,6	37,1%
Provisões para riscos e encargos	(0,0)	0,3	-	0,5	(0,5)	-
Amortizações do exercício	11,8	12,9	-8,8%	35,0	32,5	7,5%
Compensação de amortizações	(1,4)	(1,4)	-0,2%	(3,2)	(1,6)	98,1%
Resultado Operacional	9,0	23,3	(0,6)	117,9	79,2	48,9%

A actividade de gás regulado apresentou um crescimento do resultado operacional bruto de 17,2%, face a 2007, para 169,6 milhões de euros. O volume de gás distribuído em Portugal pela EDP cresceu 5,5% em 2008 e 8,7% no quarto trimestre de 2008, um maior crescimento



ANÁLISE FINANCEIRA

no final do ano explicado pela ligação à rede de um novo cliente industrial (Refinaria de Leça) em Setembro de 2008. O volume de gás distribuído pela Naturgas em Espanha cresceu 2,2% em 2008, pese embora a redução de 1,3% no quarto trimestre de 2008 em termos homólogos devido à diminuição da procura no segmento industrial. De realçar que em 2008 na distribuição de gás na Península Ibérica, o número de clientes ligados aumentou em 46.000 clientes em termos homólogos e verificou-se um aumento da extensão da rede em 7,0%, para 9.048 kms.

Receitas Reguladas – Gás Actividade Regulada em Portugal e Espanha

Milhões de euros	2008	2007	% △	Abs. △
Portugal	42,1	52,6	-20,0%	-10,5
Espanha	150,3	142,8	5,3%	+7,6
Transporte	16,6	16,2	2,7%	+0,4
Distribuição	130,1	118,2	10,0%	+11,9
Comercialização Regulada	3,6	8,4	-56,4%	-4,7

Em Espanha, as receitas reguladas aumentaram 5,3% para 150 milhões de euros em 2008:

- As receitas reguladas da distribuição de gás cresceram 10% para 130 milhões de euros reflectindo um crescimento homólogo de 3,7% nos pontos de abastecimento, para 690.000 clientes (+25.000 clientes contratados), e um aumento de 6,9% na extensão da rede de distribuição de gás para 5.519 kms. O volume de gás distribuído subiu 2,2% face a 2007, tendo a procura convencional de gás no mercado espanhol diminuído em 1,7%;
- As receitas reguladas do transporte cresceram 2,7% para 16,6 milhões de euros devido ao aumento da remuneração dos novos investimentos;
- As receitas reguladas da comercialização caíram 56%, face a 2007, para 3,6 milhões de euros, reflectindo o fim das tarifas de gás regulado em Junho de 2008. A partir de Julho de 2008, esta actividade inclui apenas comercializador regulado de último recurso nas regiões do País Basco e Astúrias.

Para a margem bruta em Espanha contribuíram ainda actividades não incluídas nas receitas reguladas, como serviços de inspecção e aluguer de contadores reflectindo um aumento de receitas de 12 milhões de euros em 2007 para 38 milhões de euros em 2008, em resultado de uma alteração legislativa que permitiu a passagem destes custos das distribuidoras para o cliente final e de uma receita de “upfront fees” devido à ligação de clientes associada ao fim das tarifas de gás (mais 14 milhões de euros).

Em Portugal, foi assinado um novo contrato de concessão com o Estado Português, que estabelece um período de 40 anos para a concessão com efeitos a partir de Janeiro de 2008, o que comparando com o antigo contrato vai implicar menores receitas nos primeiros anos e maiores receitas nos últimos anos, mantendo o equilíbrio económico e financeiro da concessão.

Esta nova realidade iniciou-se em Julho de 2008, com o início do novo período regulatório, e está em vigor até Junho de 2011, estando a remuneração dos activos fixada em 9%. Como resultado deste novo ambiente, as receitas reguladas descenderam 20,0% relativamente a 2007, para 42,6 milhões de euros, reflectindo não só o novo contrato de concessão mas também uma perda de gás em contadores (5 milhões de euros).

Em termos operacionais, verificou-se um crescimento de 7,8% da nossa rede de distribuição, um aumento de 11,8% no número de pontos de abastecimento (melhoria do rácio cliente/kms de 64 em 2007 para 66 em 2008) e o aumento de 5,5% do volume de gás distribuído (apesar de se ter registado uma diminuição no consumo médio por cliente de 5,6%, face a 2007).

Os custos operacionais diminuíram 2,9% devido a ganhos contabilizados em outros custos/receitas operacionais.

1.2.4.2. Gás – Actividade Liberalizada

A actividade de gás liberalizado inclui o negócio de comercialização de gás (através da Naturgas e da HC Energia em Espanha e da EDP Gás. Com em Portugal) e a actividade de fornecimento grossista de gás. O resultado operacional bruto da actividade liberalizada de gás decresceu 14,2% em termos homólogos, para 37,6 milhões de euros.

Demonstração de Resultados Operacionais – Gás Actividade Liberalizada na Península Ibérica

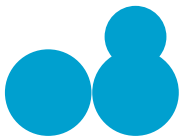
Milhões de euros	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	72,1	68,5	5,3%
Fornecimentos e serviços externos	18,2	14,4	26,3%
Custos Pessoal	3,8	2,6	48,7%
Custos Benefícios sociais	0,1	0,1	9,3%
Outros custos (proveitos) operacionais	12,5	7,6	62,9%
Custos Operacionais	34,5	24,7	39,9%
Resultado Operacional Bruto	37,6	43,8	-14,2%
Provisões para riscos e encargos	-0,1	0,1	-
Amortizações do exercício	0,5	1,2	-60,2%
Compensação de amortizações	-	-	-
Resultado Operacional	37,2	42,6	-12,6%

O fornecimento de gás para a actividade liberalizada é actualmente suportado por um portfolio de longo prazo que totaliza 4,5bcm/ano e decompõe-se em 4 contratos já em velocidade cruzeiro em termos de entregas (1bcm/ ano com Trinidad & Tobago, actualmente com acordo de “swap” com a Gas Natural, 0,5bcm/ ano com a ENI, 1,2bcm/ano com a Galp e 0,5bcm/ano com a Gas Natural) e o contrato de 1,3bcm/ano com a Sonatrach, assinado em 2007, com entregas iniciadas em Abril de 2008, as quais se espera que atinjam velocidade cruzeiro em 2010. Este portfólio de contratos de sourcing de gás é gerido de forma integrada tendo em consideração as necessidades de gás do nosso parque actual de 2.400 MW de CCGTs, os 800 MW de CCGTs em construção em Espanha e a actividade de venda de gás a clientes finais em Espanha e Portugal. O aumento de 36% de volume de gás fornecido nos 2008 está relacionado com a gestão integrada dos contratos existentes e a entrega programada dos primeiros volumes de gás pela Sonatrach em Abril de 2008. Em 2008, a EDP realizou compras de 0,3bcm no mercado “spot”.

O volume de gás vendido a clientes de retalho do mercado liberalizado cresceu 36% em termos homólogos, contra uma diminuição de 1,7% da procura convencional de gás no mercado liberalizado Espanhol de gás. Esta taxa de crescimento, acima da média do mercado, foi idêntica não apenas no segmento industrial, com o fecho de novos contratos com alguns clientes de grande dimensão, mas também no segmento residencial onde se verificou um aumento de 51,3% no número de clientes (+213.000 clientes face a 2007). É de realçar que as tarifas da comercialização regulada de gás terminaram em Espanha em Junho de 2008, o que implicou a passagem significativa de clientes do sistema de tarifas regulado para o mercado liberalizado (+132.000 no primeiro de semestre de 2008 comparativamente ao segundo semestre de 2008).

A margem bruta média por MWh vendido, na comercialização de gás, diminuiu 30% em relação ao período homólogo, devido a um aumento do preço de custo médio, em linha com o comportamento do CMP e o aumento do preço do petróleo no terceiro trimestre de 2008 com impacto negativo no custo de aquisição de gás do quarto trimestre de 2008. É expectável que a acentuada descida do preço do petróleo verificada no quarto trimestre de 2008, venha a ter influência positiva na margem bruta média nos próximos trimestres.

O aumento dos custos operacionais deve-se ao reforço da plataforma comercial em Espanha, nomeadamente através de custos de marketing mais elevados e do aumento da equipa comercial.



ANÁLISE FINANCEIRA

1.2.5. Brasil

As actividades da EDP no Brasil, desenvolvidas através da Energias do Brasil (detida em 71,9% pela EDP) foram penalizadas pela redução no montante de receitas regulatórias recuperados em 2008 e pelo impacto negativo das revisões tarifárias das distribuidoras para o novo período regulatório. Em 2008, a contribuição da Energias do Brasil para o Resultado Operacional Bruto beneficiou da apreciação da taxa média de 0,3% do Real contra o Euro, de uma taxa média de BRL/Euro de 2,66 em 2007 para 2,65 em 2008 (mais 2 milhões de euros de impacto ao nível do resultado operacional bruto).

A conclusão da permuta de activos, em Setembro de 2008, envolvendo a troca da totalidade da participação detida na Enersul pelas as participações detidas na Investco (detentora da concessão da hídrica do Lajeado), implicou a exclusão da Enersul do perímetro de consolidação e a consolidação integral da central hídrica de Lajeado, a partir da mesma data.

Demonstração de Resultados Operacionais
– Energias do Brasil

Milhões de reais	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	2.257,4	2.587,0	-12,7%
Fornecimentos e serviços externos	383,8	408,6	-6,1%
Custos c/ pessoal e ben. sociais	282,1	316,2	-10,8%
Outros custos(prov.) operac.	100,6	302,7	-66,8%
Custos Operacionais	766,4	1.027,5	-25,4%
Resultado Bruto Operacional	1.490,9	1.559,5	-4,4%
Provisões para riscos e encargos	22,3	43,3	-48,6%
Amortizações do exercicio	483,2	325,9	48,2%
Compensação de amortizações	(22,6)	(24,5)	7,8%
Resultado Operacional	1.008,0	1.214,7	-17,0%

Em 2008, o resultado operacional bruto da Energias do Brasil diminuiu 4,4% para 1.490,9 milhões de reais. O resultado operacional bruto da actividade de produção aumentou 27% em termos homólogos, suportado por um aumento da capacidade instalada e por um aumento das vendas de Peixe Angical no primeiro trimestre de 2008, associado aos preços mais elevados do mercado residual. Na distribuição, o resultado operacional bruto diminuiu 17,4% motivado essencialmente pela exclusão da Enersul do perímetro de consolidação a partir de Setembro de 2008, o impacto das revisões tarifárias ocorridas na Bandeirante e nas Escelsa em 2007 e pela diminuição do valor recebido de activos afectos à actividade regulada acumulados em anos anteriores, sendo parcialmente compensado pelo crescimento da procura. O resultado operacional bruto da comercialização liberalizada cresceu 8,9%, face a 2007

no seguimento de um aumento do volume de vendas e do preço médio de venda.

Os custos operacionais da Energias do Brasil diminuíram 25,4%, em comparação com 2007. Excluindo a Enersul e a Lajeado do perímetro de consolidação, os custos operacionais da Energias do Brasil diminuíram 14,5%, devido à:

- a. diminuição dos fornecimentos e serviços externos em 6,1% e excluindo a Enersul e Lajeado teriam crescido 1% abaixo da inflação (9,8% IGPM 12 meses);
- b. diminuição de 67% em “Outros custos operacionais” explicada por: i) provisão associada à redução da base de activos da Enersul e ii) diminuição de provisões de clientes de cobrança duvidosa.

Em Dezembro de 2008, BNDES aprovou formalmente abertura de crédito rotativo para o Grupo Energias do Brasil num montante de 900 milhões de reais. Os recursos aprovados ficam disponíveis para levantamento durante cinco anos, com prazo total de financiamento de cada saque de até dez anos. A Energias do Brasil utilizará estes recursos para financiamento dos investimentos de suas distribuidoras (Bandeirante e Escelsa), bem como para construção e repotenciação de pequenas centrais hidroelétricas.

Demonstração de Resultados Operacionais por Área de Negócio – Energias do Brasil

Milhões de reais	Distribuição			Produção			Comercialização		
	2008	2007	△ 08/07	2008	2007	△ 08/07	2008	2007	△ 08/07
Margem Bruta	1.515,2	1.999,2	-24,2%	664,5	516,0	28,8%	77,8	73,6	5,7%
Fornecimentos e serviços externos	308,6	353,7	-12,8%	42,4	30,8	37,9%	5,2	5,5	-4,8%
Custos c/ pessoal e ben. sociais	231,7	259,1	-10,6%	28,4	26,5	7,2%	5,6	7,7	-27,5%
Outros custos(prov.) operac.	58,5	276,3	-78,8%	25,8	12,1	112,7%	15,8	13,4	-
Custos Operacionais	598,8	889,1	-32,6%	96,6	69,4	39,2%	26,6	26,5	0,1%
Resultado Operacional Bruto	916,4	1.110,1	-17,4%	567,9	446,5	27,2%	51,2	47,0	8,9%
Provisões para riscos e encargos	18,5	43,4	-57,4%	0,2	(0,1)	-	-	-	-
Amortizações do exercicio	234,1	228,8	2,3%	102,9	81,7	25,9%	0,3	0,3	-5,2%
Compensação de amortizações	(22,6)	(24,5)	7,8%	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional	686,4	862,3	-20,4%	464,7	364,9	27,3%	50,9	46,7	9,0%

1.2.5.1. Produção e Comercialização no Brasil

Toda a capacidade instalada da Energias do Brasil encontra-se abrangida por contratos de longo prazo com os preços a serem ajustados à inflação, sendo a sua maturidade média de 15 anos. Em 2008, a capacidade instalada da Energias do Brasil passou de 1.044 MW para 1.697 MW devido à conclusão da permuta de activos que implicou uma consolidação integral da Investco/Lajeado (903 MW).

O volume de electricidade vendida em 2008 aumentou 15,1% em termos homólogos, em resultado do aumento de capacidade do grupo e maior disponibilidade de energia nas centrais do grupo.

O preço médio de venda aumentou 12,2% devido: ao contrato entre a Lajeado e as distribuidoras do Grupo Rede que apresentam valores superiores aos contratos que a EDP Lajeado detinha, ao reajustamento de alguns contractos e ao início de outros com preços mais altos na Energest e à actualização dos contratos à inflação.

No conjunto, a margem bruta aumentou 29% devido a um aumento de volumes, aumento nos preços médios de venda e por um aumento sazonal das vendas de electricidade do Peixe Angical no primeiro trimestre de 2008, associado ao aumento dos preços no mercado residual de electricidade durante o mesmo período (mais 14 milhões de reais).

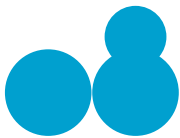
Margem Bruta – Actividade de Produção no Brasil

Milhões de reais	2008	2007	△ 08/07
Lajeado	173,8	94,1	84,6%
Peixe Angical	297,9	268,4	11,0%
Energest (13 Centrais Hídricas)	192,8	153,4	25,6%
Total	665	516	28,8%

Em 2008, o investimento operacional incorrido na construção da central a carvão de Pecém foi de 474 milhões de reais. Em Julho de 2008, a Energias do Brasil anunciou o início das obras de construção da central numa parceria de 50% com a MPX Mineração e Energia. As condições contratadas incluem a disponibilidade de uma capacidade instalada de 615 MW a partir de Janeiro de 2012 por um prazo de 15 anos e uma margem bruta de 417,4 milhões de reais/ano (a preços correntes de 2007 a actualizar à inflação) com “pass through” dos custos de combustível. De acordo com o contrato chave-na-mão já firmado com os fornecedores, o investimento nesta central ascenderá a 1,2 mil milhões de dólares. O projecto será financiado em 75% com dívida de longo prazo, a contrair junto do banco de desenvolvimento brasileiro, BNDES, e em mercado.

Relativamente a nova capacidade hídrica, o investimento nestes projectos totalizou 162 milhões de reais em 2008. A mini-hídrica de Santa Fé terá uma capacidade instalada de 29 MW (energia assegurada de 16 MW) e deverá iniciar operações em Julho de 2009. Adicionalmente, a ANNEL, aprovou um “upgrade” de potência de 17,5 MW e 5 MW nas centrais hídricas de Mascarenhas e Rio Bonito. A capacidade adicional estará operacional no final de 2009. A aprovação do “upgrade” de potência na central hídrica de Suiça está ainda em curso e estará operacional em 2009. A energia assegurada deste dois processos de repotenciação (em média 11,7 MW) foi contratada no mercado liberalizado a R\$130/ MWh.

Em Junho de 2008, a EDP Renováveis Brasil (EDP Renováveis 55%; Energias do Brasil 45%) adquiriu 100% da CENAEEL, por 51,3 milhões de reais. A CENAEEL tem actualmente 2 parques eólicos em operação com uma capacidade instalada de 13,8 MW. A energia está contratada através do programa PROINFA (9 MW) e contratos bilaterais (4,8 MW). Esta operação foi aprovada pelo regulador em Fevereiro de 2009, data em que



ANÁLISE FINANCEIRA

se prevê a concretização do pagamento respectivo e o início de consolidação.

A actividade de Trading e comercialização é desempenhada pela Enertrade no mercado livre através do fornecimento de energia a grandes clientes industriais sem incorrer em riscos no mercado energético. Em 2008, apresentou uma performance estável com a manutenção de volumes e margens relevantes.

1.2.5.2. Distribuição no Brasil

A margem bruta das distribuidoras da Energias do Brasil diminuiu 24,2% em 2008. Considerando apenas a Bandeirante e a Escelsa, a margem bruta caiu 18,9% devido: (1) um crescimento homólogo de 2,1% dos volumes de electricidade distribuída, (2) impacto negativo das revisões tarifárias ocorridas em 2007, (3) diminuição no recebimento de activos relacionados com a actividade regulada acumulados em anos anteriores relativamente ao período homólogo e (4) maiores custos de aquisição de energia relativamente aos considerados no cálculo das tarifas, sendo que esta perda será devolvida nas próximas revisões tarifárias. Numa base normalizada, a margem bruta diminui 1,7% em relação a igual período do ano anterior.

Margem Bruta – Actividade de Distribuição no Brasil

Milhões de reais	2008	2007	Δ 08/07
Margem Bruta IFRS	1.515	1.999	-24,2%
Perdas Racionam. e Parcela A	38	(102)	-
Ajust. das revisões tarifárias	-	(174)	-
Desv. tarifários em recuperação	(198)	(236)	16,0%
Desv. tarifários em constituição	91	(6)	-
Outros	17	6	176,5%
Margem Bruta Brasil GAAP	1.462	1.487	-1,7%

1. Crescimento Sustentado da margem bruta da actividade de distribuição: o volume de electricidade distribuída na Bandeirante e a Escelsa cresceu 2,1% em 2008 em termos homólogos, pese embora a redução de 3% observada no quarto trimestre de 2008, relacionada com a queda da actividade no sector industrial exportador, nomeadamente na área de concessão da Escelsa. Considerando apenas o volume de electricidade comercializada directamente pela Bandeirante e a Escelsa a clientes no sistema regulado (clientes finais) e excluindo a electricidade distribuída nas nossas áreas de concessão a grandes consumidores industriais (clientes acesso) fornecidos directamente no mercado livre, a electricidade comercializada aumentou 4,9% em 2008. O número de clientes cresceu 3,5% face a período homólogo.

2. Revisão Tarifária: Início de novos períodos tarifários na Bandeirante (entre Outubro de 2007 e Setembro de 2011) e na Escelsa (entre Agosto de 2007 e Julho de 2010), onde foi fixada uma taxa de remuneração dos activos de 15% após impostos (no período anterior era 17%), o que implicou um impacto negativo ao nível da margem bruta das distribuidoras. De referir que estas empresas tem reajustes tarifários anuais de forma a reflectir nas tarifas a evolução anual dos custos de energia e da inflação. Os recentes reajustes tarifários da Bandeirante (Outubro de 2008) e da Escelsa (Agosto de 2008) irão ter um impacto positivo ao nível da margem bruta durante o ano de 2009.

3. Recuperação através das tarifas dos activos relacionados com a actividade regulada acumulados no passado: Os valores devidos pelo sistema, que tiveram no passado um impacto negativo na margem bruta da empresa e que a nossa actividade de distribuição está agora a recuperar através das tarifas, diminuíram 76% em termos homólogos, de 567 milhões de reais para 139 milhões de reais (79% de 339 milhões de reais para 72 milhões de reais de Bandeirante e a Escelsa). Em 2008, a actividade de distribuição (Bandeirante e a Escelsa) detinha um total de activos relacionados com a actividade regulada de 150 milhões de reais, que deverá ser recuperado nos próximos trimestres, pelo que é esperado que a Energias do Brasil continue a ter uma contribuição positiva desta componente.

4. Desvio Tarifário Negativo: A margem bruta da distribuição em 2008 inclui um desvio tarifário negativo de 91 milhões de reais (60 milhões de reais da Bandeirante e a Escelsa) devido a aquisições de energia acima do preço definido pelo regulador na composição da tarifa. Este efeito não recorrente na margem bruta irá ser devolvido ao sistema através da definição das tarifas nos próximos processos de reajuste tarifário.

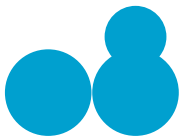




RELATÓRIO E CONTAS 2008
CADERNO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Demonstrações dos Resultados Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

		2008			2007		
Notas		Operações em continuação	Operações em descon- tinuação	Total	Operações em continuação	Operações em descon- tinuação	Total
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	13.671.204	222.859	13.894.063	10.657.838	352.940	11.010.778
Custos com aquisição de electricidade	6	-6.558.250	-69.023	-6.627.273	-4.636.109	-111.991	-4.748.100
Custos com aquisição de gás	6	-823.200	-	-823.200	-585.227	-	-585.227
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-1.544.024	-2.381	-1.546.405	-1.120.189	-3.794	-1.123.983
		4.745.730	151.455	4.897.185	4.316.313	237.155	4.553.468
Outros proveitos / (custos) de exploração							
Outros proveitos de exploração	7	226.242	2.431	228.673	157.292	3.105	160.397
Fornecimentos e serviços externos	8	-707.783	-27.985	-735.768	-643.744	-40.443	-684.187
Custos com o pessoal	9	-557.676	-15.998	-573.674	-554.650	-22.313	-576.963
Custos com benefícios aos empregados	9	-159.400	-1.800	-161.200	-286.893	-2.477	-289.370
Outros custos de exploração	10	-454.918	-45.362	-500.280	-414.153	-120.917	-535.070
		-1.653.535	-88.714	-1.742.249	-1.742.148	-183.045	-1.925.193
		3.092.195	62.741	3.154.936	2.574.165	54.110	2.628.275
Provisões do exercício	11	-27.994	-4.077	-32.071	-34.482	-7.613	-42.095
Amortizações do exercício	12	-1.276.581	-29.009	-1.305.590	-1.091.942	-38.916	-1.130.858
Compensações de amortizações	12	110.712	2.885	113.597	101.192	3.815	105.007
		1.898.332	32.540	1.930.872	1.548.933	11.396	1.560.329
Ganhos / (perdas) na alienação de activos e investimentos financeiros	13	481.732	-	481.732	262.561	-	262.561
Outros proveitos financeiros	14	1.175.092	11.005	1.186.097	608.907	14.695	623.602
Outros custos financeiros	14	-2.112.605	-16.194	-2.128.799	-1.141.870	-27.551	-1.169.421
Ganhos / (perdas) em associadas	20	34.687	-	34.687	23.708	-	23.708
Resultado antes de impostos		1.477.238	27.351	1.504.589	1.302.239	-1.460	1.300.779
Impostos sobre lucros	15	-274.474	-9.325	-283.799	-281.057	209	-280.848
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação		1.202.764	18.026	1.220.790	1.021.182	-1.251	1.019.931
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação	45	-	-8.448	-8.448	-	-	-
Resultado líquido do exercício		1.202.764	9.578	1.212.342	1.021.182	-1.251	1.019.931
Atribuível a:							
Accionistas da EDP		1.089.569	2.297	1.091.866	908.036	-784	907.252
Interesses minoritários	32	113.195	7.281	120.476	113.146	-467	112.679
Resultado líquido do exercício		1.202.764	9.578	1.212.342	1.021.182	-1.251	1.019.931
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	29	0,30	0,00	0,30	0,25	0,00	0,25

LISBOA, 5 DE MARÇO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

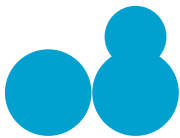
	Notas	2008 (Milhares de Euros)	2007 (Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	16	21.125.562	18.756.295
Activos intangíveis	17	2.649.816	2.173.141
Goodwill	18	3.192.484	3.004.783
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	172.754	251.807
Activos financeiros disponíveis para venda	21	350.887	705.260
Activos por impostos diferidos	22	539.878	687.265
Clientes	24	112.044	136.748
Devedores e outros activos	25	2.637.703	1.447.033
Total dos Activos Não Correntes		30.781.128	27.162.332
Inventários	23	276.800	282.595
Clientes	24	1.646.613	1.622.428
Devedores e outros activos	25	1.632.172	669.102
Impostos a receber	26	544.740	834.129
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	83.227	49.034
Caixa e equivalentes de caixa	28	713.587	864.711
Activos detidos para venda	39	30.828	42.386
Total dos Activos Correntes		4.927.967	4.364.385
Total do Activo		35.709.095	31.526.717
Capitais Próprios			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	30	-126.532	-65.741
Prémios de emissão de acções	29	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	1.241.316	1.264.105
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP		1.091.866	907.252
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP		6.365.180	6.264.146
Interesses minoritários	32	2.181.729	1.014.612
Total dos Capitais Próprios		8.546.909	7.278.758
Passivo			
Dívida financeira	34	10.874.311	10.064.346
Benefícios aos empregados	35	1.833.887	1.715.377
Provisões para riscos e encargos	36	323.719	376.041
Conta de hidráulidade	33	237.822	227.686
Passivos por impostos diferidos	22	655.947	632.479
Credores e outros passivos	37	4.867.083	4.464.517
Total dos Passivos Não Correntes		18.792.769	17.480.446
Dívida financeira	34	3.812.014	2.541.646
Credores e outros passivos	37	4.153.100	3.649.890
Impostos a pagar	38	388.462	575.977
Passivos detidos para venda	39	15.841	-
Total dos Passivos Correntes		8.369.417	6.767.513
Total do Passivo		27.162.186	24.247.959
Total dos Capitais Próprios e Passivo		35.709.095	31.526.717

LISBOA, 5 DE MARÇO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



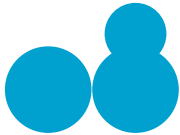
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	(Milhares de euros)			
	2008		2007	
	Accionistas EDP	Interesses Minoritários	Accionistas EDP	Interesses Minoritários
Diferenças de câmbio	-234.921	-208.640	56.930	57.393
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-56.667	-2.447	16.279	762
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	17.112	996	-826	-16
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-88.324	1.779	-23.070	-
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	13.504	-	6.158	-
Ganhos / (perdas) actuariais	-136.790	-3.677	155.009	9.935
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	4.156	1.250	-6.928	-3.378
Resultado líquido reconhecido directamente em capitais próprios	-481.930	-210.739	203.552	64.696
Resultado líquido do exercício	1.091.866	120.476	907.252	112.679
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	609.936	-90.263	1.110.804	177.375

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	(Milhares de Euros)								
	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Diferenças cambiais	Acções próprias	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	6.534.896	3.656.538	501.992	392.946	967.650	84.651	-14.542	5.589.235	945.661
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	16.199	-	-	-	15.453	-	-	15.453	746
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	-16.912	-	-	-	-16.912	-	-	-16.912	-
Variações nos ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	154.638	-	-	-	148.081	-	-	148.081	6.557
Variações na diferença cambial de consolidação	114.323	-	-	-	-	56.930	-	56.930	57.393
Resultado líquido do exercício	1.019.931	-	-	-	907.252	-	-	907.252	112.679
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	1.288.179	-	-	-	1.053.874	56.930	-	1.110.804	177.375
Reforço de reserva legal	-	-	-	25.784	-25.784	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-401.385	-	-	-	-401.385	-	-	-401.385	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-27.086	-	-	-	-	-	-	-	-27.086
Compra e venda de acções próprias	-38.065	-	-	-	13.770	-	-51.835	-38.065	-
Prémios em acções	1.566	-	-	-	930	-	636	1.566	-
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições e de alteração de método de consolidação	-65.429	-	-	-	-	-	-	-	-65.429
Variações resultantes de responsabilidades com opções de compra sobre interesses minoritários	-15.909	-	-	-	-	-	-	-	-15.909
Variações nas outras reservas de consolidação	1.991	-	-	-	1.991	-	-	1.991	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	7.278.758	3.656.538	501.992	418.730	1.611.046	141.581	-65.741	6.264.146	1.014.612
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	-41.006	-	-	-	-39.555	-	-	-39.555	-1.451
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	-73.041	-	-	-	-74.820	-	-	-74.820	1.779
Variações nos ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-135.061	-	-	-	-132.634	-	-	-132.634	-2.427
Variações na diferença cambial de consolidação	-443.561	-	-	-	-	-234.921	-	-234.921	-208.640
Resultado líquido do exercício	1.212.342	-	-	-	1.091.866	-	-	1.091.866	120.476
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	519.673	-	-	-	844.857	-234.921	-	609.936	-90.263
Reforço de reserva legal	-	-	-	25.108	-25.108	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-454.937	-	-	-	-454.937	-	-	-454.937	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-42.633	-	-	-	-	-	-	-	-42.633
Compra e venda de acções próprias	-71.094	-	-	-	-8.971	-	-62.123	-71.094	-
Prémios em acções e exercício de stock options	1.801	-	-	-	469	-	1.332	1.801	-
Interesses minoritários resultantes do IPO da EDP Renováveis	1.128.248	-	-	-	-	-	-	-	1.128.248
Compra de acções próprias Energias do Brasil	-190.383	-	-	-	-	-	-	-	-190.383
Permuta de Activos - Energias do Brasil	387.302	-	-	-	15.714	-	-	15.714	371.588
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições e aumentos de capital	-10.491	-	-	-	-	-	-	-	-10.491
Variações nas outras reservas de consolidação	665	-	-	-	-386	-	-	-386	1.051
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	8.546.909	3.656.538	501.992	443.838	1.982.684	-93.340	-126.532	6.365.180	2.181.729



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e Individuais
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Milhares de Euros)				
	Grupo		Individual	
	2008	2007	2008	2007
Actividades Operacionais				
Recebimentos de clientes	12.313.739	10.806.930	2.269.327	1.218.553
Pagamentos a fornecedores	-9.298.076	-7.243.762	-2.212.431	-1.073.878
Pagamentos ao pessoal	-848.195	-728.888	-36.942	-12.672
Pagamentos de rendas de concessão	-221.974	-213.173	-	-
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	-45.278	-146.410	-115.716	114.968
Fluxo gerado pelas operações	1.900.216	2.474.697	-95.762	246.971
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-155.709	-204.546	15.982	188.731
Fluxo das Actividades Operacionais	1.744.507	2.270.151	-79.780	435.702
Operações em descontinuação	68.898	125.890		
Operações em continuação	1.675.609	2.144.261		
Actividades de Investimento				
Recebimentos:				
Activos financeiros	249.252	552.126	153.995	689.791
IPO EDP Renováveis	1.538.958	-	-	-
Activos fixos tangíveis e intangíveis	30.116	9.735	1.849	5.941
Subsídios ao investimento	92.560	143.803	5	-
Juros e proveitos similares	117.582	81.791	389.522	244.356
Dividendos	34.971	78.966	418.135	439.252
	2.063.439	866.421	963.506	1.379.340
Pagamentos:				
Activos financeiros	-425.223	-2.345.041	-124.903	-2.173.059
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-4.367.284	-2.742.078	-33.926	-3.893
Subsídios ao investimento	-	-	-	-834
	-4.792.507	-5.087.119	-158.829	-2.177.786
Fluxo das Actividades de Investimento	-2.729.068	-4.220.698	804.677	-798.446
Operações em descontinuação	-49.094	-60.682		
Operações em continuação	-2.679.974	-4.160.016		
Actividades de Financiamento				
Recebimentos/(Pagamentos) de empréstimos obtidos e juros relacionados	1.710.414	2.321.776	389.037	1.011.636
Juros e custos similares	-712.902	-661.643	-510.466	-369.357
Recebimentos/(Pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	101.936	-1.317	-19.725	41.868
Dividendos pagos	-454.937	-401.385	-454.937	-401.385
Venda / (aquisição) de acções próprias	-72.623	-35.643	-65.536	-35.643
Recebimentos antecipados de parceiros institucionais na activ. eólica nos EUA	319.985	775.428	-	-
	891.873	1.997.216	-661.627	247.119
Fluxo das Actividades de Financiamento	891.873	1.997.216	-661.627	247.119
Operações em descontinuação	12.263	-60.224		
Operações em continuação	879.610	2.057.440		
Variação de caixa e seus equivalentes	-92.688	46.669	63.270	-115.625
Efeito das diferenças de câmbio	-54.193	-5.498	-	-
Variação de caixa por variações no perímetro de consolidação	-4.243	71.309		
Caixa e seus equivalentes no início do período	864.711	752.231	119.609	235.234
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	713.587	864.711	182.879	119.609
Operações em descontinuação	32.067	4.984		
Caixa e seus equivalentes de operações em continuação no fim do período	681.520	859.727		

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 28 às Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados Individual
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	2.322.526	1.240.047
Custos com aquisição de electricidade	6	-1.830.374	-878.792
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-400.351	-249.214
		91.801	112.041
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	20.764	19.294
Fornecimentos e serviços externos	8	-107.347	-101.784
Custos com o pessoal	9	-10.003	-14.186
Custos com benefícios aos empregados	9	-177	-103
Outros custos de exploração	10	-11.447	-57.995
		-108.210	-154.774
		-16.409	-42.733
Provisões do exercício	11	-1.519	-12.026
Amortizações do exercício	12	-5.805	-5.716
		-23.733	-60.475
Ganhos / (perdas) na alienação de activos e investimentos financeiros	13	15.164	231.985
Outros proveitos financeiros	14	2.282.728	1.193.152
Outros custos financeiros	14	-1.796.055	-870.519
Ganhos / (perdas) em associadas		-	113
Resultado antes de impostos		478.104	494.256
Impostos sobre lucros	15	72.874	7.902
Resultado líquido do exercício		550.978	502.158

LISBOA, 5 DE MARÇO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	16	107.038	82.450
Activos intangíveis	17	41	56
Investimentos financeiros em empresas filiais	19	9.506.408	8.347.450
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	49.773	66.988
Activos financeiros disponíveis para venda	21	134.159	198.857
Activos por impostos diferidos	22	60.716	-
Devedores e outros activos	25	5.911.157	5.939.598
Total dos Activos Não Correntes		15.769.292	14.635.399
Inventários	23	27.744	-
Clientes	24	18.390	40.458
Devedores e outros activos	25	2.830.973	1.645.801
Impostos a receber	26	95.437	88.334
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	232	3
Caixa e equivalentes de caixa	28	182.879	119.609
Activos detidos para venda	39	-	44.500
Total dos Activos Correntes		3.155.655	1.938.705
Total do Activo		18.924.947	16.574.104
Capitais Próprios			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Ações próprias	30	-120.437	-65.741
Prémios de emissão de acções	29	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	1.681.607	1.668.108
Resultado líquido do exercício		550.978	502.158
Total dos Capitais Próprios		6.270.678	6.263.055
Passivo			
Dívida financeira	34	2.859.631	3.178.922
Provisões para riscos e encargos	36	79.014	29.580
Conta de hidraulicidade	33	237.822	227.686
Passivos por impostos diferidos	22	-	53.253
Credores e outros passivos	37	2.401.840	3.155.911
Total dos Passivos Não Correntes		5.578.307	6.645.352
Dívida financeira	34	5.360.236	2.945.367
Credores e outros passivos	37	1.704.896	709.719
Impostos a pagar	38	10.830	10.611
Total dos Passivos Correntes		7.075.962	3.665.697
Total do Passivo		12.654.269	10.311.049
Total dos Capitais Próprios e Passivo		18.924.947	16.574.104

LISBOA, 5 DE MARÇO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios em base Individual
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	(Milhares de Euros)					
	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Acções próprias
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	6.187.626	3.656.538	501.992	392.946	1.650.692	-14.542
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	700	-	-	-	700	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	10.455	-	-	-	10.455	-
Resultado líquido do exercício	502.158	-	-	-	502.158	-
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	513.313	-	-	-	513.313	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	25.784	-25.784	-
Pagamento de dividendos	-401.385	-	-	-	-401.385	-
Compra e venda de acções próprias	-38.065	-	-	-	13.770	-51.835
Prémios em acções	1.566	-	-	-	930	636
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	6.263.055	3.656.538	501.992	418.730	1.751.536	-65.741
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	951	-	-	-	951	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	-26.171	-	-	-	-26.171	-
Resultado líquido do exercício	550.978	-	-	-	550.978	-
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	525.758	-	-	-	525.758	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	25.108	-25.108	-
Pagamento de dividendos	-454.937	-	-	-	-454.937	-
Compra e venda de acções próprias	-64.999	-	-	-	-8.971	-56.028
Prémios em acções e exercício de stock options	1.801	-	-	-	469	1.332
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	6.270.678	3.656.538	501.992	443.838	1.788.747	-120.437



Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

1. Actividade económica do Grupo EDP

A EDP - Energias de Portugal, S.A., (adiante designada EDP, S.A.), foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. A sua sede social é em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12, 6º. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei nº 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, S.A., de que resultou um conjunto de empresas participadas detidas directa ou indirectamente a 100% pela própria EDP, S.A.

As actividades do Grupo estão actualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica e distribuição e comercialização de gás, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional e gestão do património imobiliário.

Em termos geográficos o Grupo EDP opera essencialmente nos mercados Ibérico (Portugal e Espanha) e Americano (Brasil e Estados Unidos da América), no sector da energia.

Actividade no Sector Energético em Portugal

Electricidade

As bases da organização, do funcionamento e das actividades do Sistema Eléctrico Nacional são estabelecidas pelo DL nº 29/2006, de 15 de Fevereiro, que transpõe para o ordenamento jurídico português os princípios da Directiva nº 2003/54/CE, e pelo DL nº 172/2006, de 23 de Agosto, com a redacção do DL 264-2007, de 24 de Julho.

O Sistema Eléctrico Nacional integra as actividades de produção e comercialização, exercidas em regime de concorrência, mediante a atribuição de licença, e as actividades de transporte e distribuição, exercidas mediante concessões de serviço público.

Produção

A produção de electricidade engloba a produção em regime ordinário e produção em regime especial. A produção em regime ordinário, em que o Grupo EDP está presente através da EDP Gestão da Produção, S.A., rege-se pelo princípio da liberdade do exercício de actividade sendo a energia produzida vendida em mercados organizados ou através de contratos bilaterais, estando apenas sujeita à atribuição de licença.

A produção em regime especial (PRE) permite aos produtores efectuarem entregas à rede, através de contratos bilaterais celebrados com o Comercializador de Último Recurso (CUR), sendo remunerados com base no princípio dos custos evitados ao sistema, complementado de um prémio ambiental que reflecte os benefícios decorrentes da utilização de energias renováveis. A PRE está sujeita a regimes jurídicos específicos, designadamente para incentivar a utilização de recursos endógenos renováveis, de cogeração ou de micro-geração — o Grupo EDP exerce actividades no segmento da PRE em Portugal através da EDP Gestão da Produção, S.A. e da Enernova — Novas Energias, S.A., entre outras participadas.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 240/2004, de 27 de Dezembro, foram assinados em Janeiro de 2005 os acordos de cessação dos CAE relativos aos centros electroprodutores vinculados pertencentes ao Grupo EDP. O referido Decreto-Lei determinou o estabelecimento de um mecanismo de compensação para a manutenção do equilíbrio contratual (CMEC) atribuível aos produtores vinculados, onde se inclui uma parte significativa da actividade de produção, em Portugal, do Grupo EDP. Nos termos da referida legislação, os efeitos das cessações antecipadas dos CAE e da consequente entrada em vigor dos CMEC ficaram subordinados à verificação da entrada em funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), o qual teve início em 1 de Julho de 2007.

A 16 de Fevereiro de 2007, o Governo Português reiterou a decisão de extinção dos CAE e da entrada em vigor dos CMEC, definindo as condições de cálculo destes, tendo no essencial e face à legislação anteriormente publicada considerado um ajustamento no preço de referência, de venda de electricidade em mercado, utilizado para o cálculo da compensação inicial devida pela cessação antecipada dos CAE. A 15 de Junho de 2007, a EDP e a REN acordaram a antecipação do fim dos CAE, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007. No âmbito da nova legislação, o montante definido para o CMEC ascende a 833.467 milhares de Euros e, nos termos da lei em vigor, é passível de securitização.

Em Junho de 2007 entrou em vigor o Decreto-Lei nº 226-A/2007 de 31 de Maio, que aprova o novo regime jurídico de utilização dos recursos hídricos nos termos estabelecidos pela nova Lei da Água. O referido Decreto-Lei determina a extensão do período de exploração do domínio público hídrico pelas empresas titulares dos centros electroprodutores afectos às diferentes barragens (centrais hídricas). A extensão do período de exploração e consequentemente da vida útil económica das respectivas obras hidráulicas fixas determinou, como contrapartida, o pagamento de um valor de equilíbrio económico-financeiro pelos titulares das referidas centrais hídricas. Neste contexto, em 8 de Março de 2008 foram assinados entre o Estado (INAG), a REN e a EDP Produção os contratos de concessão relativos às centrais do ex-SEP, tendo a EDP Produção pago 759 milhões de euros (valor do equilíbrio económico e financeiro associado de acordo com o Despacho 16982/07) e obtido o direito de exploração daquelas centrais por um período em média superior em 26 anos relativamente ao regime anterior.

Em 4 de Janeiro, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 1/2008, foi aprovado o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) relativo ao período de 2008-2012, designado por PNALE II.

A EDP em 27 de Junho de 2008 recebeu uma notificação da Autoridade da Concorrência sobre a não oposição da exploração da EDP Produção, por um prazo de 35 anos, dos aproveitamentos hidroeléctricos de Alqueva e de Pedrógão e à aquisição de 80% do capital social da Pebble Hydro, Lda. e Hidroeléctrica de Janeiro de Baixo, Lda. Adicionalmente, a EDP assumiu um compromisso de cessão temporária, por um período de 5 anos, da gestão da energia do conjunto Agueira-Raiva (360 MW) a uma entidade externa cuja selecção, através de um concurso limitado, se encontra em curso.

Distribuição

As actividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso estão sujeitas a regulação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos — ERSE, a quem compete a preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas e preços respeitantes à utilização das infra-estruturas — tarifas de acesso — e ao fornecimento da energia eléctrica aos clientes do mercado regulado — tarifas de venda a clientes finais.

O transporte de electricidade é assegurado pela Rede Nacional de Transporte (RNT) e é exercido em regime de concessão de serviço público, em exclusivo, pela REN — Rede Eléctrica Nacional, S.A., pelo prazo de 50 anos.

A distribuição de electricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões e as redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida igualmente mediante a atribuição de uma concessão de serviço público. A concessão para a exploração da RND em média e alta tensões é atribuída pelo Estado por um prazo de 35 anos.

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios no âmbito do regime de Concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão. No entanto, foi prevista a possibilidade desta actividade ser exercida pelo Grupo EDP, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, podendo os referidos contratos ser revogados com aviso prévio de 2 anos (estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes). No processo de cisão, ocorrido em 1994, esta possibilidade foi mantida em relação às quatro empresas de Distribuição de Electricidade então criadas e que, posteriormente, no ano 2000 foram objecto de fusão na EDP Distribuição, S.A.

Comercialização

A comercialização de electricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas reguladas pela ERSE. As actividades de comercialização de último recurso, com obrigações de serviço público universal, são asseguradas pela EDP Serviço Universal, S.A., empresa constituída e totalmente detida pela EDP Distribuição.

Regime de Preços da Energia Eléctrica

No âmbito do mercado livre, os preços de venda de energia são estipulados por acordo entre cada comercializador e os respectivos clientes. No mercado regulado, as tarifas e preços praticados pelo CUR são os definidos pela ERSE no tarifário de venda a clientes finais.

Para as actividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso, a lei estabelece o direito a uma remuneração fixada pela ERSE, nos termos do Regulamento Tarifário, que assegure o equilíbrio económico-financeiro nas condições de uma gestão eficiente.

Bens de Domínio Público

Em Portugal, alguns imobilizados afectos à produção e distribuição de energia eléctrica no mercado regulado estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, embora no âmbito do domínio do comércio jurídico privado não possa dispor dos mesmos, enquanto se mantiver a sua afectação ao regime de domínio público.

Gás

No que respeita à actividade de distribuição e comercialização de gás natural, o Grupo EDP desenvolve a sua actividade em Portugal através das suas subsidiárias Portgás S.A. e EDP Gás Serviço Universal, S.A., respectivamente. Adicionalmente, o Grupo EDP detém uma participação na Setgás, S.A., empresa associada do Grupo.

No ano de 2008 foram aprovadas as minutas dos contratos de concessão de serviço público de distribuição regional de gás natural a celebrar entre o Estado Português e a Portgás S.A. Estas minutas reflectem o determinado no Decreto-Lei n.º 30/2006 e no Decreto-Lei n.º 140/2006, respectivamente de 15 de Fevereiro e 26 de Junho, quanto aos princípios e regras aplicáveis às actividades de distribuição e comercialização de gás natural, destacando-se, entre outros aspectos, a cisão jurídica das referidas entidades e a atribuição de licença de comercializador de último recurso na área de influência de cada concessão, ao correspondente distribuidor.

A partir de 1 de Julho de 2008 passaram a vigorar as tarifas definidas e aprovadas pela ERSE no quadro das suas competências e nos termos do Regulamento Tarifário. As tarifas aprovadas vigorarão entre Julho de 2008 e Junho de 2009 (ano gás 2008-2009).

Actividade no Sector Energético em Espanha

Electricidade

Em Espanha, a Hidroeléctrica del Cantábrico (HC Energia) é a empresa-mãe de um grupo empresarial que desenvolve actividades nos sectores eléctrico e do gás. No sector eléctrico, a HC Energia desenvolve a sua actividade nas áreas da produção, transporte e distribuição e comercialização de energia eléctrica. O parque produtor está assente, fundamentalmente, em centrais térmicas clássicas a carvão e, em menor percentagem, na hidroelectricidade e no nuclear.

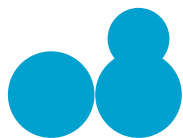
Regulação do Sector Eléctrico

Em 27 de Novembro de 1997 foi aprovada a Lei 54/1997, do Sector Eléctrico, que efectua (i) a transposição normativa dos princípios incluídos no Protocolo assinado a 11 de Dezembro de 1996 entre o Ministério de Indústria e Energia e as principais empresas eléctricas a fim de propiciar uma maior liberalização e concorrência no Sector Eléctrico e (ii) a incorporação no ordenamento jurídico espanhol das disposições contidas na Directiva 96/92/CE sobre normas comuns para o Mercado Interno de Electricidade. De igual forma, a 6 de Julho de 2007 entrou em vigor a Lei 17/2007, de 4 de Julho, que altera a Lei 54/1997, para a adaptar ao disposto na Directiva 2003/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003, sobre normas comuns para o mercado interno de electricidade.

A referida Lei 54/1997, na sua redacção actual, estabelece, entre outros, os seguintes princípios básicos:

Produção

A partir do 1 de Janeiro de 1998 a produção de energia eléctrica é efectuada em regime de livre concorrência no Mercado de Produção de Energia Eléctrica, o qual abrange as actividades comerciais de compra e venda de energia e outros serviços relacionados com a distribuição de energia eléctrica.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008

Adicionalmente, a Ordem ITC/2794/2007, de 27 de Setembro, que reviu as tarifas de energias eléctrica a partir de 1 de Outubro de 2007, substituiu o conceito de “garantia de potência” da retribuição na produção de energia eléctrica pelo conceito de “pagamentos por capacidade”, previsto no artigo 16 da Lei 54/1997 (modificada pela Lei 17/2007), que contempla a retribuição do serviço de disponibilidade - destinado à contratação de capacidade no médio prazo - e o incentivo ao investimento em capacidade longo prazo.

A instalação de novas unidades de produção considera-se liberalizada, sem prejuízo da obtenção das autorizações necessárias.

Os produtores têm direito a utilizar nas suas unidades produtivas as fontes de energia primária que considerem mais adequadas, com as restrições aplicáveis em matéria de meio ambiente.

Distribuição

A Red Eléctrica de España, S.A. exerce as actividades de Gestor do Transporte e Operador do sistema, sendo responsável pela gestão técnica do mesmo, tendo como objectivo garantir a continuidade do fornecimento e a correcta coordenação do sistema de produção e transporte. A responsabilidade pela gestão económica do sistema cabe à Compañía Operadora del Mercado Español de Electricidad, S.A.

Verifica-se um livre acesso às redes de transporte e comercialização pelas entidades e consumidores qualificados, estabelecendo-se um sistema de “portagens” de trânsito. A retribuição das actividades de transporte e distribuição é fixada administrativamente.

A Lei 54/1997 estabelece que a retribuição para cada empresa deverá atender a critérios baseados nos custos necessários ao desenvolvimento da actividade, tendo em conta um modelo de caracterização das zonas de distribuição, entre outros parâmetros. A Ordem do Ministério de Indústria e Energia de 14 de Junho de 1999 estabelece os critérios e a retribuição da actividade de distribuição de energia eléctrica a partir do exercício de 1998. A retribuição global é determinada tomando fundamentalmente como base na retribuição existente até 31 de Dezembro de 1997, projectada para o futuro a partir do exercício de 1998 em função das variações na procura de energia eléctrica, do índice de preços no consumo e de certos parâmetros de eficiência.

A retribuição da actividade de transporte rege-se por um modelo baseado em unidades físicas reais assim como em custos standard de investimento, operação e manutenção. A nova redacção da Lei 54/1997 dada pela Lei 17/2007 passou a regular a retribuição dos custos destinados a reduzir o impacto ambiental, com um limite máximo de 3% da retribuição.

O texto actual da Lei 54/1997 também prevê que a actividade de transporte passará a ser exercida por um transportista único, para o qual serão transferidas todas as instalações de transporte antes de 6 de Julho de 2010. Igualmente, é efectuada uma distinção entre a rede de transporte primário (instalações > 380 kV, interconexões internacionais e com sistemas insulares e extra peninsulares) e a rede de transporte secundário (instalações < 220 kV que não sejam transporte primário e as inferiores que cumpram funções de transporte).

Comercialização

A Lei 54/1997 veio estabelecer a liberalização progressiva do fornecimento de energia eléctrica e a introdução da actividade de comercialização, permitindo que os clientes passem a poder escolher de forma progressiva os seus fornecedores, e liberalizando os fornecimentos a partir de 1 de Janeiro de 2003. Adicionalmente, a partir de 1 de Janeiro de 2009, os distribuidores deixaram de realizar qualquer actividade de distribuição de energia eléctrica (venda), passando a ser estritos operadores de redes.

Regime de Preços da Energia Eléctrica

A 30 de Dezembro de 2006 foi publicado o Real Decreto 1634/2006, de 29 de Dezembro que estabeleceu a tarifa eléctrica a partir de 1 de Janeiro de 2007. Esta norma fixou uma subida da tarifa média de 4,30%, estabelecendo adicionalmente que com carácter trimestral e a partir de 1 de Julho de 2007, o Governo, mediante Real Decreto, efectuará modificações às tarifas para a venda de energia eléctrica aplicadas pelas empresas distribuidoras, revendo os custos derivados das actividades necessárias ao fornecimento de energia eléctrica, os custos permanentes do sistema e os custos de diversificação e segurança do abastecimento. A Ordem ITC/2794/2007, de 27 de Setembro, que revê as tarifas eléctricas a partir de 1 de Outubro de 2007 veio cumprir com o estabelecido no Real Decreto 1634/2006.

A 29 de Dezembro de 2007 foi publicada a Ordem ITC/3860/2007, de 28 de Dezembro, que revê as tarifas eléctricas a partir de 1 de Janeiro de 2008. A Ordem supôs um aumento das tarifas integrais e de acesso de 3,3%, excepto para as (i) tarifas integrais de venda aos distribuidores da DT 11ª da Lei do Sector Eléctrico que são aumentadas em 5,42% e (ii) as tarifas de acesso 2.0.A e 2.0.A DH (domésticas) para as que se mantêm os termos potência e se reduzem entre 40% e 20% os de energia.

Em conformidade com a Disposição Adicional 4ª do Real Decreto 871/2007, de 29 de Junho, a 1 de Julho de 2008 foram suprimidas as tarifas gerais de alta tensão e a tarifa horária de potência, pelo que os clientes sujeitos às mesmas passaram para o mercado livre. Apenas subsistem as tarifas relativas aos clientes de baixa tensão, a tarifa “D” dos distribuidores e a tarifa G4 para os grandes clientes industriais.

A 1 de Janeiro de 2009 foram suprimidas as tarifas integrais. A partir desta data, e para o fornecimento de determinados tipos de consumidores, principalmente domésticos, o Governo fixou preços máximos que têm em consideração a Tarifa de Último Recurso. O fornecimento será efectuado pelos comercializadores designados para o efeito.

Direitos de emissão

O Real Decreto 1866/2004, de 6 de Setembro, modificado pelo Real Decreto 60/2005, de 21 de Janeiro e pelo Real Decreto 777/2006, de 23 de Junho, aprovou o Plano Nacional de Atribuição de Direitos de Emissão 2005-2007, em cumprimento com o previsto no Real Decreto-Lei 5/2004, de 27 de Agosto, o qual transpõe para o ordenamento jurídico espanhol a Directiva 2003/87/CE, que estabeleceu um regime de comércio de direitos de emissão de gases de efeito estufa, de forma a cumprir o objectivo de redução daquelas emissões estabelecido no Protocolo de Quioto sobre as Alterações Climáticas e que foi aprovado em nome da Comunidade Europeia em virtude da Decisão do Conselho de 25 de Abril de 2002. O referido Plano resulta da aplicação por um período de 3 anos que começou em 1 de Janeiro de 2005. Os direitos de emissão atribuídos gratuitamente ao sector eléctrico para o período 2005-2007 ascenderam a 264,6 milhões de toneladas.

O Real Decreto 1402/2007, publicado em 29 de Outubro de 2007, aprovou a versão definitiva do Plano para o período 2008/2012. A atribuição efectuada ascendeu a 152 milhões de toneladas por ano, incluindo uma reserva para novos entrantes, de 6 milhões de toneladas por ano. Desta quantidade, foram atribuídas ao sector eléctrico 54,4 milhões de toneladas por ano, o que supõe uma redução de quase 12% sobre as emissões de 1990 e de 38% sobre a atribuição para o período 2005-2007.

Gás

A Naturgás, subsidiária do Grupo HC Energia que actua no sector da distribuição e comercialização do gás natural, integra todos os activos gasistas do Grupo EDP em Espanha. A actividade de distribuição de gás natural em Espanha está sujeita a regulação.

A Lei 34/1998, aprovada em 7 de Outubro de 1998, transpõe para o ordenamento jurídico espanhol, o disposto na Directiva 2003/55/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003, sobre normas comuns para o mercado interno de gás natural.

No âmbito do fornecimento de gases combustíveis por canalização, a referida lei identifica os seguintes operadores:

- Os transportadores, detentores de instalações de regasificação de gás natural liquefeito, de transporte ou de armazenamento de gás natural;
- Os distribuidores, detentores de instalações de distribuição, cuja função consiste em distribuir o gás natural por canalização, assim como construir, manter e operar as referidas instalações de distribuição, destinadas a colocar o gás natural nos pontos de consumo;
- Os comercializadores, sociedades que detendo acesso às instalações detidas por terceiros, adquirem o gás natural para venda aos consumidores ou a outros comercializadores para efeitos de trânsitos internacionais;
- Os consumidores finais, que adquirem o gás natural para consumo próprio e os Consumidores Directos no Mercado, que acedem directamente às instalações de terceiros.

O Real Decreto-Lei 6/2000 de 23 de Junho, cria ainda a figura do Gestor Técnico do Sistema, que detém a responsabilidade de gestão técnica das instalações da rede básica de gás e das redes de transporte secundário, papel atribuído à ENAGÁS, S.A.

A actividade de comercialização é exercida em regime de livre concorrência. A regasificação, o armazenamento estratégico, o transporte e a distribuição têm um carácter de actividades reguladas.

A retribuição das actividades reguladas do sector gasista é estabelecida por Ordens Ministeriais, compreendendo as tarifas de gás natural e gases manufacturados por canalização, o aluguer de contadores, as "portagens" e os direitos associados ao acesso de terceiros às instalações gasistas.

Actividade no Sector Energético do Brasil

Electricidade

No Brasil, o Grupo EDP actua no sector eléctrico, nomeadamente na produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, através da sua subsidiária EDP Energias do Brasil, S.A. (EDP Energias do Brasil).

Em Agosto de 2008, o Grupo EDP Energias do Brasil efectuou a permuta com o Grupo Rede da totalidade da participação societária detida na Enersul (empresa distribuidora de energia no Estado de Mato Grosso do Sul) pelas participações societárias detidas pela Rede Energia nas sociedades Rede Lajeado Energia S.A. ("Rede Lajeado") e Investco S.A. ("Investco"), bem como pelas participações societárias detidas pela Rede Power nas sociedades Rede Lajeado e Tocantins Energia S.A. Esta operação permitiu à EDP Energias do Brasil consolidar a sua posição na produção de energia eléctrica no Estado de Tocantins no Norte do Brasil.

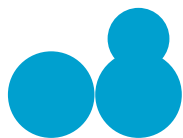
O Sector Eléctrico Brasileiro sofreu importantes alterações estruturais e institucionais nos últimos anos, tendo migrado de uma situação de monopólio gerido pelo Estado para um modelo de mercado, onde participa o capital privado. O modelo do sector compreende a existência de dois sistemas distintos, o Sistema Regulado e o Sistema Liberalizado (ou não regulado).

Sistema regulado

No sistema regulado, os consumidores adquirem electricidade, às tarifas definidas pela ANEEL, ao seu distribuidor local que por sua vez, adquire electricidade através de leilões públicos regulados pela ANEEL. Cabe às empresas distribuidoras estimarem a quantidade de electricidade a contratar nos leilões, sendo obrigadas a contratar 100% das suas necessidades. O não cumprimento da totalidade do fornecimento nos seus mercados de distribuição poderá resultar em multas. O esquema de leilões públicos teve início no final de 2004 e que não substitui directamente os contratos já estabelecidos entre as empresas de produção e distribuição.

Sistema liberalizado

No sistema liberalizado, a electricidade é comercializada entre concessionárias de produção, produtores independentes de energia, auto-produtores, agentes comercializadores e consumidores livres. Os consumidores potencialmente livres, com uma potência contratada superior a 3 MW, poderão optar mudar de fornecedor de electricidade. Um consumidor que opte pelo sistema liberalizado apenas poderá voltar para o sistema regulado se notificar o seu distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo sob acordo com o distribuidor.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008

Produção

O mercado de produção baseia-se predominantemente na existência de Contratos de Aquisição de Energia (CAE) entre produtores e distribuidores, existindo leilões para fornecer a procura de longo prazo, o ajustamento de médio e curto prazo e um mercado diário de desvios.

O parque de produção de electricidade do Brasil, assenta maioritariamente na tecnologia hidroelétrica. As centrais de produção de electricidade são objecto de concessão, autorização ou registo, segundo o enquadramento realizado em função do tipo de central, da potência a ser instalada e do destino da energia. Segundo o destino da energia as centrais de produção podem ser classificadas como:

- Produtores cujo despacho de electricidade destina-se ao serviço público de distribuição;
- Produtores independentes (assumem o risco da comercialização de electricidade com distribuidoras ou directamente com consumidores livres);
- Auto-produtores (produção de energia para consumo próprio, podendo o excedente ser comercializado mediante uma autorização).

Transmissão

O sistema de transmissão brasileiro, com capacidade acima de 230 kV, é dividido em redes de transmissão e sub-transmissão, em função do nível de desagregação do mercado dos consumidores. A rede primária é responsável pelo transporte de electricidade aos grandes centros consumidores e ao fornecimento de energia a eventuais consumidores de elevada dimensão. A rede secundária, é basicamente uma extensão da rede primária, com o objectivo de transportar electricidade a pequenos centros consumidores e fornecer energia a clientes industriais de grande dimensão.

Distribuição

Os contratos de concessão do serviço público de distribuição de electricidade são atribuídos por licitação e estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, actualidade e qualidade dos serviços e do fornecimento prestado aos consumidores e utilizadores da rede. Definem ainda penalidades para possíveis irregularidades.

Na maioria dos estados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a área de concessão corresponde aos limites geográficos estaduais. No entanto, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, as concessões de distribuição abrangem áreas menores que a do próprio Estado. Existe também o caso em que as áreas de concessão ultrapassam o limite geográfico do Estado-sede da empresa de distribuição.

A actividade de distribuição opera num ambiente totalmente regulado de concessões, com uma remuneração baseada nos custos de operação e na base de activos. Os custos de aquisição da energia contratada às empresas geradoras são passados totalmente aos consumidores através das tarifas.

Comercialização

Os Agentes Comercializadores de electricidade não possuindo sistemas eléctricos, estão autorizados a actuar exclusivamente no mercado de compra e venda de electricidade para as empresas de distribuição, agentes autorizados ou consumidores livres. Os preços são fixados livremente.

Bens de Domínio Público

No Brasil, os immobilizados utilizados na distribuição e comercialização de energia eléctrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da entidade reguladora (ANEEL).

Actividade no Sector das Energias Renováveis

Em Dezembro de 2007, o Grupo EDP constituiu a EDP Renováveis, S.L., sociedade de direito espanhol, com vista à concentração nesta entidade das subsidiárias do Grupo com actividade no sector das energias renováveis.

Em 4 de Junho de 2008, foi concretizado um aumento de capital na EDP Renováveis através da subscrição pública (IPO) de 196.024.306 acções. O Grupo EDP não participou neste aumento de capital tendo, em consequência, diluído a sua participação social na EDP Renováveis de 100% para 77,53%. O aumento de capital da EDP Renováveis ascendeu a 1.566.726 milhares de Euros, dos quais 980.121 milhares de Euros correspondem ao aumento do capital social e 586.605 milhares de Euros correspondem ao prémio de emissão.

A 31 de Dezembro de 2008, a capacidade instalada total bruta do Grupo EDP Renováveis é de 5.052 MW, sendo 553 MW em Portugal, 2.109 em Espanha, 185 MW em França, 47 MW na Bélgica e 2.158 MW nos Estados Unidos.

Electricidade

Produção

Em Dezembro de 2008, o Grupo EDP através da sua subsidiária EDP Renováveis detém as participações na Nuevas Energias del Occidente, S.L. (NEO) e na Horizon Wind Energy, LLC (Horizon) que operam no sector das energias renováveis na Europa e nos Estados Unidos da América, respectivamente.

A actividade da NEO é desenvolvida através de participações detidas em subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia e Brasil. As principais subsidiárias são: a Enernova (parques eólicos em Portugal), a Genesa (energias renováveis em Espanha), a Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França), a GreenWind (parques eólicos na Bélgica - parceria com promotores locais) e a Relax Wind Parks (parques eólicos na Polónia detidos pela NEO). A 31 de Dezembro de 2008 os mercados geográficos de Espanha e Portugal são os mercados geográficos com maior significado nas operações da NEO.

O Grupo adquiriu em Julho de 2007, à Goldman Sachs 100% do capital social da Horizon, empresa cuja actividade consiste no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América. A Horizon detém um conjunto de parques eólicos em exploração e um conjunto de projectos de instalação de parques eólicos que se encontram em fase de desenvolvimento.

Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

O Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004, publicado em 24 de Março de 2004, estabelece a metodologia a usar na actualização e sistematização do regime económico e legal da produção de energia eléctrica em regime especial, que inclui a geração de electricidade através de fontes renováveis de energia, cogeração, biomassa e resíduos. Este Real-Decreto substituiu o anterior Real-Decreto 2818/1998 e sistematizou os regulamentos aplicáveis ao regime especial de energia. O Real-Decreto estabelece um sistema no qual os detentores dos centros electroprodutores têm o direito de vender a produção ou o excesso de energia eléctrica aos distribuidores. Esta venda pode ser efectuada a um preço regulado ou a preços de mercado, directamente no mercado diário, de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que neste caso é recebido um preço negociado em mercado, acrescido de um incentivo de participação e um prémio, caso o centro electroprodutor tenha direito a recebê-lo.

O Real-Decreto nº 661, de 25 de Maio de 2007, foi publicado em 26 de Maio de 2007 e regulamenta a energia eléctrica produzida sob o regime especial, tendo substituído o Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004 e actualizado os regulamentos sobre produção de energia eléctrica em regime especial, embora mantendo a estrutura básica da regulação. O enquadramento económico estabelecido neste Real-Decreto mantém o mesmo sistema de pagamento pela energia produzida sob o regime especial, sendo que o detentor do centro electroprodutor pode optar por vender a energia a um preço regulado, apenas para os períodos programados ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo nestes casos o preço negociado acrescido de um prémio.

As principais alterações ao Real-Decreto incluem a modificação do preço regulado e dos prémios e a introdução de um prémio de sistema variável para certas tecnologias como a eólica. Os detentores de instalações de produção de energia eólica que entrem oficialmente em serviço antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido nas disposições transitórias, que estipulam que os detentores destas instalações possam manter os preços e prémios estabelecidos no Real-Decreto atrás referido até 31 de Dezembro de 2012.

O Grupo NEO optou por vender em mercado toda a energia produzida pelos parques eólicos em operação e permanecer no regime transitório estabelecido pelo Real Decreto-Ley 661/2007, para todos os parques eólicos que oficialmente entraram em operação antes de 1 de Janeiro de 2008.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e no Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A principal característica do enquadramento legal aplicável à produção renovável em Portugal é que o operador nacional da rede eléctrica nacional ou o operador regional da distribuição devem adquirir toda a electricidade produzida pelos produtores de energia renovável licenciados. A construção e operação de parques eólicos em Portugal depende da alocação de um ponto de rede pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE"), o qual depende de requerimento efectuado pelos promotores durante períodos limitados de tempo estabelecidos pela DGGE ou através de concursos públicos. A atribuição de pontos de rede através de negociação directa é excepcional.

O Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis, previstas na Estratégia Nacional para a Energia, e procedeu à revisão dos factores para cálculo do valor da remuneração pelo fornecimento da energia produzida em centrais renováveis e entregue à rede do Sistema Eléctrico Português (SEP), bem como à definição de procedimentos para atribuição de potência disponível na mesma rede e os prazos para obtenção da licença de estabelecimento para centrais renováveis.

Ainda no âmbito das energias renováveis, o Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de Novembro estabeleceu o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de unidades de micro-produção, quer utilizem recursos renováveis como energia primária, quer produzam, combinadamente, electricidade e calor, podendo aceder a esta actividade os produtores de electricidade que disponham de um contrato de compra de electricidade em baixa tensão.

Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

As leis e regulamentos federais, estaduais e locais regulam o desenvolvimento, a propriedade, a organização do negócio e a operação de instalações de produção eléctrica e de venda de electricidade nos Estados Unidos. As empresas do Grupo EDP nos Estados Unidos operam como "Exempt Wholesale Generators - EWGs" ou "Qualifying Facilities — QFs" ao abrigo da lei federal ou são duplamente certificadas. Adicionalmente, a maioria das empresas de projectos nos Estados Unidos são reguladas pela "Federal Energy Regulatory Commission — FERC" e têm tarifas com base de mercado de acordo com o previsto pela FERC.

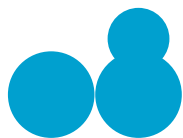
As "EWGs" são detentores ou operadores de produção de energia eléctrica (incluindo produtores de energia renovável, tais como projectos eólicos) que são exclusivamente contratados no negócio para deter e/ou operar as instalações de produção e vender energia eléctrica às tarifas gerais. A EWG não pode efectuar vendas a retalho de energia eléctrica e pode apenas deter ou operar as instalações de conexão necessárias para a ligação da instalação de produção com a rede.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDP - Energias de Portugal, S.A., agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e a posição financeira de todas as suas subsidiárias (Grupo EDP ou Grupo) e a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da EDP, S.A., no dia 5 de Março de 2009. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais da EDP, S.A. e consolidadas do Grupo EDP são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessas datas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura de justo valor são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo adoptou a IFRS 7 - "Instrumentos financeiros - Divulgações". A aplicação desta norma teve impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. Em 2007, o Grupo adoptou igualmente o IFRIC 8 - "Âmbito de aplicação da IFRS 2", o IFRIC 9 - "Reavaliação dos derivados embutidos" e o IFRIC 10 - "Reporte Financeiro Interino e Imparidade". Adicionalmente em 2008 o Grupo adoptou ainda as alterações ocorridas na IAS 39 e IFRS 7 - "Instrumentos financeiros - Divulgações", o IFRIC 11 - "IFRS2 - Transacções com *treasury shares* no Grupo" e o IFRIC 14 - "IAS 19 - Limite de benefícios definidos e requisitos de financiamento mínimo e sua interacção". A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo EDP.

Nos termos definidos pelo IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais, ajustamentos ao justo valor resultantes de "Purchase price allocations", com impacto nos montantes de "goodwill" previamente registados, originam uma alocação na informação comparativa, reflectindo o efeito destes ajustamentos, com referência à data de realização da operação de concentração de actividades empresariais.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da EDP, S.A. e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo EDP), e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo por via das participações financeiras em empresas associadas.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, de directa ou indirectamente, gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Em base individual, os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda, ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004 e conforme permitido pelo IFRS 1 — Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Caso o "goodwill" seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Aquisição e diluição a Interesses Minoritários

Nas transacções com interesses minoritários, o Grupo aplica o "Parent Company Model" de uma forma consistente para as aquisições e alienações.

Nas aquisições, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses minoritários adquiridos são registadas por contrapartida de "goodwill". As aquisições de interesses minoritários, por via de contratos de opções de venda ("written put options") celebrados com esses interesses minoritários, originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses minoritários na parte adquirida. Sempre que exista um diferencial entre os interesses minoritários adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial é registado por contrapartida de "goodwill". O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade registado por contrapartida de resultados.

Quando uma parte da participação numa subsidiária é alienada sem que haja perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, é reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorre quando a percentagem de participação numa subsidiária diminui sem que o Grupo tenha alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participa proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária. Os ganhos ou perdas resultantes do efeito da diluição são contabilizados pelo Grupo em resultados do exercício.

O Grupo reconhece os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital em resultados do exercício.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

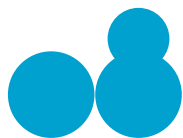
As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas.

O "goodwill" gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão para Euros dos resultados do exercício, resultantes do diferencial entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura do fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à maturidade.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos por contrapartida do custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

Cobertura de activos líquidos ("Net investment")

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, realiza testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar a sua efectividade e mostrando que as alterações no justo valor do item coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer ineffectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, negociação e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("fair value option").

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo não procedeu à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

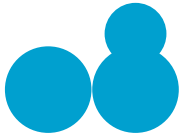
Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação (superior a 20%), e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas por entidades do Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo. As acções preferenciais emitidas por subsidiárias, classificadas como instrumento de capital e detidas por terceiros são registadas como interesses minoritários.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico:	
Produção Hidroeléctrica	32 a 65
Produção Termoelectrica	25 a 40
Produção Renováveis	20
Distribuição de electricidade	10 a 40
Outro equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos activos.

Activos fixos tangíveis afectos às concessões da EDP Distribuição e subsídios ao investimento

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não implica a alienação dos patrimónios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados entregues pelos Municípios para efeitos da concessão são evidenciados como activos fixos tangíveis, em contrapartida de um passivo de médio e longo prazo registado na rubrica de Credores e outros passivos (Conta de Regularização do DL 344-B/82), Nota 37.

Os activos fixos tangíveis afectos às concessões estão registados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. A amortização destes activos é calculada na mesma base e com as mesmas taxas de amortização utilizadas para os activos fixos tangíveis propriedade do Grupo, utilizando o método das quotas constantes. O custo desta amortização (nota 12) é compensado na rubrica de amortizações, pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios registada no passivo.

A manutenção e a reparação destes activos tangíveis é da responsabilidade do Grupo EDP durante o período de vigência do contrato de concessão. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Os activos adquiridos através de subsídios ao investimento e relativos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão seguem o mesmo tratamento contabilístico.

II Activos intangíveis

Os activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Direitos de concessão na distribuição de electricidade e gás

Os direitos de concessão na distribuição de electricidade no Brasil relativos aos investimentos na Bandeirante e Escelsa e os direitos de concessão relativos à distribuição de gás, nomeadamente da Portgás e Setgás, são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, não excedendo os 30 anos.

Direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico

Os direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, o qual actualmente não ultrapassa os 45 anos. O Grupo EDP regista como direitos de concessão as compensações financeiras pagas pelo usufruto dos bens públicos, sempre que estes ocorrem e nas suas diferentes subsidiárias.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

II Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

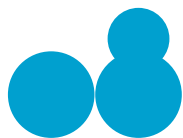
Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Determinação se um Acordo contém uma Locação

Na sequência da emissão pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), da interpretação IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, aplicável com referência a 1 de Janeiro de 2006, os acordos existentes, que compreendem transacções que embora não assumam a forma de uma locação transmitem o direito de uso de um activo em retorno de um pagamento, sempre que em substância cumprem com os requisitos definidos pela referida interpretação foram registados como locações.

k) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

As licenças de CO2 detidas pelo Grupo com o objectivo de serem negociadas em mercado são registadas como inventário e são valorizadas ao preço de mercado no final de cada exercício por contrapartida de resultados.

m) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios e segregados dos patrimónios dos patrocinadores. A Escelsa dispõe de um plano de benefícios definidos que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, o Grupo optou, na data da transição de 1 de Janeiro de 2004, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Os activos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

Em Portugal, Espanha e no Brasil, as empresas EDP Estudos e Consultoria, HC Energia, NEO e Bandeirante dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

Em Portugal e no Brasil (Escelsa) algumas empresas do Grupo EDP concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração Executivo. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica e nuclear, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas, com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A facturação de vendas de electricidade é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efectuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

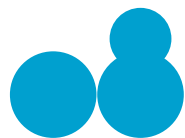
Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizadas, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Os resultados financeiros incluem ainda as perdas por imparidade relativas aos activos financeiros disponíveis para venda.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 74 da IAS 12, o Grupo procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos accionistas da EDP, S.A. pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo e pela EDP, S.A. respectivamente.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

t) Programa de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções da EDP, S.A. O preço de exercício das opções é calculado com base no preço de mercado das acções na data de atribuição do benefício.

O justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição ("grant date"), é reconhecido nos resultados por contrapartida de capitais próprios, durante o período em que o colaborador adquire o direito de exercer ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Caso a opção venha a ser exercida, o Grupo efectuará a aquisição das acções no mercado para proceder à sua atribuição aos colaboradores.

u) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

w) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

x) Desvios tarifários

Nas actividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pelas empresas reguladas (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários são recuperados através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, o Grupo EDP registou nos resultados do período na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às entidades empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade que cada uma das entidades, devendo a ERSE adoptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia eléctrica.

y) Licenças de CO₂ e emissão de gases de estufa

O Grupo detém licenças de emissão de CO₂ para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional e licenças que foram adquiridas para negociação. As licenças de CO₂ e de emissão de gases de estufa detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo incorpóreo no momento da atribuição, por contrapartida da rubrica de Proveitos Diferidos - Subsídios, sendo valorizadas com base na cotação do mercado na data de referência da sua atribuição. A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base na cotação do mercado Powernext na data de referência da sua atribuição, normalmente, no início do exercício.

A amortização dos subsídios é efectuada no exercício em que são atribuídos. Quando as emissões do ano excedem o montante de licenças de CO₂ atribuídas gratuitamente, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de referência das demonstrações financeiras.

As licenças detidas pelo Grupo para negociação são registadas como existências ao custo de aquisição o qual é posteriormente ajustado para o respectivo justo valor, correspondente à cotação do mercado Powernext no último dia útil de cada mês. Os ganhos e perdas resultantes destes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

z) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem que uma série de tratamentos contabilísticos requerem que o Conselho de Administração Executivo efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

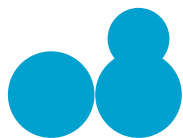
O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Extinção dos Contratos de Aquisição de Energia

Em 2007, a EDP e a REN acordaram a antecipação do fim dos CAE, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007. Com base na legislação em vigor, o montante relativo à Compensação do Equilíbrio Contratual (CMEC) inicial ascende a 833.467 milhares de Euros, sendo passível de securitização.

Face à legislação anterior relativa ao CMEC, a legislação actual, no essencial, considera um ajustamento no preço de referência de venda de electricidade em mercado utilizado para o cálculo da compensação inicial, devida pela cessação antecipada dos CAE.

O Conselho de Administração Executivo considera que este ajustamento se encontra em linha com as alterações ocorridas nos preços de mercado de electricidade de longo prazo. A nível económico o Conselho de Administração Executivo não antecipa que este ajustamento venha a alterar o efeito, para o Grupo EDP, da entrada em vigor dos CMEC em resultado da confirmação da extinção dos CAE.

Compensação do Equilíbrio Contratual - CMEC

Na sequência da extinção dos contratos de aquisição de energia (CAE) e de acordo com a legislação em vigor, foi determinada a atribuição, ao Grupo EDP de uma compensação de equilíbrio contratual (CMEC). O mecanismo de atribuição do CMEC compreende três tipos de compensações: a compensação inicial, a compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade e uma compensação final.

A compensação inicial foi reconhecida no momento da cessação dos CAE, e constitui um activo a receber registado pelo seu valor actualizado líquido, tendo por contrapartida o registo de um proveito diferido. Em cada exercício a parcela da compensação inicial é reconhecida como um proveito operacional por contrapartida do proveito diferido inicial.

A compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade corresponde à correcção face à realidade da estimativa da compensação inicial de cada exercício, sendo registada como um custo ou um proveito no exercício a que se refere.

A compensação final será calculada nos termos definidos pela legislação relativa à cessação dos CAE, após o término do período de revisibilidade (10 anos). Os juros resultantes da taxa de desconto utilizada são registados no período a que respeitam, com base na taxa implícita respectiva, por contrapartida de proveitos em cada período.

Compensação do Equilíbrio Contratual - Revisibilidade

O mecanismo de revisibilidade, consiste em acertar numa base anual e pelo período de 10 anos após a resolução dos CAE, os desvios, positivos ou negativos, verificados entre as estimativas efectuadas para o cálculo do CMEC inicial de um período e os valores reais efectivamente ocorridos no mercado nesse período. Este mecanismo dá origem a uma compensação decorrente do acerto de estimativa que se designa por CMEC Revisibilidade. Em cada período, o Grupo EDP efectua o cálculo do CMEC Revisibilidade considerando os preços de mercado verificados e as quantidades reais vendidas, utilizando os pressupostos definidos no modelo Valorágua, conforme definido na legislação em vigor. Consequentemente, a utilização de metodologias ou pressupostos diferentes dos do modelo utilizado, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

Em 2006 e na sequência da confirmação pelo Governo Português da extinção dos CAE, o Conselho de Administração Executivo procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção eléctrica e consequentemente, à alteração da política de amortizações. A redefinição da vida útil das centrais térmicas e hídricas afectas aos CAE, teve por base uma análise dos equipamentos associados e as limitações impostas pela legislação, nomeadamente no que respeita à necessidade de realização de investimentos adicionais de carácter ambiental. Esta análise considerou pressupostos que requerem julgamentos e estimativas para a determinação das vidas úteis dos activos considerados.

Desvios tarifários

Os desvios tarifários representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema Eléctrico apurados no final de cada período. Os desvios tarifários são recuperados através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

No ano de 2008, considerando os direitos atribuídos pela legislação actualmente em vigor que estabelece o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário, o Grupo EDP registou nos resultados do período na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário, por contrapartida da rubrica de Outros devedores. No âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia eléctrica, os desvios tarifários.

Défice tarifário

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de Dezembro de 2006, veio reconhecer o direito irrevogável à recuperação do défice tarifário relativo aos exercícios de 2006 e 2007, por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de actividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défice tarifário. No exercício de 2008 o Grupo EDP procedeu à transmissão de forma plena e não condicionada do défice tarifário registado em 2007.

Em Espanha, em Dezembro de 2006, foi publicado o Decreto Real 1634/2006, que estabelece a tarifa de electricidade para o período com início em 1 de Janeiro de 2007. Este Decreto Real definiu a forma de recuperação do défice de 2006, estabelecendo adicionalmente que, com carácter trimestral e a partir de 1 de Julho de 2007, o Governo, mediante Decreto Real, efectuará modificações às tarifas de venda de energia eléctrica a aplicar pelas empresas distribuidoras. A Ordem ITC/2794/2007, de 27 de Setembro, que revê as tarifas eléctricas a partir de 1 de Outubro de 2007 veio cumprir com o estabelecido no Decreto Real 1634/2006. Em 29 de Dezembro de 2007 foi publicada a Ordem ITC/3860/2007, de 28 de Dezembro, a qual reviu as tarifas eléctricas a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Com base na legislação referida o Conselho de Administração Executivo considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos défices tarifários como valores a receber, registados por contrapartida dos resultados do exercício.

Imparidade dos activos de longo prazo e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O Grupo revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro - económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O "goodwill" em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pelo Conselho de Administração Executivo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de electricidade são reconhecidos quando as facturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram factores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da actividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP, S.A., e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP, S.A. e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

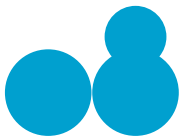
A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração Executivo considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica e nuclear. O Grupo constitui provisões para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente da responsabilidade em resultado da existência das referidas obrigações.

O Conselho de Administração Executivo considera que com base no enquadramento regulatório e legal da actividade do Grupo, não existem obrigações contratuais ou construtivas que determinem a constituição de provisões para desmantelamento ou descomissionamento dos restantes centros electroprodutores pertencentes ao Grupo EDP.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo EDP a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

A gestão de riscos financeiros da EDP, S.A., EDP Finance, B.V. e de outras entidades do Grupo EDP, é efectuada centralmente pela Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo. A Direcção de Gestão Financeira identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração Executivo mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração Executivo tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão de risco financeiro das subsidiárias brasileiras é efectuada localmente com o acompanhamento da Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração Executivo que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Ao nível das subsidiárias do Brasil, a responsabilidade de gestão dos riscos de mercado inerentes à variação das taxas de juro e das taxas de câmbio é do Gabinete de Gestão de Risco local, o qual efectua esta gestão de acordo com os princípios definidos pelo Grupo EDP para esta área geográfica.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira da EDP - Energias de Portugal, S.A., é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

O Grupo EDP opera internacionalmente encontrando-se exposto a risco cambial em várias moedas, nomeadamente: Dólar Americano (USD), Libra da Grã Bretanha (GBP) e Real Brasileiro (BRL). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta essencialmente da aquisição da Horizon em Julho de 2007 e dos investimentos efectuados em parques eólicos nos EUA desde então. Para financiar a aquisição e investimento subsequente desta subsidiária, a EDP contratou maioritariamente financiamentos em USD, os quais permitem mitigar o risco cambial em USD associado aos activos líquidos da Horizon. As obrigações emitidas pela EDP Finance, B.V., em GBP, ao abrigo do programa “Medium Term Notes” foram desde a data da emissão cobertas no que respeita ao risco cambial e de taxa de juro. A restante dívida contraída pelo Grupo EDP, exceptuando a dívida contraída pelas subsidiárias Brasileiras, encontra-se integralmente denominada em Euros.

As subsidiárias brasileiras expostas à flutuação cambial USD/BRL, através de endividamento em USD, utilizam contratos de “swap” de moeda como instrumentos de cobertura deste risco. Adicionalmente, os investimentos do Grupo nas subsidiárias brasileiras, cujos activos líquidos são denominados em BRL e portanto expõem-no ao risco de conversão cambial, são acompanhados no que respeita à evolução do câmbio BRL/EUR. Dada a natureza de longo prazo definida para os investimentos nas subsidiárias brasileiras, o Grupo decidiu não utilizar instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial associado ao valor dos investimentos líquidos nestas subsidiárias.

A política seguida pelo Grupo EDP consiste em contratar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial com características semelhantes às dos passivos cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura do risco que lhe deu origem.

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

As operações que se encontram contabilisticamente cobertas não são consideradas nesta análise. Deste modo, as operações que resultam numa exposição ao risco cambial (“forwards” cambiais) pelo facto de se encontrarem registadas contabilisticamente numa carteira de negociação, embora numa óptica de gestão se destinem a fixar o preço da componente cambial das aquisições futuras de combustíveis, uma alteração de 10% no câmbio do Euro face às seguintes moedas, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados do Grupo EDP, nos seguintes montantes:

	2008		2007	
	Euro'000		Euro'000	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD	-31.140	38.060	-11.921	14.571
BRL	-	-	9.912	-8.201
	-31.140	38.060	-2.009	6.370

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos “cashflows” da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados (“swaps”) e estruturas de opções.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo EDP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa. As dívidas de longo prazo contraídas a taxas fixas são, sempre que se justifique, convertidas para taxas variáveis através de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com o intuito de reduzir os encargos financeiros e de os ajustar às condições do mercado. A estas operações são, sempre que se considere adequado, adicionadas operações estruturadas de opções de modo a mitigar a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações das taxas de mercado.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo EDP e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 15 anos aproximadamente. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro (excluindo actividade no Brasil)

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo, com excepção do Brasil, é efectuada centralmente ao nível da Direcção Financeira do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados ("swaps" e estruturas opções) de forma a mitigar este risco. Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo, com excepção do Brasil e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, iria originar um acréscimo / (redução) no capital próprio e nos resultados do Grupo EDP nos seguintes montantes:

	2008			
	Resultado		Capitais Próprios	
	Euro'000		Euro'000	
	100 pb acréscimo	100 pb redução	100 pb acréscimo	100 pb redução
Efeito "cash flow":				
Dívida coberta	-24.777	24.777	-	-
Dívida não coberta	-71.532	71.532	-	-
Efeito justo valor:				
Derivados cobertura de fluxos de caixa	-	-	20.502	-22.461
Derivados de negociação (óptica contabilística)	-1.778	1.938	-	-
	-98.087	98.247	20.502	-22.461

	2007			
	Resultado		Capitais Próprios	
	Euro'000		Euro'000	
	100 pb acréscimo	100 pb redução	100 pb acréscimo	100 pb redução
Efeito "cash flow":				
Dívida coberta	-20.674	20.674	-	-
Dívida não coberta	-40.946	40.946	-	-
Efeito justo valor:				
Derivados cobertura de fluxos de caixa	-	-	11.823	-11.883
Derivados de negociação (óptica contabilística)	-214	163	-	-
	-61.834	61.783	11.823	-11.883

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Gestão do risco de crédito de contraparte nas operações de financiamento e derivados sobre a taxa de juro e de câmbio

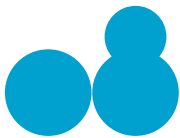
A política do Grupo EDP, em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de crédito, não se atribuindo um risco significativo de incumprimento da contraparte e não sendo exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

O Grupo EDP tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo do "ISDA Master Agreements", flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No que respeita às dívidas de terceiros, resultantes da actividade corrente do Grupo EDP, o risco de crédito resulta essencialmente da obrigatoriedade legal da continuidade de fornecimento de electricidade de baixa tensão com atrasos usuais no pagamento. O elevado número de clientes e a sua diversidade em termos de sector de actividade, assim como o grande volume de clientes residenciais, são factores que mitigam o risco de concentração de crédito em contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo EDP efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme, junto de instituições financeiras nacionais e internacionais, que permitem acesso imediato a fundos. Estas linhas são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial nacional e internacional, que permitem diversificar as fontes de financiamento de curto prazo do Grupo EDP.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Gestão dos riscos nos mercados de energia

No âmbito da sua actuação no mercado Ibérico de electricidade não regulado, a EDP compra combustíveis para transformação em energia eléctrica e vende electricidade resultante do despacho dos centros produtores tanto em mercados organizados (OMEL e OMIPI) como a terceiros. O Grupo encontra-se exposto aos riscos do mercado de energia, nomeadamente no que se refere à actividade desenvolvida no sector não regulado. Para um conjunto de centros produtores de electricidade que, apesar de operarem em mercado, têm o seu regime de remuneração regulado pela legislação dos CMEC, a variabilidade da margem de exploração é determinada, essencialmente, pela diferença entre os preços realizados em mercado e os índices de referência definidos nestes contratos.

Em resultado desta actividade de gestão de energia, existe uma carteira de operações relativas a energia eléctrica, emissões de CO₂ e combustíveis (carvão, fuel e gás). A gestão desta carteira é efectuada com recurso à contratação de operações, financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objectivo, reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente das posições geridas e, acessoriamente, aproveitar oportunidades de arbitragem ou "positioning" dentro dos limites de negociação aprovados pelo Conselho de Administração Executivo. Os instrumentos financeiros negociados, incluem swaps (electricidade, Brent e carvão), opções e a contratação de operações a prazo para a fixação de preços.

A actividade de gestão de energia está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza (ou risco) comuns. Destes riscos, destacam-se os relacionados com a evolução dos preços dos mercados (electricidade e combustível) e com a variabilidade dos volumes de produção hídrica (risco de preço e volume), assim como o risco de crédito das contrapartes.

A monitorização dos riscos, tanto de preço e volume como de crédito, passa pela sua quantificação em medidas associadas a posições em risco passíveis de serem ajustadas através de operações de mercado. Esta quantificação é realizada por modelos específicos que valorizam as posições de forma a avaliar a perda máxima que se pode incorrer, num prazo delimitado, com uma dada probabilidade e num determinado horizonte de tempo.

A gestão dos riscos é realizada de acordo com as estratégias definidas pelo Conselho de Administração Executivo, que são objecto de revisão periódica em função da evolução da actividade e que têm como finalidade alterar o perfil das posições de forma adequá-las aos objectivos de gestão estabelecidos.

O acompanhamento dos riscos, é efectuado através de um conjunto alargado de acções que envolvem a monitorização diária dos diferentes indicadores de risco, das operações caracterizadas nos sistemas e dos limites prudenciais atribuídos por área de gestão e componentes de risco, e também de exercícios regulares de "backtesting" e da validação complementar dos modelos e dos pressupostos utilizados. Este acompanhamento permite, não só assegurar a efectividade da implementação das estratégias seguidas, como também proporcionar elementos que possibilitam a tomada de iniciativas para, caso seja necessário, proceder à sua correcção.

Como principal indicador para medir os riscos de preço e volume utiliza-se a margem em risco (P@R), que estima o impacto da variação dos diferentes factores de risco (preço da electricidade e hídricidade) na margem do próximo ano, correspondendo o P@R à diferença entre a margem esperada e um cenário pessimista com uma probabilidade de ocorrência de 5% (intervalo de confiança de 95%), tendo em conta um horizonte temporal de 1 ano. De referir que se consideram tanto os volumes certos como os que apesar de incertos, são expectáveis, designadamente, a produção das centrais e os correspondentes consumos de combustíveis. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a distribuição do P@R por factor de risco era analisada da seguinte forma:

Factor de risco:	Distribuição do P@R por factor de risco	
	2008	2007
	Euro'000	Euro'000
Negociação	4.000	3.000
Combustível	106.000	57.000
CO ₂	5.000	7.000
Electricidade	32.000	41.000
Hidraulicidade	17.000	30.000
Efeito de Diversificação	-133.000	-88.000
Total	31.000	50.000

Relativamente ao risco de crédito, a quantificação da exposição considera o montante e tipo de transacção (p. ex. swap ou compra a prazo), a notação de risco da contraparte que depende da probabilidade de incumprimento, e o valor esperado do crédito a recuperar, que varia em função das garantias recebidas ou da existência de acordos de "netting". A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição do Grupo EDP por notação de risco de crédito é analisada como se segue:

Notação de risco de crédito:	2008	2007
AAA a AA-	33,90%	20,00%
A+ a A-	64,90%	57,00%
BBB+ a BBB-	0,40%	16,00%
BB+ a B-	0,80%	7,00%
Total	100%	100%

Brasil - Gestão do risco de taxa de juro e taxa de câmbio

A principal ferramenta de monitorização e controlo do risco de mercado, nas subsidiárias do Brasil, é o Value at Risk (VaR).

O VaR é a perda máxima expectável no portfolio de operações, num período de tempo específico, resultante de um movimento de mercado adverso que tem um determinado intervalo de confiança. O modelo de VaR utilizado é baseado num intervalo de confiança de 95% e assume um período de tempo de 10 dias para liquidação das posições, sendo baseado essencialmente em dados históricos. Tendo em consideração os dados de mercado dos últimos 2 anos e observações de relações entre diferentes preços e mercados, o modelo gera um conjunto de cenários para movimentos nos preços de mercado.

O sumário do VaR na actividade das subsidiárias no Brasil com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

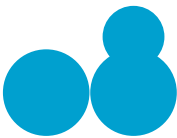
	VaR	
	2008	2007
	Euro'000	Euro'000
Risco de taxa de câmbio	3.051	1.343
Risco da taxa de juro	9.450	8.175
Covariação	-2.697	600
Total	9.804	10.118

A metodologia VaR, utilizada no Brasil, considera um conjunto de análises ("stress tests") com o objectivo de monitorizar o impacto financeiro em diferentes cenários de mercado.

5. Perímetro de consolidação

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral à data de 31 de Dezembro de 2008 são apresentadas como segue:

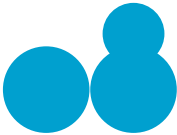
Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-08 Euro'000	Passivos 31-Dez-08 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-08 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-08 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-08 Euro'000	% Grupo	% Individual
Portugal									
Empresa-Mãe do Grupo e Actividades Conexas:									
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Lisboa	3.656.537.715 EUR	18.926.537	12.655.859	6.270.678	4.641.182	550.978	100,00%	-
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	5.000 EUR	288.485	287.086	1.399	13.570	-1.089	100,00%	100,00%
Edalpro - Imobiliária, Lda.	Lisboa	748.197 EUR	373	-	373	137	41	100,00%	100,00%
EDP Estudos e Consultoria, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	8.574	7.287	1.286	24.651	1.053	100,00%	100,00%
EDP Gás - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	120.000.000 EUR	225.996	35.817	190.179	6.625	1.359	100,00%	100,00%
EDP Imobiliário e Participações, S.A.	Lisboa	10.000.000 EUR	377.146	434.682	-57.537	12.502	-233.047	100,00%	100,00%
EDP Inovação, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	7.545	7.112	433	3.556	-360	100,00%	100,00%
EDP Investments and Services, S.L.	Madrid	3.006 EUR	260.181	209.363	50.817	17.166	4.534	100,00%	-
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Lisboa	4.550.000 EUR	57.750	61.337	-3.587	72.141	12.324	100,00%	100,00%
EDP Internacional S.A.	Lisboa	50.000 EUR	5.161	4.691	470	2.623	-348	100,00%	100,00%
Labelec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	Sacovém	2.200.000 EUR	16.126	14.894	1.231	14.254	1.893	100,00%	100,00%
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	Lisboa	750.000 EUR	808	26	782	67	15	100,00%	-
Pebble Hydro - Consultoria, Invest. e Serv., Lda.	Lisboa	5.100 EUR	144.200	154.102	-9.902	8.552	-5.133	100,00%	-
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Lisboa	450.000 EUR	14.751	21.600	-6.849	35.993	71	100,00%	100,00%
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	143	220	-77	260	-53	100,00%	-
EDP Ventures, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	50.000 EUR	1.264	816	448	-	-9	100,00%	-
Actividade Eléctrica - Portugal:									
Produção de Electricidade:									
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	Lisboa	1.263.285.505 EUR	7.359.336	5.312.428	2.046.908	2.304.561	438.321	100,00%	100,00%
Energim, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	45.440	45.566	-126	6.337	-1.169	65,00%	-
O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Montégua	500.000 EUR	6.373	5.955	418	13.118	348	60,00%	-
Sopargem, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	46.395	33.267	13.128	57.552	6.678	82,00%	-
Tergen - Operação e Manutenção de Centrais Termoeléctricas, S.A.	Carregado	250.000 EUR	2.111	1.004	1.108	2.525	37	100,00%	-
Greenvough - Sociedade Gestora do Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeiroão-Ermida,S.A.	Oliveira de Frades	50.000 EUR	53	26	28	-	-22	55,00%	-
Hidroargo - Hidroeléctrica do Cargo, S.A.	Lisboa	1.497.000 EUR	15.050	2.787	12.263	4.638	1.575	100,00%	-
Hidroeléctrica de Fagilde, Lda.	Lisboa	374.098 EUR	2.691	2.103	588	400	51	100,00%	-
Hidroeléctrica Janeiro de Baixo, LDA	Lisboa	5.000 EUR	16	25	-9	-	-4	100,00%	-
Minihídrica do Palhal, Lda.	Lisboa	450.000 EUR	2.826	1.348	1.478	1.459	410	100,00%	-
Hidroeléctrica de Penacova, Lda.	Lisboa	498.798 EUR	8.239	8.384	-145	1.047	-75	100,00%	-
Hidroeléctrica de Pinhel, Lda.	Lisboa	1.415.000 EUR	13.897	11.506	2.391	3.019	1.119	100,00%	-
Hidroeléctrica do Raboçal Ponte, Lda.	Lisboa	1.350.000 EUR	17.479	18.943	-1.464	50	-1.562	100,00%	-
Hidrotuella - Hidroeléctrica do Tuelo, S.A.	Lisboa	9.570.052 EUR	28.231	3.686	24.545	5.844	3.433	100,00%	-
PH Energia, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	50.000 EUR	5.245	6.426	-1.181	5	-322	100,00%	-
Eneratlus-Produção de Energia Eléctrica, S.A.	Porto	1.505.000 EUR	42.690	37.311	5.379	9.375	1.644	77,53%	-
Energias Renováveis:									
Enernova - Novas Energias, S.A.	Porto	7.500.000 EUR	630.906	567.308	63.598	87.509	20.754	77,53%	-
Eólica da Alagoa, S.A.	União das Freguesias de Boticas	50.000 EUR	15.137	13.008	2.129	3.111	353	46,51%	-
Eólica da Serra das Alburas, S.A.	Boticas	50.000 EUR	4.919	4.223	696	116	-136	38,84%	-
Eólica de Montenegro, Lda	Vila Pouca de Aguiar	50.000 EUR	6.911	5.723	1.188	156	-259	38,84%	-
Levante - Energia Eólica, Unipessoal, Lda	Porto	5.000 EUR	36.608	35.300	1.308	6.967	955	77,53%	-
Malhadizes, SA	Porto	50.000 EUR	34.929	34.380	550	4.902	476	77,53%	-
Distribuição de Electricidade:									
EDP Distribuição de Energia, S.A.	Lisboa	1.024.500.000 EUR	5.725.275	5.119.371	605.904	2.755.075	216.033	100,00%	100,00%
Comercialização de Electricidade:									
EDP Serviço Universal, S.A.	Lisboa	10.100.000 EUR	2.449.933	2.451.792	-1.858	5.906.126	50.059	100,00%	-
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	Lisboa	20.814.695 EUR	71.991	56.715	15.276	168.484	-12.975	100,00%	100,00%
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	3.868	3.741	127	6.758	984	100,00%	100,00%
QEEngenharia - Sistemas para a Qualidade e Gestão da Energia, S.A.	Massamá	50.000 EUR	816	448	368	687	-13	55,00%	-
Distribuição e comercialização de Gás:									
EDP GÁS.Com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	5.158	1.511	3.647	152.354	3.381	100,00%	-
ENAGÁS - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	299.400 EUR	13.779	13.147	632	614	106	60,00%	-
EDP Investimentos, S.G.P.S, S.A.	Lisboa	5.489.000 EUR	61.800	17.023	44.778	4	-20	100,00%	100,00%
EDP Gás III S.G.P.S, S.A.	Lisboa	5.500.000 EUR	62.451	32.162	30.289	29	-3	100,00%	-
EDP Gás II S.G.P.S, S.A.	Lisboa	5.000.000 EUR	54.656	20.071	34.586	1.313	36	100,00%	-
PORTGÁS - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Porto	7.909.150 EUR	342.767	282.276	60.491	44.558	2.583	71,97%	-
EDP Gás GPL - Comércio de Gás de Petróleo Liquefeito,S.A.	Porto	549.998 EUR	4.821	3.410	1.411	3.920	672	71,97%	-
EDP Gás Serviço Universal, S.A.	Porto	1.049.996 EUR	32.519	25.491	7.028	110.375	2.306	71,97%	-
Actividades conexas:									
EDP Soluções Comerciais, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	79.502	68.433	11.070	162.095	7.327	100,00%	100,00%
Outras actividades:									
FCTE - Forum do Comércio, Transacções Electrónicas e Serviços Empresariais On-Line, S.A.	Lisboa	500.000 EUR	12	526	-515	-	-9	80,00%	-
Oni Multimédia - Serviços Interactivos, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	681	65.169	-64.489	4	-511	100,00%	-
OPTEP SGPS, S.A.	Lisboa	5.500.000 EUR	148.799	154.938	-6.139	3.044	-126.284	100,00%	-
EDP Powerline, Infraestruturas de Comunicação, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	982	4.338	-3.356	739	588	100,00%	-
U Call - Atendimento a Clientes e Telemarketing, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	90	727	-637	97	34	100,00%	-



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dec-08 Euro'000	Passivos 31-Dec-08 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dec-08 Euro'000	Total Proveitos 31-Dec-08 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dec-08 Euro'000	% Grupo	% Individual	
Espanha										
Empresas-Mãe e Actividades Conexas:										
EDP Renováveis S.A.	Oviedo	4.361.540.810	EUR	5.950.840	962.427	4.988.413	455.804	74.794	77,53%	62,02%
Nuevas Energías de Occidente, S.L.	Oviedo	30.000.000	EUR	3.288.900	3.094.373	194.528	91.281	-30.898	77,53%	-
Hidroeléctrica Del Cantábrico, S.L.	Oviedo	421.739.790	EUR	5.171.408	3.193.909	1.977.499	931.739	38.053	100,00%	96,60%
Iberenergiya, S.A.	Madrid	60.200	EUR	60	-	60	-	-	100,00%	100,00%
Actividade Eléctrica - Espanha:										
Produção de Electricidade:										
Ceprastur AIE	Oviedo	360.607	EUR	421	3	418	12	8	44,01%	-
Rasacral Cogeneración S.A.	Madrid	60.200	EUR	7	423	-416	-	-	46,52%	-
Cogeneración Bergara, A.I.E.	Bilbao	450.000	EUR	1.275	679	597	1.840	-121	48,99%	-
Cogeneración Montjuïc, S.L.U.	Bilbao	1.250.000	EUR	5.300	2.563	2.738	1.995	15	97,99%	-
Cogeneración Serantes, S.L.U.	Bilbao	2.750.000	EUR	12.908	9.960	2.948	4.896	755	68,59%	-
Eléctrica de la Ribera del Ebro, SA	Oviedo	5.000.000	EUR	448.443	410.166	38.277	269.486	-17.434	100,00%	-
Energía e Industria de Toledo, S.A.	Oviedo	2.139.603	EUR	4.322	8.208	-3.885	9.229	-224	90,00%	-
Fuerzas Eléctricas Valencianas, SA	Valência	1.021.700	EUR	14.581	14.612	-31	2.211	-49	100,00%	-
Central Térmica Cido Combinado Grupo 4	Oviedo	3.100	EUR	237.011	239.994	-2.983	7.371	-2.986	100,00%	-
HC Soluciones Comerciales S.A.	Oviedo	60.300	EUR	17.665	8.469	9.195	26.469	3.488	100,00%	-
HDC Explatacion Centrales-2	Oviedo	60.150	EUR	40.499	57.597	-17.099	5.365	-1.873	100,00%	-
HDC Explatacion Redes-2	Oviedo	70.000	EUR	1.880	1.784	96	4.286	344	100,00%	-
HDC Gestion de Energía-2	Oviedo	5.078.029	EUR	904.433	401.141	503.292	52.477	20.845	100,00%	-
Hidroeléctrico Servicios, S.A.	Oviedo	60.150	EUR	15.122	7.723	7.399	22.742	2.156	100,00%	-
Instalaciones Eléctricas Río Izabena, S.L.	Zaragoza	3.006	EUR	3.184	3.131	53	-	-	90,00%	-
Mazarrón Cogeneración, S.A.	Oviedo	70.000	EUR	1.116	5.823	-4.707	2.550	-205	90,00%	-
Millenium Energy S.L.	Bilbao	2.830.247	EUR	9.817	7.052	2.766	120	-64	97,99%	-
Naturgas Energía Servicios, S.A.	Bilbao	60.200	EUR	12.791	11.837	955	15.124	175	95,97%	-
Naturgas Energía Comercializadoras Ultimo Recurso,S.A.	Bilbao	2.000.000	EUR	2.058	32	2.025	59	25	95,97%	-
Papresa Cogeneración AIE	Bilbao	50.000.000	EUR	50.000	-	50.000	-	-	95,21%	-
Patrimonial de La Ribera del Ebro, S.L.	Pamplona	150.000.000	EUR	621.740	5.702	616.038	32.028	22.318	100,00%	-
Energías Renováveis:										
Acampo Arias,S.L.	Zaragoza	3.314.300	EUR	31.110	27.795	3.315	1.065	-	76,12%	-
Agrupación Eólica, SLU	Zaragoza	772.404	EUR	86.354	40.983	45.371	1.994	200	77,53%	-
Ceasa Promociones Eólicas, SLU	Zaragoza	1.205.029	EUR	39.069	39.016	53	32.652	-544	77,53%	-
Cia. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAU	Zaragoza	69.116	EUR	73	18	55	-	-	77,53%	-
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Zaragoza	857.945	EUR	1.629	391	1.238	710	281	58,79%	-
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, SLU	Zaragoza	86.480	EUR	85	1	84	-	-	77,53%	-
Desarrollos Eólicos Promocion, S.A.	Sevilla	8.061.000	EUR	41.322	2.921	38.400	13.450	12.362	77,53%	-
Desarrollo Eólico AlmarchoI, SAU	Cádiz	2.061.190	EUR	21.123	18.002	3.121	4.207	1.093	77,53%	-
Desarrollo Eólico Buenavista, SAU	Cádiz	1.712.369	EUR	12.887	8.645	4.242	3.394	1.080	77,53%	-
Desarrollo Eólico de Corne, S.A.	La Coruña	3.666.100	EUR	11.224	3.569	7.655	3.254	979	77,53%	-
Desarrollo Eólico de Lugo, SAU	Lugo	7.761.000	EUR	76.843	58.868	17.975	20.921	8.183	77,53%	-
Desarrollo Eólico de Tarifa, SAU	Cádiz	5.799.650	EUR	15.844	5.761	10.083	6.699	2.511	77,53%	-
Desarrollo Eólico Dumbria, SAU	La Coruña	61.000	EUR	88.601	81.079	7.522	17.946	5.264	77,53%	-
Desarrollo Eólico Reboresca, S.A.	Huesca	7.560.950	EUR	38.937	26.575	12.362	9.668	3.654	73,65%	-
Desarrollo Eólico Santa Guillerio, S.L.	Huesca	63.006	EUR	29.463	17.380	12.083	8.425	3.399	45,22%	-
Desarrollos Católicos Del Viento,S.L	Barcelona	794.000	EUR	22.411	21.722	688	579	-102	46,52%	-
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	La Coruña	6.130.200	EUR	11.390	1.767	9.623	4.521	1.607	74,94%	-
Desarrollos Eólicos, S.A.	Sevilla	1.056.225	EUR	209.491	191.885	17.606	288.783	-1.219	77,53%	-
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	10.000	EUR	43.751	41.849	1.902	6.758	1.892	77,53%	-
Eólica Alfoz, SL	Madrid	10.000	EUR	27.074	27.064	10	1.516	-	65,88%	-
Enerolva S.A.	Sevilla	75.120	EUR	172	104	68	3	-	77,53%	-
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	4.508.980	EUR	31.836	23.354	8.483	7.865	2.821	60,08%	-
Eólica Campollano S.A.	Madrid	6.559.994	EUR	113.086	94.664	18.422	29.682	9.351	58,15%	-
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	3.006	EUR	60.247	54.881	5.367	13.764	5.363	77,53%	-
Eólica Mare Nostrum, S.A.	Valência	60.120	EUR	-	43	-43	-	-	46,52%	-
Energía Eólica La Manchuela, SLU	Madrid	3.294.000	EUR	76.464	69.084	7.380	14.486	3.148	65,82%	-
Eólica La Brujula, S.A.	Albacete	1.141.900	EUR	27.102	23.816	3.286	6.135	1.916	77,53%	-
Genesa I S.L.	Madrid	28.562.170	EUR	544.209	355.722	188.487	262.236	3.343	77,53%	-
Guadalteba	Sevilla	10.000	EUR	105.201	105.192	9	1.212	-1	77,53%	-
Hidroeléctrico Congeneracion S.L.	Oviedo	2.914.650	EUR	44.796	16.765	28.031	35.991	5.486	100,00%	-
Hidroeléctrica del Rumbiar, S.L.	Madrid	276.460	EUR	793	751	42	42	-85	62,02%	-
Hidroeléctrica Fuentesnueva, S.L.	Oviedo	77.036	EUR	312	51	261	69	12	69,73%	-
Hidroeléctrica Gormaz S.A.	Salamanca	60.701	EUR	453	489	-36	17	-59	58,15%	-
Iberia Aprovechamientos Eólicos, SAU	Zaragoza	1.918.718	EUR	33.006	30.072	2.995	5.614	1.014	77,53%	-
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	15.124	EUR	7	602	-595	-	-	69,78%	-
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	León	15.717.845	EUR	197.705	184.464	13.242	9.633	-2.217	46,20%	-
Lajanda	Madrid	10.000	EUR	111.253	111.230	23	5.498	14	77,53%	-
Lanavica	Madrid	10.000	EUR	49.612	48.431	1.180	6.248	1.170	77,53%	-
Molino de Caragüeyes,S.L	Zaragoza	180.300	EUR	652	505	147	181	10	62,02%	-
NEO Catalunya SL	Barcelona	10.000	EUR	22.535	22.838	-304	92	-314	77,53%	-
NEO Energía Aragón SL	Madrid	10.000	EUR	10	1	8	-	-1	77,53%	-
Neomai Inversiones SICAV, SA	Madrid	33.358.370	EUR	38.561	59	38.503	-	-1.304	77,53%	-
Parque Eólico Belchite S.L.	Zaragoza	3.600.000	EUR	53.764	46.232	7.531	10.748	3.211	77,53%	-
Parque Eólico la Solanera, S.L.	Zaragoza	2.000.000	EUR	21.921	17.415	4.506	5.989	2.195	50,28%	-
Parque Eólico Los Cantales, SLU	Zaragoza	1.963.050	EUR	30.701	26.251	4.451	7.282	2.498	77,53%	-
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Zaragoza	12.024	EUR	50	41	9	-	-	77,53%	-
Parque Eólico Plano de Antojano, SLU	Zaragoza	12.024	EUR	67	59	9	-	-	77,53%	-
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	1.924.000	EUR	8.552	5.866	2.687	2.147	418	46,52%	-
Parques Eólicos del Cantábrico S.A.	Oviedo	9.079.680	EUR	58.677	35.322	23.355	14.929	4.127	77,53%	-
Renovables Castilla la Mancha, S.A.	Albacete	15.026	EUR	43.986	41.821	2.165	7.514	2.150	69,78%	-
Eólica Sierra de Avila, SL	Madrid	10.000	EUR	55.008	54.998	10	1.156	-	69,77%	-
Sissa Renovables Canarias, S.L.	Gran Canaria	3.006	EUR	1	1	-	-	-1	77,53%	-
Sinac Inversiones Eólicas S.A.	Madrid	6.010.000	EUR	98.155	78.908	19.247	11.125	5.567	77,53%	-
Sotomai, S.A.	Soria	112.880	EUR	30	206	-176	-	-10	69,78%	-
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	60.200	EUR	60	43	17	-	-47	62,02%	-
Tratamientos Medioambientales Río Satón, S.A.	Madrid	60.200	EUR	79.245	76.810	2.435	11.708	2.362	77,53%	-
Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	Zaragoza	188.047	EUR	4.004	17	3.987	806	722	77,53%	-
Veinco Energía Limpia SLU	Zaragoza	3.043	EUR	5.198	4.790	408	127	65	77,53%	-
Parc Eólic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	3.005	EUR	4.738	4.730	8	165	-	46,52%	-
Fontesilva	Coruña	10.000	EUR	11	1	10	-	-	77,53%	-
Parc Eólic Molinars SL	GIJONA	3.006	EUR	4	1	3	-	-	41,87%	-
Muxia I e II	Coruña	10.000	EUR	11	1	10	-	-	77,53%	-
Naturneo Energía, S.L.	Bilbao	3.020	EUR	3	1	2	-	-1	86,93%	-
Eólica de Radona SL	Madrid	10.000	EUR	113	103	10	1	-	77,53%	-
Parc Eólic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	3.005	EUR	4.617	4.609	7	160	-	46,52%	-
Bon Vent de Corbera, SL	Barcelona	90.000	EUR	34.891	34.804	86	344	-	77,53%	-
Bon Vent de Vilalba, SL	Barcelona	90.000	EUR	40.475	40.390	86	354	-	77,53%	-
Parc Eólic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	3.006	EUR	1.970	1.967	3	68	-	46,52%	-
Millenium Energy, S.A.	Bilbao	6.500.000	EUR	25.276	18.339	6.938	7.294	428	95,97%	-
Distribuição de Electricidade:										
Electra de Llobregat Energía, S.L.	Oviedo	150.000	EUR	4.658	5.622	-964	693	-1.114	75,00%	-
Hidroeléctrico Distribucion Eléctrica, S.A.U.	Oviedo	44.002.000	EUR	820.081	635.146	184.935	707.886	31.984	100,00%	-

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-08 Euro'000	Passivos 31-Dez-08 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-08 Euro'000	Total Proveitos 31-Dez-08 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-08 Euro'000	% Grupo	% Individual
Solanar Distribuição Eléctrica, S.L.	Zaragoza	421.000 EUR	10.059	9.575	485	-	-	90,00%	-
Comercialização e Distribuição de Gás:									
Gás de Euskadi Transporte de Gás, S.A.U.	Bilbao	12.880.200 EUR	151.102	96.834	54.268	16.660	8.491	95,97%	-
Naturgas Comercializadora, S.A.	Bilbao	3.185.300 EUR	340.768	336.999	3.780	1.003.553	4.763	95,17%	-
Naturgas Energía Distribución, S.A.U.	Bilbao	100.000.000 EUR	1.460.681	237.947	1.222.734	219.260	94.361	95,97%	-
Naturgas Energía Grupo, S.A.	Bilbao	316.516.400 EUR	1.566.083	490.449	1.075.634	600.742	47.217	95,97%	-
Naturgas Participaciones, S.A.U.	Bilbao	300.500 EUR	16.690	16.336	354	619	-224	95,97%	-
Septentrional de Gás, S.A.	León	5.105.000 EUR	27.546	17.862	9.684	4.186	1.184	95,97%	-
Comercialização de Electricidade:									
EDP Energía Ibérica, S.A.	Madrid	60.200 EUR	305	13.672	-13.367	-	-3	100,00%	-
Hidrocanabrizo Energía, S.A.U.	Oviedo	500.000 EUR	264.424	417.632	-153.207	934.050	11.706	100,00%	-
Outras actividades:									
Ambitec Laboratorio Medioambiental ITSEMAPL, S.A.	Madrid	170.000 EUR	1.020	820	201	957	-70	100,00%	-
Cerámica Técnica de Illescas Cogeneración S.A.	Oviedo	62.247 EUR	1.349	1.934	-585	1.599	-77	90,00%	-
Iniciativas Tecnológicas de Valorización Energética de Resíduos S.A.	Oviedo	2.996.022 EUR	9.581	11.257	-1.677	11.047	-609	100,00%	-
Renovamed, S.A.	Oviedo	60.200 EUR	1.368	2.206	-838	1.024	-317	75,00%	-
Sinova Medioambiental, SA	Oviedo	2.687.364 EUR	16.196	14.756	1.440	13.972	153	84,00%	-
Tecman, S.L.	Bilbao	250.000 EUR	4.464	1.252	3.212	1.955	90	95,97%	-
Tratamientos Ambientales Sierra de La Tercia, S.A.	Oviedo	3.731.202 EUR	15.047	8.136	6.910	15.363	1.544	88,00%	-
Brasil									
Empresa-Mãe e Actividades Conexas:									
EDP Energias do Brasil, S.A.	São Paulo	3.182.715.954 BRL	1.345.969	150.181	1.195.788	305.292	121.282	71,95%	27,78%
Energest, S.A.	São Paulo	120.480.870 BRL	145.218	65.464	79.753	71.884	27.599	71,95%	-
Escelsapor	Espirito Santo	2.800.000 BRL	1.635	2.233	-599	1	-537	71,95%	-
Santa-Fé Energia, S.A.	Espirito Santo	1.000 BRL	31.604	31.670	-66	-	-66	71,95%	-
Actividade Eléctrica - Brasil:									
Produção de Electricidade:									
CESA - Castelo Eléctrica, S.A.	São Paulo	44.920.537 BRL	79.095	50.436	28.659	21.575	6.924	71,95%	-
Costa Rica Eléctrica, Lda.	Mato Grosso Sul	14.318.185 BRL	6.696	1.356	5.340	5.969	3.778	36,69%	-
EDP Lajeado Energia, S.A.	São Paulo	243.055.841 BRL	151.555	14.967	136.589	54.456	8.553	43,12%	-
Enercouth, S.A.	São Paulo	1.000 BRL	1.129	1.257	-128	-	-14	71,95%	-
Energisa, S.A.	São Paulo	882.627.748 BRL	654.884	343.796	311.088	137.556	35.422	43,17%	-
Pantanol	São Paulo	23.390.369 BRL	27.021	8.151	18.869	17.546	10.127	71,95%	-
Ipuerinas Energia S.A.	São Paulo	1.000 BRL	1	-	1	-	-4.537	36,62%	-
Lajeado Energia S.A.	São Paulo	513.810.417 BRL	302.163	50.789	251.373	33.375	9.320	38,63%	-
Tocamins Energia	São Paulo	139.901.689 BRL	47.425	850	46.575	8.821	458	36,62%	-
Investico, S.A.	São Paulo	876.457.822 BRL	450.301	188.102	262.199	86.712	21.246	29,44%	-
Energias Renováveis:									
EDP Renovaveis Brasil, SA	São Paulo	500 BRL	125	187	-61	-	-61	75,02%	-
Enemova, SA (Brasil)	São Paulo	1.000 BRL	2.385	2.544	-159	-33	-160	71,95%	-
Distribuição de Electricidade:									
Bandeirante Energia, S.A.	São Paulo	254.628.684 BRL	716.188	473.883	242.304	808.995	50.368	71,95%	-
Escelea - Espirito Santo Centrais Eléctricas, S.A.	Espirito Santo	376.021.630 BRL	655.596	423.593	232.002	532.372	55.064	71,95%	-
Comercialização de Electricidade:									
Enertrade - Comercializadora de Energia, S.A.	São Paulo	26.284.758 BRL	51.844	33.723	18.121	292.516	11.041	71,95%	-
França									
Actividade Eléctrica - França:									
Energias Renováveis:									
C.E. Bourbriac, S.A.S.	Paris	50.000 EUR	16.519	16.469	50	339	4	77,53%	-
C.E. Ayssenes-La Truel, S.A.S.	Paris	150.000 EUR	16.644	16.513	132	328	-12	77,53%	-
C.E. Beaurevoir, SAS	Paris	50.000 EUR	3.270	3.207	63	76	-4	77,53%	-
C.E. Calanhel Lahuec, SAS	Paris	80.000 EUR	3.199	3.133	66	27	-6	77,53%	-
C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	125.000 EUR	17.472	17.677	-205	1.851	-50	77,53%	-
C.E. Guellos Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	2.261.000 EUR	9.711	6.402	3.309	1.721	205	77,53%	-
C.E. Les Vieilles, SAS	Paris	500.000 EUR	238	6	233	-	-4	77,53%	-
C.E. Patay, SAS	Paris	1.640.000 EUR	17.071	14.792	2.279	2.759	547	77,53%	-
C.E. Pont d'Yeu, SAS	Paris	200.000 EUR	59	6	54	-	-4	77,53%	-
C.E. Saint Alban-Henarsat, S.A.S.	Paris	50.000 EUR	14.348	14.299	48	295	-2	77,53%	-
C.E. Segur, SAS	Paris	1.615.000 EUR	15.907	14.249	1.658	2.283	177	77,53%	-
Karamboulé, S.A.S.	Carhaix	37.000 EUR	10.829	11.028	-199	1.348	-222	77,53%	-
La Gallat, S.A.S.	Carhaix	37.000 EUR	12.418	12.867	-449	1.396	-404	77,53%	-
Parc Eolien Les Bles D'Or, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	3.597	3.666	-69	6	-63	77,53%	-
Pieces de Vigne S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	3.850	3.859	-10	9	-5	77,53%	-
Plouven Breiz, S.A.S.	Carhaix	40.000 EUR	13.341	14.532	-1.191	1.353	-446	77,53%	-
C.E. NEO Prouville, S.A.S.	Paris	37.500 EUR	18.902	18.863	39	303	5	77,53%	-
Recherches et Dével. Eoliennes, S.A.R.L.	Paris	750.000 EUR	3.980	3.614	366	1.654	-920	77,53%	-
Saint Jacques, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	3.281	3.326	-46	6	-44	77,53%	-
C.E. NEO Truc L'homme, SAS	Paris	37.500 EUR	33	1	32	-	-3	77,53%	-
Parc Eolien D'Ardennes	Elbeuf	1.000 EUR	26	147	-121	-	-3	77,53%	-
Parc Eolien du Clos Bataille, SAS	Elbeuf	37.001 EUR	11.707	12.962	-1.254	639	-398	77,53%	-
Eolienne des Bocages, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	10	36	-26	-	-3	77,53%	-
Eolienne de Collangeville, SAS	Elbeuf	37.004 EUR	38	24	14	-	-6	77,53%	-
Parc Eolien des Longs Champs, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	17	83	-66	-	-6	77,53%	-
Eole 76 Developpement, SARL	Elbeuf	50.000 EUR	1.526	1.666	-140	191	-156	77,53%	-
Eole Service, SARL	Elbeuf	10.000 EUR	95	56	40	16	4	77,53%	-
Eolienne D'Etalondes, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	21	46	-25	-	-4	77,53%	-
Parc Eolien de La Hétraie, SAS	Elbeuf	37.004 EUR	27	13	14	-	-5	77,53%	-
Hollywell Investments Limited, SARL	Luxembourg	12.500 EUR	7.452	8.332	-880	-	-551	77,53%	-
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	10	46	-35	-	-3	77,53%	-
Eole Futur Montloue 1, SAS	Elbeuf	37.000 EUR	2.018	2.116	-97	13	-88	77,53%	-
Neo Galis, SAS	Paris	7.037.000 EUR	51.522	45.912	5.610	58	-1.427	77,53%	-
Parc Eolien des Bocages, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	27	187	-160	-	-4	77,53%	-
Ridgeside Investments Limited, SARL	Luxembourg	12.500 EUR	3.765	4.296	-530	-	-343	77,53%	-
Parc Eolien de Roman, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	26	120	-94	-	-3	77,53%	-
C.E. Saint Barnabe, SAS	Paris	1.600.000 EUR	16.580	14.911	1.670	2.370	296	77,53%	-
Eolienne de Saugueuse, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	4	28	-24	-	-2	77,53%	-
Parc Eolien de Varimpre, SAS	Elbeuf	37.003 EUR	14.053	15.903	-1.849	832	-753	77,53%	-
Parc Eolien des Valines, SAS	Elbeuf	37.004 EUR	14.126	15.843	-1.717	775	-670	77,53%	-
Le Mee, S.A. R.L.	Toulouse	1.000 EUR	3.404	3.437	-33	3	-34	37,99%	-
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	1.653	1.672	-18	2	-16	37,99%	-
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	1.090	1.094	-3	1	-4	37,99%	-



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Empresas Substidrias	Sede	Capital Social / Moeda	Ativos 31-Dez-08 Euro'000	Passivos 31-Dez-08 Euro'000	Capitais Prprios 31-Dez-08 Euro'000	Total Provelhos 31-Dez-08 Euro'000	Resultados Lquidos 31-Dez-08 Euro'000	% Grupo	% Individual
Polnia									
Atividade Elctrica - Polnia:									
Energias Renovveis:									
Chodow Wind Park, S.P. Z.O.O	Varsovia	13.939 EUR	649	652	-3	95	-16	77,53%	-
Kip Wind Park I, S.P. Z.O.O	Varsovia	13.939 EUR	336	337	-1	138	-13	77,53%	-
Kip Wind Park II, S.P. Z.O.O	Varsovia	22.303 EUR	751	606	145	237	131	77,53%	-
Relax Wind Park I, S.P. Z.O.O	Varsovia	311.658 EUR	7.699	7.782	-82	2.514	-212	72,33%	-
Relax Wind Park II, S.P. Z.O.O	Varsovia	117.089 EUR	606	523	84	208	-16	77,53%	-
Relax Wind Park V, S.P. Z.O.O	Varsovia	142.180 EUR	393	285	108	105	-14	77,53%	-
Relax Wind Park VI, S.P. Z.O.O	Varsovia	13.939 EUR	517	523	-6	172	-18	77,53%	-
SK Wind Park, S.P. Z.O.O	Varsovia	13.939 EUR	363	363	-	169	-12	77,53%	-
Sokolow Wind Park, S.P. Z.O.O	Varsovia	55.757 EUR	464	457	7	57	-11	77,53%	-
Zulow Wind Park II, S.P. Z.O.O	Varsovia	13.939 EUR	64	40	4	28	-6	77,53%	-
Neolika Polska SP Z.O.O	Varsovia	139.392 EUR	6.333	4.924	1.408	7.314	53	77,53%	-
Relax Wind Park II, S.P. Z.O.O	Varsovia	122.665 EUR	157	88	70	5	-21	39,54%	-
Relax Wind Park IV, S.P. Z.O.O	Varsovia	108.726 EUR	503	572	-69	20	-142	39,54%	-
Estados Unidos da Amrica									
Empresa-Mde:									
Horizon Wind Energy LLC	Houston, Texas	3.828.952.022 USD	3.568.960	880.973	2.687.988	8.790	-51.711	77,53%	-
Atividade Elctrica - Estados Unidos da Amrica Int:									
Energias Renovveis:									
2007 Vento I LLC	Texas	1.336.006.682 USD	1.047.349	86.112	961.237	2.925	1.488	77,53%	-
Arlington Wind Power Project LLC	Oregon	186.191.588 USD	150.818	16.747	134.071	423	289	77,53%	-
Aroostook Wind Energy LLC	Maine	1.257.610 USD	4.825	3.979	845	-	-55	77,53%	-
BC2 Maple Ridge Wind LLC	Texas	486.552.538 USD	368.501	12.332	356.169	2.409	-3.162	77,53%	-
Blue Canyon Windpower II LLC	Oklahoma	227.042.507 USD	188.689	19.830	168.858	16.161	4.414	77,53%	-
Chocolate Bayou Windpower I, LP	Texas	3.438.824 USD	2.327	27	2.300	-	-171	77,53%	-
Clinton County Wind Farm, LLC	New York	15.009.806 USD	24.749	13.949	10.780	-	-	77,53%	-
High Prairie Wind Farm II, LLC	Minnesota	127.067.109 USD	146.765	53.900	92.865	10.337	793	77,53%	-
High Trail Wind Farm, LLC	Illinois	459.409.684 USD	354.307	20.073	334.234	24.985	4.292	77,53%	-
Horizon Wind Energy International	Texas	5.691.290 USD	4.467	192	4.276	83	89	77,53%	-
Horizon Wind Ventures I LLC	Texas	809.913.051 USD	1.791.567	1.187.582	603.985	34.934	10.418	77,53%	-
Horizon Wind Ventures II, LLC	Texas	893.375.235 USD	1.073.660	424.213	649.446	25.206	7.262	77,53%	-
Jericho Rise Wind Farm LLC	New York	1.600.290 USD	3.109	1.984	1.125	12	-23	77,53%	-
Madison Windpower LLC	New York	10.564.773 USD	9.232	1.793	7.439	1.220	-183	77,53%	-
Marble River, LLC	New York	18.671.894 USD	40.090	26.750	13.340	-	-76	77,53%	-
Martinsdale Wind Farm LLC	Colorado	3.196.368 USD	2.316	21	2.295	-	-2	77,53%	-
Mesquite Wind, LLC	Texas	280.000.541 USD	275.733	67.502	208.231	23.315	5.972	77,53%	-
Old Trail Wind Farm, LLC	Illinois	290.585.371 USD	357.131	148.114	209.017	19.398	-2.889	77,53%	-
OPQ Property LLC	Illinois	17.838 USD	1.934	1.901	33	23	10	77,53%	-
Post Oak Wind, LLC	Texas	349.281.397 USD	308.398	52.393	256.005	17.525	4.932	77,53%	-
Signal Hill Wind Power Project LLC	Colorado	-24.029 USD	1	20	-19	-	-2	77,53%	-
Telocaset Wind Power Partners, LLC	Oregon	126.441.358 USD	164.241	68.130	96.111	13.983	3.938	77,53%	-
Tumbleweed Wind Power Project LLC	Colorado	-1.629 USD	-	4	-4	-	-1	77,53%	-
Vento Grande Wind Power Project LLC	Colorado	860.990 USD	1.817	1.266	550	-	-68	77,53%	-
Wind Turbine Prometheus, LP	California	-568.023 USD	1	413	-412	-	-1	77,53%	-
Dickinson County Wind Farm LLC	Minnesota	- USD	657	726	-70	-	-70	77,53%	-
Darlington Wind Farm, LLC	Minnesota	- USD	2.217	2.223	-5	-	-5	77,53%	-
Cloud County Wind Farm	Kansas	328.058.697 USD	263.078	27.274	235.804	1.326	79	77,53%	-
Whitestone Wind Purchasing, LLC	Texas	- USD	119.117	108.382	10.735	10.709	10.735	77,53%	-
Blue Canyon Windpower V, LLC	Oklahoma	- USD	2.550	2.568	-19	-	-19	77,53%	-
Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC	Iowa	551.906.012 USD	447.456	41.331	406.126	2.301	595	77,53%	-
Sagebrush Power Partners, LLC	Washington	- USD	37.097	37.110	-13	-	-13	77,53%	-
Rail Splitter	Illinois	- USD	164.491	164.663	-172	8	-172	77,53%	-
Blackstone Wind Farm, LLC	Illinois	- USD	2.148	2.151	-3	-	-3	77,53%	-
Meadow Lake Wind Farm, LLC	Indiana	- USD	7.932	8.152	-220	-	-220	77,53%	-
Wheatfield Wind Power Project, LLC	Oregon	- USD	80.808	80.741	67	71	67	77,53%	-
2007 Vento II	Texas	893.375.235 USD	715.362	74.084	641.278	-	-653	77,53%	-
2008 Vento III	Texas	1.066.156.297 USD	807.327	41.245	766.082	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	1.066.156.297 USD	922.927	156.845	766.082	-	-	77,53%	-
BC2 Maple Ridge Holdings LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Cloud West Wind Project, LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Five-Spot, LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Chocolate Bayou I LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Alabama Ledge Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Antelope Ridge Wind Power Project LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Arkwright Summit Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Ashford Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Athena-Weston Wind Power Project LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Black Prairie Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm II LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm III LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm IV LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm V LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Windpower III LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Windpower IV LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Windpower VI LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm II LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm III LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Chateaugay River Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Cropsey Ridge Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Crossing Trails Wind, Power Project LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Dairy Hills Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Diamond Power Partners LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
East Clackat Wind Power Project LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Ford Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Freepart Windpower I, LP	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Gulf Coast Windpower Management Company, LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Homestead Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Northwest VII LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Northwest X LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Northwest XI LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Panhandle I LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Southwest I LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Southwest II LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Southwest III LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Southwest IV LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Valley I LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind MREC Iowa Partners LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-

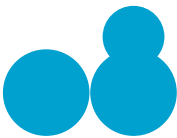
Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-08 Euro'000	Passivos 31-Dez-08 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-08 Euro'000	Total Proveitos 31-Dez-08 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-08 Euro'000	% Grupo	% Individual	
Horizon Wind, Freeport Windpower I LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Juniper Wind Power Partners, LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Lexington Chenoa Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Machias Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Meadow Lake Wind Farm II LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
New Trail Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
North Slope Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Number Nine Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Pacific Southwest Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Pioneer Prairie Wind Farm II LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Rim Rock Power Partners LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Saddleback Wind Power Project LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Sardinia Windpower LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Turtle Creek Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Western Trail Wind Project I LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Whistling Wind WI Energy Center, LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Simpson Ridge Wind Farm LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Coos Curry Wind Power Project LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Horizon Wind Energy Midwest IX LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Horizon Wind Energy Northwest I LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Horizon Wind Energy Northwest XV LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Peterson Power Partners LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Pioneer Prairie Interconnection LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
The Nook Wind Power Project LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Tug Hill Windpower LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Whiskey Ridge Power Partners LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Wilson Creek Power Partners LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
WTP Management Company LLC	Texas	-	-	-	-	-	-	77,53%	-	
Outros Países										
Actividades Conexas:										
EDP Finance BV	Amsterdão	2.000.000	EUR	8.437.018	8.406.910	30.107	373.750	4.174	100,00%	100,00%
EDP Finance Company Ltd.	Dublin	1.000.001	EUR	766	363	404	6	-70	100,00%	100,00%
EDP Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda.	Macau	200.000	MOP	60.841	18	60.823	6.439	6.482	100,00%	100,00%
Energia RE - Sociedade Calvo de Resseguro	Luxemburgo	2.000.000	EUR	39.068	26.501	12.567	10.853	-223	100,00%	100,00%
Actividade Eléctrica - Outros Países:										
Energias Renováveis:										
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	24.996.360	EUR	51.009	27.260	23.748	1.051	-510	54,27%	-
Tarcan, BV	Amsterdam	20.000	EUR	24.788	25.421	-633	789	-758	77,53%	-
Cernavoda Power SRL	Bucharest	50	LEI	6.543	7.093	-550	-	-546	65,90%	-
Renovatio Power SRL	Bucharest	50	LEI	4.565	4.977	-412	1	-409	65,90%	-

O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis e da sua subsidiária Horizon, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos sem capital social e que à data de encerramento do exercício não têm quaisquer activos, passivos, ou qualquer actividade operacional.

Sempre que aplicável, as percentagens de participação detidas pelo Grupo EDP incluem o efeito da aquisição de interesses minoritários, por via de contratos de opção de venda “written put options”, conforme referido na política contabilística 2 b).

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2008, são apresentados de seguida:

Entidades conjuntamente controladas	Sede	Capital Social / Moeda	Ativos Não Correntes 31-Dez-08 Euro'000	Ativos Correntes 31-Dez-08 Euro'000	Passivos Não Correntes 31-Dez-08 Euro'000	Passivos Correntes 31-Dez-08 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-08 Euro'000	Total Proveitos 31-Dez-08 Euro'000	Total Custos 31-Dez-08 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-08 Euro'000	% Grupo	% Individual
Bioastur, AIE	Gijón	60.101 EUR	87	2.196	-	1.480	803	3.542	-3.096	446	50,00%	-
Cogeneración y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.208.010 EUR	868	6.348	-	3.527	3.689	8.842	-8.033	809	50,00%	-
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Zaragoza	6.701.165 EUR	111.323	32.463	78.081	16.569	49.136	41.157	-26.923	14.234	38,76%	-
Desarrollos Energeticos Canarios, S.A.	Las Palmas	15.025 EUR	-	8	-	18	-10	-	-	-	38,69%	-
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	130.964	3.310	106.739	22.545	4.990	6.961	-9.138	-2.177	50,00%	40,00%
Evolución 2000, S.L.	Albacete	117.994 EUR	54.664	11.580	42.808	10.971	12.465	13.468	-9.402	4.066	38,11%	-
Horta Medioambiental S.A.	Madrid	60.200 EUR	-	-	-	113	-113	-	-	-	38,76%	-
Ibersol E. Solar Ibérica, S.A	Almería	65.000 EUR	2.134	56	200	1.925	65	-	-	-	38,76%	-
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	1.003.006 EUR	884	4.897	399	1.258	4.124	2.112	-1.928	184	47,99%	-
Murciasol I Sola Térmica, S.L.	Almería	3.340 EUR	152	50	-82	281	3	-	-	-	38,76%	-
Proenercam, S.L.	Ruiloba	240.400 EUR	111	267	80	396	-98	158	-213	-55	50,00%	-
Tébor Eólica, S.A.	Cuenca	4.720.400 EUR	37.784	10.737	34.611	3.838	10.072	12.163	-8.506	3.657	38,76%	-
EME2 - Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	Lisboa	- EUR	-	530	-	530	-	380	-380	-	60,00%	-
Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A..	Vila Velha de Ródão	50.000 EUR	19.591	3.614	-	23.175	30	14.843	-15.014	-171	50,00%	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Ceará	160.310.744 BRL	297.867	8.975	42.329	208.394	56.119	12.083	-5.218	6.865	35,97%	-
Flat Rock Windpower II LLC	Portland	207.447.187 USD	137.438	2.351	740	176	138.873	10.814	-7.846	2.968	38,76%	-
Flat Rock Windpower LLC	Portland	525.479.601 USD	345.091	8.862	2.005	424	351.524	31.284	-26.223	5.061	38,76%	-



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2007, são apresentados de seguida:

Entidades conjuntamente controladas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos Não Correntes 31-Dez-07 Euro'000	Activos Correntes 31-Dez-07 Euro'000	Passivos Não Correntes 31-Dez-07 Euro'000	Passivos Correntes 31-Dez-07 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-07 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-07 Euro'000	Total Custos 31-Dez-07 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-07 Euro'000	% Grupo	% Individual
Bioastur, AIE	Gijón	60.101 EUR	15	2.094	-	1.251	857	3.696	-2.994	703	48,43%	-
Cogeneración y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.208.010 EUR	795	3.900	-	1.815	2.880	6.248	-6.620	-372	48,43%	-
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Zaragoza	6.701.165 EUR	119.091	14.388	82.383	15.056	36.040	33.924	-24.238	9.685	49,37%	-
Desarrollos Energeticos	Las Palmas	15.025 EUR	-	8	-	18	-10	-	-	-	39,42%	-
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	46.731	2.807	31.924	10.447	7.167	6.609	-7.463	-854	49,94%	40,00%
Evolución 2000, S.L.	Albacete	117.994 EUR	56.929	7.909	50.170	5.244	9.424	5.851	-5.325	526	38,83%	-
Fiat Rock Windpower II LLC	Portland	207.447.187 USD	135.514	5.424	646	1.157	139.134	4.485	-3.989	496	50,00%	-
Fiat Rock Windpower LLC	Portland	525.479.601 USD	341.239	10.357	1.751	1.013	348.832	14.573	-10.668	3.904	50,00%	-
Horta Medioambiental S.A.	Madrid	60.200 EUR	-	22	-	135	-113	-	-1	-1	39,50%	-
Ibersol E. Solar Ibérica, S.A.	Almería	65.000 EUR	1.915	22	-	1.872	65	12	-12	-	39,50%	-
Infraestructuras Gasisistas de Invessto, S.A.	Pamplona	1.003.006 EUR	1.723	6.399	431	3.751	3.940	2.649	-1.832	816	31,76%	-
Le Mee, S.A. R.L.	Toulouse	756.206.125 BRL	549.109	10.383	207.443	52.337	299.711	77.714	-58.959	18.754	10,33%	-
Marquesado Solar S.A.	Almería	1.000 EUR	882	174	-	1.055	1	-	-	-	48,38%	-
Millenium Energy, S.A.	Bilbao	65.000 EUR	16.192	1.442	5.170	12.427	37	253	-253	-	39,50%	-
Murciasol I Solar Térmica, S.L.	Almería	6.500.000 EUR	20.095	3.768	12.244	3.810	7.809	9.242	-8.575	667	31,76%	-
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	3.340 EUR	117	65	-	179	3	11	-11	-	39,50%	-
Proenercam, S.L.	Toulouse	1.000 EUR	-	1	-	-	1	-	-	-	48,38%	-
Sauvageons, S.A.R.L.	Ruiloba	240.400 EUR	121	250	160	254	-43	306	-908	-602	48,43%	-
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	1.000 EUR	248	50	-	299	-1	-	-	-	48,38%	-
		4.720.400 EUR	40.317	9.864	37.633	3.743	8.804	8.340	-6.670	1.670	39,50%	-

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2008, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-08 Euro'000	Passivos 31-Dez-08 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-08 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-08 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-08 Euro'000	% Grupo	% Individual
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	454.896 EUR	432	194	238	-	-169	18,49%	-
Carriço Cogeração, S.A.	Vila Rei	50.000 EUR	22.380	17.343	5.037	25.037	2.540	35,00%	-
CEM, S.A.	Macau	580.000.000 MOP	420.814	183.169	237.645	373.640	42.447	21,19%	-
Central E - Informação e Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	227.275 EUR	1.094	543	551	1.272	324	34,00%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	300.000 EUR	62	-190	252	-	-	18,49%	-
D.E. de Canárias, S.A.	Gran Canaria	4.291.140 EUR	10.431	919	9.512	4.784	1.388	27,58%	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamericana Dos III, S.A.	Guatemala	1.731.677.586 GTQ	596.939	350.773	246.166	619.452	61.055	21,00%	21,00%
EDEL - Empresa Editorial Electroénica, Lda.	Portugal	1.798 EUR	19	93	-74	-	-	47,77%	47,77%
Ederg-Produção Hidroelétrica, Lda.	Lisboa	1.000.000 EUR	970	-	970	-	-19	25,00%	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Lisboa	5.000.000 EUR	107.446	74.357	33.089	1.331	-258	15,10%	-
Geoterceira - S. Geo. Terceira, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	16.973	15.980	993	931	-	49,90%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	4.808.000 EUR	9.188	739	8.449	-	-	15,41%	-
Inkolán, A.I.E.	Bilbao	60.101 EUR	247	194	53	-	-	27,22%	-
Inverasturias - Fondo Capital Riesgo	Coruña	5.384.132 EUR	5.265	49	5.216	-	-	19,27%	-
Kosorkuntza, A.I.E.	Bilbao	1.503 EUR	9.775	6.137	3.638	11.706	1.336	15,88%	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	6.444.956 EUR	44.101	32.196	11.905	12.320	2.451	19,11%	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	Salas	120.400 EUR	38.542	33.467	5.075	6.756	2.541	18,43%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	7.194.021 EUR	27	-12.959	12.986	13.573	3.980	25,89%	-
Portines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Sines	10.000.000 EUR	23.060	3.366	19.694	16.749	2.500	39,60%	-
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Chameca da Caparica	9.000.000 EUR	120.815	92.810	28.005	23.820	4.671	19,83%	-
Sodecoan, S.L.	Sevilla	6.010 EUR	-	3	-3	-	-	30,82%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	69	7	62	-	-7	15,41%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	2.574	375	2.199	1.963	602	25,40%	-

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2007, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-07 Euro'000	Passivos 31-Dez-07 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-07 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-07 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-07 Euro'000	% Grupo	% Individual
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	454.896 EUR	432	25	407	1	-	23,70%	-
Carriço Cogeração, S.A.	Vila Rei	50.000 EUR	21.986	18.489	3.497	23.215	1.708	35,00%	-
CEM, S.A.	Macau	580.000.000 MOP	374.794	163.124	211.670	328.529	40.182	21,19%	-
Central E - Informação e Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	227.275 EUR	964	737	227	1.154	-447	34,00%	-
Cogeneration La Espina, S.L.	Salas	228.380 EUR	1.340	1.340	-	-	-	48,43%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	300.000 EUR	62	-	62	-	-	23,70%	-
D.E. de Canárias, S.A.	Gran Canaria	4.291.140 EUR	10.243	419	9.824	3.835	1.122	35,35%	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamericana Dos III, S.A.	Guatemala	2.077.092.000 GTQ	597.377	371.804	225.573	515.629	41.162	21,00%	21,00%
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	Laoues	100.000 EUR	323	4	319	53	-412	34,99%	34,99%
EDEL - Empresa Editorial Electroénica, Lda.	Portugal	1.798 EUR	19	32	-13	-	-	47,77%	47,77%
Ederg-Produção Hidroelétrica, Lda.	Lisboa	1.000.000 EUR	993	5	988	-	-12	25,00%	-
Enercem, S.L.	Oviedo	210.350 EUR	629	108	521	409	-103	19,37%	-
Geoterceira - S. Geo. Terceira, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	14.877	13.884	993	1.205	-2	49,90%	-
Hidráulica Rio Lena, S.A.	Oviedo	901.518 EUR	9.164	6.887	2.277	-	-	6,82%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	4.808.000 EUR	9.188	705	8.483	1.809	-	19,74%	-
Hidroelétrica de Janeiro de Baixo, Lda	Lisboa	5.000 EUR	13	18	-5	-	-	20,00%	20,00%
Inkolán, A.I.E.	Bilbao	64.142 EUR	214	161	53	9.239	-17	27,22%	-
Inverasturias - Fondo Capital Riesgo	Coruña	5.384.132 EUR	5.265	49	5.216	-	-127	19,37%	-
Kosorkuntza, A.I.E.	Bilbao	1.502.500 EUR	10.109	6.807	3.302	347	1.500	15,88%	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	7.813.157 EUR	46.258	35.673	10.585	9.240	2.353	24,47%	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	Asturias	120.400 EUR	43.936	40.979	2.957	5.542	97	23,60%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	7.194.021 EUR	29.537	18.724	10.813	11.097	3.143	33,16%	-
Pebble Hydro - Consultoria, Invest. e Serv., Lda.	Oeiras	5.100 EUR	136.355	135.194	1.161	13.661	-86	20,00%	20,00%
Portines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Sines	10.000.000 EUR	23.041	5.317	17.724	10.017	555	39,60%	-
Portugen	Porto	250.000 EUR	3.700	899	2.801	6.295	2.481	26,67%	-
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Chameca da Caparica	9.000.000 EUR	116.458	93.624	22.834	38.587	5.256	19,83%	-
Sodecoan, S.L.	Sevilla	6.010 EUR	-	3	-3	-	-	39,47%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	69	-	69	-	-	19,74%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	2.841	740	2.101	2.114	503	25,40%	-
Turbogás - Produtos Energéticos, S.A.	Porto	13.308.330 EUR	507.562	458.608	48.954	333.469	32.165	40,00%	-
Yedesa Cogeneración, S.A.	Sevilla	234.390 EUR	44	-	44	-	-	7,89%	-

As Outras Empresas com participações iguais ou superiores a 10% à data de 31 de Dezembro de 2008, eram as seguintes:

Outras Empresas	Sede e País	% de participação Grupo	% de participação Individual
Tejo Energia, S.A.	Abrantes - Portugal	11,11%	-
EDA, S.A.	Açores - Portugal	10,00%	-

Durante o exercício de 2008, ocorreram as seguintes alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP:

Empresas adquiridas:

- A EDP Gestão da Produção, S.A. adquiriu os restantes 80% do capital social das mini-hídricas Pebble Hydro, Lda. e Hidroeléctrica de Janeiro de Baixo, Lda.;
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 100% do capital social das empresas catalãs Bont Vent de Vilalba, SLU e Bont Vent de Corbera, SLU;
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 51% das empresas polacas Relax Wind Park IV Sp e Relax Wind Park II Sp, e adquiriu 85% das empresa romenas Renovatio Power and Cernavoda Power;
- A Naturgás Energia, S.A. adquiriu 89% do capital da Constitución Papresa, AIE.;
- A Millenium Energy S.L. adquiriu 10% do capital da Constitución Papresa, AIE.;
- A Hidrocontábrico Distribucion Eléctrica, S.A.U. adquiriu 100% do capital social da Fuerzas Electricas Valencianas, S.A.;
- A Hidrocontábrico Distribucion Eléctrica, S.A.U. adquiriu a empresa Instalaciones Electricas Rio Isabena, S.L. e Solanar, S.L.;
- A EDP Produção Bioeléctrica, S.A. adquiriu 100% do capital social da empresa Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.;
- A EDP Imobiliária e Participações, S.A. adquiriu os restantes 40% representativos do capital social da U Call - Atendimento a Clientes e Telemarketing, S.A.;
- A EDP Gestão da Produção, S.A. adquiriu os restantes 20% representativos do capital social da Tergen, S.A.;
- A NEO, através da Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L., adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas: Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L., Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L. and Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L. e 90% da Molinars, S.L.;
- A NEO adquiriu em França o Grupo NEO Galia SAS à EOLE 76 e Eurocape, o qual compreende 3 parques eólicos localizados na Normandia e vários projectos em desenvolvimento, localizados principalmente nas regiões da Normandia e Rhônes-Alpes;
- A Naturgás Participaciones adquiriu os restantes 50% da Millenium Energy, S.A.. Posteriormente verificou-se a cisão da Millenium Energy, passando parte dos seus activos para a Tecman, S.A.

Empresas fundidas:

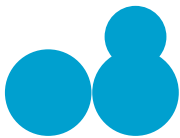
- A Bolores - Energia Eólica, S.A. e Safra - Energia Eólica S.A. fusionaram-se na Enernova - Novas Energias, S.A.;
- A 093X - Telecomunicações Celulares, S.A. foi fusionada na Optep S.G.P.S, S.A.;
- A empresa Horizon Wind Energy Company LLC foi fusionada na Horizon Wind Energy LLC.

Empresas alienadas e liquidadas:

- A Hidrocontábrico Explotacion Centrales alienou a sua participação de 20% na Enercem, S.L. e de 90% da Coggeneración del Esla, S.A.;
- No decurso 2008, ocorreu o processo de liquidação da empresa Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A., na qual a EDP, S.A. detinha uma participação financeira de 34,99%;
- A Sinae Inversiones Eólicas S.A. alienou 20% do capital social na Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S. L. passando a deter 59,59% do capital social da empresa;
- A EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A. alienou as participações de 26,7% e 40% nas empresas Portugen Energia, S.A. e Turbogás - Produtos Energéticos, S.A., respectivamente;
- A empresa Hidrobasto - Produção Hídrica de Energia Eléctrica, Lda., detida em 60% pela EDP Gestão da Produção, S.A. e a empresa Heralds Securities Inc., detida em 100% pela Balwerk Consultoria Económica e Participações, Lda., foram dissolvidas durante o primeiro semestre de 2008;
- A Generaciones Especiales I, SL alienou a sua participação de 50% na Marquesado Solar.

Empresas constituídas:

- Enernova, S.A. (Brasil);
- EDP Renováveis Brasil, S.A.;
- EDP Gás GPL - Comércio de Gás de Petróleo Liquefeito, S.A.;
- EDP Ventures S.G.P.S. - S.A.;
- EME2 - Engenharia, Manutenção e Serviços - ACE;
- Greenvouga - Sociedade Gestora do Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeiradio-Ermida, S.A.;
- Central Térmica Ciclo Combinado Grupo 4;
- Naturgás Energía Comercializadoras Ultimo Recurso, S.A.;
- Naturneo Energia, S.L.;
- Eolica de Radona S.L.;
- Neolica Polska SP Z.O.O.;
- Cloud County Wind Farm;
- Whitestone Wind Purchasing, LLC;
- Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC;
- Sagebrush Power Partners, LLC;
- Rail Splitter;
- Cloud West Wind Project, LLC;
- Wheatfield Wind Power Project, LLC;
- Dickinson County Wind Farm, LLC;
- Darlington Wind Farm, LLC;
- Blue Canyon Windpower V, LLC;
- Blackstone Wind Farm, LLC;
- Meadow Lake Wind Farm, LLC;
- Five Spot, LLC;
- 2008 Vento III;
- Fonte Silva;



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Empresas constituídas (continuação):

- Muxia I;
- Muxia II;
- Horizon Wind Ventures III, LLC;

Outras alterações:

- Redução da participação no capital social da EDP Renováveis de 100% para 77,53% por diluição, decorrente de um aumento de capital não subscrito pela EDP;
- O Grupo EDP aumentou a participação no capital social da EDP - Energias do Brasil, S.A., em consequência desta ter adquirido ações próprias passando a percentagem de participação de 62,69% para 71,95%;
- Permuta de activos entre o Grupo EDP e o Grupo Rede que consistiu na troca da participação de 100% na Enersul pelas participações maioritárias nas empresas Lajeado Energia, Tocantins Energia, Investco e Ipueiras;
- Permuta com a MPX da participação de 100% do capital da Diferencial Energia por uma participação de 50% na Porto Pecém.

6. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios** , por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Vendas por sector de actividade:				
Electricidade	12.369.499	9.859.769	2.263.447	1.169.678
Gás	1.226.852	920.355	-	-
Vapor e cinzas	10.182	11.432	-	-
Outros	126.282	58.911	-	-
	13.732.815	10.850.467	2.263.447	1.169.678
Prestação de serviços por actividade:				
Associados a vendas de electricidade	35.393	32.304	9.097	12.926
Gás	51.850	66.981	-	-
Contrato de disponibilidade energética	2.730	8.659	-	-
Consultadoria e serviços	5.797	5.362	-	-
Outros	65.478	47.005	49.982	57.443
	161.248	160.311	59.079	70.369
	13.894.063	11.010.778	2.322.526	1.240.047
Total de Volume de negócios:				
Electricidade	12.404.892	9.892.073	2.272.544	1.182.604
Gás	1.278.702	987.336	-	-
Vapor e cinzas	10.182	11.432	-	-
Consultadoria e serviços	5.797	5.362	-	-
Contrato de disponibilidade energética	2.730	8.659	-	-
Outros	191.760	105.916	49.982	57.443
	13.894.063	11.010.778	2.322.526	1.240.047

Em 2008, a rubrica "Electricidade" em Portugal inclui em base consolidada o montante líquido de 1.063.367 milhares de Euros relativo à recuperação de desvios tarifários, na sequência da publicação do Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto que veio confirmar a irrevogabilidade do direito à recuperação dos desvios tarifários, conforme referido na política contabilística 2 x).

Adicionalmente, a rubrica de "Electricidade", inclui em base consolidada o montante de 300.422 milhares de Euros (211.843 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativo às compensações de equilíbrio contratual (CMEC) resultantes da extinção dos contratos de aquisição de energia (CAE). Este montante inclui 138.716 milhares de Euros (110.279 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativos ao CMEC inicial do período e 161.706 milhares de Euros resultantes do mecanismo de revisibilidade, conforme estabelecido pela legislação em vigor em Portugal.

Em 2008 a rubrica de "Electricidade", inclui em base individual vendas de electricidade derivadas do contrato de gestão, aquisição e revenda de electricidade, celebrado entre a EDP Energias de Portugal, S.A. e a EDP Produção, S.A. em 1 de Julho de 2007. Desta forma, o ano de 2007 inclui apenas 6 meses de vendas enquanto que o ano de 2008 inclui 12 meses de vendas.

O **Volume de negócios** , por mercados geográficos, para o **Grupo**, é analisado como segue:

	Dez 2008				
	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Grupo
Electricidade	8.673.117	1.779.387	1.820.575	131.813	12.404.892
Gás	118.742	1.159.960	-	-	1.278.702
Vapor e cinzas	10.182	-	-	-	10.182
Consultadoria e Serviços	5.797	-	-	-	5.797
Contrato Disponibilidade Energética	2.730	-	-	-	2.730
Outros	75.798	91.629	24.333	-	191.760
	8.886.366	3.030.976	1.844.908	131.813	13.894.063

Em 2008, o volume de negócios relativo a Espanha inclui o montante de 16.828 milhares de Euros de vendas de "Electricidade" realizadas em França pelas subsidiárias do Grupo NEO aí sediadas. Adicionalmente, a rubrica de "Outros" inclui os montantes de 1.934 milhares de Euros e 726 milhares de Euros relativos a prestações de serviços realizadas na Polónia e em Portugal, respectivamente, pelas subsidiárias do Grupo NEO nestes países.

	Dez 2007				
	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Grupo
Electricidade	6.641.615	1.374.911	1.844.218	31.329	9.892.073
Gás	102.352	884.984	-	-	987.336
Vapor e cinzas	11.432	-	-	-	11.432
Consultadoria e Serviços	5.362	-	-	-	5.362
Contrato Disponibilidade Energética	8.659	-	-	-	8.659
Outros	47.551	46.621	10.759	985	105.916
	6.816.971	2.306.516	1.854.977	32.314	11.010.778

As rubricas de **Custos com aquisição de electricidade** e **Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	6.627.273	4.748.100	1.830.374	878.792
Custos com aquisição de gás	823.200	585.227	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:				
Combustíveis, vapor e cinzas	572.611	522.669	-	-
Gás	850.264	524.166	405.434	249.214
Custo das mercadorias	538.141	327.099	-	-
Licenças de emissão de CO ₂				
Consumos	354.310	66.883	-5.083	-
Subsídios	-294.683	-66.873	-	-
Outros custos	158.717	103.296	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-632.955	-353.257	-	-
	1.546.405	1.123.983	400.351	249.214
	8.996.878	6.457.310	2.230.725	1.128.006

A rubrica de "Custos com a aquisição de electricidade", nas contas individuais inclui custos no valor de 928.201 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 457.727 milhares de Euros) com a aquisição de energia no âmbito do contrato de gestão, compra e revenda de energia existente entre a EDP, S.A. e a EDP Gestão da Produção de Energia, S.A., sendo que em 2007 estes custos correspondem apenas a 6 meses, dado o contrato ter sido assinado em 1 de Julho de 2007.

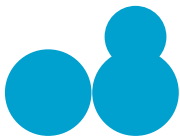
7. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Proveitos suplementares	23.392	19.310	1.174	1.171
Subsídios à exploração	1.404	1.859	-	-
Ganhos em imobilizações	19.538	13.259	1.596	673
Reversão de imparidade:				
- Cobranças duvidosas	17.323	14.606	20	457
- Devedores e outros activos	656	19.076	328	15.641
Trabalhos para a própria empresa	6.980	14.579	-	-
Valores em excesso de participações de clientes	9.179	6.489	-	-
Prémios de Seguros - Energia RE	9.267	6.307	-	-
Proveitos relativos a investidores institucionais - Horizon	61.238	12.318	-	-
Licenças de CO ₂ (RDL 06/2006) - Grupo HC	13.024	-	-	-
Amortização do justo valor dos contratos de venda de energia - Horizon	18.272	-	-	-
Outros proveitos de exploração	48.400	52.594	17.646	1.352
	228.673	160.397	20.764	19.294

A rubrica Proveitos relativos a investidores institucionais — Horizon, corresponde a retornos adicionais sobre os parques eólicos derivados de benefícios fiscais à produção (PTC) e às amortizações fiscais, relativamente aos projectos da Vento I e Vento II.

O montante registado na rubrica Licenças de CO₂ (RDL 06/2006) - Grupo HC inclui o proveito reconhecido resultante da interpretação efectuada pelas autoridades regulatórias de Espanha sobre a forma de aplicação do Real Decreto Ley 06/2006 à actividade da HC Energia.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a Horizon e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados, em aproximadamente 190.400 milhares de dólares americanos e registados como um passivo não corrente (nota 37). No entanto, este passivo deve ser amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos de exploração. A amortização do exercício de 2008 foi de 18.272 milhares de Euros.

8. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008	Dez 2007	Dez 2008	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Subcontratos	6.894	4.542	-	-
Fornecimentos e serviços :				
Água, electricidade e combustíveis	13.538	13.447	852	843
Utensílios e material de escritório	6.330	5.762	270	441
Rendas e alugueres	91.583	76.906	8.715	7.913
Comunicações	38.619	37.553	1.436	1.948
Seguros	29.060	29.667	1.105	869
Transportes, deslocações e estadias	24.430	19.946	1.909	1.340
Comissões e honorários	4.479	3.522	670	355
Conservação e reparação	217.684	191.495	4.500	2.935
Publicidade e propaganda	24.501	22.789	10.291	6.607
Vigilância e Segurança	10.472	9.846	515	510
Trabalhos especializados:				
- Actividade Comercial	88.525	66.200	-	4.561
- Serviços de Informática	40.587	38.947	1.170	6.632
- Serviços Jurídicos	13.817	12.515	1.231	928
- Serviços de Consultoria	42.759	46.925	16.065	19.179
- Outros Serviços	48.037	74.018	23.820	16.944
Outros fornecimentos e serviços	34.453	30.107	34.798	29.779
	735.768	684.187	107.347	101.784

9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008	Dez 2007	Dez 2008	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	16.127	19.026	5.656	5.692
Remuneração dos colaboradores	452.111	443.028	273	533
Encargos sobre remunerações	111.286	109.451	216	291
Custos com indemnizações	6.462	2.194	-	8
Prémios de desempenho	77.973	59.508	3.285	6.978
Planos de remuneração com base em acções	1.801	1.566	-	-
Outros custos	24.703	27.831	573	684
Trabalhos para a própria empresa	-116.789	-85.641	-	-
	573.674	576.963	10.003	14.186

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008	Dez 2007	Dez 2008	Dez 2007
Órgãos sociais	79	84	24	21
Directores / Chefias superiores	431	420	-	-
Quadros superiores	1.945	1.954	-	-
Quadros médios	756	639	-	-
Chefias intermédias	836	640	-	-
Profissionais altamente qualificados e qualificados	6.145	6.777	1	1
Profissionais semi-qualificados	1.898	2.386	-	-
Contratados a prazo	155	104	-	-
Outros	-	93	-	-
	12.245	13.097	25	22

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Custos com plano de pensões	62.246	59.539	-	-
Custos com plano médico e outros benefícios	48.791	45.709	-	-
Custos com racionalização de recursos humanos e outros	49.203	183.421	-	-
Outros	960	701	177	103
	161.200	289.370	177	103

Os custos com planos de pensões incluem 41.771 milhares de Euros (35.175 milhares de Euros em 2007) relativos a planos de benefícios definidos e 20.475 milhares de Euros (24.364 milhares de Euros em 2007) relativos a planos de contribuição definida.

Os custos com racionalização de recursos humanos decorrem da implementação do PAE - Programa de Ajustamento de Effectivos em Portugal, no âmbito do qual foram efectivadas saídas de 198 trabalhadores para a pré-reforma, com um custo total de 49.203 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 153.917 milhares de Euros).

10. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	228.261	208.761	-	-
Rendas de centros electroprodutores	7.430	7.400	-	-
Impostos directos	9.384	3.700	341	245
Impostos indirectos	53.868	41.793	972	786
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	70.438	67.100	35	385
Imparidade para devedores e outros activos	3.636	2.400	356	467
Dívidas incobráveis	-	6.817	-	-
Perdas em imobilizações	4.929	14.071	140	261
Custos de funcionamento da regulação	4.707	4.711	-	-
Devolução de Licenças de CO ₂ (Real Decreto-Ley 11/07)	62.137	43.238	-	-
Revisão tarifária - Enersul	-	55.973	-	-
Indemnizações de exploração	790	2.214	-	-
Donativos	17.484	12.912	4.028	9.828
Outras perdas relacionadas com actividade de gestão de energia	-	-	-	26.973
Outros custos e perdas operacionais	37.216	63.980	5.575	19.050
	500.280	535.070	11.447	57.995

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão.

A rubrica Devolução de licenças de CO₂ (RDL 11/07) refere-se ao montante das licenças que o Grupo espera ter de devolver ao Estado Espanhol, como resultado da aplicação do Real Decreto-Ley 11/2007, que determina que o custo relativo à emissão de licenças de CO₂ atribuídas gratuitamente pelo Estado Espanhol será deduzido ao défice tarifário do sector em 2008.

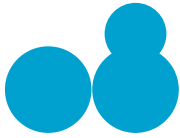
Durante o exercício de 2007, a Enersul recebeu do regulador do sector energético brasileiro (ANEEL), um Termo de Notificação relativo à reanálise das bases de remuneração regulatória (BRR) correspondentes à revisão tarifária do ano de 2003. O resultado da reanálise efectuada, determinou a decisão da ANEEL de reduzir a BRR da Enersul, implicando uma redução das tarifas para os períodos em causa e determinou a devolução aos consumidores dos valores de consumo de energia facturados, em excesso, no período de Abril de 2003 a Dezembro de 2007. Como resultado desta decisão, a Enersul reconheceu um passivo para fazer face a esta obrigação no montante total de 70.538 milhares de Euros, cerca de 183.000 milhares de Reais, (ver nota 37), por contrapartida de uma redução das Vendas — Electricidade, na parcela correspondente ao exercício de 2007, no montante de 12.735 milhares de Euros, um aumento da rubrica de "Outros custos exploração — Revisão tarifária — Enersul" no montante de 55.973 milhares de Euros e um efeito de conversão cambial de 1.830 milhares de Euros.

A Imparidade para créditos de cobrança duvidosa e para devedores e outros activos é analisada nas notas 24 e 25, às demonstrações financeiras, respectivamente.

11. Provisões do exercício

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Dotação de provisões para riscos e encargos	71.185	81.167	3.927	17.439
Redução de provisões	-39.114	-39.072	-2.408	-5.413
	32.071	42.095	1.519	12.026



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

12. Amortizações do exercício

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Amortização e perdas por imparidade de activos fixos tangíveis:				
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	424	1.017	-	-
Edifícios e outras construções	16.299	16.944	509	555
Equipamento básico:				
Produção Hidroelétrica	133.558	134.616	8	8
Produção Termoelétrica	249.257	219.521	-	-
Produção Renováveis	201.282	100.646	-	-
Distribuição de Electricidade	458.987	470.240	-	-
Distribuição de Gás	35.958	36.807	-	-
Outro equipamento básico	1.914	2.719	15	15
Equipamento de transporte	9.599	9.161	626	613
Equipamento administrativo e utensílios	42.886	41.462	3.211	3.092
Perdas por imparidade	2.658	8.767	-	-
Outros activos tangíveis	2.450	4.450	1.421	1.424
	<u>1.155.272</u>	<u>1.046.350</u>	<u>5.790</u>	<u>5.707</u>
Amortização de activos fixos intangíveis:				
Amortização de propriedade industrial e outros direitos	21.517	18.300	15	9
Amortização de direitos de concessão	78.880	66.208	-	-
Amortização acelerada / imparidade	49.921	-	-	-
	<u>150.318</u>	<u>84.508</u>	<u>15</u>	<u>9</u>
	<u>1.305.590</u>	<u>1.130.858</u>	<u>5.805</u>	<u>5.716</u>
Compensação de amortizações:				
Activos fixos tangíveis comparticipados	-113.597	-105.007	-	-
	<u>-113.597</u>	<u>-105.007</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.191.993</u>	<u>1.025.851</u>	<u>5.805</u>	<u>5.716</u>

O aumento da rubrica Amortização acelerada / imparidade consiste na amortização acelerada / imparidade dos direitos de concessão da Enersul no Brasil, no montante de 49.921 milhares de Euros. Esta amortização acelerada representa a perda de valor dos activos afectos à Enersul (imparidade) decorrente das alterações regulatórias ocorridas em 2008.

Os activos fixos tangíveis comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes activos fixos tangíveis do Grupo, sendo o respectivo custo compensado pela amortização das comparticipações (registadas em Credores e outros passivos) efectuada na mesma base e às mesmas taxas dos respectivos activos fixos tangíveis comparticipados.

13. Ganhos / (perdas) na alienação de activos e investimentos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, para o **Grupo**, é analisada como segue:

	Dez 2008		Dez 2007	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Activos financeiros disponíveis para venda:				
REN, S.A.	1,5%	16.969	25,0%	259.329
Valorsul, S.A.	15,6%	1.322	-	-
Outros	-	274	-	-
Activos detidos para venda:				
Edinfor - Sistema Informáticos, S.A.	40,0%	4.819	-	-
ONI SGPS, S.A.	-	-	100,0%	1.647
Investimentos financeiros em filiais e empresas associadas:				
LBC Tanquipor, S.A.	-	-	28,9%	687
Affinis, S.A.	-	-	45,0%	-54
EDP Renováveis, S.A.	22,5%	405.375	-	-
Turbogás Produtora Energética, S.A.	40,0%	50.822	-	-
Marquesado del Solar, S.A.	50,0%	2.378	-	-
Portugen - Energia, S.A.	26,7%	-1.424	-	-
Outros	-	1.197	-	952
		<u>481.732</u>		<u>262.561</u>

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, em base **Individual**, é analisada como segue:

	Dez 2008		Dez 2007	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Activos financeiros disponíveis para venda:				
REN, S.A.	1,5%	15.100	25,0%	228.177
Activos detidos para venda:				
Edinfor - Sistema Informáticos, S.A.	40,0%	64	-	-
ONI SGPS, S.A.	-	-	100,0%	1.647
Investimentos financeiros em filiais e empresas associadas:				
Patrimonial de la Ribera del Ebro	-	-	30,0%	2.048
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	-	-	10,0%	149
Outros	-	-	-	-36
		15.164		231.985

Em 31 de Março de 2008, a EDP, S.A. alienou 1,5% do capital social da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. ao Fundo de Pensões da EDP. No âmbito da operação, foram transaccionadas 8.010.000 acções ao preço de 3,5 Euros/acção (cotação de mercado nessa data), representando um encaixe financeiro de 28.035 milhares de Euros, que corresponde a uma mais valia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 15.100 milhares de Euros e de 16.969 milhares de Euros, respectivamente.

No decorrer dos exercícios de 2006 e 2007, foram celebrados contratos com vista à alienação de 20% do investimento detido na REN, de forma a dar cumprimento ao estabelecido pelo Decreto-Lei N.º 172/2006 de 23 de Agosto. Esta operação concluiu-se em 26 de Outubro de 2007, após ter decorrido o período de ajustamento de preço que dependia da evolução das cotações das acções ("Aftermarket share price"). Adicionalmente, no decurso do IPO da REN, que ocorreu no primeiro semestre de 2007, a EDP, S.A., deu ordem de venda em mercado de 26.700.000 acções, correspondentes a mais 5% do investimento detido. Na sequência das transacções referidas correspondentes à alienação de 25% do capital social da REN, foi registada uma mais valia em 2007 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP, S.A., no montante de 228.177 e 259.329 milhares de Euros, respectivamente.

Em 7 de Março de 2008, a EDP, S.A. celebrou um contrato relativo à alienação de 40% da participação e respectivos créditos sobre a Edinfor pelo montante de 54.964 milhares de Euros, gerando uma mais valia em base consolidada de 4.819 milhares de Euros.

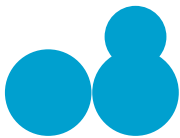
Em 4 de Junho de 2008, foi concretizado um aumento de capital na EDP Renováveis através da subscrição pública (IPO) de 196.024.306 acções com valor nominal de 5 Euros. O Grupo EDP não participou neste aumento de capital tendo, em consequência, diluído a sua participação social na EDP Renováveis de 100% para 77,53%. O aumento de capital da EDP Renováveis ascendeu a 1.566.726 milhares de Euros, dos quais 980.122 milhares de Euros correspondem ao aumento do capital social e 586.605 milhares de Euros correspondem ao prémio de emissão. Como resultado desta operação, o Grupo EDP reduziu a sua percentagem de participação nos capitais próprios da EDP Renováveis o que permitiu a dispersão do capital em bolsa e consequente entrada de Interesses Minoritários. O efeito de diluição referido, é equiparável a uma alienação parcial de um investimento numa subsidiária, mantendo a entidade o controlo após esta alienação parcial, nos termos da utilização do "Parent Company Model", conforme política contabilística 2 b), ou seja é equivalente a uma alienação de um investimento a Interesses Minoritários.

O ganho do referido efeito de diluição resultante desta operação, foi determinado comparando o contributo da EDP Renováveis para o Grupo EDP antes e após o IPO, o Grupo preparou demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis com referência a 31 de Maio de 2008, data de referência da última consolidação antes do IPO. Os valores dos capitais próprios da EDP Renováveis antes e após IPO analisam-se como segue:

Situação Líquida (referência a 31 de Maio de 2008)	Pre IPO	Aumento Capital	Pos IPO
	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Capital Social	3.381.419	980.122	4.361.541
Prémios de emissão (líquido de custos com a operação)	-	552.035	552.035
Reservas e resultados acumulados	67.109	-	67.109
Resultado líquido	40.453	-	40.453
Total capital próprio	3.488.981	1.532.157	5.021.138

O ganho apurado no montante de 405.375 milhares de Euros, corresponde assim à diferença entre os capitais próprios Pre IPO (detidos a 100% pelo Grupo EDP) e os capitais próprios detidos Pos IPO (detidos a 77,53% pelo Grupo EDP), conforme apresentado no quadro seguinte:

	Pre IPO	Pos IPO	Cálculo do
	Euro'000	Euro'000	ganho
	(A)	(B)	(A - B)
Contributo EDP Renováveis	3.488.981	5.021.138	
% de consolidação	100,00%	77,53%	
	3.488.981	3.892.888	403.907
Outros ajustamentos de consolidação			1.468
Ganho consolidado			405.375



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Em 6 de Maio de 2008, a EDP Gestão da Produção, S.A. procedeu à alienação à International Power Portugal Holdings SGPS, S.A. das suas participações de 40% e 26,7% no capital social da Turbogás Produtora Energética, S.A. (Turbogás) e Portugen - Energia, S.A. (Portugen), respectivamente. Esta transacção foi efectuada com base num preço de 140.000 milhares de Euros, tendo gerado uma mais valia global em base consolidada de 50.822 milhares de Euros na Turbogás e uma menos valia de 1.424 milhares de Euros na Portugen.

Em Março de 2008, a Generaciones Especiales I S.L., empresa detida em 80% pela NEO procedeu à alienação da subsidiária Marquesado del Solar, S.A. à empresa alemã Solar Millenium AG. O preço de venda ascendeu a 3.411 milhares de Euros, dando origem a uma mais valia em base consolidada de 2.378 milhares de Euros.

14. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Outros proveitos financeiros				
Juros obtidos de aplicações financeiras	54.259	53.255	377.995	246.758
Instrumentos financeiros derivados:				
Juros	131.714	146.130	114.220	125.889
Justo valor	460.869	164.548	674.063	198.068
Outros juros obtidos	63.403	47.155	-	904
Rendimentos de participações de capital	6.680	41.442	792.175	439.252
Diferenças de câmbio favoráveis	361.205	75.089	324.275	164.945
CMEC	89.861	38.608	-	-
Outros ganhos financeiros	18.106	57.375	-	17.336
	<u>1.186.097</u>	<u>623.602</u>	<u>2.282.728</u>	<u>1.193.152</u>
Outros custos financeiros				
Juros de empréstimos	756.867	622.850	506.606	323.796
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-94.625	-52.946	-	-
Instrumentos financeiros derivados:				
Juros	129.821	124.358	127.305	99.246
Justo valor	407.082	199.501	528.459	210.910
Outros juros suportados	13.721	12.076	15.557	53.946
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	289.378	57.717	20.536	-
Imparidade para investimentos financeiros	153	155	109.854	-
Imparidade do goodwill - Enersul	17.371	-	-	-
Serviços bancários	11.351	25.225	5.553	3.370
Diferenças de câmbio desfavoráveis	423.265	64.070	477.467	139.732
CMEC	31.942	17.260	-	-
"Unwinding"	97.483	16.277	-	-
Outras perdas financeiras	44.990	82.878	4.718	39.519
	<u>2.128.799</u>	<u>1.169.421</u>	<u>1.796.055</u>	<u>870.519</u>
Resultados financeiros	<u>-942.702</u>	<u>-545.819</u>	<u>486.673</u>	<u>322.633</u>

A rubrica de "Juros de empréstimos obtidos capitalizados" inclui os juros de empréstimos capitalizados em activos fixos tangíveis em curso conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 h). As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variaram entre 2.71% e 7.91% e estão de acordo com as taxas de mercado consideradas para os respectivos empréstimos.

No ano de 2008 a rubrica Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, em base consolidada, inclui o reconhecimento em resultados dos montantes de 200.139 milhares de Euros, 66.958 milhares de Euros, 20.536 milhares e 1.745 milhares de Euros relativos às perdas de imparidade registadas nos investimentos detidos no BCP, na Sonaecom, na Ampla Energia e Serviços e na Energia RE respectivamente, como resultado da desvalorização verificada nos mercados financeiros. Em 2007, esta rubrica incluía o montante de 57.717 milhares de Euros relativos à perda por imparidade no investimento financeiro detido na Sonaecom.

No ano de 2008, em base individual, a EDP, S.A. reconheceu na rubrica Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda uma perda por imparidade no montante de 20.536 milhares de Euros relativamente ao seu investimento na Ampla Energia e Serviços. Adicionalmente, na rubrica Imparidade para investimentos financeiros foi reconhecida uma perda de 109.854 milhares de Euros relativa ao investimento na EDP Imobiliária e Participações, S.A. Esta última imparidade respeita ao *write-off* do investimento financeiro, no montante de 52.664 milhares de Euros (ver nota 19) e à cobertura dos capitais próprios negativos da subsidiária no montante de 57.190 milhares de Euros (ver nota 36).

Durante o exercício de 2008, o Grupo EDP registou, em base consolidada uma perda por imparidade de 17.371 milhares de Euros no "goodwill" da Enersul (ver nota 18).

No ano de 2008, os valores incluídos nas rubricas de "Diferenças de câmbio favoráveis" e "Diferenças de câmbio desfavoráveis" estão essencialmente relacionadas com a estrutura estabelecida para financiamento da actividade do Grupo EDP Renováveis, que inclui a concessão de empréstimos da EDP, S.A. através da sua sucursal em Espanha (EDP Sucursal) à subsidiária EDP Renováveis.

A rubrica de "Outros proveitos financeiros - CMEC" inclui 62.250 milhares de Euros relativos aos juros do CMEC inicial, incluídos na anuidade de 2008, 21.097 milhares de Euros relativos ao efeito financeiro considerado no cálculo do CMEC inicial, e 6.514 milhares de Euros relativos à componente financeira da Revisibilidade correspondente ao exercício de 2008. A rubrica Outros custos financeiros - CMEC, inclui o valor de 31.942 milhares de Euros, relativos aos encargos de actualização do CMEC inicial registado por contrapartida de Proveitos Diferidos (ver nota 37).

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente a (i) actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos no valor de 2.157 milhares de Euros, (ii) actualização financeira referente à "put option" da Genesa e Desa no montante de 12.134 milhares de Euros (ver nota 37), (iii) actualização financeira da "put option" da Naturgas no montante de 15.170 milhares de Euros (ver nota 37), (iv) ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 43.631 milhares de Euros (ver nota 37) e (v) aos encargos financeiros associados ao desconto da dívida das concessões do Alqueva, da Investco e Enerpeixe no valor de 10.621 milhares de Euros, 1.811 milhares de Euros e 11.959 milhares de Euros, respectivamente (ver nota 37).

As rubricas de Outros proventos / custos financeiros associadas aos instrumentos financeiros derivados incluem os resultados da carteira de negociação e de cobertura (ver nota 40).

A rubrica de **Rendimentos de participações de capital** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Empresas do Grupo	-	-	780.705	393.516
Empresas associadas				
DECA II	-	-	8.424	14.645
Tanquipor	-	50	-	-
Outros	-	2	-	-
Outras empresas				
Ampla Energia e Serviços	-	1.601	-	1.601
EDA - Electricidade dos Açores	490	315	-	-
BCP	-	8.370	-	390
Tejo Energia	2.472	1.528	-	-
REN	3.046	29.100	3.046	29.100
Outros	672	476	-	-
	<u>6.680</u>	<u>41.442</u>	<u>792.175</u>	<u>439.252</u>

15. **Impostos sobre os lucros**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2003. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

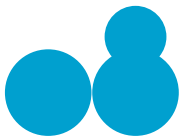
Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (6 anos em Portugal, 15 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). O detalhe dos prejuízos e da respectiva data limite de reporte é apresentado na nota 22. As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Imposto corrente	-195.563	-88.348	-36.393	142.612
Imposto diferido	-88.236	-192.500	109.267	-134.710
	<u>-283.799</u>	<u>-280.848</u>	<u>72.874</u>	<u>7.902</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2008, é analisada como segue:

	Dez 2008		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	1.504.589	398.716
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-0,9%	-52.053	-13.794
Créditos fiscais	1,3%	75.272	19.947
Dividendos não tributados	-0,3%	-16.045	-4.252
Benefícios fiscais	-1,8%	-104.404	-27.667
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	4,1%	234.974	62.268
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-9,9%	-562.140	-148.967
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-0,6%	-33.079	-8.766
Tributação autónoma e benefícios fiscais	0,2%	12.958	3.434
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,2%	10.869	2.880
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	<u>18,9%</u>	<u>1.070.941</u>	<u>283.799</u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2007, é analisada como segue:

	Dez 2007		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	1.300.779	344.706
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	1,0%	46.701	12.376
Créditos fiscais	2,1%	101.022	26.771
Dividendos não tributados	-1,8%	-90.368	-23.948
Benefícios fiscais	-1,8%	-86.151	-22.830
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	-0,7%	-32.469	-8.604
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-2,4%	-119.584	-31.690
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	0,0%	-1.159	-307
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à colecta	0,0%	-21	-6
Alteração de taxa	-0,6%	-27.502	-7.288
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,6%	-31.443	-8.332
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	21,6%	1.059.805	280.848

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2008, é analisada como segue:

	Dez 2008		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	478.104	126.698
Provisões sem consequência fiscal	0,6%	10.577	2.803
Créditos fiscais	-10,0%	-180.685	-47.882
Diferenças temporárias para as quais não foi reconhecido imposto diferido activo	1,7%	30.015	7.954
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	6,9%	124.993	33.123
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-1,2%	-21.966	-5.821
Dividendos não tributados	-42,2%	-760.496	-201.531
Tributação autónoma e benefícios fiscais	0,0%	-145	-38
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	2,5%	44.603	11.820
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	-15,2%	-275.000	-72.874

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2007, é analisada como segue:

	Dez 2007		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	494.256	130.978
Provisões sem consequência fiscal	0,4%	7.826	2.074
Dividendos não tributados	-21,6%	-403.021	-106.801
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	0,0%	44	12
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-6,2%	-116.270	-30.812
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,7%	-12.653	-3.353
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	-1,6%	-29.818	-7.902

16. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Valor bruto:				
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	223.420	-	-
Terrenos e recursos naturais	166.902	132.009	46.502	46.727
Edifícios e outras construções	602.694	785.132	25.648	25.665
Equipamento básico:				
Produção Hidroelétrica	7.746.315	7.575.926	254	254
Produção Termoelectrica	6.554.723	5.702.104	-	-
Produção Renováveis	5.223.555	2.589.318	-	-
Distribuição de electricidade	14.174.680	14.765.772	-	-
Distribuição de gás	1.134.429	1.047.850	-	-
Outro equipamento básico	38.696	37.575	148	148
Equipamento de transporte	78.078	87.960	3.262	3.224
Equipamento administrativo e utensílios	521.145	492.160	85.001	75.969
Outros activos fixos tangíveis	92.456	157.633	14.246	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	3.673.839	3.811.302	26.834	6.084
	40.230.932	37.408.161	201.895	172.317
Amortizações acumuladas e imparidade				
Amortizações do exercício	-1.152.614	-1.037.583	-5.790	-5.707
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-17.938.102	-17.600.617	-89.067	-84.160
Perdas por imparidade do exercício	-2.658	-8.767	-	-
Perdas por imparidade de exercícios anteriores	-11.996	-4.899	-	-
	-19.105.370	-18.651.866	-94.857	-89.867
Valor líquido contabilístico	<u>21.125.562</u>	<u>18.756.295</u>	<u>107.038</u>	<u>82.450</u>

Conforme referido na política contabilística 2 al, nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data da realização da operação. A alocação final do justo valor atribuíveis aos activos, passivos e passivos contingentes concluída em 2008, relativa à aquisição do Grupo Relax Winds, efectuada em 2007, determinou a alocação de 86.818 milhares de Euros dos Activos fixos tangíveis em curso, com referência a 31 de Dezembro de 2007 (ver nota 18).

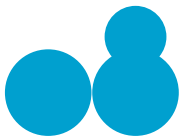
Os activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, embora explorados pelo Grupo, continuam propriedade das Autarquias, relevando contabilisticamente os seguintes valores:

	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	223.420
Amortizações acumuladas	-222.626	-222.202
Valor líquido	<u>794</u>	<u>1.218</u>

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos Municípios, a aguardar regularização.

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2008, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	-	-	-	-	-	223.420
Terrenos e recursos naturais	132.009	17.134	-5.716	1.121	-18.959	41.313	166.902
Edifícios e outras construções	785.132	32.278	-12.316	-227.228	-87.249	112.077	602.694
Equipamento básico	31.718.545	153.815	-60.601	3.895.190	-681.879	-152.672	34.872.398
Equipamento de transporte	87.960	6.710	-10.211	5.585	-6.320	-5.646	78.078
Equipamento administrativo e utensílios	492.160	13.198	-2.755	23.336	-4.995	201	521.145
Outros activos fixos tangíveis	157.633	1.268	-688	-9.591	38	-56.204	92.456
Activos fixos tangíveis em curso	3.811.302	3.431.184	-24.327	-3.694.559	-26.190	176.429	3.673.839
	37.408.161	3.655.587	-116.614	-6.146	-825.554	115.498	40.230.932



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	222.202	424	-	-	-	-	222.626
Edifícios e outras construções	222.878	16.299	843	-6.334	-25.106	10.162	218.742
Equipamento básico	17.741.752	1.080.956	1.815	-28.791	-336.487	-290.447	18.168.798
Equipamento de transporte	63.931	9.599	-	-9.434	-5.254	-4.095	54.747
Equipamento administrativo e utensílios	357.433	42.886	-	-2.599	-4.882	-5.704	387.134
Outros activos fixos tangíveis	43.670	2.450	-	-1.906	19	9.090	53.323
	18.651.866	1.152.614	2.658	-49.064	-371.710	-280.994	19.105.370

O movimento ocorrido nas diferenças cambiais em 2008 refere-se essencialmente à desvalorização do Dólar Americano (USD) e do Real Brasileiro (BRL) face ao Euro, principalmente, no último trimestre do ano.

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração ocorridas ao longo de 2008 referem-se, essencialmente, aos parques eólicos concluídos da subsidiária EDP Renováveis e à conclusão da construção e ampliação de determinadas fases das centrais de ciclo combinado e das centrais hídricas das subsidiárias EDP Produção e HC Energia.

A rubrica de Variações de Perímetro / Regularizações inclui entre outros o efeito resultante da permuta de activos ocorrida no Brasil, com a saída da Enersul do perímetro de consolidação do Grupo Rede e ainda a entrada do Grupo Pebble Hydro em Portugal que passou a ser consolidado pelo método integral.

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2007, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	-	-	-	-	-	223.420
Terrenos e recurso naturais	125.166	477	-90	905	3.478	2.073	132.009
Edifícios e outras construções	521.316	669	-4.829	248.288	5.498	14.190	785.132
Equipamento básico	29.353.271	206.678	-42.271	1.153.676	179.015	868.176	31.718.545
Equipamento de transporte	83.400	7.346	-9.986	2.456	2.093	2.651	87.960
Equipamento administrativo e utensílios	461.626	5.634	-626	22.513	1.736	1.277	492.160
Outros activos fixos tangíveis	97.347	59.090	-8.426	11.249	-976	-651	157.633
Activos fixos tangíveis em curso	1.706.086	2.663.660	-15.228	-1.410.032	-106.894	973.710	3.811.302
	32.571.632	2.943.554	-81.456	29.055	83.950	1.861.426	37.408.161

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	221.185	1.017	-	-	-	-	222.202
Edifícios e outras construções	201.389	16.944	-	-3.189	7.281	453	222.878
Equipamento básico	16.658.082	964.549	8.479	-21.150	112.032	19.760	17.741.752
Equipamento de transporte	60.240	9.161	28	-9.453	1.877	2.078	63.931
Equipamento administrativo	317.725	41.462	-	-594	1.744	-2.904	357.433
Outros activos fixos tangíveis	31.283	4.450	260	-222	-52	7.951	43.670
	17.489.904	1.037.583	8.767	-34.608	122.882	27.338	18.651.866

O montante registado na movimentação de Variações de Perímetro/Regularizações respeita, na sua maioria, ao efeito da consolidação da Horizon adquirida em 2 de Julho de 2007.

À data de 31 de Dezembro de 2008, para o Grupo, o valor bruto dos activos tangíveis financiado por contratos de locação financeira ascende a 10.267 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 9.796 milhares de Euros), a amortização acumulada ascende a 4.381 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 4.011 milhares de Euros) e as respectivas rendas vincendas ascendem a 5.320 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 5.419 milhares de Euros).

	Dez 2008			Dez 2007		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	2.265	218	2.483	2.283	205	2.488
Entre um e cinco anos	2.778	170	2.948	2.767	164	2.931
	5.043	388	5.431	5.050	369	5.419

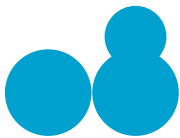
No decorrer do exercício de 2008, o valor dos custos incorridos com estes activos foi de 571 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 322 milhares de Euros), estando registados na rubrica "Conservação e reparação" da demonstração de resultados (nota 8).

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2008, **em base individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	46.727	22	-247	-	-	46.502
Edifícios e outras construções	25.665	1.489	-1.506	-	-	25.648
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	3.224	1.147	-1.109	-	-	3.262
Equipamento administrativo e utensílios	75.969	5.621	-	3.411	-	85.001
Outros activos fixos tangíveis	14.246	-	-	-	-	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	6.084	24.161	-	-3.411	-	26.834
	172.317	32.440	-2.862	-	-	201.895
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	17.155	509	-1.500	-	1.483	17.647
Equipamento básico	76	23	-	-	-	99
Equipamento de transporte	1.626	626	-809	-	26	1.469
Equipamento administrativo e utensílios	65.143	3.211	-	-	-	68.354
Outros activos fixos tangíveis	5.867	1.421	-	-	-	7.288
	89.867	5.790	-2.309	-	1.509	94.857

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2007, **em base individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	46.735	-	-8	-	-	46.727
Edifícios e outras construções	25.797	312	-444	-	-	25.665
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	3.153	552	-481	-	-	3.224
Equipamento administrativo e utensílios	72.872	977	-	2.120	-	75.969
Outros activos fixos tangíveis	14.246	-	-	-	-	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	6.203	2.001	-	-2.120	-	6.084
	169.408	3.842	-933	-	-	172.317
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	16.687	555	-395	-	308	17.155
Equipamento básico	53	23	-	-	-	76
Equipamento de transporte	1.274	613	-261	-	-	1.626
Equipamento administrativo e utensílios	62.052	3 092	-1	-	-	65.143
Outros activos fixos tangíveis	4.443	1 424	-	-	-	5.867
	84.509	5.707	-657	-	308	89.867



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

À data de 31 de Dezembro de 2008, em base Individual, o valor bruto dos activos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 2.561 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 2.760 milhares de Euros), a amortização acumulada é de 1.003 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 1.266 milhares de Euros) e as respectivas rendas vincendas ascendem a 1.445 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 1.334 milhares de Euros). O detalhe dos activos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida.

	Dez 2008			Dez 2007		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	525	59	584	624	49	674
Entre um e cinco anos	808	53	861	620	40	660
	1.333	112	1.445	1.244	89	1.334

No decorrer do exercício de 2008, o valor dos custos incorridos com estes activos foi de 81 milhares de Euros (31 de Dezembro 2007: 85 milhares de Euros), estando registados na rubrica "Conservação e reparação" da demonstração de resultados (nota 8).

17. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Valor bruto:				
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	145.427	141.644	100	100
Direitos de concessão	2.474.560	2.301.360	-	-
Licenças de CO ₂	385.096	86.855	-	-
Activos intangíveis em curso	75.880	40.249	-	-
	3.080.963	2.570.108	100	100
Amortizações acumuladas e imparidade:				
Amortizações do exercício de direitos de concessão	-128.801	-66.208	-	-
Amortizações do exercício de propriedade industrial e outros intangíveis	-21.517	-18.300	-15	-9
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-280.829	-312.459	-44	-35
	-431.147	-396.967	-59	-44
Valor Líquido	2.649.816	2.173.141	41	56

Os Direitos de concessão sobre as redes de distribuição de energia eléctrica no Brasil, nomeadamente da Bandeirante (Estado de São Paulo) e Escelsa (Estado do Espírito Santo), são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão, respectivamente até 2025 e 2030. Os Direitos de concessão em Portugal referem-se à rede de distribuição de gás natural, sendo amortizados pelo método das quotas constantes ao longo do período de concessão, que termina em 2048.

Os Direitos de concessão sobre a produção de energia eléctrica no Brasil, nomeadamente EDP Lajeado, Lajeado Energia, Tocantins e Investco, são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão até 2032.

Na rubrica "Licenças de CO2" encontram-se registados, à data de 31 de Dezembro de 2008, 385.096 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 86.855 milhares de Euros) referentes a licenças de emissão de CO2 atribuídas gratuitamente às centrais do Grupo EDP em actividade em Portugal e Espanha. O mercado de licenças de emissões de CO2 encontra-se regulado pelo Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) em Portugal e pelo "Plano Nacional de Assignación de Derechos de Emisión de Gases de Efecto Invernadero" (PNADE) em Espanha, cobrindo o período 2008 - 2012. Os planos definem a metodologia e os critérios de atribuição de licenças de emissão de gases com efeito de estufa com base na estimativa das licenças de emissão necessárias até ao final desse período, tendo em atenção as emissões históricas das instalações e/ou as projecções destas emissões. Os planos prevêm que as licenças para as instalações já existentes, para o período 2008-2012, sejam atribuídas a título gratuito limitando a sua utilização até ao final desse triénio, após o qual serão canceladas e não poderão ser transferidas para utilização no âmbito do comércio europeu de licenças de emissão.

Os movimentos da rubrica de **Activos intangíveis** durante o ano de 2008, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	141.644	798	-289	35.034	-25.706	-6.054	145.427
Licenças de CO ₂	86.855	385.748	-87.507	-	-	-	385.096
Activos intangíveis em curso	40.249	89.881	-1.523	-28.055	-5.656	-19.016	75.880
Direitos de concessão							
Direitos de concessão - Brasil	996.992	-	-	-46.498	-96.120	240.376	1.094.750
Direitos de concessão - Gás	152.232	-	-	-	-	-	152.232
Direitos de exploração							
Alqueva/Pedrogão	393.136	17.095	-	-	-	-32.771	377.460
Extensão do domínio público hídrico	759.000	-	-	-	-	-	759.000
Direitos de concessão - mini-hídricas	-	-	-	-	-	91.118	91.118
	<u>2.570.108</u>	<u>493.522</u>	<u>-89.319</u>	<u>-39.519</u>	<u>-127.482</u>	<u>273.653</u>	<u>3.080.963</u>

Na rubrica "Licenças de CO₂", o movimento de "Alienações / Abates" inclui 86.855 milhares de Euros correspondentes aos valor das licenças para emissão de CO₂ consumidas durante o exercício de 2007 e entregues às autoridades reguladoras em 2008. O valor de aquisição desta rubrica diz respeito às licenças atribuídas gratuitamente pelas autoridades reguladoras e às compras para fazer face às necessidades de consumo no montante de 341.202 milhares de Euros e 44.546 milhares de Euros, respectivamente (ver nota 46).

As aquisições da rubrica Activos intangíveis em curso incluem 55.597 milhares de Euros referentes à concessão da utilização do domínio público hídrico para a produção de energia hidroelétrica e para a concepção, construção, exploração e conservação no rio Tua, por um período de 75 anos a partir da entrada em exploração do aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua.

Na rubrica de "Direitos de concessão - Brasil", o movimento de "Variações de perímetro/Regularizações" inclui o montante de direitos de concessão reconhecidos pelo Grupo na operação de permuta de activos, nomeadamente da Rede Lajeado, Tocantins e Investco no montante de 312.832 milhares de Euros (ver nota 18) e o efeito do desconhecimento dos direitos de concessão da Enersul, englobada no âmbito desta operação, no montante de 80.194 milhares de Euros.

O movimento de "Transferências" inclui o montante de 46.498 milhares de Euros relacionados com a classificação dos activos da empresa ESC 90, considerados como activos detidos para venda em 31 de Dezembro de 2008.

Na rubrica "Direitos de exploração Alqueva/Pedrogão", o movimento de "Aquisições" no montante de 17.095 milhares de Euros corresponde ao reforço de potência efectuado durante 2008. O movimento de "Variações de Perímetro/Regularizações" no montante de 32.771 milhares de Euros corresponde ao efeito resultante da actualização da taxa de desconto do direito de concessão para 6,97% (31 Dezembro 2007: 5,37%).

Na rubrica "Direitos de concessão - mini hídricas", o movimento de "Variações de Perímetro/Regularizações" no montante de 91.118 milhares de Euros corresponde aos direitos de concessão reconhecidos pelo Grupo no âmbito da aquisição da Pebble Hydro.

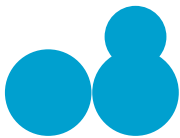
A rubrica de "Extensão do domínio público hídrico" inclui 759.000 milhares de Euros relativos ao valor pago pelo Grupo EDP no âmbito da extensão dos períodos de concessão do domínio público hídrico.

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Amortização acelerada / Imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:								
Propriedade industrial e outros direitos	68.104	21.517	-	-103	-	-14.079	-10.480	64.959
Direitos de concessão	<u>328.863</u>	<u>78.880</u>	<u>49.921</u>	<u>-</u>	<u>-22.858</u>	<u>-8.292</u>	<u>-60.326</u>	<u>366.188</u>
	<u>396.967</u>	<u>100.397</u>	<u>49.921</u>	<u>-103</u>	<u>-22.858</u>	<u>-22.371</u>	<u>-70.806</u>	<u>431.147</u>

A coluna amortização acelerada/imparidade inclui a imparidade registada relativamente aos direitos de concessão da Enersul, no montante de 49.921 milhares de Euros em resultado das alterações regulatórias ocorridas durante o exercício de 2008.

A coluna das variações de perímetro/regularizações inclui 80.194 milhares de Euros referentes à anulação das amortizações acumuladas da Enersul e 18.135 milhares de Euros referentes ao registo das amortizações acumuladas dos direitos de concessão na Investco, por via da permuta de activos realizada.

O movimento de "Transferências" da rubrica de Direitos de concessão inclui o montante de 22.858 milhares de Euros relacionados com a classificação dos activos da empresa ESC 90, considerados como activos detidos para venda em 31 de Dezembro de 2008.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Os movimentos da rubrica de **Activos intangíveis** durante o ano de 2007, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	87.792	745	-	25.689	5.243	22.175	141.644
Licenças de CO ₂	266.063	53.651	-232.859	-	-	-	86.855
Activos intangíveis em curso	20.313	23.710	-	-5.541	1.767	-	40.249
Direitos de concessão							
Direitos de concessão - Brasil	928.638	59.246	-	-	9.108	-	996.992
Direitos de concessão - Gás	152.232	-	-	-	-	-	152.232
Direitos de exploração							
Alqueva/Pedrogão	-	393.136	-	-	-	-	393.136
Extensão do domínio público hídrico	-	759.000	-	-	-	-	759.000
	1.455.038	1.289.488	-232.859	20.148	16.118	22.175	2.570.108

Na rubrica "Licenças de CO₂", o movimento de "Alienações / Abates" no montante de 232.859 milhares de Euros, corresponde ao valor das licenças para emissão de CO₂ consumidas durante o exercício de 2006 e entregues ao Instituto de Ambiente em 2007.

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidade:								
Propriedade industrial e outros direitos	45.672	18.300	-	-	-	3.598	534	68.104
Direitos de concessão	241.230	66.208	-	-	-	619	20.806	328.863
	286.902	84.508	-	-	-	4.217	21.340	396.967

Os movimentos da rubrica de **Activos intangíveis** durante o ano de 2008, **em base individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	100	-	-	-	-	100
	100	-	-	-	-	100
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:						
Propriedade industrial e outros direitos	44	15	-	-	-	59
	44	15	-	-	-	59

Os movimentos da rubrica de **Activos intangíveis** durante o ano de 2007, **em base individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	50	50	-	-	-	100
Licenças de CO ₂	1.748	1.010	-	-2.758	-	-
	1.798	1.060	-	-2.758	-	100

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:						
Propriedade industrial e outros direitos	35	9	-	-	-	44
	<u>35</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44</u>

18. Goodwill

No Grupo, a rubrica de "goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

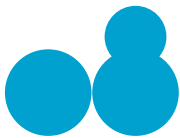
	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Actividade Eléctrica:		
Grupo HC Energia	960.277	1.002.660
Grupo Neo Energia	801.899	660.912
Grupo Horizon	569.777	539.353
Grupo EDP Energias do Brasil	57.978	64.511
Outros (Grupo Portugal)	<u>44.962</u>	<u>523</u>
	<u>2.434.893</u>	<u>2.267.959</u>
Actividade de Distribuição de Gás:		
Grupo Naturgás	<u>757.591</u>	<u>736.824</u>
	<u>3.192.484</u>	<u>3.004.783</u>

No decorrer do ano de 2008, a movimentação ocorrida no "goodwill" foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Variação cambial Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo HC Energia	1.002.660	6.077	-48.240	-	-	-220	960.277
Grupo Neo Energia	660.912	164.146	-23.352	-	-	193	801.899
Grupo Horizon	539.353	-	-	-	30.424	-	569.777
Grupo EDP Energias do Brasil	64.511	17.310	-	-17.371	-3.581	-2.891	57.978
Outros (Grupo Portugal)	<u>523</u>	<u>44.439</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.962</u>
	<u>2.267.959</u>	<u>231.972</u>	<u>-71.592</u>	<u>-17.371</u>	<u>26.843</u>	<u>-2.918</u>	<u>2.434.893</u>
Actividade de Distribuição de Gás							
Grupo Naturgás	<u>736.824</u>	<u>20.740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27</u>	<u>757.591</u>
	<u>736.824</u>	<u>20.740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27</u>	<u>757.591</u>
	<u>3.004.783</u>	<u>252.712</u>	<u>-71.592</u>	<u>-17.371</u>	<u>26.843</u>	<u>-2.891</u>	<u>3.192.484</u>

No decorrer do ano de 2007, a movimentação ocorrida no "goodwill" foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Variação cambial Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo HC Energia	1.009.891	8.627	-	-	-	-15.858	1.002.660
Grupo Neo Energia	658.518	179.136	-192.600	-	-	15.858	660.912
Grupo Horizon	-	583.264	-	-	-43.911	-	539.353
Grupo EDP Energias do Brasil	64.511	-	-	-	-	-	64.511
Outros (Grupo Portugal)	<u>-</u>	<u>523</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>523</u>
	<u>1.732.920</u>	<u>771.550</u>	<u>-192.600</u>	<u>-</u>	<u>-43.911</u>	<u>-</u>	<u>2.267.959</u>
Actividade de Distribuição de Gás							
Grupo Naturgás	<u>737.547</u>	<u>30.364</u>	<u>-31.087</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>736.824</u>
	<u>737.547</u>	<u>30.364</u>	<u>-31.087</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>736.824</u>
	<u>2.470.467</u>	<u>801.914</u>	<u>-223.687</u>	<u>-</u>	<u>-43.911</u>	<u>-</u>	<u>3.004.783</u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Grupo HC Energia

Durante o exercício de 2008, verificou-se uma redução do "goodwill" afecto ao Grupo HC Energia no montante de 48.240 milhares de Euros em resultado da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários à Cajastur por via da existência de uma "written put option" detida por esta entidade sobre 3% do capital na HC Energia, nos termos da utilização do "Parent Company Model", conforme política contabilística 2 b).

Grupo Neo Energia

O aumento verificado na rubrica de "goodwill" no Grupo Neo Energia está relacionado com as diversas aquisições verificadas no exercício, nomeadamente a aquisição dos sub-grupos Relax Winds, Neo Galia, Romania e Neo Catalunya, conforme referido nos parágrafos seguintes.

O detalhe do "goodwill" detido no Grupo Neo Energia, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, apresenta-se como segue:

	Grupo Neo Energia	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Subgrupo Genesa	441.356	459.313
Subgrupo Ceasa	146.469	141.949
Subgrupo Relax Winds	25.424	14.010
Subgrupo Neo Galia	57.428	-
Subgrupo Romania	64.461	-
Subgrupo Neo Catalunya	21.199	-
Subgrupo Enernova	42.299	42.259
Outros	3.263	3.381
	801.899	660.912

A redução de "goodwill" verificada no subgrupo Genesa inclui o efeito da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários à Caja Madrid por via da existência de uma "written put option" detida por esta entidade sobre a Genesa e a Neo Desa, a qual ascendeu a cerca de 18.109 milhares de Euros.

De acordo com os IFRS, o montante de "goodwill" do Grupo Neo Energia, com referência a 31 de Dezembro de 2007 foi reclassificado com base na alocação final dos justos valores atribuíveis aos activos, passivos e passivos contingentes concluída em 2008, no montante de 43.908 milhares de Euros, conforme política contabilística 2.a).

Nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data da realização da operação.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo NEO adquiriu a Relax Winds, tendo registado com referência a esta data um montante de "goodwill" que ascendia a 57.918 milhares de Euros. Durante o exercício de 2008, na sequência da alocação final dos justos valores atribuíveis aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, foi determinado um ajustamento no montante do "goodwill" inicialmente registado que ascendeu a 43.908 milhares de Euros, originando uma alocação por contrapartida do justo valor aos activos líquidos adquiridos. Esta alteração determina uma redução do "goodwill" afecto ao Grupo Relax Wind Parks, para o montante de 14.010 milhares de Euros referente a 31 de Dezembro de 2007, cuja análise é apresentada como segue:

	Grupo Relax Winds Euro'000
"Goodwill" inicial	57.918
Alocação do justo valor aos activos líquidos adquiridos:	
Activos fixos tangíveis (nota 16)	86.818
Impostos diferidos activos e passivos (nota 22)	(14.924)
Interesses minoritários (nota 32)	(27.986)
	43.908
"Goodwill" final	14.010

Nos termos do acordo celebrado pela Neo relativo à aquisição do subgrupo Relax Winds Parks, durante o exercício de 2008 o Grupo Neo adquiriu 51% das entidades Relax Wind Park II e IV e aumentou a sua participação nas entidades Relax Wind Park III e I para 93,3% e 100%, respectivamente. O "goodwill" gerado no âmbito destas transacções após a conclusão da alocação do justo valor aos activos, passivos e passivos contingentes, ascendeu a 11.414 milhares de Euros, incluindo o efeito da aquisição de interesses minoritários decorrente do aumento da participação nas entidades Relax Wind Park I e III. O "goodwill" total relativo às aquisições verificadas neste subgrupo ascende, com referência a 31 de Dezembro de 2008, a 25.424 milhares de Euros.

A 8 de Abril de 2008, a Neo adquiriu em França, às empresas EOLE e Eurocape, o subgrupo Neo Galia SAS, o qual é detentor de 3 parques eólicos em operação na região da Normandia, com uma capacidade instalada de 35 MW, bem como diversos projectos de desenvolvimento de parques eólicos localizados nas regiões da Normandia e Rhône-Alpes, com uma capacidade potecial estimada de 560 MW.

O custo de aquisição do subgrupo Neo Galia foi de 54.895 milhares de Euros, incluindo as participações detidas nos subgrupos Ridgeside e Hollywell, o que considerando os activos líquidos negativos do subgrupo na data de aquisição de 2.533 milhares de Euros, originou um "goodwill" de 57.428 milhares de Euros. O custo da operação referido inclui 8.525 milhares de Euros relativos à estimativa do montante adicional (preço contingente) que será pago pelo Grupo EDP para os parques eólicos que obtenham licenças de construção até 31 de Dezembro de 2013.

O "goodwill" apurado em resultado da alocação do custo de aquisição do subgrupo Neo Galia aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos é analisado como segue:

	Grupo Neo Galia		
	Valor Contabilístico à data de aquisição	Ajustamentos de justo valor	Activos e passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	41.783	9.458	51.241
Outros activos (incluindo licenças)	55.175	-	55.175
Total de Activo	96.958	9.458	106.416
Outros credores e passivos	106.859	2.090	108.949
Total Passivo	106.859	2.090	108.949
Valor líquido dos Activos e Passivos adquiridos			(2.533)
Valor de Aquisição			54.895
Goodwill			57.428

Em Outubro de 2008, o Grupo EDP Renováveis adquiriu uma participação de 85% da Renovatio Power e da Cernavoda Power, duas empresas romenas que detêm projectos eólicos com uma capacidade potencial estimada de 736 MW. O custo de aquisição destas entidades ascendeu a 64.435 milhares de Euros, incluindo a estimativa do montante adicional que será pago pelo Grupo EDP pela obtenção das autorizações necessárias ao início da construção dos parques eólicos (preço contingente) no montante de 63.217 milhares de Euros. Considerando que os activos líquidos são negativos em 26 milhares de Euros, foi apurado um "goodwill" provisional nesta operação no montante de 64.461 milhares de Euros. No decorrer do exercício de 2009, o Grupo EDP irá concluir a análise de determinação do justo valor dos activos adquiridos e a respectiva imputação do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes respectivos.

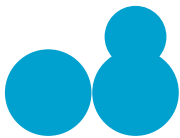
Em Agosto de 2008, a Neo Catalunya, subsidiária detida pela Neo a 100%, adquiriu à Copcisa Eléctrica, S.L.U. duas empresas, Bont Vent Corbera, S.L. e Bont Vent Vilalba, S.L. que detêm diversos parques eólicos em desenvolvimento, com uma capacidade potencial estimada de 99MW. O custo de aquisição ascendeu a 21.270 milhares de Euros tendo sido apurado um montante de "goodwill" de 21.199 milhares de Euros.

Grupo Horizon

O "goodwill" resultante da aquisição do Grupo Horizon foi determinado em USD com referência à respectiva data de aquisição (775.251 milhares de USD), ascendendo a 569.777 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2008 (31 de Dezembro de 2007: 539.353 milhares de Euros), incluindo custos de transacção no montante de 12.723 milhares de Euros. O aumento verificado nesta rubrica encontra-se relacionado com variações cambiais decorrentes da variação do EUR/USD, as quais ascendem a 30.424 milhares de Euros.

Grupo EDP Energias do Brasil

Em 11 de Setembro de 2008, foi concluída a permuta de activos entre a EDP Energias do Brasil e o Grupo Rede (Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A.). Esta operação consistiu na troca da participação de 100% no capital da Enersul, anteriormente detida pela EDP Energias do Brasil, pelo controlo accionista da Investco, após a aquisição de participações maioritárias nas empresas Lajeado Energia, S.A. e Tocantins.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Com referência a 31 de Agosto de 2008, o Grupo EDP procedeu à alocação provisional do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos associados à Investco, Lajeado Energia e Tocantins, tendo sido gerado um “goodwill” de 44.531 milhares de BRL, correspondente a 17.310 milhares de Euros.

Investco, Lajeado Energia e Tocantins			
	Valor contabilístico à data de aquisição	Ajustamentos de justo valor	Activos e passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	537.540	170.151	707.691
Activos intangíveis	187.864	124.968	312.832
Devedores e outros activos	31.202	1.483	32.685
Total de Activos Não Correntes	756.606	296.602	1.053.208
Devedores e outros activos	43.376	-	43.376
Caixa e equivalentes de caixa	29.423	-	29.423
Total de Activos Correntes	72.799	-	72.799
	829.405	296.602	1.126.007
Empréstimos obtidos	67.058	-	67.058
Acções preferenciais	56.602	(31.096)	25.506
Credores e outros passivos	89.033	70.023	159.056
Total de Passivos Não Correntes	212.693	38.927	251.620
Total de Passivos Correntes	110.980	-	110.980
	323.673	38.927	362.600
Total de activos e passivos (100%)			763.407
Total de activos e passivos adquiridos (Grupo EDP)			268.430
Valor de Aquisição			285.740
Goodwill			17.310

Durante o exercício de 2008, foi ainda registada nas contas consolidadas do Grupo EDP uma perda por imparidade de 17.371 milhares de Euros relativamente ao “goodwill” afecto à Enersul (ver nota 14).

Grupo Portugal

A rubrica Outros (Portugal) inclui o montante de 33.583 milhares de Euros relativos ao “goodwill” gerado pela compra do Grupo Pebble Hydro pela EDP Produção, S.A. Adicionalmente, esta rubrica inclui um “goodwill” de 10.827 milhares de Euros correspondentes à aquisição da empresa Ródão-Power, S.A. pela EDP Produção Bioeléctrica, S.A.

No decurso do exercício de 2008, o Grupo EDP procedeu à alocação do custo de aquisição do Grupo Pebble Hydro, Lda aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O valor de aquisição deste subgrupo ascendeu a 72.348 milhares de Euros, tendo sido apurado um “goodwill” de 33.583 milhares de Euros, que se apresenta da seguinte forma:

Grupo Pebble Hydro			
	Valor contabilístico à data de aquisição	Ajustamentos de justo valor	Activos e passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	63.322	4.353	67.675
Activos intangíveis	44	91.118	91.162
Outros activos	118.987	(3.043)	115.944
Total de Activo	182.353	92.428	274.781
Outros credores e passivos	215.307	20.709	236.016
Total Passivo	215.307	20.709	236.016
Activos e Passivos identificados na aquisição			38.765
Valor de Aquisição			72.348
Goodwill			33.583

Grupo Naturgás

O aumento verificado no "goodwill" do subgrupo Naturgás inclui um aumento de 14.668 milhares de Euros decorrente da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários detidos pela Ente Vasco Energia, nos termos da utilização do "Parent Company Model", conforme política contabilística 2 b), por via da existência de uma "written put option" correspondente a 30,4% do subgrupo Naturgás.

Testes de Imparidade ao "goodwill"

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, o Grupo EDP definiu um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável destes investimentos, sendo os principais analisados como segue:

Unidade geradora de caixa	Actividade	Base de determinação do valor recuperável	Pressupostos utilizados			
			Determinação dos fluxos de caixa	Prazo utilizado para fluxos caixa	Taxa de crescimento fluxos caixa	Taxa de desconto utilizada
Grupo HC Energia	Geração Distribuição Comercialização	Valor em uso Equity Value (DCF)	Volume de produção e consumo e tarifas previstas	Vida útil dos equipamentos (8 anos)	Estimativa da evolução das tarifas	WACC Geração: 7,5% WACC Distribuição: 6,80% WACC Comercialização: 7,5%
Grupo Neo Energia	Geração Eólica	Valor em uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa nos vários mercados	Vida útil dos equipamentos (20 anos)	Estimativa da evolução das tarifas	WACC (PT): 7,66% WACC (Esp): 6,96% WACC (Fr): 6,66% WACC (Pol): 8,53%
Grupo Horizon	Geração Eólica	Valor em uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa/contratos de venda de energia	Vida útil dos equipamentos (20 anos)	Estimativa da evolução das tarifas e preço de venda no mercado	WACC (EUA): 8,00%
Grupo EDP Energias do Brasil	Geração Distribuição Comercialização	Valor em uso Equity Value (DCF)	Volume de produção e consumo e tarifas previstas	Geração: Até final concessão (entre 17 - 28 anos) Distribuição: Perpetuidade	Geração: Estimativa de evolução da tarifa Distribuição (BRL): 6,59% Perpetuidade	WACC Geração (BRL): 11,71%-17,81% WACC Distrib. (BRL): 12,51%-18,66%

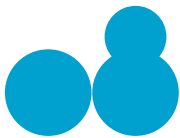
19. Investimentos financeiros em empresas filiais (contas individuais)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Custo aquisição (histórico)	10.740.378	9.528.756
Efeito de equivalência patrimonial (transição IFRS)	-1.165.796	-1.165.796
Partes de capital em empresas filiais	9.574.582	8.362.960
Perdas por imparidade em partes de capital em empresas filiais	-68.174	-15.510
	9.506.408	8.347.450

No âmbito da transição para as IFRS, a EDP, S.A., deixou de aplicar o método de equivalência patrimonial utilizado na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras individuais, tendo o mesmo sido considerado para efeitos de custo histórico reajustado "deemed cost".

Durante o exercício de 2008, e na sequência das perdas por imparidade nos títulos do BCP e Sonaecom, a EDP S.A. registou uma perda por imparidade na EDP Imobiliária e Participações, S.A., empresa detentora destes títulos, no montante de 109.854 milhares de Euros (ver nota 14), sendo 52.664 milhares de Euros relativos ao investimento financeiro e 57.190 milhares de Euros relativos aos capitais próprios negativos (ver nota 36). A perda por imparidade no investimento financeiro na EDP Investimentos SGPS, S.A. no montante de 15.510 milhares de Euros mantém-se em 2008.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

O detalhe dos **Investimentos financeiros em filiais** é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2008	Dez 2007
	Valor Líquido Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Partes de capital em empresas filiais:		
EDP Distribuição de Energia, S.A.	1.686.145	1.591.145
EDP Comercial, S.A.	188.463	163.463
EDP Gestão de Produção de Energia, S.A.	2.156.054	2.155.304
EDP Gás, SGPS, S.A. (ex-EDP-Participações, SGPS, S.A.)	47.795	47.795
Energia RE	2.005	1.245
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	6.595	6.595
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	4.550	4.550
Edalpro - Imobiliária, Lda.	748	748
Labelec - Est. Desenv. Activ. Laboratoriais, S.A.	3.465	3.465
EDP Energias do Brasil, S.A.	432.238	432.238
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	1.981.798	1.981.798
EDP Finance B.V.	2.001	2.001
Sávida, S.A.	2.552	2.552
EDP Investimentos, S.G.P.S., S.A.	47.251	47.251
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	-	4.458
Balwerk, S.A.	1.686	1.686
EDP Renováveis S.A.	2.939.889	1.899.889
EDP Inovação, S.A.	1.206	50
Outras	1.967	1.217
	<u>9.506.408</u>	<u>8.347.450</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, a EDP, S.A. realizou prestações acessórias em algumas subsidiárias no montante global de 170.862 milhares de Euros, nomeadamente 95.000 milhares de Euros na EDP Distribuição, S.A., 25.000 milhares de Euros na EDP Comercial S.A., 750 milhares de Euros na EDP Produção, S.A., 750 milhares de Euros na EDP Internacional, S.A., 1.156 milhares de Euros na EDP Inovação e 48.206 milhares de Euros na EDP Imobiliária e Participações, S.A., tendo estes últimos sido alvo de registo de imparidade conforme referido acima.

Em Setembro de 2008, a EDP S.A. aumentou o capital social da sua subsidiária Energia RE no montante de 760 milhares de Euros.

Em Maio de 2008, a EDP, S.A. através da sua Sucursal em Espanha (EDP Sucursal) efectuou um aumento do capital social da EDP Renováveis, totalmente subscrito e realizado através da incorporação de suprimentos no valor de 1.040.000 milhares de Euros.

20. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Empresas associadas:				
Investimentos financeiros em associadas	172.891	252.099	49.910	67.762
Ajustamentos em investimentos financeiros em associadas	-137	-292	-137	-774
Valor líquido	<u>172.754</u>	<u>251.807</u>	<u>49.773</u>	<u>66.988</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, em base consolidada, a rubrica de investimentos financeiros em associadas inclui "goodwill" no montante de 21.132 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 100.928 milhares de Euros).

Durante 2008 o Grupo alienou os investimentos financeiros detidos na Turbogás, S.A. e Portugen, S.A., o que originou a diminuição do "goodwill" associado a investimentos financeiros em associadas no montante de 65.921 milhares de Euros. Adicionalmente, e no seguimento da aquisição dos restantes 80% da Pebble Hydro, Lda. e Hidroeléctrica de Janeiro de Baixo, Lda., estas empresas passaram a ser consolidadas pelo método integral, pelo que o "goodwill" registado em 2007 no montante de 14.406 milhares de Euros foi transferido para a rubrica de "Goodwill".

O detalhe dos investimentos financeiros em associadas , para o Grupo , é analisado como segue:

	Grupo			
	Dez 2008		Dez 2007	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:				
CEM - Companhia de Electricidade de Macau, S.A.	59.152	-	53.116	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamerica, S.A.	51.695	-	47.370	-
D. E. de Canárias, S.A.	10.735	-	10.875	-
Setgás-Soc.de Prod.e Distrib.de Gás, S.A.	9.256	-	7.547	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	6.486	-	-	-
Portsines - Terminal de Multipurpose de Sines, S.A.	6.308	-	7.019	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	5.454	-	4.542	-
Veinco Energia Limpia SL	4.837	-	4.913	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	3.481	-	3.281	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	3.243	-	2.610	-
Hidroastur, S.A.	2.113	-	2.121	-
Carriço Cogeração, S.A.	1.763	-	1.224	-
Pebble Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Lda.	-	-	14.638	-
Portugen Energia, S.A.	-	-	5.255	-
Turbogás - Produtora Energética, S.A.	-	-	80.918	-
Outras	8.368	-137	6.670	-292
	172.891	-137	252.099	-292

A ENEOP passou a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial, por existir influência significativa sobre a política financeira e operacional da empresa.

Em 6 de Maio de 2008, o Grupo EDP alienou à International Power Portugal Holdings, SGPS, S.A. as participações de 40% e 26,7% no capital social da Turbogás - Produtora Energética, S.A. e Portugen Energia, S.A. pelo montante global de 140.000 milhares de Euros (ver nota 13).

Em Dezembro de 2007 a EDP e o Banco Espírito Santo de Investimento ("BESI") celebraram com a Babcock & Brown Hydro Holdings S.A.R.L. ("B&B") um contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da Pebble Hydro — Consultoria, Investimento e Serviços, Lda ("Pebble Hydro"). O preço da aquisição de 100% das quotas foi de 71.853 milhares de Euros acrescido de custos com a transacção, sendo que a EDP adquiriu uma participação de 20% e o BESI os restantes 80%. Em paralelo, a EDP assinou um contrato promessa de compra e venda com o BESI relativo à participação de 80%. Em 3 de Julho de 2008, o Grupo EDP passou a deter 100% do capital social da Pebble Hydro, Lda. e Hidroeléctrica Janeiro de Baixo, Lda. após decisão favorável de não oposição da Autoridade da Concorrência à concretização desta operação. Deste modo, estas empresas que em 31 de Dezembro de 2007 eram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, passaram a ser consolidadas pelo método integral com referência a 31 de Dezembro de 2008.

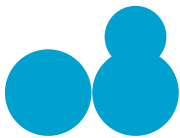
O movimento dos investimentos financeiros em associadas, para o Grupo, é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	252.099	285.364
Aquisições / Entradas	6.536	15.381
Alienações	-77.009	-1.405
Resultados de associadas	34.687	36.117
Resultados de associadas - Activos detidos para venda	-	-12.409
Dividendos recebidos	-31.937	-37.751
Diferenças de câmbio	6.704	-9.996
Transferências / regularizações	-18.189	-23.202
Saldo em 31 de Dezembro	172.891	252.099

O detalhe dos investimentos financeiros em associadas , em base Individual , é analisado como segue:

	Individual			
	Dez 2008		Dez 2007	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:				
DECA - Distribución Eléctrica Centroamerica, S.A.	49.773	-	52.220	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	-	-	749	-637
Pebble Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Lda.	-	-	14.656	-
Outras	137	-137	137	-137
	49.910	-137	67.762	-774

No exercício de 2008, verificou-se o reembolso de prestações acessórias de capital que tinham sido concedidas à DECA II, no montante de 2.447 milhares de Euros.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Em 3 de Julho de 2008, o investimento detido pela EDP, S.A. na Pebble Hydro, Lda. e Hidroeléctrica do Janeiro de Baixo, Lda., foi alienado à EDP Gestão da Produção de Energia, S.A., empresa do Grupo EDP.

O movimento da imparidade **de investimentos financeiros em associadas** durante o ano de 2008, em base **Individual**, é analisado como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões de imparidade Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Ajustamento de investimentos financeiros em associadas:					
Ecogen, S.A.	-637	-	637	-	-
Outras	-137	-	-	-	-137
	-774	-	637	-	-137

Durante o exercício de 2008, a empresa Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A., foi liquidada.

O movimento da **imparidade de investimentos financeiros em associadas** durante o exercício de 2007, em base **Individual**, é analisado como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões de imparidade Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Imparidade de investimentos financeiros em associadas:					
Edinfor, S.A.	-14.279	-	-	14.279	-
Outras	-76	-	112	-810	-774
	-14.355	-	112	13.469	-774

21. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	68.939	93.907	68.939	93.907
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	9.073	5.575	9.073	5.575
Banco Comercial Português, S.A.	122.707	340.699	-	-
EDA - Eléctrica dos Açores, S.A.	6.006	5.100	-	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	52.332	95.586	52.332	95.586
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	10.854	3.107	-	-
Sonaecom, S.A.	28.946	95.904	-	-
Tagusparque, S.A.	1.097	1.097	-	-
Tejo Energia, S.A.	18.200	19.998	-	-
ValorSul, S.A.	-	3.878	-	-
Outras	32.733	40.409	3.815	3.789
	350.887	705.260	134.159	198.857

A variação nesta rubrica face a 31 de Dezembro 2007 deve-se, essencialmente ao registo de perdas de imparidade nos investimentos financeiros detidos na Ampla Energia e Serviços, S.A., Banco Comercial Português, S.A. e Sonaecom, S.A., nos montantes de 20.536 milhares de Euros, 200.139 milhares de Euros e 66.958 milhares de Euros respectivamente, considerando a existência de uma desvalorização significativa e prolongada na cotação de mercado destes títulos (ver nota 14).

No decorrer do exercício de 2008, o Grupo EDP participou no aumento de capital do BCP, tendo adquirido 35.488.997 novas acções pelo preço de 1,2 euros por acção, num investimento total de 42.587 milhares de Euros. Posteriormente, o Grupo alienou 489.818 acções, por forma a manter inalterada a sua percentagem de participação no capital social do BCP.

Em 31 de Março de 2008, a EDP, S.A. procedeu à venda de 8.010.000 acções da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. pelo preço de 3,5 Euros por acção, tendo gerado um encaixe financeiro de 28.035 milhares de Euros e uma mais valia em base consolidada de 16.969 milhares de Euros.

Em 2008, os movimentos da rubrica **activos financeiros disponíveis para venda** são analisados como segue:

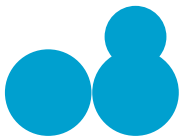
	Dez 2008						
	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Variação na reserva de justo valor Euro'000	Interesses Minoritários	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	93.907	-	-	-20.536	-4.432	-	68.939
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	5.575	-	-	-	3.498	-	9.073
Banco Comercial Português, S.A.	340.699	42.587	-589	-200.139	-59.851	-	122.707
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	5.100	-	-	-	906	-	6.006
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	95.586	-	-11.066	-	-32.188	-	52.332
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	3.107	-	-	-	5.968	1.779	10.854
Sonaecom, S.A.	95.904	-	-	-66.958	-	-	28.946
Tagusparque, S.A.	1.097	-	-	-	-	-	1.097
Tejo Energia, S.A.	19.998	-	-	-	-1.798	-	18.200
ValorSul, S.A.	3.878	-	-3.878	-	-	-	-
Outras	40.409	2.301	-7.805	-1.745	-427	-	32.733
	705.260	44.888	-23.338	-289.378	-88.324	1.779	350.887

Em 2007, os movimentos da rubrica **activos financeiros disponíveis para venda** são analisados como segue:

Dez 2007						
Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Variação na reserva de justo valor Euro'000		Saldo 31 Dezembro Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	72.799	-	-	-	21.108	93.907
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	5.575	-	-	-	-	5.575
Banco Comercial Português, S.A.	235.632	116.310	-	-	-11.243	340.699
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	5.100	-	-	-	-	5.100
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	320.400	-	-443.759	-	218.945	95.586
Sonaecom, S.A.	146.624	-	-	-57.717	6.997	95.904
Tagusparque, S.A.	1.097	-	-	-	-	1.097
Tejo Energia, S.A.	19.998	-	-	-	-	19.998
ValorSul, S.A.	3.878	-	-	-	-	3.878
Outras	11.045	32.018	-	-	453	43.516
	822.148	148.328	-443.759	-57.717	236.260	705.260

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações desde a data da sua aquisição registadas por contrapartida das respectivas reservas de justo valor (ver nota 31). Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a reserva de justo valor é analisada como segue:

	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	-	4.432
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	3.498	-
Banco Comercial Português, S.A.	-	59.851
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	-885	-1.791
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	26.512	58.700
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	5.968	-
Tejo Energia, S.A.	11.845	13.643
Outras	26	453
	46.964	135.288



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

22. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Créditos fiscais	252.222	50.808	-	-	252.222	50.808
Provisões	575.936	669.378	-	-	575.936	669.378
Instrumentos financeiros	133.439	97.959	121.618	94.883	11.821	3.076
Activos fixos tangíveis e intangíveis	286.504	230.678	20.949	2.282	265.555	228.396
Mais-Valias reinvestidas	-	-	8.281	18.712	-8.281	-18.712
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	39.284	21.476	63.783	67.988	-24.499	-46.512
Desvio e défice tarifário	79.519	-	362.227	47.235	-282.708	-47.235
Anulação de activos e passivos regulatórios	39.100	96.119	20.460	57.108	18.640	39.011
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	13.785	-	596.591	465.203	-582.806	-465.203
Reavaliações contabilísticas	10.530	15.825	213.708	297.566	-203.178	-281.741
Proveitos diferidos associados ao CMEC	-	-	130.045	52.287	-130.045	-52.287
Outras diferenças temporárias	19.924	20.631	28.650	44.824	-8.726	-24.193
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-910.365	-515.609	-910.365	-515.609	-	-
	539.878	687.265	655.947	632.479	-116.069	54.786

Conforme referido na política contabilística, nota 2 r), a compensação entre impostos diferidos activos e impostos diferidos passivos é efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o balanço consolidado no seu activo a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e no seu passivo a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

A EDP, S.A., em base individual, regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como se segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Créditos fiscais	114.710	-	-	-	114.710	-
Provisões	15.493	17.504	-	-	15.493	17.504
Instrumentos financeiros	62.147	50.222	72.006	59.095	-9.859	-8.873
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	3.229	6.012	63.663	67.988	-60.434	-61.976
Reavaliações contabilísticas	8.653	8.265	12.046	12.071	-3.393	-3.806
Outras diferenças temporárias	4.199	4.508	-	610	4.199	3.898
	208.431	86.511	147.715	139.764	60.716	-53.253

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para o Grupo e em base individual, para os exercícios de 2008 e 2007, são os seguintes:

	Impostos Diferidos Grupo		Impostos Diferidos Individual	
	Dez 2008 Euro '000	Dez 2007 Euro '000	Dez 2008 Euro '000	Dez 2007 Euro '000
Saldo em 1 de Janeiro	54.786	341.054	-53.253	83.662
Dotação a resultados	-88.236	-192.500	109.267	-134.710
Dotação a reservas	37.018	-7.820	4.549	-2.201
Diferenças cambiais e outras variações	-119.637	-85.948	153	-4
Saldo em 31 de Dezembro	-116.069	54.786	60.716	-53.253

Conforme referido na política contabilística 2 a), nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos aos justos valores dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data de realização da operação.

A alocação do justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes concluída em 2008, relativa à aquisição do Grupo Relax Winds, efectuada em 2007, determinou a alocação de 14.924 milhares de Euros em Impostos diferidos passivos, com referência a 31 de Dezembro de 2007 (ver nota 18).

A rubrica de Diferenças cambiais e outras variações, em 2008, inclui os seguintes aumentos líquidos nos impostos diferidos:

	Dez 2008 Euro'000
Purchase Price Allocation da EDP Lajeado	-61.022
Purchase Price Allocation da Pebble Hydro	-24.795
Purchase Price Allocation da Eole 76	-2.090
Saída de perímetro da Enersul	-12.028
Amortização fiscal do goodwill da Horizon	-13.123
Diferenças cambiais do sub-grupo EDP Energias do Brasil	-28.204
Créditos fiscais relativos a investimentos em activos fixos tangíveis (HC Energia)	20.521
Outras situações	1.104
Saldo em 31 de Dezembro	-119.637

A análise do **Imposto reconhecido em reservas** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Imposto corrente				
Alterações ao justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	-393	-	-
Mais/menos - valias geradas na alienação de acções próprias	831	-2.421	831	-2.421
	831	-2.814	831	-2.421
Imposto diferido				
Instrumentos financeiros e justo valor	31.612	5.709	4.549	-2.201
Ganhos e perdas actuariais	5.406	-10.306	-	-
Outros	-	-3.223	-	-
	37.018	-7.820	4.549	-2.201
	37.849	-10.634	5.380	-4.622

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

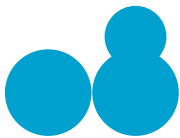
	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Data limite de reporte:		
2008	-	25
2009	691	67
2010	874	128
2011	259	354
2012	899	201
2013	2.633	849
2014	539.080	3
2015 a 2028	483.865	94.505
Sem prazo mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício	474.113	852.583
	1.502.414	948.715

23. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Mercadorias	40.470	10.190	-	-
Adiantamentos por conta de compras	4.061	35.190	-	-
Produtos acabados e intermédios	12.075	29.325	-	-
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	10.506	8.610	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:				
Carvão	64.443	79.585	-	-
Fuel	41.153	36.152	-	-
Materiais diversos e outros				
Licenças de CO2	27.744	-	27.744	-
Outros	76.348	83.543	-	-
	276.800	282.595	27.744	-

A rubrica Licenças de CO2 corresponde ao montante de licenças disponíveis para negociação com referência a 31 de Dezembro de 2008, valorizados com base na cotação de mercado à mesma data por contrapartida de resultados (ver nota 46).



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

24. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Clientes Curto Prazo - Corrente :				
Clientes residentes :				
Estado e organismos oficiais	19.886	23.427	-	-
Autarquias locais	31.316	25.915	284	284
Sector empresarial e particulares	694.489	742.997	18.106	40.174
Clientes títulos a receber	99	14	-	-
	745.790	792.353	18.390	40.458
Clientes não residentes :				
Estado e organismos oficiais	1.472	2.738	-	-
Autarquias locais	11.143	15.926	-	-
Sector empresarial e particulares	888.208	811.411	-	-
	900.823	830.075	-	-
	1.646.613	1.622.428	18.390	40.458
Clientes de cobrança duvidosa	222.008	257.516	9.941	9.941
Perdas por imparidade	-222.008	-257.516	-9.941	-9.941
	1.646.613	1.622.428	18.390	40.458
	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Clientes Médio / Longo Prazo - Não Corrente :				
Clientes residentes :				
Clientes - Autarquias	147.140	156.257	-	-
Sector empresarial e particulares	-	298	-	-
	147.140	156.555	-	-
Clientes não residentes :				
Autarquias locais	-	19.252	-	-
Sector empresarial e particulares	33.610	24.889	-	-
	180.750	200.696	-	-
Perdas por imparidade	-68.706	-63.948	-	-
	112.044	136.748	-	-
	1.758.657	1.759.176	18.390	40.458

Durante o exercício de 2008, os movimentos das perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Variações de Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	257.516	-15.934	68.070	-17.323	-36.193	-34.128	222.008
Clientes - Autarquias	63.948	-806	2.368	-	-	3.196	68.706
	321.464	-16.740	70.438	-17.323	-36.193	-30.932	290.714

Durante o exercício de 2007, os movimentos das perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	214.472	5.055	67.100	-11.190	-12.488	-5.433	257.516
Clientes - Autarquias	64.560	60	-	-3.416	-	2.744	63.948
	279.032	5.115	67.100	-14.606	-12.488	-2.689	321.464

O valor apresentado na coluna Variações de Perímetro/Regularizações inclui 30.572 milhares de Euros relativos à Enersul que em virtude da permuta de activos ocorrida no exercício de 2008 com o Grupo Rede, deixou de ser consolidada pelo Grupo EDP.

Em 2008, os movimentos das perdas por **imparidade**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	9.941	35	-19	-16	9.941
	9.941	35	-19	-16	9.941

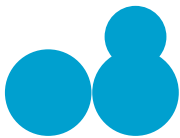
Em 2007, os movimentos das perdas por **imparidade**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	10.013	385	-457	-	9.941
	10.013	385	-457	-	9.941

25. Devedores e outros activos

A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Devedores de Curto Prazo - Corrente:				
Empréstimos a empresas do grupo	-	-	22.957	423.856
Dividendos atribuídos	-	-	369.153	-
Outras empresas relacionadas	8.054	3.853	6.373	-
Adiantamentos a fornecedores	681	1.171	252	250
Outros devedores:				
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	1.889	2.377	3	-
- Dívidas referentes a pessoal	3.475	2.574	3	3
- Valores a receber na actividade das telecomunicações	55.640	55.640	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Brasil	645	1.056	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	281.155	52.617	-	-
- Valores a receber por défice tarifário - Portugal	-	14.387	-	-
- Valores a receber por desvios tarifários - Portugal	10.444	-	-	-
- Créditos sobre o Estado e concedentes	33.749	20.344	98.728	139.795
- Valor com a RTP - taxa de radiodifusão	29.140	15.766	-	-
- Devedores por outros bens e serviços	71.932	53.777	154.383	6.760
- Valor a receber por conta do programa de eficiência energética (Brasil)	1.934	4.761	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	216.670	106.520	329.278	121.589
- Empresas do Grupo	-	-	1.545.974	791.428
- Valores a receber pela actividade venda do gás	18.056	26.113	-	-
- Valores a receber pela actividade de seguro e resseguro	11.043	7.507	-	-
- Valores a receber pela actividade de renováveis	24.948	10.216	-	-
- Encargos com reparação e manutenção de centrais	-	27.333	-	-
- Encargos com concessões	4.789	5.942	-	-
- Rendas	1.207	1.221	451	445
- Valores relativos a seguros	6.808	12.157	5.198	10.905
- Outros custos especializados	15.852	46.986	883	184
- Rendas a receber leasing Energin	26.790	28.124	-	-
- Futuros OMIP	-	3.472	-	3.472
- Vendas de energia no mercado liberalizado	23.204	28.225	-	-
- Desvios participação sistema eléctrico nacional	7.957	6.627	-	-
- Licenças de CO ₂ - mercado regulado	-	27.980	-	-
- Valores a receber no âmbito do CMEC	367.790	18.935	-	-
- Valores a facturar à REN	29.098	12.699	-	-
- Depósitos caucionados (Horizon)	43.016	9.089	-	-
- Valores a receber por venda de subestação (HC Energia)	5.045	-	-	-
Proveitos especializados relacionados com a prestação de serviços de energia	5.551	3.260	-	-
Proveitos especializados relacionados com a actividade de compra e venda de energia em mercado	218.582	60.860	218.582	60.860
Outros devedores e operações diversas	174.509	63.748	79.652	87.123
	1.699.653	735.337	2.831.870	1.646.670
Imparidade para Devedores Curto Prazo - Corrente	-67.481	-66.235	-897	-869
	1.632.172	669.102	2.830.973	1.645.801



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Devedores de Médio / Longo Prazo - Não Corrente:				
Outras empresas relacionadas	29.795	14.961	15.087	13.957
Empréstimos a empresas do Grupo	-	-	5.784.331	5.838.066
Empréstimos a empresas participadas	7.589	10.480	-	-
Outros devedores:				
- Valores a receber por défice tarifário - Portugal	-	163.855	-	-
- Valores a receber por desvios tarifários - Portugal	1.435.033	-	-	-
- Activos fixos tangíveis em integração compensados	2.894	2.894	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	134.201	144.045	-	-
- Encargos com Concessões	8.222	13.625	-	-
- Adiantamento para a aquisição de 80% da Pebble Hydro	-	57.482	-	57.482
- Cauções e depósitos vinculados	104.308	185.660	7.405	30.093
- Valores a receber no âmbito do CMEC	785.204	805.569	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	44.197	-	104.334	-
- Valores a receber (Horizon)	10.678	6.824	-	-
- Valorização do contrato de operação e manutenção - Mapple Ridge I (Horizon)	7.941	8.084	-	-
- Activo relativo ao fundo de pensões	8.850	-	-	-
Outros devedores e operações diversas	61.573	36.291	-	-
	<u>2.640.485</u>	<u>1.449.770</u>	<u>5.911.157</u>	<u>5.939.598</u>
Imparidade para Devedores M/L Prazo - Não Corrente	-2.782	-2.737	-	-
	<u>2.637.703</u>	<u>1.447.033</u>	<u>5.911.157</u>	<u>5.939.598</u>
	<u>4.269.875</u>	<u>2.116.135</u>	<u>8.742.130</u>	<u>7.585.399</u>

O valor a receber no âmbito do CMEC no médio/longo prazo no montante de 785.204 milhares de Euros e no curto prazo no montante de 20.365 milhares de Euros corresponde ao valor inicialmente atribuído à EDP Produção (CMEC-Base, 833.467 milhares de Euros), deduzido da anuidade do ano de 2007 (8.963 milhares de Euros). O montante remanescente de 347.425 milhares de Euros na rubrica de valores a receber no âmbito do CMEC de curto prazo diz respeito a proveitos operacionais relacionados com o cálculo da revisibilidade.

A rubrica Depósitos caucionados (Horizon) de curto prazo inclui o montante de 39.736 milhares de Euros relacionado com o acordo de financiamento do parque eólico Vento III, que estabelece que o montante dos depósitos caucionados deverá ser suficiente para cobrir todos os custos que se esperam vir a incorrer na construção do referido parque eólico.

As rubricas de Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha de curto e médio/longo prazos referem-se ao valor a receber do Estado Espanhol relativo ao défice tarifário do sistema eléctrico espanhol acumulado em 31 Dezembro de 2008.

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, que entrou em vigor em 19 de Dezembro de 2006, veio reconhecer o direito incondicional à recuperação do défice tarifário por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de actividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défice tarifário. Durante o exercício de 2008, o Grupo EDP procedeu à transmissão de forma plena e não condicionada do défice tarifário registado em 2007.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto veio confirmar a irrevogabilidade do direito por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários. Consequentemente, o Grupo EDP registou nos resultados do período na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica "Valores a receber por desvios tarifários - Portugal" corrente e não corrente, nos montantes de 10.444 milhares de Euros e 1.435.033 milhares de Euros, respectivamente.

A rubrica "Activos fixos tangíveis em integração compensados", de Devedores de médio/longo prazo, representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais, até 31 de Dezembro de 1988, compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Activos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para activos fixos tangíveis está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias.

A carteira de instrumentos financeiros derivados, cujos montantes se encontram registados como Devedores e outros activos correntes e não correntes ascendem a 216.670 milhares de Euros e 44.197 milhares de Euros respectivamente, incluem as carteiras de negociação e de cobertura (ver nota 40).

O Grupo adoptou as disposições do IFRIC 4 ao acordo existente relativo à central de cogeração da Energin, o que originou o registo em Devedores de curto prazo de um montante de 26.790 milhares de Euros relativos a rendas a receber (2007: 28.124 milhares de Euros).

Em 2008, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente** , para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	66.235	-285	3.636	-656	-1.332	-117	67.481
	<u>66.235</u>	<u>-285</u>	<u>3.636</u>	<u>-656</u>	<u>-1.332</u>	<u>-117</u>	<u>67.481</u>

O montante a 31 de Dezembro de 2008 inclui essencialmente o valor da imparidade registada para os valores a receber na actividade das telecomunicações (ONI Multimédia) no montante de 55.640 milhares de Euros conforme detalhado na rubrica de Devedores de curto prazo.

Em 2007, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	83.246	15	2.317	-19.076	-	-267	66.235
	83.246	15	2.317	-19.076	-	-267	66.235

Em 2008, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	869	356	-328	-	-	897
	869	356	-328	-	-	897

Em 2007, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	279.029	467	-15.641	-	- 262.986	869
	279.029	467	-15.641	-	- 262.986	869

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de "Imparidade para Devedores Curto Prazo - Corrente", em base individual, incluía o valor de 263.003 milhares de Euros referente à diferença entre o montante de aquisição das dívidas bancárias da ONI junto dos principais credores e o montante de venda dos mesmos à Win Reason, S.A., conforme consta do contrato celebrado. No primeiro trimestre de 2007 tornou-se efectiva a venda da ONI à Win Reason, S.A., pelo que esta provisão foi utilizada na EDP em base individual.

Em 2008, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	2.737	-	-	45	-	2.782
	2.737	-	-	45	-	2.782

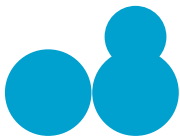
Em 2007, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	2.653	-	84	-	-	2.737
	2.653	-	84	-	-	2.737

26. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	111.459	385.844	33.901	39.069
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	347.997	376.078	54.220	49.265
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	17.899	37.541	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	21.643	13.865	-	-
- Outras tributações	45.742	20.801	7.316	-
	544.740	834.129	95.437	88.334



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

27. Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A rubrica de Activos financeiros ao justo valor através dos resultados (negociação) é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Titulos de rendimento fixo:				
Unidades de participação em fundos cotadas	32.369	25.983	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados	47.221	5.382	-	-
Outros títulos não cotados	-	4.092	-	-
	79.590	35.457	-	-
Titulos de rendimento variável:				
Unidades de participação em fundos cotadas	3.405	13.574	-	-
Ações	232	-	232	-
Outros títulos	-	3	-	3
	3.637	13.577	232	3
	83.227	49.034	232	3

O Grupo EDP adquiriu em Dezembro de 2008, títulos de dívida pública portuguesa no montante de 47.221 milhares de Euros.

28. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Numerário:				
- Caixa	93	91	-	-
Depósitos bancários:				
- Depósitos à ordem	457.741	565.168	113.379	2.795
- Depósitos a prazo	49.133	3.747	-	2.320
- Outros depósitos	-	5.290	-	-
	506.874	574.205	113.379	5.115
Outras aplicações de tesouraria:				
- Em bancos nacionais	122.720	114.200	69.500	114.199
- Em bancos estrangeiros	83.900	176.215	-	295
	206.620	290.415	69.500	114.494
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	713.587	864.711	182.879	119.609
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido	713.587	864.711	182.879	119.609

A rubrica outras aplicações de tesouraria inclui aplicações financeiras de muito curto prazo prontamente convertíveis em caixa.

29. Capital e Prémios de emissão de acções

A EDP, S.A. é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros entes públicos detêm uma participação minoritária. A sociedade que inicialmente foi constituída como uma empresa pública, iniciou em 1997 o seu processo de privatização, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de privatização em 1998, a quarta fase em 2000, uma quinta fase de privatização consubstanciada num aumento de capital em 2004, e a sexta fase em 2005. Em Dezembro de 2007, foram emitidas, pelo Estado, obrigações susceptíveis de permuta por acções representativas do capital social da EDP, S.A., no âmbito da sétima fase de privatização. O Estado detém actualmente cerca de 25% do capital social da EDP, S.A., directa e indirectamente.

As rubricas de capital social e prémios de emissão são analisadas como segue:

	Grupo e Individual	
	Capital Social	Prémios Emissão
	Euro'000	Euro'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	3.656.538	501.992
Movimentos do ano	-	-
Saldo em 31 Dezembro de 2008	3.656.538	501.992

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas da EDP são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008	Dez 2007	Dez 2008	Dez 2007
Resultado líquido (em Euros)	1.091.865.829	907.252.152	550.977.634	502.158.262
Resultado líquido das operações em continuação (em Euros)	1.089.568.457	908.036.851		
Nº médio de acções durante o ano	3.629.295.527	3.643.570.342	3.630.440.152	3.643.570.342
Nº médio de acções diluídas durante o ano	3.630.582.881	3.645.490.307	3.631.727.506	3.645.490.307
Resultado por acção básico (em Euros)	0,30	0,25		
Resultado por acção diluído (em Euros)	0,30	0,25		
Resultado por acção das operações em continuação básico (em Euros)	0,30	0,25		
Resultado por acção das operações em continuação diluído (em Euros)	0,30	0,25		

O Grupo EDP calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no exercício.

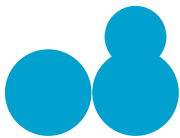
O número médio de acções é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008	Dez 2007	Dez 2008	Dez 2007
Acções emitidas no início do período	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de emissão de acções durante o período	-	-	-	-
Número médio de acções realizadas	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de acções próprias	-27.242.188	-12.967.373	-26.097.563	-12.967.373
Nº médio de acções durante o ano	3.629.295.527	3.643.570.342	3.630.440.152	3.643.570.342
Efeito de "stock options"	1.287.354	1.919.965	1.287.354	1.919.965
Nº médio de acções diluídas durante o ano	3.630.582.881	3.645.490.307	3.631.727.506	3.645.490.307

30. Acções próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008	Dez 2007	Dez 2008	Dez 2007
Valor contabilístico das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	126.532	65.741	120.437	65.741
Número de acções	35.703.591	15.511.685	34.190.591	15.511.685
Cotação das acções da EDP, S.A. (em Euros)	2,695	4,470	2,695	4,470
Valor de mercado das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	96.221	69.337	92.144	69.337



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Operações realizadas no exercício de 2008:	EDP, SA	Energia RE
Volume adquirido (número de ações)	36.330.762	1.513.000
Volume vendido (número de ações)	-17.651.856	-
Posição final (número de ações)	34.190.591	1.513.000
Cotação Máxima (em Euros)	4,61	4,11
Cotação Mínima (em Euros)	2,47	3,76
Cotação Média (em Euros)	3,61	4,03

As ações próprias detidas pela EDP, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas ações encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

31. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Reserva legal	443.838	418.730	443.838	418.730
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-54.653	2.014	-11.295	-12.780
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	20.130	3.018	2.525	3.059
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	46.964	135.288	25.649	56.903
Efeito fiscal da reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	-2.926	-16.430	-2.459	-7.542
Diferença cambial de consolidação	-93.340	141.581	-	-
Reserva para ações próprias	120.437	65.741	120.437	65.741
Outras reservas e resultados acumulados	760.866	514.163	1.102.912	1.143.997
	1.241.316	1.264.105	1.681.607	1.668.108

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EDP, S.A., a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva. O movimento ocorrido nesta rubrica relativo aos derivados de cobertura enquadrados no modelo de cobertura dos fluxos de caixa encontra-se analisado na nota 40.

Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)

As variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço referentes a activos financeiros disponíveis para venda encontram-se registadas em reservas de justo valor. O movimento do ano ocorrido nesta rubrica relativo aos activos financeiros disponíveis para venda no Grupo, é analisado como segue:

	Grupo	
	Variações Positivas Euro'000	Variações Negativas Euro'000
Saldo em 31 Dezembro de 2006	347.984	-189.626
Variações de justo valor	240.506	-61.964
Perda por imparidade transferida para resultados	-	57.717
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-259.329	-
Saldo em 31 Dezembro de 2007	329.161	-193.873
Variações de justo valor	10.373	-371.106
Perda por imparidade transferida para resultados	-	289.378
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-16.969	-
Saldo em 31 Dezembro de 2008	322.565	-275.601

As variações de justo valor negativas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, no montante de 371.106 milhares de Euros, incluem os montantes de 259.990 milhares de Euros, 66.958 milhares de Euros e 24.968 milhares de Euros relativos às imparidades registadas nos investimentos detidos no Millenniumbcp, na Sonaeom e na Ampla Energia e Serviços, respectivamente.

Diferença cambial de consolidação

Na rubrica **Diferença cambial de consolidação** está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das empresas filiais e associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Dez 2008		Taxas em Dez 2007	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dolar	USD	1,392	1,477	1,472	1,372
Real Brasileiro	BRL	3,244	2,652	2,596	2,659
Pataca Macau	MOP	11,109	11,841	11,824	11,025
Quetzal	GTQ	10,779	11,153	11,232	10,546
Zloty	PLN	4,154	3,486	3,594	N/A
Lei	RON	4,023	3,762	N/A	N/A

Dividendos

À data de 31 de Dezembro de 2008, o montante de dividendos proposto antes da aprovação das contas mas ainda não reconhecidos como uma distribuição aos accionistas durante o período ascende a 511.915 milhares de Euros, sendo o respectivo valor por acção de 0,14 Euros.

32. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	120.476	112.679
Interesses minoritários de capital e de reservas	2.061.253	901.933
	<u>2.181.729</u>	<u>1.014.612</u>

O detalhe por empresa da rubrica de **Interesses minoritários** é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Grupo EDP Renováveis	1.245.112	94.101
Grupo EDP Energias do Brasil	885.674	872.613
Grupo HC Energia	28.518	26.433
Outros interesses minoritários	<u>22.425</u>	<u>21.465</u>
	<u>2.181.729</u>	<u>1.014.612</u>

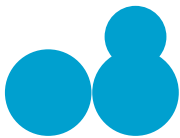
Durante o exercício de 2008 o Grupo EDP gerou resultados atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 120.476 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 112.679 milhares de Euros).

Conforme referido na política contabilística 2 a), nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectivos com referência à data de realização da operação.

A alocação final do justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes concluída em 2008, relativa à aquisição do Grupo Relax Winds, efectuada em 2007, determinou a alocação em 27.986 milhares de Euros dos Interesses minoritários, com referência a 31 de Dezembro de 2007 (ver nota 18).

Em 4 de Junho de 2008, foi concretizado um aumento de capital na EDP Renováveis através da subscrição pública (IPO) de 196.024.306 acções. Como consequência do Grupo EDP não ter participado neste aumento de capital, a sua percentagem de participação no capital social na EDP Renováveis foi diluído, tendo reduzido de 100% para 77,53% dos quais 62,02% pertencentes à EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España e 15,51% pertencentes à Hidrocarbóntico. Como resultado desta diluição, foram gerados interesses minoritários no montante de 1.128.248 milhares de Euros. Adicionalmente durante o ano foram gerados resultados atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 20.739 milhares de Euros.

Em 2008 a EDP - Energias do Brasil, S.A., sociedade detida em 64,8% pela EDP - Energias de Portugal, e o Grupo Rede concretizaram, na sequência da verificação das autorizações necessárias, a permuta de activos. Como consequência desta operação, a Energias de Brasil, deixou de ter qualquer participação no capital da Enersul (empresa distribuidora de energia no Estado de Mato Grosso do Sul), sendo esta empresa excluída do seu perímetro de consolidação a partir de Setembro de 2008, e reforçou a sua posição na Investco S.A., de 27,65% (correspondente à percentagem directa detida pela EDP Lajeado na Investco) para 73% (considerando a percentagem directa de 45% detida pela Rede Lajeado Energia na Investco) do capital com direito de voto, passando esta empresa a ser incluída no perímetro de consolidação pelo método integral, igualmente a partir de Setembro de 2008. Esta operação resultou num acréscimo de interesses minoritários ao nível do Grupo EDP no montante de 371.588 milhares de Euros.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Adicionalmente, todos os accionistas minoritários da EDP Energias do Brasil, alguns dos quais participaram na Assembleia Geral convocada expressamente para deliberar a permuta de activos (aprovada por unanimidade dos accionistas presentes) no âmbito e em resultado da referida operação de permuta, dispunham por lei de uma opção de vender as suas acções à EDP Energias do Brasil. O impacto total da aquisição de acções próprias durante o ano de 2008 por parte da EDP Energias do Brasil no âmbito da referida operação exercida pelos accionistas minoritários, traduziu-se numa redução de interesses minoritários ao nível do Grupo EDP no montante de 190.383 milhares de Euros.

O movimento do ano registado nos interesses minoritários do Grupo EDP Energias do Brasil inclui, igualmente, o montante de 91.466 milhares de Euros de resultados atribuíveis a minoritários, 209.100 milhares de Euros resultante da diferença de conversão cambial negativa e uma diminuição de 36.128 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos.

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo HC Energia inclui, essencialmente, o montante de 5.699 milhares de Euros de resultados atribuíveis a minoritários e uma redução de 2.037 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos.

A rubrica "Outros interesses minoritários" inclui o montante de 20.001 milhares de Euros referente à Portgás e às suas subsidiárias (31 de Dezembro de 2007: 18.127 milhares de Euros).

33. Conta de hidraulicidade

Os movimentos da **Conta de hidraulicidade** são analisados como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2008	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Saldo no início do período:	227.686	198.596
Recebimentos / (Pagamentos) do exercício	-	20.497
Encargos financeiros	10.136	8.593
Saldo no fim do período	237.822	227.686

A conta de hidraulicidade foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 338/91 e constitui um mecanismo legal de compensação dos custos variáveis da produção de energia. Em 1994, durante o período em que o actual Grupo EDP, era detido pelo Estado, a conta de hidraulicidade foi constituída nas contas da EDP por contrapartida de resultados. Em 2000, a REN foi constituída por separação da EDP, tendo nessa altura sido emitida nova regulamentação (através do Decreto-Lei n.º 98/2000) que reforçou e estabeleceu a manutenção da conta de hidraulicidade no Balanço da EDP.

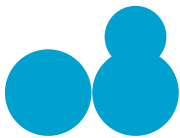
Conforme mencionado, até ao ano 2000 a REN fazia parte do Grupo EDP, pelo que os movimentos ocorridos nesta conta eram efectuados dentro do Grupo. Desde a separação da REN, em Junho de 2000, a EDP, S.A., efectua pagamentos ou recebimentos à REN, que são registados por contrapartida, de balanço, na conta de hidraulicidade, sendo os encargos financeiros registados por contrapartida de resultados. Os pagamentos efectuados são utilizados pela REN para compensar os operadores do mercado liberalizado, correspondendo os recebimentos da REN a compensações obtidas dos mesmos operadores, de acordo com os objectivos da conta de hidraulicidade acima descritos. A REN constitui, assim, uma entidade veículo para efeitos da conta de hidraulicidade.

Durante o exercício de 2004 foi publicado o Decreto-Lei n.º 240/2004, o qual refere que, no contexto de um mercado de electricidade livre, o Governo é obrigado a publicar regulamentação específica aplicável à conta de correcção de hidraulicidade. Em virtude desta regulamentação e como resultado deste anúncio, o Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP considera que é altamente provável que a responsabilidade registada, incluindo o saldo da rubrica relativo à actividade anterior a 1994, será pagável a uma terceira entidade a designar pelo Regulador.

34. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente				
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	92.568	127.679	92.568	127.679
- EDP Finance B.V.	730.000	240.000	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	256.639	94.103	-	-
- Grupo HC Energia	8.517	84.940	-	-
- Grupo Renováveis	75.950	80.016	-	-
- Produção - Portugal	7.390	4.718	-	-
- Outros	32.977	17.909	-	-
	<u>1.204.041</u>	<u>649.365</u>	<u>92.568</u>	<u>127.679</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	1.000.000	99.361	1.000.000	99.361
- EDP Finance B.V.	22.455	355.024	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	62.784	3.772	-	-
	<u>1.085.239</u>	<u>458.157</u>	<u>1.000.000</u>	<u>99.361</u>
Papel comercial:				
- EDP, S.A.	939.300	1.012.500	4.227.700	2.693.800
- Grupo HC Energia	433.082	318.600	-	-
	<u>1.372.382</u>	<u>1.331.100</u>	<u>4.227.700</u>	<u>2.693.800</u>
Outros empréstimos:				
- Grupo EDP Energias do Brasil	3.669	-	-	-
- Grupo Renováveis	3.277	2.333	-	-
- Outros	1.208	138	-	-
	<u>8.154</u>	<u>2.471</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros a pagar	<u>142.198</u>	<u>100.553</u>	<u>39.968</u>	<u>24.527</u>
	<u>3.812.014</u>	<u>2.541.646</u>	<u>5.360.236</u>	<u>2.945.367</u>
Empréstimos de médio/longo prazo - Não corrente				
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	1.672.201	1.316.994	1.672.201	1.316.994
- EDP Finance B.V.	2.175.000	1.250.000	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	364.425	511.043	-	-
- Grupo HC Energia	7.076	29.542	-	-
- Grupo Renováveis	451.062	432.733	-	-
- Produção - Portugal	174.911	14.153	-	-
- Outros	78.449	88.365	-	-
	<u>4.923.124</u>	<u>3.642.830</u>	<u>1.672.201</u>	<u>1.316.994</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	1.189.594	1.897.352	1.189.594	1.897.352
- EDP Finance B.V.	4.596.332	4.094.415	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	202.651	434.253	-	-
	<u>5.988.577</u>	<u>6.426.020</u>	<u>1.189.594</u>	<u>1.897.352</u>
Outros empréstimos:				
- Ações preferenciais da Investco	13.993	15.507	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	31.382	-	-	-
- Grupo Renováveis	27.834	44.995	-	-
- Outros	6.728	127	-	-
	<u>79.937</u>	<u>60.629</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>10.991.638</u>	<u>10.129.479</u>	<u>2.861.795</u>	<u>3.214.346</u>
Outras responsabilidades:				
- Justo valor do risco coberto da dívida emitida	-117.327	-65.133	-2.164	-35.424
	<u>-117.327</u>	<u>-65.133</u>	<u>-2.164</u>	<u>-35.424</u>
	<u>10.874.311</u>	<u>10.064.346</u>	<u>2.859.631</u>	<u>3.178.922</u>
	<u>14.686.325</u>	<u>12.605.992</u>	<u>8.219.867</u>	<u>6.124.289</u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

O Grupo detém, ao nível da EDP S.A., facilidades de crédito de curto prazo no montante de 232.386 milhares de Euros indexados à taxa Euribor do período de utilização e acordado com condições de margem previamente definidas, dos quais 187.410 milhares de Euros têm compromisso de tomada firme; bem como programas de Papel Comercial no valor de 650.000 milhares de Euros com garantia de colocação, totalmente disponíveis. Quanto a facilidades de crédito de médio prazo, a EDP S.A. dispõe de uma "Revolving Credit Facility" (RCF) no valor de 1.300.000 milhares de euros com compromisso de tomada firme que se encontrava utilizada em 730.000 milhares de euros. Para a gestão de liquidez das necessidades em USD do Grupo, a EDP S.A. dispõe adicionalmente de uma RCF no valor de 1.500.000 milhares de dólares com compromisso de tomada firme e utilizada em 1.435.000 milhares de dólares.

Adicionalmente, o Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de ações, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 742.191 milhares de euros e 565.446 milhares de euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

As ações preferenciais da Investco não são convertíveis em ações ordinárias, não têm direito de voto e recebem um dividendo anual fixo de 1% sobre o valor na contribuição do capital social, pelo que são equiparadas a dívida e não a capital.

O detalhe das emissões de **Empréstimos obrigacionistas**, à data de 31 de Dezembro de 2008, é analisado como segue:

Emitente/Emissor	Data Emissão	Taxa Juro	Tipo de Cobertura	Condições/ Reembolso	Grupo Euro'000	Individual Euro'000
Emissões EDP S.A.						
EDP, S.A.	26-Mar-03	Euribor 6 meses + 0,5%	n.a.	26-Mar-13	150.000	150.000
EDP, S.A.	21-Mai-08	Taxa variável (ii)	n.a.	21-Mai-18	300.000	300.000
					450.000	450.000
Emissões ao abrigo do Programa "Euro Medium Term Notes"						
EDP, S.A.	29-Out-99	Taxa fixa EUR 6,40%	Fair Value	29-Out-09	1.000.000	1.000.000
EDP, S.A.	28-Mar-01	Taxa fixa EUR 5,875%	Fair Value	28-Mar-11	747.352	747.352
EDP Finance B.V. (i)	26-Nov-01	Cupão Zero	n.a.	27-Nov-09	22.455	-
EDP Finance B.V. (i)	9-Ago-02	Taxa fixa GBP 6,625%	Fair Value	9-Ago-17	320.000	-
EDP Finance B.V.	23-Dez-02	Taxa fixa EUR 2,661%	n.a.	23-Dez-22	93.357	-
EDP Finance B.V.	22-Jun-05	Taxa fixa EUR 3,75%	n.a.	22-Jun-15	500.000	-
EDP Finance B.V.	29-Jun-05	Taxa fixa EUR 4,125%	n.a.	29-Jun-20	300.000	-
EDP Finance B.V.	12-Jun-06	Euribor 3 meses + 0,15%	n.a.	14-Jun-10	500.000	-
EDP Finance B.V.	12-Jun-06	Taxa fixa EUR 4,25%	n.a.	12-Jun-12	500.000	-
EDP Finance B.V.	12-Jun-06	Taxa fixa EUR 4,625%	n.a.	13-Jun-16	500.000	-
EDP Finance B.V.	2-Nov-07	Taxa fixa USD 5,375 %	Net Investment	2-Nov-12	718.546	-
EDP Finance B.V.	2-Nov-07	Taxa fixa USD 6,00 %	Net Investment	2-Fev-18	718.546	-
EDP Finance B.V.	4-Nov-08	Taxa fixa GBP 8,625%	Fair Value	4-Jan-24	410.314	-
EDP Finance B.V.	12-Nov-08	Zero Coupon	n.a.	12-Nov-23	51.265	-
					6.381.835	1.747.352
Emissões Grupo EDP Energias do Brasil no Mercado Doméstico Brasileiro						
Investco	1-Nov-01	IGPM + 10,5%	n.a.	1-Nov-11	29.894	-
Bandeirante	1-Abr-06	104,4% do CDI	n.a.	1-Mar-11	77.075	-
Escelsa	1-Jun-06	104,4% do CDI	n.a.	1-Jun-11	81.391	-
Escelsa	2-Jul-07	105,0% do CDI	n.a.	2-Jul-14	77.075	-
					265.435	-
					7.097.270	2.197.352
Descontos associados à emissão de obrigações					-23.454	-7.758
					7.073.816	2.189.594

(i) Estas emissões da EDP Finance B.V. têm associados "swaps" de divisa ou de taxa de juro.
(ii) Fixa em cada ano, varia ao longo da vida do empréstimo

A análise da rubrica de **Empréstimos**, por maturidade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Empréstimos bancários:				
Até 1 ano	1.305.729	739.462	94.890	132.239
De 1 ano a 5 anos	2.834.286	885.643	104.934	156.187
A mais de 5 anos	2.088.838	2.757.187	1.567.267	1.160.807
	6.228.853	4.382.292	1.767.091	1.449.233
Empréstimos obrigacionistas:				
Até 1 ano	1.124.905	467.788	1.037.543	121.406
De 1 ano a 5 anos	2.792.859	3.819.168	887.430	1.747.352
A mais de 5 anos	3.078.391	2.557.227	300.000	114.576
	6.996.155	6.844.183	2.224.973	1.983.334
Papel comercial:				
Até 1 ano	1.372.382	1.329.022	4.227.803	2.691.722
	1.372.382	1.329.022	4.227.803	2.691.722
Outros empréstimos:				
Até 1 ano	8.998	5.374	-	-
De 1 ano a 5 anos	26.936	16.278	-	-
A mais de 5 anos	53.001	28.843	-	-
	88.935	50.495	-	-
	14.686.325	12.605.992	8.219.867	6.124.289

O justo valor da dívida do Grupo EDP é analisado como segue:

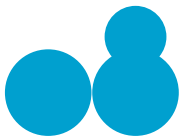
	Dez 2008		Dez 2007	
	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente	3.812.014	3.824.018	2.541.646	2.541.646
Empréstimos de médio / longo prazo - Não Corrente	10.874.311	10.676.963	10.064.346	11.221.045
	14.686.325	14.500.981	12.605.992	13.762.691

Em conformidade com a política contabilística da nota 2 f), os riscos dos passivos financeiros que se encontram cobertos por instrumentos financeiros derivados e cujo reconhecimento cumpre com os requisitos de adopção da contabilidade de cobertura, são registados ao seu justo valor. No entanto, os restantes passivos financeiros são registados ao custo amortizado (ver nota 40 e 44).

À data de 31 de Dezembro de 2008, os pagamentos futuros do capital em dívida, juros corridos e compromissos a ocorrer, são analisados como segue:

	2009 Euro'000	2010 Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	2013 Euro'000	Anos seguintes Euro'000	Total Euro'000
Dívida de médio e longo prazo	-	752.842	1.140.341	1.413.974	2.346.924	5.220.230	10.874.311
Dívida de curto prazo	3.812.014	-	-	-	-	-	3.812.014
	3.812.014	752.842	1.140.341	1.413.974	2.346.924	5.220.230	14.686.325

O valor das garantias encontra-se desagregado na nota 41 às demonstrações financeiras.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos por tipo e por moeda de denominação são analisados como segue:

	2009 Euro'000	2010 Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	2013 Euro'000	Anos seguintes Euro'000	Total Euro'000
Empréstimos bancários:							
Euro	1.049.090	105.961	245.061	92.037	2.110.800	973.726	4.576.675
Real Brasileiro	138.476	15.804	16.935	13.241	12.069	7.424	203.949
Dólar Americano	56.919	-	-	-	-	1.031.113	1.088.032
Outras	61.244	61.684	60.665	57.899	42.130	76.575	360.197
	1.305.729	183.449	322.661	163.177	2.164.999	2.088.838	6.228.853
Empréstimos obrigacionistas:							
Euro	1.062.121	500.000	747.352	500.000	150.000	1.603.841	4.563.314
Real Brasileiro	52.822	52.822	52.822	25.692	25.692	25.692	235.542
Dólar Americano	-	-	-	718.546	-	718.546	1.437.092
Libras Esterlinas	-	-	-	-	-	730.312	730.312
Outras	9.962	9.962	9.971	-	-	-	29.895
	1.124.905	562.784	810.145	1.244.238	175.692	3.078.391	6.996.155
Papel comercial:							
Euro	1.372.382	-	-	-	-	-	1.372.382
	1.372.382	-	-	-	-	-	1.372.382
Outros empréstimos:							
Euro	5.459	2.773	3.730	2.807	2.509	22.743	40.021
Real Brasileiro	3.539	3.836	3.805	3.752	3.724	30.258	48.914
	8.998	6.609	7.535	6.559	6.233	53.001	88.935
	3.812.014	752.842	1.140.341	1.413.974	2.346.924	5.220.230	14.686.325

35. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	1.082.905	935.593	-	-
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	750.982	779.784	-	-
	1.833.887	1.715.377	-	-

A rubrica de "Provisões para responsabilidades e benefícios sociais" inclui, em 31 de Dezembro de 2008, os valores de 973.563 milhares de Euros relativos a planos de benefícios definidos com pensões de reforma (31 de Dezembro de 2007: 827.354 milhares de Euros), o valor de 93.990 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 90.952 milhares de Euros) relativos a programas de racionalização de recursos humanos e obrigações similares a pensões do Grupo HC Energia e 15.352 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 17.287 milhares de Euros), relativos aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do programa de racionalização de recursos humanos.

O movimento da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Saldo no início do exercício	935.593	1.010.100	-	-
Dotação do exercício	47.196	65.811	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	46.117	143.002	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	185.791	-155.647	-	-
Utilizações de provisões	-146.310	-145.353	-	-
Saída de perímetro - Enersul	15.573	-	-	-
Transferências, reclassificações e variação cambial	-1.055	17.680	-	-
Saldo no fim do exercício	1.082.905	935.593	-	-

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Saldo no início do exercício	779.784	760.460	-	-
Dotação do exercício	48.791	45.709	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	3.086	10.915	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	-43.842	-9.297	-	-
Utilizações de provisões	-33.318	-32.996	-	-
Transferências, reclassificações e variação cambial	-3.519	4.993	-	-
Saldo no fim do exercício	750.982	779.784	-	-

Conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 n), o Grupo EDP optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. O impacto em reservas ascendeu ao valor de 1.162.000 milhares de Euros, a 31 de Dezembro de 2004. Nos exercícios seguintes, de acordo com a política contabilística adoptada, foram directamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas actuariais verificados nesses planos, tendo sido reconhecido no exercício de 2007 um ganho no valor de 164.944 milhares de Euros e no exercício de 2008 uma perda de 140.467 milhares de Euros (que inclui um ganho de 1.482 milhares de Euros, correspondente ao efeito da variação do "asset ceiling" no Brasil), ver nota 31.

Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões do Grupo EDP é gerido pela Pensõesegere, subcontratando a gestão de activos a entidades gestoras de activos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas. As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos activos do fundo sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios, segregados dos patrimónios das Patrocinadoras (Bandeirante e outras empresas eléctricas brasileiras) sem solidariedade contributiva:

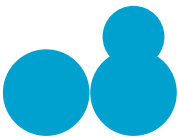
- Plano BD vigente até 31 de Março de 1998, que é um Plano de Benefício Saldado que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de Março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até à referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências actuariais desse Plano é da Empresa.

- Plano BD vigente após 31 de Março de 1998, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de actividade. No caso de morte ou invalidez originada por acidente de trabalho, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de Março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências actuariais deste Plano é paritária entre a Empresa e os participantes.

A Escelsa, a Bandeirante e a Energest dispõem de Planos de Benefício Definido que garantem um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um Plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões de reforma era o seguinte:

	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
	2008	2008	2007	2007
Número de participantes				
Reformados e Pensionistas	18.446	1.559	18.148	1.860
Pessoal no Activo	6.838	2.165	7.476	2.914
	25.284	3.724	25.624	4.774



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões no Grupo EDP, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Dez 2008			
	Portugal	Brasil		
		Bandeirante	Escelsa	Energest
Pressupostos				
Taxa de rendimento dos activos	6,34%	11,00%	11,25%	10,75%
Taxa de desconto	5,75%	11,25%	11,25%	11,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	2,90%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,10%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de inflação	2,20%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	RP-2000 Geracional	AT 2000/RP-2000 Geracional	AT 2000/RP-2000 Geracional
Tábua de invalidez	50% EKV 80	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	não aplicável	não aplicável
	Dez 2007			
	Portugal	Brasil		
		Bandeirante	Escelsa	Enersul
Pressupostos				
Taxa de rendimento dos activos	6%	11,25%	11,50%	11,00%
Taxa de desconto	5,30%	10,75%	10,75%	10,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	2,90%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,10%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de inflação	2,20%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de invalidez	50% EKV 80	TASA 27	TASA 27	TASA 27
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	não aplicável	não aplicável

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são analisadas como segue:

	Dez 2008			Dez 2007		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Provisão para Planos de Pensões						
Responsabilidades no fim do exercício	1.930.534	168.461	2.098.995	1.987.010	230.341	2.217.351
Activos dos Fundos no fim do exercício	-991.453	-133.979	-1.125.432	-1.178.536	-211.461	-1.389.997
Valor da provisão no fim do exercício	939.081	34.482	973.563	808.474	18.880	827.354

A evolução do valor presente das obrigações para pensões e o justo valor dos activos dos Fundos associados é analisada como segue:

	2008	2007	2006	2005	2004
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Provisão para Planos de Pensões					
Responsabilidades no fim do exercício	2.098.995	2.217.351	2.247.023	2.231.598	2.123.333
Activos dos Fundos no fim do exercício	-1.125.432	-1.389.997	-1.316.748	-1.207.121	-929.008
Valor da provisão no fim do exercício	973.563	827.354	930.275	1.024.477	1.194.325

Os ajustamentos de experiência (feitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para o Plano de Pensões em Portugal são apresentados como segue:

	2008	2007	2006	2005	2004
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	-33.781	7.315	-9.987	41.241	-55.364
Ajustamentos de experiência para os activos do Plano	-136.929	-12.027	12.538	25.853	4.945

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	Dez 2008			Dez 2007		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades						
Responsabilidades no início do exercício	1.987.010	230.341	2.217.351	2.041.221	205.802	2.247.023
Custo dos serviços correntes	12.544	488	13.032	14.640	645	15.285
Custo dos juros	100.401	21.200	121.601	92.963	22.884	115.847
Benefícios pagos	-179.954	-11.261	-191.215	-167.478	-11.691	-179.169
"Curtailments" / "Settlements"	46.117	-	46.117	143.002	-	143.002
Perdas e ganhos actuariais	-42.779	-5.660	-48.439	-138.993	-7.129	-146.122
Variação cambial	-	-41.519	-41.519	-	17.257	17.257
Saída de perímetro - Enersul	-	-25.905	-25.905	-	-	-
Outras variações	7.195	777	7.972	1.655	2.573	4.228
Responsabilidades no fim do exercício	1.930.534	168.461	2.098.995	1.987.010	230.341	2.217.351

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com estes planos são os seguintes:

	Dez 2008			Dez 2007		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do exercício						
Custo dos serviços correntes	12.544	488	13.032	14.640	645	15.285
Custo dos juros	100.401	21.200	121.601	92.963	22.884	115.847
Retorno dos activos dos Fundos	-70.712	-21.836	-92.548	-69.099	-25.848	-94.947
"Curtailments" / "Settlements"	46.117	-	46.117	143.002	-	143.002
Contribuições dos trabalhadores	-	-1.012	-1.012	-	-1.010	-1.010
Outros custos	-	698	698	-	-	-
Custo líquido do exercício	88.350	-462	87.888	181.506	-3.329	178.177

A evolução dos activos consolidados dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	Dez 2008			Dez 2007		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Fundos de Pensões						
Valor dos activos no início do exercício	1.178.536	211.461	1.389.997	1.151.648	165.100	1.316.748
Contribuições do Grupo	3.571	7.574	11.145	23.178	6.214	29.392
Contribuições dos trabalhadores	-	986	986	-	1.010	1.010
Pensões pagas no exercício	-53.725	-11.261	-64.986	-53.361	-11.691	-65.052
Rendimento dos Fundos	70.712	21.836	92.548	69.099	25.848	94.947
Ganhos / (Perdas) actuariais	-207.641	-23.164	-230.805	-12.028	17.372	5.344
Variação cambial	-	-33.457	-33.457	-	16.502	16.502
Activo não reconhecido ("asset ceiling")	-	1.482	1.482	-	-8.894	-8.894
Saída de perímetro - Enersul	-	-41.478	-41.478	-	-	-
Valor dos activos fim do exercício	991.453	133.979	1.125.432	1.178.536	211.461	1.389.997

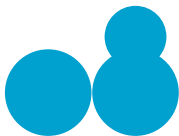
A rubrica Activo não reconhecido ("asset ceiling") regista a variação dos montantes não reconhecidos como activo nos respectivos exercícios contabilísticos, respectivamente 25.203 milhares de Euros em 2008 e 26.685 milhares de Euros em 2007, ajustado do efeito cambial.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição verificada na carteira do fundo em Portugal é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa Euro'000	Obrigações Euro'000	Ações Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros Euro'000	Total Euro'000
31 de Dezembro de 2008	-	553.231	199.282	178.462	60.478	991.453
31 de Dezembro de 2007	29.463	584.554	291.098	209.779	63.641	1.178.536

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa %	Obrigações %	Ações %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2008	-	55,80%	20,10%	18,00%	6,10%	100,00%
31 de Dezembro de 2007	2,50%	49,60%	24,70%	17,80%	5,40%	100,00%

A rubrica imóveis inclui imóveis registados nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de Dezembro de 2008 ascendem a 133.847 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 133.988 milhares de Euros).



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

A rubrica acções inclui títulos emitidos por empresas do Grupo que são analisados como segue:

	2008	2007
	Euro'000	Euro'000
Acções:		
EDP Renováveis	4.347	-
EDP S.A.	-	246
	4.347	246

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição verificada na carteira do fundo no Brasil é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza				
	Caixa Euro'000	Acções Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros Euro'000	Total Euro'000
31 de Dezembro de 2008	325	33.235	1.855	119.167	154.582
31 de Dezembro de 2007	205	64.916	2.053	189.512	256.686

	Alocação de activos por natureza				
	Caixa %	Acções %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2008	0,21%	21,50%	1,20%	77,09%	100,00%
31 de Dezembro de 2007	0,08%	25,29%	0,80%	73,83%	100,00%

A rubrica de Outros representa, essencialmente, aplicações financeiras indexadas ao CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

Para efeitos da determinação do valor da provisão para pensões o valor da carteira do fundo foi deduzido do limite ao reconhecimento do activo ("asset ceiling") no montante de 20.603 milhares de Euros, convertidos à taxa de fecho do BRL (25.203 milhares de Euros, de acordo com a taxa média de câmbio). Em 31 de Dezembro de 2007 o valor do "asset ceiling" ascendia a 45.226 milhares de Euros.

Pressupostos relativos à taxa de desconto e à taxa de retorno esperado dos activos

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões do Grupo EDP foram seleccionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações consideradas mais adequadas. Foram seleccionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno esperada dos activos para os anos de 2009 e seguintes, de acordo com as perspectivas em Janeiro de 2009, foi determinada tendo por base os objectivos de investimento por classe de activos e as melhores estimativas do retorno no longo prazo de cada classe, como segue:

Portugal	2008		Taxa de retorno esperada para 2009 e anos seguintes	
	Peso	Rentabilidade esperada classe activo	Peso	Rentabilidade esperada classe activo
Obrigações	52,1%	4,3%	48,5%	4,4%
Acções Europeias	6,3%	4,8%	18,0%	9,2%
Acções Globais	18,6%	7,7%	10,0%	9,5%
Fundos de "Hedge Funds"	4,5%	6,0%	4,5%	6,7%
Imobiliário	18,5%	5,7%	18,5%	6,5%
Outros	-	-	0,5%	2,5%
Total	100,0%	5,5%	100,0%	6,3%

A taxa de retorno real dos activos do fundo de pensões em 2008 foi de -11,81%.

Brasil	2008		Taxa de retorno esperada para 2009 e anos seguintes	
	Peso	Rentabilidade esperada classe activo	Peso	Rentabilidade esperada classe activo
Acções Europeias	-	-	-	-
Acções Globais	21,5%	25,0%	15,0%	20,0%
Fundos de "Hedge Funds"	-	-	-	-
Imobiliário	1,2%	6,5%	1,0%	6,3%
Aplicações financeiras	73,2%	12,2%	74,0%	11,0%
Outros	4,1%	12,2%	10,0%	11,0%
Total	100,0%	12,2%	100,0%	11,0%

À data de 31 de Dezembro de 2008, a desagregação do valor expectável de **Pagamento de benefícios futuros**, relativo à actividade em Portugal e no Brasil, é analisada de seguida:

Expectativa de pagamentos				
Portugal	Pensões	Plano Médico	Outros Benefícios	Total
2009	187.618	23.370	14.394	225.382
2010	184.438	23.881	14.521	222.840
2011	179.130	24.381	14.721	218.232
2012	174.269	24.884	15.131	214.284
2013	168.100	25.462	15.554	209.116
2014	162.366	26.071	16.050	204.487
2015	154.473	26.766	16.788	198.027
2016	147.256	27.501	17.323	192.080
2017	142.727	28.395	18.241	189.363
2018	136.108	29.360	18.892	184.360

Em 2008, as contribuições efectuadas ao Fundo de pensões ascenderam a 3.571 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 23.178 milhares de Euros) e foram realizadas integralmente em dinheiro.

Em 2008, o valor das pensões pagas pelos Fundos ascendeu a 53.725 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 53.361 milhares de Euros).

Expectativa de pagamentos			
Brasil	Pensões	Outros Benefícios	Total
2009	9.666	1.143	10.809
2010	8.653	1.208	9.861
2011	11.836	1.269	13.105
2012	12.917	1.326	14.243
2013	13.933	1.378	15.311
2014	15.378	1.424	16.802
2015	16.604	1.463	18.067
2016	18.317	1.493	19.810
2017	19.624	1.515	21.139
2018	20.924	1.528	22.452

Em 2008, as contribuições efectuadas ao Fundo de pensões ascenderam a 7.574 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 6.214 milhares de Euros) e foram realizadas integralmente em dinheiro.

Em 2008, o valor das pensões pagas pelos Fundos ascendeu a 11.261 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 11.691 milhares de Euros).

O montante de 93.990 milhares de Euros relativo ao Grupo HC Energia, incluído nas provisões para responsabilidades e benefícios sociais, inclui provisões de 40.955 milhares de Euros relativos a provisões no âmbito da revisão do acordo colectivo de trabalho do Grupo HC Energia ("Convénio Colectivo") celebrado em Dezembro de 2007. Este acordo, entre outros aspectos, regula o regime de pré-reformas para os anos de 2008 até 2012 . A responsabilidade inerente ao convénio foi determinada com base num estudo actuarial considerando, entre outros pressupostos, uma taxa de desconto de 5,5%, tábuas de mortalidade PERM/F-2000P, taxa de crescimento dos salários de longo prazo de 3% e uma taxa de inflação de 2,5%. A provisão inclui, ainda, 51.703 milhares de Euros relativos a responsabilidades com pré-reformas anteriores a 31 de Dezembro de 2007 e 1.332 milhares de Euros para fazer face a responsabilidades com actos médicos e outros benefícios calculados tendo como base os pressupostos actuariais referidos anteriormente.

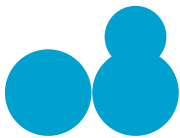
II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A NEO e a Hidrocantábrico em Espanha, a Bandeirante no Brasil, bem como a EDP Estudos e Consultoria em Portugal, dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos o outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

No Brasil, a Escelsa e a Energest dispõem também de Planos de Assistência Médica para os reformados, suportados através de provisões contabilísticas, onde se encontra incluída a totalidade destas responsabilidades.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

	Dez 2008		Dez 2007	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Pressupostos				
Taxa de desconto	5,75%	11,25%	5,30%	10,75%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,00%	10% (b)	4,50%	10% (b)
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	233	não aplicável	150	não aplicável
Tábua de mortalidade	TV 88/90	RP-2000 Geracional	TV 88/90	Geracional ajustada RP-2000
Tábua de invalidez	50% EKV 80	Wyatt 85 Class 1	50% EKV 80	TASA 27
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	não aplicável	a)	não aplicável
(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).				
(b) 10% no primeiro ano a decrescer para 5,5% em 9 anos				

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
	2008	2008	2007	2007
Número de participantes				
Reformados e Pensionistas	18.446	834	17.962	865
Pessoal no Activo	6.838	1.098	7.476	1.275
	<u>25.284</u>	<u>1.932</u>	<u>25.438</u>	<u>2.140</u>

A evolução do valor presente das obrigações para cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	2008	2007	2006	2005	2004
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Provisão para Cuidados Médicos					
Responsabilidades no fim do exercício	<u>750.982</u>	<u>779.784</u>	<u>760.460</u>	<u>743.462</u>	<u>725.575</u>
Valor da provisão no fim do exercício	<u>750.982</u>	<u>779.784</u>	<u>760.460</u>	<u>743.462</u>	<u>725.575</u>

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para as responsabilidades de cuidados médicos em Portugal são apresentados como segue:

	2008	2007	2006	2005	2004
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Planc	<u>-4.160</u>	<u>-69.385</u>	<u>-9.693</u>	<u>61.049</u>	<u>-5.246</u>
	<u>-4.160</u>	<u>-69.385</u>	<u>-9.693</u>	<u>61.049</u>	<u>-5.246</u>

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios do Grupo EDP é analisada como segue:

	Dez 2008			Dez 2007		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades						
Responsabilidades no início do exercício	754.288	25.496	779.784	736.104	24.356	760.460
Custo dos serviços correntes	7.223	256	7.479	8.517	305	8.822
Custo dos juros	38.993	2.319	41.312	34.282	2.605	36.887
Benefícios pagos	-31.396	-1.922	-33.318	-31.356	-1.640	-32.996
"Curtailments"/"Settlements"	3.086	-	3.086	10.915	-	10.915
(Ganhos) / Perdas actuariais	-40.519	-3.323	-43.842	-7.177	-2.120	-9.297
Variação cambial	-	-4.058	-4.058	-	2.001	2.001
Outras variações	3.259	-2.720	539	3.003	-11	2.992
Responsabilidades no fim do período / exercício	<u>734.934</u>	<u>16.048</u>	<u>750.982</u>	<u>754.288</u>	<u>25.496</u>	<u>779.784</u>
Valor da provisão no fim do período / exercício	<u>734.934</u>	<u>16.048</u>	<u>750.982</u>	<u>754.288</u>	<u>25.496</u>	<u>779.784</u>

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	Dez 2008			Dez 2007		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do exercício						
Custo do serviço	7.223	256	7.479	8.517	305	8.822
Custo de juro	38.993	2.319	41.312	34.282	2.605	36.887
"Curtailment"	3.086	-	3.086	10.915	-	10.915
Custo líquido do exercício	49.302	2.575	51.877	53.714	2.910	56.624

A análise de sensibilidade para o Plano de Cuidados Médicos em Portugal é analisada como segue:

	Euro'000		
	Pressupostos Centrais	Pressuposto sensibilidade - inflação actos médicos	
		-1%	+1%
Responsabilidades no fim do exercício	734.584	689.208	789.296
Custo do exercício de 2009			
Custo dos serviços correntes	6.622	5.896	7.560
Custo dos juros	41.141	38.532	44.287
	47.763	44.428	51.847

36. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	116.528	152.428	-	-
Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente	14.993	8.093	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	192.198	215.520	79.014	29.580
	323.719	376.041	79.014	29.580

O movimento da **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

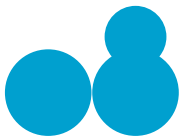
	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Saldo no início do período	152.428	153.985	-	-
Variações de perímetro de consolidação	-30.869	-	-	-
Dotação do exercício	14.566	18.568	-	-
Redução da provisão	-2.561	-455	-	-
Utilização da provisão	-2.195	-21.265	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	-14.841	1.595	-	-
Saldo no final do período	116.528	152.428	-	-

A rubrica de "Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências", no montante 116.528 milhares de Euros (2007: 152.428 milhares de Euros), inclui provisões para processos fiscais no montante de 62.224 milhares de Euros (2007: 79.261 milhares de Euros) e processos judiciais em curso e outras contingências laborais no valor de 54.304 milhares de Euros (2007: 73.167 milhares de Euros), sendo as responsabilidades principais as seguintes:

- As subsidiárias do Grupo EDP Energias do Brasil, Bandeirante, EDP Energias do Brasil, Escelsa e Escelsapar, possuem provisões para processos fiscais em curso, no montante total de 50.720 milhares de Euros (2007: 69.666 milhares de Euros), referentes a impostos relativos ao período entre 1998 e 2006. As situações inerentes a estas contingências, encontram-se a ser questionadas judicialmente pelas subsidiárias. Deste montante, as contingências que envolvem valores mais significativos dizem respeito: (i) ao imposto COFINS de 1998 referente à subsidiária Bandeirante e, cuja responsabilidade actual, incluindo juros, ascende a 17.238 milhares de Euros; (ii) ao imposto COFINS e PIS incidente sobre o valor de juros sobre capital próprio da subsidiária EDP Energias do Brasil, no valor de 18.375 milhares de Euros.

- A subsidiária Naturgás Distribución possui uma provisão, no montante de 9.564 milhares de Euros, relativa a impostos a devolver ao Estado por deduções específicas efectuadas no País Basco, ao abrigo da Norma Foral 7/1996 de 4 de Julho, que determinava que 45% dos valores referentes a investimentos em Activos Fixos novos efectuados por sujeitos passivos residentes no País Basco, poderiam ser deduzidos fiscalmente. A subsidiária aplicou as referidas deduções, tendo posteriormente, na sequência de um processo instaurado pelas Autoridades Comunitárias, sido emitida uma sentença judicial, segundo a qual, as entidades que efectuaram estas deduções teriam de as restituir ao Estado. A empresa continua a aguardar a emissão de sentença definitiva.

- Existem diversos processos judiciais em curso contra subsidiárias do Grupo EDP, cujo montante global de provisões registadas ascende a 54.304 milhares de Euros (2007: 73.167 milhares de Euros). As principais situações são as seguintes:



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

- i) Pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efectuados pelos consumidores industriais às subsidiárias brasileiras Bandeirante e Escelsa, no montante total de 15.998 milhares de Euros (2007: 28.397 milhares de Euros). Estes pedidos decorrem da aplicação das Portarias DNAEE n.º 38, de 27 de Fevereiro de 1986 e n.º 45, de 4 de Março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de Março a Novembro de 1986.
- ii) A C.M. da Póvoa do Varzim intentou uma acção judicial contra a EDP, no valor de 5.703 milhares de Euros, para devolução por parte da EDP de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Esta acção foi contestada pela EDP, tendo esta efectuado pedido reconvenicional no valor de 11.200 milhares de Euros.
- iii) Existe um litígio com a C. M. do Seixal relativo a divergências quanto a taxas de ocupação da via pública dos anos de 2004 e 2005, no valor de 3.172 milhares de Euros.
- iv) Os restantes processos judiciais em curso dizem, essencialmente, respeito a indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, por electrocussão, bem como por outros danos causados.

O movimento da **Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Saldo no início do período	8.093	17.579	-	-
Variações de perímetro de consolidação	-1.810	-949	-	-
Dotação do exercício	20.279	257	-	-
Redução da provisão	-1.289	-235	-	-
Utilização da provisão	-9.968	-314	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	-312	-8.245	-	-
Saldo no final do período	14.993	8.093	-	-

A rubrica de "Provisão para garantias a clientes" no âmbito da actividade corrente, no montante 14.993 milhares de Euros (2007: 8.093 milhares de Euros), inclui, essencialmente, provisões para perdas comerciais.

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Saldo no início do período	215.520	216.909	29.580	19.910
Variações do perímetro de consolidação	-	165	-	-
Dotação do exercício	36.339	62.342	61.117	17.439
Redução da provisão	-35.264	-38.382	-2.408	-5.413
Utilização da provisão	-28.734	-11.444	-9.275	-2.162
Outras variações e diferenças cambiais	4.337	-14.070	-	-194
Saldo no final do período	192.198	215.520	79.014	29.580

A 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos" em base consolidada, no montante de 192.198 milhares de Euros (2007: 215.520 milhares de Euros), inclui, essencialmente, as seguintes situações:

- i) O Grupo possui uma provisão, no valor de 20.725 milhares de Euros, para fazer face aos custos de desmantelamento da Central Nuclear de Trillo, que ocorrerão a partir do momento da paragem definitiva da central até à sua transferência para a Enresa, empresa que procederá ao seu desmantelamento.
- ii) Provisão para desmantelamento de parques eólicos no valor total de 47.311 milhares de Euros (2007: 20.280 milhares de Euros). Esta provisão foi constituída para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, sendo 39.240 milhares de Euros para parques do Grupo Horizon e o restante para parques do Grupo NEO.
- iii) Provisão para sinistros, referente à subsidiária Energia RE - Sociedade Cativa de Resseguro, no montante de 21.516 milhares de Euros (2007: 18.440 milhares de Euros).

A 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos" em base individual, no montante de 79.014 milhares de Euros (2007: 29.580 milhares de Euros), inclui 57.190 milhares de euros relativo a uma provisão para cobertura dos capitais próprios negativos de empresas subsidiárias, a qual foi constituída no exercício por contrapartida da rubrica de custos financeiros - Imparidade para investimentos financeiros (ver nota 14).

37. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Credores de curto prazo - Corrente:				
Fornecedores	956.745	785.649	125.068	212.869
Fornecedores de imobilizado	649.475	464.706	522	3.765
Outras empresas do Grupo - associadas	13.837	33.751	-	13.468
Adiantamentos de clientes	29.905	44.049	43	46
Outros credores				
- Colaboradores	64.286	49.893	3.496	2.358
- Fornecimento de outros bens e serviços	685	1.026	138.847	9.746
- Rendas de concessão	11.857	4.183	-	-
- Valor a pagar à entidade reguladora do Brasil	11.591	13.274	-	-
- Valor a investir em pesquisa e desenvolvimento (Brasil)	13.734	17.668	-	-
- Aquisição de 80% da Pebble Hydro	-	57.482	-	57.482
- Títulos de Dívida Pública (obrigações do Tesouro) por liquidar	48.206	-	-	-
- Valores a pagar por transacções de energia eléctrica no MIBEL	119.714	-	119.714	-
- Empresas do Grupo	-	-	-	80.265
Créditos a empresas relacionadas	-	-	113.830	117.089
Passivos Regulatórios - Brasil	27.127	24	-	-
Programa eficiência energética - Brasil	10.757	18.377	-	-
Férias, subsídios férias e outros encargos	90.382	93.504	652	942
Instrumentos financeiros derivados	178.473	111.825	239.948	114.874
Subsídios e participações investimento imobilizado	105.418	179.954	-	-
Extensão do período de concessão domínio público hídrico	-	759.000	-	-
Custos especializados relacionados com a actividade de gestão de energia	107.885	37.175	107.885	37.175
Custos especializados relacionados com a compra de energia (PRE)	97.128	63.787	-	-
Custos especializados relacionados com paragens de manutenção	659	15.031	-	-
Especialização de proveitos - comercialização de energia	39.251	55.123	-	-
Acréscimos de custos relacionados com a revisibilidade do CMEC	84.155	20.576	-	-
Acréscimos de custos relacionados com a compra de carvão	-	26.203	-	-
Licenças de Emissão de CO ₂	496.425	197.905	-	-
Acréscimos de Custos - Subcontratos (Horizon)	68.821	38.224	-	-
Proveitos diferidos	35.508	14.155	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	131.136	151.330	-	-
Futuros OMIP	-	10.360	13.154	-
Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal	300.073	-	-	-
Ajustamento tarifário a pagar à REN	78.584	-	-	-
Prestações Acessórias por realizar à EDP Imobiliária	-	-	48.206	-
Devolução tarifária - Enersul	-	70.538	-	-
Conta Corrente Passiva com Agentes de Cobranças	11.940	6.329	-	-
Credores - empresas do Grupo (EDP Finance BV)	-	-	768.931	-
Outros credores e operações diversas	369.343	308.789	24.600	59.640
	4.153.100	3.649.890	1.704.896	709.719

A rubrica "Outros credores - Títulos da Dívida Pública (obrigações do Tesouro) por liquidar" corresponde ao montante a liquidar pela aquisição de títulos de Dívida Pública (obrigações do Tesouro) ocorrida durante o exercício (ver nota 27).

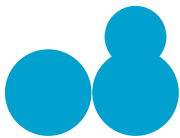
O montante relativo a Extensão do período de concessão do domínio público hídrico em 31 de Dezembro de 2007, de 759.000 milhares de Euros refere-se ao valor a pagar pelo Grupo EDP no âmbito da extensão dos períodos de concessão do domínio público hídrico (nota 17), o qual foi liquidado no decorrer de 2008.

A rubrica de licenças de emissão de CO2 inclui os montantes de 214.760 milhares de Euros de licenças atribuídas em Portugal, a devolver ao Instituto do Ambiente e 149.315 milhares de Euros relativos ao Grupo HC Energia em Espanha, referentes aos consumos de CO2 efectuados durante o ano. Esta rubrica inclui ainda 132.350 milhares de Euros relativo a licenças que o Grupo HC Energia espera devolver ao Estado Espanhol em resultado da aplicação do Real Decreto-Ley 03/06 (ver notas 7, 10 e 46).

A rubrica "Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal" no montante de 300.073 milhares de Euros, corresponde ao valor a pagar à REN referente ao desvio tarifário do sistema eléctrico português em 2007 (16.374 milhares de Euros) e em 2008 (283.699 milhares de Euros), o qual será liquidado em 2009.

A rubrica "Ajustamento tarifário a pagar à REN" no valor de 78.584 milhares de Euros corresponde ao montante do ajustamento tarifário do exercício de 2008 a pagar em 2009 e que será posteriormente recuperado pela EDP Serviço Universal em 15 anos a partir de 2010.

Durante o exercício de 2007, a Enersul recebeu do regulador do sector energético brasileiro (ANEEL), um Termo de Notificação relativo à reanálise das bases de remuneração regulatória (BRR) correspondentes à revisão tarifária do ano de 2003. O resultado da reanálise efectuada, determinou a decisão da ANEEL de reduzir a BRR da Enersul, implicando uma redução das tarifas para os períodos em causa e determinou a devolução aos consumidores dos valores de consumo de energia facturados, em excesso, no período de Abril de 2003 a Dezembro de 2007. Como resultado desta decisão, a Enersul reconheceu um passivo para fazer face a esta obrigação no montante total de 70.538 milhares de Euros, cerca de 183.000 milhares de Reais, por contrapartida de uma redução das Vendas — Electricidade, na parcela correspondente ao exercício de 2007 no montante de 12.735 milhares de Euros, de um aumento da rubrica de Outros custos exploração — Revisão tarifária — Enersul no montante de 55.973 milhares de Euros e um efeito de conversão cambial de 1.830 milhares de Euros.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

A rubrica "Credores - empresas do Grupo (EDP Finance BV)", em 2008 e em base individual, corresponde a financiamentos obtidos pela EDP, S.A., Sucursal em Espanha através da EDP Finance B.V.

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Credores de médio/longo prazo - Não corrente:				
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	794	1.218	-	-
Participações do Estado p/Aprov. Fins Múltiplos	10.893	9.671	10.893	9.665
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	38.415	45.383	4	4
Créditos a empresas associadas	64.619	44.104	-	-
Fornecedores de imobilizado	5.076	5.179	1.333	1.245
Subsídios e participações investimento imobilizado	1.736.514	1.713.165	-	563
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	771.641	800.391	-	-
Valores a pagar para a aquisição do Grupo Relax Wind	46.279	46.735	-	-
Proveitos diferidos	56.789	71.038	-	-
Contratos de venda de energia - Horizon	119.655	125.735	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	467.209	581.401	-	-
Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's	1.096.668	733.273	-	-
Valores a pagar por concessões	228.944	264.763	-	-
Valores a pagar para a aquisição do Grupo Renovatio	63.000	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	125.965	-	-	-
Credores - empresas do Grupo (EDP Finance BV)	-	-	2.388.201	3.144.434
Outros credores e operações diversas	34.622	22.461	1.409	-
	4.867.083	4.464.517	2.401.840	3.155.911

Os montantes registados na rubrica "Subsídios e participações para investimento em imobilizado" corrente e não corrente correspondem ao valor das participações dos clientes para investimento do Grupo, sendo amortizadas através do reconhecimento de um proveito em resultados pelo período de vida útil do activo a que estão relacionadas (ver nota 12).

Na rubrica "Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários" conforme referido na política contabilística 2 b) o Grupo regista as "put options" relativas a participações detidas por interesses minoritários em subsidiárias do Grupo EDP, na data de aquisição ou numa data subsequente como uma aquisição antecipada desses interesses minoritários, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade de exercício das opções. A 31 de Dezembro de 2008 as responsabilidades com opções sobre interesses minoritários incluem a opção de venda por parte da Ente Vasco de la Energia à HC Energia de 30,4% da participação na Naturgás no montante de 426.839 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 401.373 milhares de Euros), a opção de venda da Caja Madrid à Neo relativa a 20% da sua participação na Genesa no montante de 258.841 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 264.817 milhares de Euros) e a opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da HC Energia no montante de 85.961 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 134.201 milhares de Euros).

No momento da aquisição da Horizon, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do "Purchase Price Allocation", foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de USD, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica "Contratos de venda de energia - Horizon", que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos de exploração (ver nota 7).

As rubricas "Proveitos Diferidos - CMEC" corrente e não corrente incluem o montante de 598.345 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 732.731 milhares de Euros) referentes ao valor inicial do CMEC (833.467 milhares de Euros) deduzidos das amortizações dos anos de 2008 e 2007 no valor de 138.716 milhares de Euros e 110.279 milhares de Euros, respectivamente (ver nota 6), de proveitos financeiros de ganhos associados ao cálculo da revisibilidade (27.611 milhares de Euros em 2008 e 7.717 milhares de Euros em 2007) e acrescido da rubrica de custos financeiros (31.942 milhares de Euros em 2008 e 17.260 milhares de Euros) conforme referido na nota 14. O montante remanescente de 84.155 milhares de Euros respeita a outros acréscimos de custos relacionados com o cálculo da revisibilidade.

A subsidiária Horizon regista os recebimentos de investidores institucionais (EI's) associados aos projectos eólicos como passivos não correntes na rubrica "Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's". Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais atribuídos e pagamentos realizados aos investidores institucionais durante o período. O valor de benefícios fiscais atribuídos é registado como um proveito diferido não corrente, reconhecido durante o período de vida útil de 20 anos dos projectos relacionados (ver nota 7). Adicionalmente este passivo é aumentado pelo registo da estimativa do juro calculado com base no valor do passivo e a taxa de retorno esperada pelos investidores institucionais (ver nota 14).

A rubrica "Valores a pagar por concessões" refere-se aos montante a pagar, no médio/longo prazo, relativos aos direitos de concessão da exploração do domínio hídrico das centrais de Alqueva e Pedrógão cedidos pela EDIA no valor de 165.089 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2008 (31 de Dezembro de 2007: 199.909 milhares de Euros) e à compensação financeira por usufruto do bem público relativos aos contratos de concessão das empresas Investco, S.A. e Enerpeixe, S.A. no Brasil no valor de 63.855 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2008 (31 de Dezembro de 2007: 64.854 milhares de Euros).

A carteira de investimentos financeiros derivados, cujos montantes registados como outros Credores e passivos correntes e não correntes ascendem a 178.473 milhares de Euros e 125.965 milhares de Euros respectivamente, inclui as carteiras de negociação e de cobertura (ver nota 40).

A rubrica "Credores - empresas do Grupo (EDP Finance B.V.)" não corrente nas contas individuais, no montante de 2.388.201 milhares de Euros, corresponde ao financiamento obtido através da EDP Finance B.V. e concedido à EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España, no âmbito da operação de aquisição da Horizon e para financiamento do plano de investimentos do Grupo EDP Renováveis.

38. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	160.615	378.173	10.533	10.123
- Retenções na fonte	44.923	28.620	278	467
- Contribuições para a Segurança Social	8.358	8.384	19	21
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	37.305	23.573	-	-
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	33.126	49.133	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	22.333	16.913	-	-
- Outras tributações	81.802	71.181	-	-
	388.462	575.977	10.830	10.611

A rubrica "Outras tributações" a 31 de Dezembro de 2008 inclui essencialmente tributações externas relativas aos grupos HC Energia e Naturgás com 41.048 milhares de euros e 25.045 milhares de euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2007: 38.119 milhares de Euros no Grupo HC Energia e 18.495 milhares de Euros no Grupo Naturgás).

39. Activos e Passivos detidos para venda

Os critérios para classificação dos activos e passivos detidos para venda e operações em descontinuação, bem como a sua forma de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, encontram-se descritos na política contabilística, alínea 2 u).

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Activos detidos para venda				
Terrenos detidos para venda futura - Horizon	985	-	-	-
Investimentos detidos na Denerge - EDP - Energias do Brasil	11.562	-	-	-
Investimento detido na Esc 90 - EDP - Energias do Brasil	18.281	-	-	-
Investimento detido na Edinfor	-	39.745	-	44.500
Outros activos detidos para venda	-	2.641	-	-
	30.828	42.386	-	44.500
Passivos detidos para venda				
Responsabilidades sobre a Esc 90 (empresa associada)	-15.841	-	-	-
	14.987	42.386	-	44.500

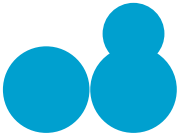
O Grupo EDP detém uma participação de 3,16% na Denerge - Desenvolvimento Energético S.A., que resultou da operação de permuta de activos ocorrida em 2008, com o Grupo Rede. O Grupo EDP detém uma opção para a troca deste activo (ver nota 41) que pretende exercer no decurso do próximo exercício.

O Grupo EDP, através da sua subsidiária EDP - Energias do Brasil, celebrou em 29/08/2008 um contrato de compra e venda com a Net Serviços de Comunicação S.A. relativo à alienação do investimento que detém no capital social da Esc 90 Telecomunicações Ltda. ("Esc 90"), representativas de 48,51% do capital social da Esc 90, sociedade que opera no segmento de prestação de serviços de televisão por cabo e internet em banda larga, mediante concessão nas cidades de Vitória e Vila Velha, ambas no Estado do Espírito Santo. A operação está sujeita à aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL. Atendendo a esta decisão, os activos e passivos da Esc 90 foram classificados como detidos para venda.

Em Dezembro de 2007, o Conselho de Administração Executivo da EDP, S.A., notificou a LogicaCMG Corporate Holdings Limited ("LogicaCMG") relativamente à sua decisão de exercer, em 2008, a opção de venda que detém sobre 40% do capital social da Edinfor — Sistemas Informáticos, S.A. ("Edinfor"). Atendendo a esta decisão nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da EDP, S.A. de 31 de Dezembro de 2007, o investimento financeiro na Edinfor foi classificado como "Activo detido para venda", sendo mensurado ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

40. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge") ou de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge").



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

As variações associadas ao justo valor dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos, são analisadas como segue:

Tipo cobertura	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2008		2007	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000	Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000
- "Fair value"	Swap tx juro	Tx juro	18.539	-18.539	-40.487	40.487
- "Fair value"	Swap tx juro e tx câmbio	Tx juro e tx câmbio	-52.141	52.141	-29.037	29.037
- "Cashflow hedge"	Swap tx juro	Tx juro	-22.836	-	14.794	-
- "Cashflow hedge"	Forwards tx cambio	Tx câmbio	4.434	-	-	-
- "Cashflow hedge"	Swap energia	Preço energia	-39.773	-	-	-
			-91.777	33.602	-54.730	69.524

Durante o exercício de 2008 e 2007 verificaram-se os seguintes movimentos em reservas de justo valor, associados às coberturas de fluxos de caixa:

	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Saldo inicial	2.014	-14.265
Variação de justo valor	-58.175	14.794
Transferência para resultados	1.508	1.485
Saldo final	-54.653	2.014

A rubrica "Reserva de justo valor" (cobertura de fluxos de caixa) inclui um montante de 11.291 milhares de Euros, relativos à cobertura de fluxos de caixa futuros. Este valor é amortizado pelo período em que os referidos fluxos de caixa vão ter impacto nos resultados do exercício.

A valorização dos instrumentos financeiros é registada nas rubricas de Devedores e outros activos e Credores e outros passivos consoante a sua natureza.

Os ganhos e perdas não realizados na carteira de instrumentos financeiros derivados registados nos resultados do exercício de 2008 e 2007, são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Carteira de derivados de negociação	55.295	-33.468	147.089	-11.357
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")				
- Derivados	-33.602	-69.524	18.539	-40.487
- Passivo coberto	33.602	69.524	-18.539	40.487
Cobertura de fluxos de caixa ("Cash-flow hedge")				
- Derivados	-1.508	-1.485	-1.485	-1.485
	53.787	-34.953	145.604	-12.842

Em 2008, a maturidade dos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento é analisada como segue:

	Grupo				
	Justo Valor Euro'000	Nacional			
	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	Total Euro'000	
Contratos de taxa de juro:					
"Swaps" de taxa de juro	70.211	1.051.765	932.557	812.407	2.796.729
Opções compradas e vendidas	-2.515	1.506.609	54.761	2.051	1.563.421
	67.696	2.558.374	987.318	814.458	4.360.150
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:					
CIRS ("currency interest rate swaps")	-174.390	43.586	43.113	675.913	762.612
	-174.390	43.586	43.113	675.913	762.612
	-106.694	2.601.960	1.030.431	1.490.371	5.122.762

Em 2007, a maturidade dos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento é analisada como segue:

	Grupo				
	Nacional				Total Euro'000
	Justo Valor Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Contratos de taxa de juro:					
"Swaps" de taxa de juro	62.223	69.109	1.915.845	162.741	2.147.695
Opções compradas e vendidas	221	16.450	1.571.376	2.627	1.590.453
	62.444	85.559	3.487.221	165.368	3.738.148
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:					
CIRS ("currency interest rate swaps")	-53.592	-	359.940	-	359.940
	8.852	85.559	3.847.161	165.368	4.098.088

Em 2008, as taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

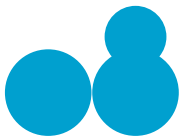
	Valor Nominal Euro'000	Moeda	Grupo	
			EDP Paga	EDP Recebe
Contratos de taxa de juro:				
"Swaps" de taxa de juro	2.796.729	EUR	[5,95% - 3,0%]	[6,40% - 3,04%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:				
CIRS ("currency interest rate swaps")	730.313	GBP / EUR	8,67%	8,63%
CIRS ("currency interest rate swaps")	32.299	USD / BRL	[16,35% - 13,47%]	[4,38% - 4,0%]

	Valor Nominal Euro'000	Grupo	
Contratos de taxa de juro:			
Opções compradas sobre taxa de juro (compra CAP)	534.810	[5,75% - 4,00%]	
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda CAP)	500.000	[5,30% - 5,20%]	
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda FLOOR)	528.611	[4,27% - 3,00%]	

Em 2007, as taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

	Grupo		
	Moeda	EDP Paga	EDP Recebe
Contratos de taxa de juro:			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[5,41% - 3,0%]	[6,40% - 3,78%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:			
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR / GBP	5,73%	6,63%
	USD / BRL	[13,22% - 10,89%]	[4,38% - 4,0%]

	Valor Nominal Euro'000	Grupo	
Contratos de taxa de juro:			
Opções compradas sobre taxa de juro (compra CAP)	551.753	[5,75% - 4,00%]	
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda CAP)	500.000	[5,30% - 5,20%]	
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda FLOOR)	538.699	[4,27% - 3,00%]	



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

41. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDP que não figuram no balanço, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo		Individual	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Garantias de carácter financeiro				
EDP, S.A.	407.256	528.494	407.256	528.494
Grupo HC Energia	65.027	52.364	-	-
Grupo EDP Energias do Brasil	40.569	104.397	-	-
Grupo Neo	6.341	26.306	-	-
Grupo Horizon	3.233	3.057	-	-
Outras	3.729	10	-	-
	526.155	714.628	407.256	528.494
Garantias de carácter operacional				
EDP, S.A.	1.042.960	1.243.985	1.042.960	1.243.985
Grupo HC Energia	301.454	300.134	-	-
Grupo EDP Energias do Brasil	66.333	131.822	-	-
Grupo Neo	401.647	40.034	-	-
Grupo Horizon	907.363	542.564	-	-
Outras (Portugal)	9.110	10.262	-	-
	2.728.867	2.268.801	1.042.960	1.243.985
Total	3.255.022	2.983.429	1.450.216	1.772.479
Garantias reais	6.313	36.800	-	-

Das garantias de carácter financeiro contratadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, 466.916 milhares de euros e 548.839 milhares de euros, respectivamente, estão relacionadas com financiamentos contratados por empresas do Grupo e já incluídos na sua dívida consolidada. Destas, destacam-se as garantias respeitantes a financiamentos contratados no Brasil para a construção de centrais hidroeléctricas, as quais totalizam 335.938 milhares de euros em Dezembro de 2008, tendo associadas contra-garantias recebidas pela EDP de parceiros nestes projectos, no valor de 122.987 milhares de euros.

No âmbito da sua actividade corrente de produção e distribuição de energia, é exigido à EDP e suas subsidiárias a apresentação de garantias bancárias ou corporativas, de natureza operacional. Do montante global de garantias operacionais existentes em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, respectivamente, 454.651 milhares de euros e 429.474 milhares de euros dizem respeito a garantias prestadas aos operadores de mercado, necessárias para que a EDP e suas subsidiárias possam participar nos mercados de energia.

Adicionalmente, o Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 742.190 milhares de euros e 565.446 milhares de euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo, as rendas vinculadas de locações financeiras e os outros passivos de longo prazo (que figuram no Balanço) e as restantes obrigações de compra e as rendas vincendas de locações operacionais (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Dez 2008				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos	Entre	Entre	Mais
	Euro'000	de 1	1 e 3	3 e 5	de 5
		ano	anos	anos	anos
		Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vincendos)	18.381.211	4.522.169	2.891.980	4.503.073	6.463.989
Rendas vincendas de locações financeiras	6.517	2.979	3.033	505	-
Responsabilidades com locações operacionais	493.111	35.193	60.424	54.888	342.606
Responsabilidades com contratos de fornecimento	32.506.448	4.201.423	5.670.470	4.700.128	17.934.427
Outros passivos de longo prazo	2.428.415	238.707	479.685	468.079	1.241.944
	53.815.702	9.000.471	9.105.592	9.726.673	25.982.966

Dez 2007				
Capital em dívida por período				
Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vencidos)	16.123.440	3.238.521	3.231.995	3.343.361
Rendas vencidas de locações financeiras	6.517	2.979	3.033	505
Responsabilidades com locações operacionais	4.056	2.640	1.178	238
Responsabilidades com contratos de fornecimento	43.119.977	5.395.359	7.405.281	5.860.035
Outros passivos de longo prazo	2.155.810	224.238	439.022	423.068
	61.409.800	8.863.737	11.080.509	9.627.207
				31.838.347

Os compromissos contratuais do Grupo referidos nos quadros acima reflectem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da actividade operacional da empresa. Mais especificamente, na sua maioria estes compromissos visam garantir o fornecimento adequado de combustíveis e energia necessários para que o grupo consiga cumprir os seus objectivos de investimento de médio e longo prazo, bem como garantir o fornecimento de energia aos seus clientes na Península Ibérica e no Brasil.

As dívidas de curto e longo prazo correspondem aos saldos dos empréstimos e respectivos juros vencidos, contraídos pelo Grupo junto de entidades bancárias, empréstimos por obrigações não convertíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vencidos foram calculados considerando as taxas de juro em vigor à data de encerramento do exercício.

As rendas vencidas de locações financeiras estão relacionadas com os activos fixos corpóreos cuja aquisição pelo Grupo foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços, estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados.

Os outros passivos de longo prazo estão essencialmente relacionados com planos de reestruturação ocorridos em exercícios anteriores, bem como com responsabilidades assumidas pelo Grupo relativas aos planos de pensões e cuidados médicos e outros benefícios, classificados como provisões no balanço consolidado (ver Nota 35 - Benefícios aos empregados).

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais:

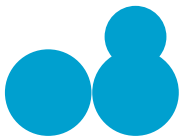
- Opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da HC Energia;
- Opção de venda por parte da Ente Vasco de la Energia à HC de 30,4% da participação na Naturgás, pelo maior dos seguintes montantes:
 - preço inicial de compra actualizado para a data de exercício da "put option", considerando os resultados distribuídos até à data;
 - justo valor do activo, determinado com base num processo de avaliação por bancos de investimento;
- Opção de venda da Caja Madrid à Neo, relativa a 20% da sua participada Genesa. Esta opção é exercível no período compreendido entre Janeiro de 2010 e Janeiro 2011, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento;
- A EDP detém uma opção de venda à Mercado Electrónico e esta uma opção de compra à EDP de 34% da participação na Central E, S.A. O preço destas operações será definido com base na facturação dos últimos 12 meses e o período de exercício das opções inicia-se em Junho de 2010, estendendo-se até Junho de 2015;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma "call option" sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do total do capital). A Cajastur detém uma "put option" equivalente sobre a EDP. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2012 e 1 de Janeiro de 2013 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma opção de compra sobre os 49% de capital social detidos pela Copcisa na Neo Catalunia;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma opção de compra sobre o capital social detidos pelo Renovatio Group Limited nas empresas Renovatio e Cernadova;
- A EDP detém, através da sua subsidiária Veinco Energia Limpia, S.L., uma opção de compra sobre 8,5% do capital social da Apineli - Aplicaciones Industriales de Energias Limpas, S.L. detidos pela empresa Jorge, S.L.. O preço de exercício é de 900 milhares de Euros e pode ser exercida quando a Jorge, S.L. obtiver as licenças para ampliar os parques eólicos Dehesa de Coscojar e El Águila, até 30 dias após a notificação da condição suspensiva, com uma data limite de 18 de Abril de 2014;
- O Grupo EDP, através da sua subsidiária EDP - Energias do Brasil, adquiriu uma participação de 3,16% na Denerge no âmbito da operação de permuta de participações, realizada em Agosto de 2008 com o Grupo Rede. O contrato de aquisição desta participação inclui uma cláusula de opção, válida por 2 anos, para troca das acções da Denerge por subscrição de acções (OPS) do Grupo Rede, numa possível oferta pública de subscrição ou por uma participação equivalente em acções preferenciais da Rede Energia S.A. ao preço unitário de 5,68 Reais.

42. Planos de remuneração com acções

O Grupo EDP implementou um programa de "stock options", nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor.

Actualmente existem, no Grupo EDP, três planos de opções de compra de acções os quais são analisados como segue: i) Plano do Conselho de Administração do Grupo EDP aprovado em 1999, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 2.450.000 acções; ii) Plano dos Conselhos de Administração e do "Management" das subsidiárias do Grupo EDP, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 16.250.000 acções; e iii) Plano do Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Vogais Executivos para o período 2003/2005. As opções atribuídas no âmbito deste último plano podem ser exercidas até um máximo de 1/3 em cada um dos três exercícios subsequentes a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final do oitavo exercício subsequente à data de atribuição caducam.

O preço de exercício de cada opção é calculado com base no preço de mercado da acção na data da atribuição da opção, sendo a maturidade máxima de cada opção de sete anos, nos dois primeiros planos, e de oito anos no terceiro plano.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

As opções são atribuídas pela Comissão de Vencimentos do Grupo EDP e apenas são exercíveis decorridos que estejam dois anos de serviço.

O movimento dos planos de "stock options" é analisado como segue:

	Movimentos nas opções	Preço médio de exercício ponderado
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2.460.020	2,22
Opções exercidas	849.687	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1.610.333	2,21
Opções exercidas	492.848	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	1.117.485	2,21

A informação sobre "stock options" relativas ao exercício de 2008 é analisada como segue:

Opções vivas	Preço médio ponderado do exercício	Vida média contratual em falta	Opções exercíveis	Fair Value das Opções Euro'000
1.117.485	2,21	5,05	630.320	876.769

No exercício de 2008, não foi reconhecido qualquer custo associado aos planos de "stock options", na medida em que o custo relativo aos serviços prestados já foi reconhecido em exercícios anteriores.

Adicionalmente, o Grupo EDP distribuiu, no decorrer do ano de 2008, um conjunto de acções próprias a colaboradores (452.045 acções adquiridas ao preço médio de 3,9842 Euros), cujo montante total ascende a 1.801 milhares de Euros.

43. Partes relacionadas

As principais transacções com partes relacionadas e saldos com subsidiárias e associadas anulados no processo de consolidação, durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2008, são analisadas como segue:

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, a estrutura accionista da EDP, S.A. é analisada como segue:

	N.º Acções	% Capital	% Voto
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	749.323.856	20,49%	20,69%
Iberdrola -Participações, SGPS, S.A.	347.371.083	9,50%	5,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	191.172.634	5,23%	5,00%
Caja de Ahorros de Asturias	183.257.513	5,01%	5,00%
José de Mello - SGPS, S.A.	176.291.567	4,82%	4,87%
Grupo Banco Comercial Português e Fundo de Pensões Grupo BCP	124.198.519	3,39%	3,43%
Banco Espírito Santo, S.A.	111.566.342	3,05%	3,08%
Picket Asset Management	104.396.422	2,86%	2,88%
Sonatrach	81.713.076	2,23%	2,26%
International Petroleum Investment Company (IPIC)	73.130.755	2,00%	2,02%
EDP (Acções próprias)	35.703.591	0,98%	-
Restantes Accionistas	1.478.412.357	40,44%	
	3.656.537.715	100,00%	

O número de acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais durante os exercícios de 2008 e 2007 são como segue:

	2008 N.º Acções	2007 N.º Acções
Mesa da Assembleia Geral		
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	1.445	1.445
Maria Teresa Isabel Pereira	9.257	6.192
	10.702	7.637
Conselho Geral e de Supervisão		
Alberto João Coraceiro de Castro	4.578	4.578
António Francisco Barroso de Sousa Gomes	4.135	4.135
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	40.000	24.400
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	260	260
Eduardo Almeida Catroga	1.375	1.375
Vital Martins Moreira	27.082	21.870
Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	3.465	3.465
	80.895	60.083

	2008	2007
	N.º Acções	N.º Acções
Conselho de Administração Executivo		
António Luís Guerra Nunes Mexia	1.000	1.000
António Fernando Melo Martins da Costa	13.299	13.299
António Manuel Barreto Pita de Abreu	34.549	34.074
João Manuel Manso Neto	1.268	1.268
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	12.497	12.497
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	40.000	-
	102.613	62.138

Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos, as remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral, à excepção das remunerações fixas e variáveis dos membros do Conselho de Administração Executivo, que são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral de Supervisão.

Durante o exercício de 2008, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração Executivo (CAE) e aos membros do Conselho Geral de Supervisão (CGS), foram as seguintes:

	CAE Euro'000	CGS Euro'000
Presidente	1.257	623
Vogais / Membros	5.934	787
	7.191	1.410

As remunerações atribuídas ao CAE incluem uma componente variável, no montante de 3.244 milhares de Euros conforme a política de remunerações definida pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral de Supervisão.

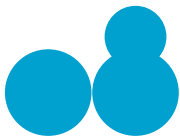
Negócios entre a Sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício corrente da sua actividade, a EDP celebra negócios e efectua operações em condições normais de mercado para operações similares com diversas entidades, em particular com instituições financeiras, entre as quais se incluem titulares de participações qualificadas no capital da EDP e sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP, as quais não se afiguram relevantes pela natureza de que se revestem ou por não terem carácter significativo em termos económicos.

No âmbito do reforço qualitativo das práticas governativas, regista-se o facto de o Conselho Geral e de Supervisão ter aprovado o "Quadro referência do tratamento de conflitos de interesses", disponível no "Website" da EDP (www.edp.pt). Este conjunto de regras relativas à prevenção, à identificação e à resolução de potenciais conflitos de interesses corporativos relevantes, tem um âmbito de aplicação mais alargado do que aquele que resulta do Regulamento da CMVM n.º 1/2007.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é responsável pela supervisão da aplicação das referidas regras, reportando a sua actividade ao Conselho Geral e de Supervisão.

Relativamente ao exercício de 2008, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade concluiu que, relativamente aos casos analisados e face à informação prestada pelo Conselho de Administração Executivo, não foram detectadas evidências de que os potenciais conflitos de interesses subjacentes às operações tenham sido resolvidos de forma contrária aos interesses da sociedade.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Saldos e transacções com empresas do Grupo e Associadas

Os **créditos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

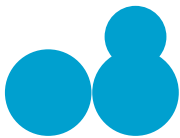
	Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Empréstimos Concedidos Eur'000	Outros Créditos Devidos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Balwerk	5.454	280.000	1.580	287.034
EDP Brasil	-	-	7.504	7.504
EDP Comercial	-	-	6.283	6.283
EDP Distribuição	1.030.212	1.406.215	43.034	2.479.461
EDP Finance	-	-	655.931	655.931
EDP Gás	19.207	13.150	1.060	33.417
EDP Imobiliária e Participações	5.045	343.591	4.079	352.715
EDP Inovação	-	813	383	1.196
EDP Internacional	-	661	103	764
EDP Powerline	4.201	-	97	4.298
EDP Produção	7.911	3.171.324	111.463	3.290.698
EDP Produção Bioelétrica	-	21.370	470	21.840
EDP Renováveis	-	862.817	74.646	937.463
EDP Serviço Universal	-	-	92.721	92.721
EDP Serviner	-	-	147	147
EDP Soluções Comerciais	-	3.250	19.085	22.335
EDP Valor	-	1.750	5.019	6.769
Electrica Ribera del Ebro	-	-	10.659	10.659
Enernova	-	-	1.276	1.276
Hidroeléctrica del Cantábrico	675	-	79.491	80.166
Labelec	-	1.500	522	2.022
NEO	-	-	2.434	2.434
NQF Investimentos, SGPS (NQF SGPS)	-	17.000	3	17.003
OPTEP	-	-	571	571
Sávida	-	-	234	234
Outras	-	-	5.136	5.136
	<u>1.072.705</u>	<u>6.123.441</u>	<u>1.123.931</u>	<u>8.320.077</u>

Os **créditos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2007, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Empréstimos Concedidos Eur'000	Outros Créditos Devidos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Balwerk	843	279.878	658	281.379
Edinfor	-	11.108	743	11.851
EDP Brasil	-	-	9.455	9.455
EDP Comercial	4.321	-	44.062	48.383
EDP Distribuição	510.132	1.343.125	64.919	1.918.176
EDP Estudos e Consultoria	344	-	168	512
EDP Finance	-	200.663	17.735	218.398
EDP Gás	4.643	-	2.197	6.840
EDP Imobiliária e Participações	4.653	297.622	2.242	304.517
EDP Inovação	-	-	1.212	1.212
EDP Powerline	4.332	-	50	4.382
EDP Produção	177.418	1.837.269	62.584	2.077.271
EDP Produção Bioelétrica	-	13.867	263	14.130
EDP Serviço Universal	117.602	-	25.943	143.545
EDP Serviner	-	-	153	153
EDP Soluções Comerciais	14.153	-	17.575	31.728
EDP Valor	-	-	5.092	5.092
Electra	-	-	169	169
Enagás	116	-	-	116
Enernova	-	98.239	2.357	100.596
Hidroeléctrica del Cantábrico	1.185	-	9.095	10.280
Horizon Wind Energy	-	319.951	19.626	339.577
Labelec	-	-	562	562
NEO	-	1.866.095	5.830	1.871.925
NQF Gás III SGPS (NQF Energia)	-	-	2.001	2.001
NQF Investimentos, SGPS (NQF SGPS)	77	1.400	15.000	16.477
OPTEP	-	-	1.878	1.878
Pebble Hydro	-	-	1.205	1.205
Portgás	-	-	252	252
Sávida	-	-	305	305
Outras	41	90	1.168	1.299
	839.860	6.269.307	314.499	7.423.666

Os **débitos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Empréstimos Obtidos Eur'000	Outros Débitos Devidos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Edalpro	197	-	-	197
EDP Comercial	1.497	-	2.076	3.573
EDP Distribuição	-	-	42.868	42.868
EDP Estudos e Consultoria	1.416	-	4.639	6.055
EDP Finance	-	-	3.131.528	3.131.528
EDP Gás.Com	-	-	2.258	2.258
EDP Imobiliária e Participações	-	-	48.346	48.346
EDP Inovação	1.238	-	3.871	5.109
EDP Produção	-	-	275.332	275.332
EDP Renováveis	-	-	24.352	24.352
EDP Serviner	1.443	-	55	1.498
EDP Soluções Comerciais	1.497	-	4.404	5.901
EDP Valor	29.492	-	7.078	36.570
Electrica Ribera del Ebro	-	-	848	848
Hidrocantábrico Energia	-	-	2.166	2.166
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	937	937
EDP Internacional	462	-	-	462
Labelec	3.680	-	1.001	4.681
NEO	-	-	6.684	6.684
NQF Gás III SGPS (NQF Energia)	62.147	-	4	62.151
NQF Investimentos, SGPS (NQF SGPS)	1.949	-	-	1.949
Sávida	6.775	-	353	7.128
Soporgen	-	-	1.542	1.542
Outras	-	-	4.719	4.719
	111.793	-	3.565.061	3.676.854



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Os **débitos** detidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2007, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Empréstimos Obtidos Eur'000	Outros Débitos Detidos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Balwerk	-	-	2.357	2.357
Edalpro	131	-	-	131
Edinfor	-	-	11.418	11.418
EDP Comercial	-	-	7.324	7.324
EDP Distribuição	-	-	31.873	31.873
EDP Estudos e Consultoria	-	-	5.501	5.501
EDP Finance	-	-	3.238.285	3.238.285
EDP Imobiliária e Participações	-	-	196	196
EDP Inovação	1.841	-	2.904	4.745
EDP Produção	-	-	282.406	282.406
EDP Renováveis	-	-	37.994	37.994
EDP Serviço Universal	-	-	153	153
EDP Serviner	2.622	-	88	2.710
EDP Soluções Comerciais	-	-	3.821	3.821
EDP Valor	21.526	-	2.176	23.702
Electrica Ribera del Ebro	-	-	9.412	9.412
Enernova	22.739	-	16	22.755
Hidrocantábrico Energia	-	-	2.355	2.355
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	27.301	27.301
EDP Internacional	371	-	78	449
Labelec	579	-	1.437	2.016
MRH	1.075	-	-	1.075
NQF Gás III SGPS (NQF Energia)	63.628	-	83	63.711
O&M Serviços	1.091	-	-	1.091
Portgás	-	-	809	809
Sávida	6.865	-	2	6.867
Tergen	715	-	-	715
Outras	36	-	505	541
	123.219	-	3.668.494	3.791.713

As transacções em rubricas de **custos** sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

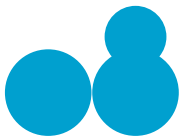
	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Obtidos Eur'000	Outros Custos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Balwerk	145	-	94	239
EDP Comercial	-	-	22.364	22.364
EDP Distribuição	-	-	8.690	8.690
EDP Estudos e Consultoria	77	-	16.116	16.193
EDP Finance	-	-	157.872	157.872
EDP Gás .Com	754	-	339	1.093
EDP Inovação	126	-	3.280	3.406
EDP Produção	707	-	1.205.319	1.206.026
EDP Renováveis	-	-	28.317	28.317
EDP Serviço Universal	1.540	-	477	2.017
EDP Valor	952	-	5.881	6.833
Eléctrica Ribera del Ebro	-	-	9.427	9.427
Enernova	340	-	-	340
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	41.827	41.827
Hidrocantábrico Energia S.A.U.	-	-	30.463	30.463
Labelec	79	-	533	612
NEO	-	-	7.226	7.226
Sávida	233	-	30	263
Outras	384	-	7.582	7.966
	5.337	-	1.545.837	1.551.174

As transacções em rubricas de **custos** sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2007, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Obtidos Eur'000	Outros Custos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Edinfor	-	-	80.329	80.329
EDP Comercial	-	-	42.543	42.543
EDP Distribuição	9.246	-	8.383	17.629
EDP Estudos e Consultoria	41	-	13.801	13.842
EDP Finance	-	-	16.791	16.791
EDP Gás	14.236	-	-	14.236
EDP Inovação	25	-	1.300	1.325
EDP Produção	733	-	569.334	570.067
EDP Renováveis	-	-	37.994	37.994
EDP Serviço Universal	18.484	-	492	18.976
EDP Valor	679	-	3.221	3.900
Eléctrica Ribera del Ebro	-	-	14.830	14.830
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	36.703	36.703
Hidrocantábrico Energia S.A.U.	-	-	10.856	10.856
Labelec	56	-	1.165	1.221
Outras	889	-	500	1.389
	<u>44.389</u>	<u>-</u>	<u>838.242</u>	<u>882.631</u>

As transacções em rubricas de **provetos** sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Concedidos Eur'000	Outros Provetos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Balwerk	16	14.304	-	14.320
EDP Comercial	1.102	-	4.382	5.484
EDP Distribuição	17.112	92.893	36.721	146.726
EDP Finance	-	4.278	61.175	65.453
EDP Imobiliária e Participações	257	20.882	349	21.488
EDP Produção	8.087	151.690	117.108	276.885
EDP Gás	851	744	707	2.302
EDP Renováveis	-	12.958	108.596	121.554
EDP Serviço Universal	3.432	-	58.134	61.566
EDP Soluções Comerciais	979	-	32.778	33.757
EDP Valor	49	-	9.190	9.239
EDP Powerline	207	-	-	207
Enernova	7	1.258	118	1.383
Eléctrica Ribera del Ebro	-	-	15.202	15.202
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	50.589	50.589
Hidrocantábrico Energia S.A.U.	-	-	2.359	2.359
Horizon Wind Energy, LLC	-	3.200	2	3.202
NEO	-	37.819	546	38.365
Outras	45	948	14.661	15.654
	<u>32.144</u>	<u>340.974</u>	<u>512.617</u>	<u>885.735</u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

As transacções em rubricas de **proventos** sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2007, **em base individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Concedidos Eur'000	Outros Proventos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Balwerk	581	117	215	913
EDP Comercial	5.818	-	129.664	135.482
EDP Distribuição	30.872	59.250	16.240	106.362
EDP Finance	-	10.665	1.713	12.378
EDP Imobiliária e Participações	13.544	1.420	136	15.100
EDP Produção	10.060	66.940	64.772	141.772
EDP Serviço Universal	27.361	-	22.515	49.876
EDP Soluções Comerciais	1.156	-	7.256	8.412
EDP Valor	-	-	2.277	2.277
Enernova	-	5.256	503	5.759
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	11.239	11.239
Hidrocantábrico Distribuição Eléctrica, S.A.U.	-	-	5.153	5.153
Hidrocantábrico Energia S.A.U.	-	-	7.294	7.294
Horizon Wind Energy, LLC	-	-	2.037	2.037
NEO	-	6.103	3.066	9.169
Outras	292	314	2.030	2.636
	89.684	150.065	276.110	515.859

Os **activos** e **passivos** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base consolidada** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Empresas Associadas	28.394	1.905	26.489
Empresas conjuntamente controladas	25.786	2.503	23.283
	54.180	4.408	49.772

Os **activos** e **passivos** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2007, **em base consolidada** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Empresas Associadas	7.021	622	6.399
Empresas conjuntamente controladas	21.045	7.247	13.798
	28.066	7.869	20.197

As **transacções** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base consolidada** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Proventos Operacionais Euro'000	Proventos Financeiros Euro'000	Custos Operacionais Euro'000	Custos Financeiros Euro'000
Empresas Associadas	11.064	1.270	-1.133	-18
Empresas conjuntamente controladas	1.641	965	-10.005	-3.827
	12.705	2.235	-11.138	-3.845

As **transacções** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2007, **em base consolidada** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Proventos Operacionais Euro'000	Proventos Financeiros Euro'000	Custos Operacionais Euro'000	Custos Financeiros Euro'000
Empresas Associadas	8.376	187	-1.678	-631
Empresas conjuntamente controladas	25.285	1.435	-5.339	-6.435
	33.661	1.622	-7.017	-7.066

44. Justo valor de activos e passivos financeiros

	Grupo Dez 2008			Grupo Dez 2007		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	350.887	350.887	-	705.260	705.260	-
Clientes	1.758.657	1.758.657	-	1.759.176	1.759.176	-
Instrumentos financeiros derivados	216.670	216.670	-	106.520	106.520	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	83.227	83.227	-	49.034	49.034	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	713.587	713.587	-	864.711	864.711	-
	<u>3.123.028</u>	<u>3.123.028</u>	<u>-</u>	<u>3.484.701</u>	<u>3.484.701</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos	14.686.325	14.500.981	-185.344	12.605.992	13.762.691	1.156.699
Fornecedores	1.606.220	1.606.220	-	1.250.355	1.250.355	-
Instrumentos financeiros derivados	178.473	178.473	-	111.825	111.825	-
	<u>16.471.018</u>	<u>16.285.674</u>	<u>-185.344</u>	<u>13.968.172</u>	<u>15.124.871</u>	<u>1.156.699</u>

Atendendo à estrutura de activos e passivos financeiros do Grupo EDP registados ao custo amortizado, os quais são essencialmente de natureza de curto prazo, foi desprezado o efeito de variações de justo valor face ao valor contabilístico. No que respeita aos empréstimos do Grupo EDP foi apurado o seu justo valor tendo em consideração as actuais condições de mercado, relativamente à taxa de juro. Os restantes activos e passivos financeiros já se encontram registados ao justo valor.

O valor de mercado dos empréstimos de médio/longo prazo é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data de balanço adicionadas da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida do Grupo, tendo por referência o seu prazo médio. No que respeita à dívida de curto prazo corrente, o valor de mercado não difere substancialmente do valor de balanço.

45. Ganhos ou perdas na alienação de operações em descontinuação

Em Agosto de 2008, o Grupo EDP através da EDP Energias do Brasil, S.A. ("EDP Energias do Brasil"), efectuou a permuta com o Grupo Rede da totalidade da participação societária detida pela EDP EDP Energias do Brasil na Enersul (empresa distribuidora de energia no Estado de Mato Grosso do Sul) pelas participações societárias detidas pela Rede Energia nas sociedades Rede Lajeado Energia S.A. ("Rede Lajeado") e Investco S.A. ("Investco"), bem como pelas participações societárias detidas pela Rede Power nas sociedades Rede Lajeado e Tocantins Energia S.A.

Em 31 de Dezembro de 2008, o resultado da actividade da Enersul foi classificado na demonstração dos resultados das operações em descontinuação do exercício, de acordo com o IFRS 5. O Grupo reconheceu com esta operação uma perda em base consolidada de 8.448 milhares de Euros.

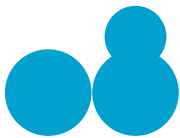
Esta operação permitiu à EDP Energias do Brasil consolidar a sua posição na Investco, na qual detinha uma participação de 27,65% do capital com direito de voto, passando a deter uma participação social de 73% do capital com direito de voto, assegurando uma posição de controlo na gestão da Investco. A Investco é a sociedade que gere a central hidroeléctrica do Lajeado, em Tocantins. Esta central dispõe de uma capacidade instalada de 902,5 MW sendo explorada ao abrigo de um contrato de concessão com o prazo de 35 anos (até 2032).

46. Licenças de CO₂

Os movimentos na carteira de Licenças de CO₂ são analisados como segue:

	Grupo Dez 2008 CO ₂ (Tonn)	Grupo Dez 2007 CO ₂ (Tonn)
Licenças de CO ₂ em 1 de Janeiro	820.169	-57.292
Licenças canceladas (atribuídas no PNALE I)	-820.169	-
Licenças atribuídas a título gratuito no exercício	15.335.505	18.350.203
Licenças adquiridas	5.352.160	4.017.195
Licenças transferidas (de consumo próprio para negociação)	-2.446.000	-1.395.492
	<u>18.241.665</u>	<u>20.914.614</u>
Licenças a devolver por consumos ocorridos no exercício	<u>16.868.208</u>	<u>20.094.445</u>
Excesso/(Insuficiência) de licenças	<u>1.373.457</u>	<u>820.169</u>

As licenças correspondentes ao total das emissões efectuadas em cada ano civil são entregues à entidade reguladora de cada país até ao final do quarto mês do ano civil seguinte (ver notas 17 e 23).



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Os movimentos na carteira de Licenças de CO₂ detidas para negociação e classificados como existências são analisados como segue

	Grupo Dez 2008 CO ₂ (Ton)	Grupo Dez 2007 CO ₂ (Ton)
Licenças de CO ₂ para negociação a 1 de Janeiro	148.908	258.416
Licenças canceladas (atribuídas no PNALE II)	-148.908	-
Licenças de emissão adquiridas em mercado	7.983.009	1.034.500
Licenças de emissão transferidas para negociação	2.446.000	1.395.492
Licenças de emissão alienadas	-8.599.000	-2.539.500
	1.830.009	148.908
Licenças de CO ₂ para negociação (em toneladas) - EUA	1.630.853	148.908
Licenças de CO ₂ para negociação (em toneladas) - CER	199.156	-
	1.830.009	148.908
Justo valor unitário a 31 de Dezembro - EUA (em Euros)	15,36	0,02
Justo valor unitário a 31 de Dezembro - CER (em Euros)	13,53	-
Licenças de CO ₂ para negociação (em milhares de Euros)	27.744	3

As aquisições e alienações de licenças de negociação são valorizadas com base na cotação da data da transação. As licenças de emissão transferidas para a carteira de negociação são classificadas como inventário (ver nota 23), de acordo com a política contabilística 2 I).

O justo valor corresponde à cotação "spot" ("closing price") no final de Dezembro de cada um dos exercícios.

47. EDP Sucursal em Espanha

A "EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España" tem como missão a direcção e coordenação dos interesses energéticos das filiais dependentes do Grupo EDP em Espanha, organizada através das suas estruturas de direcção e coordenação com vista a assegurar o máximo de sinergias e criação de valor nas operações e actividades em Espanha, assumindo-se igualmente como a plataforma organizacional para liderar a integração ibérica de serviços de suporte. Neste sentido, encontra-se alocado directamente ao património/activo da Sucursal a totalidade das participações financeiras maioritárias na EDP Renováveis S.A. e na HC Energia (Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.) bem como indirectamente na NG Energia (Naturgás Energia Grupo S.A.) por via do controlo maioritário daquela última.

A Sucursal EDP Espanha tem escritórios em Madrid e Oviedo. De um ponto de vista formal e legal, a representação da Sucursal EDP Espanha perante terceiros é realizada por via dos Representantes Permanentes, ou seja, pelos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP nomeados para o efeito.

A estrutura de direcção, coordenação, gestão e representação da Sucursal EDP Espanha é composta por uma Comissão Executiva, um Comité Directivo e por Comités de Coordenação.

A Comissão Executiva é composta por cinco Representantes Permanentes da EDP, por um Director Geral Corporativo ("Group Controller" para as actividades em Espanha) e por responsáveis de primeira linha das unidades de negócio em Espanha, desempenhando o papel de principal órgão de direcção e coordenação da Sucursal e sendo responsável pela coordenação das actividades próprias dos representantes permanentes e do Comité Directivo. O Comité Directivo é presidido pelo Director Geral Corporativo e composta pela extensão natural das Direcções do Centro Corporativo da EDP, nomeadamente, Direcção de Análise de Negócios, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Auditoria, Direcção de Fiscalidade Espanhola, Direcção de Gestão financeira, Direcção de Serviços Partilhados e Direcção de Sistemas de Informação assegurando e agrupando homogeneizadamente as funções destas transversalmente para o território Espanhol. Por último, os Comités de Coordenação Geração, Distribuição, Comercialização e Gás são compostos e presididos pelos respectivos Administradores de Pelouro do Conselho de Administração Executivo da EDP visando o aproveitamento de sinergias com Espanha com vista à eliminação de ineficácias e redundâncias.

Os balanços de 31 de Dezembro de 2008 e 2007 da Sucursal são apresentados, como segue:

	EDP Sucursal	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Investimentos financeiros em empresas filiais		
EDP Renováveis SA	2.939.889	1.899.889
Hidroeléctrica del Cantábrico SA	1.981.798	-
Outras	60	60
Activos por impostos diferidos	52.404	-
Outros devedores	928.506	1.785.972
Total de Activos Não Correntes	5.902.657	3.685.921
Cientes	2.022	-
Devedores e outros activos	154.589	402.516
Impostos a receber	7.406	98
Caixa e equivalentes de caixa	113.379	2.091
Total de Activos Correntes	277.396	404.705
Total do Activo	6.180.053	4.090.626
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Capitais próprios afectos	1.925.440	20.450
Dívida financeira	3.419.314	3.936.242
Passivos por impostos diferidos	-	12
Total Passivos Não Correntes	3.419.314	3.936.254
Dívida financeira	760.825	15.659
Credores e outros passivos	74.324	118.263
Impostos a pagar	150	-
Total Passivos Correntes	835.299	133.922
Total do Passivo	4.254.613	4.070.176
Total Capitais Próprios + Passivo	6.180.053	4.090.626

48. Eventos relevantes e subsequentes

EDP emite obrigações no montante de EUR 1 000 000 000, a 5 anos

A 10 de Fevereiro de 2009, a EDP informou o mercado e o público em geral da emissão de obrigações no montante de 1.000.000 milhares de Euros (preço fixado pela EDP Finance BV), com vencimento em Fevereiro de 2014 e juros à taxa *mid swap* acrescida de um *spread* de 265 pontos base. Esta emissão tem como objectivo o refinanciamento da dívida corrente da EDP, prolongando o seu prazo de maturidade.

“American Recovery and Reinvestment Act” — Impostos e políticas para beneficiar o desenvolvimento da produção de energia eólica.

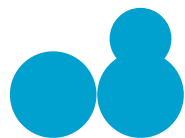
A 17 de Fevereiro, a EDP Renováveis anunciou a assinatura do “American Recovery and Reinvestment Act” de 2009, que inclui um conjunto de políticas e incentivos relacionados com o desenvolvimento da produção das energias eólicas, nomeadamente, (i) três anos de extensão dos “Production Tax Credits” (“PTC”) até 2012 e (ii) a opção de eleger 30% do investimento como “Investment Tax Credit” (“ITC”) que substitui os “PTC” durante a duração da extensão do período, permitindo às empresas receber 30% do dinheiro investido nos projectos com início da construção ou de operação durante 2009 e 2010.

Aquisição da CENAEEL — Central Nacional de Energia Eólica, S.A.

Em Fevereiro de 2009, a EDP Renováveis através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil, obteve a aprovação para concluir a aquisição de 100% da CENAEEL — Central Nacional de Energia Eólica, S.A., com capital social aproximadamente de 15.000 milhares de Euros realizado a 11 de Junho de 2008. Esta empresa tem 14 MW já operacionais e 70 MW categorizados como “Prospectos”.

EDP contrata linha de crédito de 1.600.000 milhares de Euros

No dia 5 de Março de 2009, a EDP Energias de Portugal assinou um contrato de financiamento na modalidade “revolving”, no montante de 1.600.000 milhares de Euros com o prazo de três anos. A linha de crédito substitui uma linha de 1.300.000 milhares de Euros contratada pela EDP em 2004 e que vencia em Julho de 2009. Esta transacção foi organizada pela própria EDP, na modalidade de “Club Deal”, contando com a participação de 19 bancos nacionais e internacionais.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

EDP cede direito aos ajustamentos tarifários extraordinários relativos a 2007 e 2008

No dia 5 de Março de 2009 a EDP Serviço Universal acordou ceder, de forma plena e sem recurso, à Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos S.A. ("Tagus") os direitos ao recebimento da totalidade dos ajustamentos positivos às tarifas eléctricas no montante de 1.275.682 milhares de Euros (valor fixado pela ERSE a 15 de Dezembro de 2008). A EDP obteve um encaixe de cerca de 1.200.000 milhares de Euros com a venda daqueles direitos, correspondendo a 99% do valor dos ajustamentos registados em balanço no final de 2008.

49. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo EDP ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Face ao actual texto da norma, a IAS 1 revista prevê as seguintes alterações:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, da correcção de um erro, ou de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "comprehensive income".

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma, uma vez que actualmente os custos de empréstimos obtidos são contabilizados de acordo com o tratamento alternativo permitido previsto na actual versão da norma IAS 23.

IAS 32 (Revista) — Instrumentos Financeiros: Apresentação — Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) — Instrumentos Financeiros: Apresentação — Instrumentos financeiros com opção de venda ("puttable instruments") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IAS 39 (Alterada) — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração — activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração — activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRS 1 (Alterada) — Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 — Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo não espera qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo, decorrente da adopção desta norma.

IFRS 3 (Revista) — Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 8 — Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços

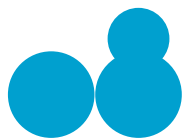
O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. O endorsement por parte da União europeia ainda se aguarda, estando previsto para o primeiro trimestre de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Algumas das actividades de produção e distribuição de energia eléctrica e distribuição de gás natural exercidas pelo Grupo EDP em Portugal, Espanha e Brasil, constituem serviços de interesse público, os quais são prestados ao abrigo de contratos de concessão celebrados com o Estado e com entidades públicas detentoras desses direitos de concessão.

O Grupo EDP efectuou uma avaliação preliminar tendo identificado as seguintes actividades como estando incluídas no âmbito da referida interpretação:

Em Portugal

- Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em AT e MT - Rede Nacional Distribuição, atribuída à EDP Distribuição — Energia, S.A.;
- Concessões de Distribuição de Energia Eléctrica em BT — Municípios, atribuídas à EDP Distribuição — Energia, S.A.;
- Concessões de Mini-hídricas, atribuídas à EDP — Gestão da Produção de Energia, S.A. e ao Grupo Pebble Hydro;
- Concessão da Actividade de Distribuição de Gás Natural em BT e MT, atribuída à Portgás, S.A.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Em Espanha

- Concessões de Aproveitamentos Hidroeléctricos, atribuídas a subsidiárias do Grupo NEO;

No Brasil

- Concessão de Distribuição, atribuída à Bandeirante Energia, S.A.;
- Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Energia Eléctrica, atribuída à Escelsa — Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A.;
- Concessão de Uso de Bem Público, para Exploração de Aproveitamento Hidroeléctrico e Sistema de Transmissão Associado, atribuída à Investco/Lajeado;
- Concessões para a Produção de Energia Eléctrica destinada a Serviço Público, atribuídas à Enerpeixe e à Energest e suas subsidiárias (CESA, Costa Rica e Pantanal).

O Grupo EDP encontra-se a recolher informação com vista a determinar com rigor os impactos contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo resultantes da adopção desta interpretação.

IFRIC 13 — Programas de Fidelização de Clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto. Dado que a informação disponível ainda não permite determinar com rigor o impacto desta norma, nenhuma estimativa é apresentada. Contudo o Grupo encontra-se a recolher a informação que permita determinar com rigor os eventuais impactos.

Dado que a informação disponível ainda não permite determinar com rigor o impacto desta norma, nenhuma estimativa é apresentada. Contudo o Grupo encontra-se a recolher a informação que permita determinar com rigor os eventuais impactos.

IFRIC 15 — Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Grupo não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras resultante da adopção desta norma.

IFRIC 16 — Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 — Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta interpretação ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 — Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 — Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

"Annual Improvement Project"

Em Maio de 2008, o IASB publicou o "Annual Improvement Project" o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.

As principais alterações decorrentes do "Annual Improvement Project" apresentam-se em seguida:

- Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Grupo.

- Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.

As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Grupo em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

- Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39.

Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades do Grupo na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o IAS 27.

- Alteração ao IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração ao IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos.

Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Grupo.

- Alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em:

(i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta interpretação ao nível das suas demonstrações financeiras.

50. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de carácter ambiental reconhecidos em activos fixos tangíveis durante os exercícios de 2008 e 2007, no Grupo, decompõem-se nos seguintes domínios:

	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Protecção do ar e do clima	93.052	119.556
Protecção da biodiversidade e paisagem	20.555	8.238
Gestão de resíduos	8.876	2.627
Investigação e Desenvolvimento na área do ambiente	1.197	862
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1.596	8.568
Gestão de águas residuais	112	-
Redução de ruído e radiações	607	-
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	5.518	2.860
	131.513	142.711

Os investimentos reconhecidos em activos fixos tangíveis em 2008, na rubrica "Protecção do ar e do clima" incluem 65.452 milhares de euros de custos incorridos pela EDP Produção. Os activos principais referem-se aos equipamentos de dessulfuração de fumos e desnitrificação da central termoelectrica de Sines que, à data de 31 de Dezembro de 2008 apresentam um valor líquido contabilístico de aproximadamente 175 milhões de euros.

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	Grupo	
	Dez 2008 Euro'000	Dez 2007 Euro'000
Protecção do ar e do clima	15.196	1.224
Protecção da biodiversidade e paisagem	1.394	696
Gestão de resíduos	6.731	3.123
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	2.894	721
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	2.521	7.717
Investigação e Desenvolvimento na área do ambiente	2.420	-
Outras despesas	1.113	1.756
	32.269	15.237

Conforme referido na política contabilística 2 o), o Grupo constituiu provisões para desmantelamento do imobilizado corpóreo quando existe uma obrigação legal ou contratual de desmantelamento destes activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou em 31 de Dezembro de 2008 provisões relacionadas com a responsabilidade de desmantelar e colocar os terrenos onde se situam os parques eólicos na sua condição original no montante de 47.311 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 20.280 milhares de Euros) e provisões relacionadas com o desmantelamento da central nuclear de Trillo no montante de 20.725 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 20.975 milhares de Euros) (ver nota 36).

Durante o ano de 2008, o Grupo EDP incorreu em custos com multas e outras penalidades por incumprimento de regulamentação ambiental no valor de 132 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 0 milhares de Euros).

Os proventos ambientais reconhecidos no exercício de 2008 estão relacionados com a venda de subprodutos de natureza ambiental no valor de 4.005 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 4.062 milhares de Euros), venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 5.744 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 6.252 milhares de Euros) e 328 milhares de Euros provenientes de incentivos públicos relacionados com protecção ambiental (31 de Dezembro de 2007: 229 milhares de Euros).

51. Relato financeiro por segmentos de negócios

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades no sector energético em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase na produção, distribuição e comercialização de electricidade e distribuição e comercialização de gás.

O Grupo monitoriza a sua actividade com base em diversos segmentos de negócio, os quais englobam essencialmente os seguintes produtos/serviços: Electricidade, Gás e Outras Operações.

Os segmentos definidos pelo Grupo são os seguintes:

- Produção Ibérica
- Distribuição Ibérica
- Comercialização Ibérica
- EDP Renováveis
- EDP - Energias do Brasil
- Gás Ibérico
- Outras Operações

O Grupo EDP efectua uma análise separada do negócio de produção de electricidade através de fontes de energia renováveis, a qual é consubstanciada num segmento próprio (EDP Renováveis). De igual forma, atendendo à especificidade do mercado brasileiro, o Grupo também efectua uma análise separada dos negócios de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil (EDP Energias do Brasil).

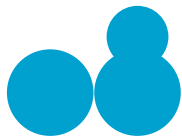
O segmento de **Produção Ibérica** corresponde à actividade de geração de electricidade em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Sub-Grupo Pebble Hydro
- Electrica de la Ribera del Ebro, SA
- Hidroeléctrica Del Cantábrico, S.L.
- Central Térmica Ciclo Combinado Grupo 4
- Patrimonial de La Ribera del Ebro, S.L.

O segmento de **Distribuição Ibérica** corresponde à actividade de distribuição de electricidade em Portugal e Espanha e comercializador de último recurso. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Distribuição de Energia, S.A.
- EDP Serviço Universal, S.A.
- EDP Soluções Comerciais, S.A.
- Fuerzas Electricas Valencianas, S.A.
- Electra de Llobregat Energía, S.L.
- HDC Explotacion Redes
- Hidrocantábrico Distribucion Eléctrica, S.A.U.

O segmento de **Comercialização Ibérica** corresponde à actividade de comercialização de electricidade não regulada em Portugal e Espanha. A actividade de comercialização regulada encontra-se integrada no segmento de distribuição ibérica. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.
- Hidrocantábrico Energia, S.A.U.

O segmento **EDP Renováveis** corresponde à actividade de produção de energia eléctrica através de fontes renováveis e incluindo a totalidade das empresas dos subgrupos NEO Energia e Horizon Wind Energy. Este segmento inclui ainda a empresa holding EDP Renováveis, S.A. assim como todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento **EDP Energias do Brasil** inclui as actividades de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil, sendo composto pela holding EDP Energias do Brasil e todas as suas subsidiárias, com excepção da EDP Renováveis Brasil, que está incluída no segmento EDP Renováveis. Tal como no segmento EDP Renováveis, este segmento inclui todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento **Gás** inclui as actividades de distribuição e comercialização de gás em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- Portgás - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.
- EDP Gás Serviço Universal, S.A.
- Gas de Euskadi Transporte de Gas, S.A.U.
- Naturgas Comercializadora, S.A.
- Naturgás Energia Distribución, S.A.U.
- Naturgás Energia Grupo, S.A.
- Septentrional de Gas, S.A.

O segmento Outras operações inclui as actividades de gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente as actividades de gestão centralizada de recursos humanos, plataformas logísticas e serviços partilhados.

A coluna "Ajustamentos" reflecte a anulação de dividendos pagos à EDP Energias de Portugal pelas empresas integrantes dos diversos segmentos, assim como os ajustamentos inerentes à anulação dos investimentos financeiros nas empresas subsidiárias do Grupo EDP e demais ajustamentos de consolidação e anulação inter-segmentos.

Caracterização dos segmentos

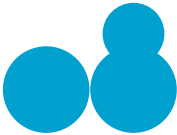
Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados directamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respectivas corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas em 31 de Dezembro de 2007, as alterações ocorridas em 2008, as quais essencialmente reflectem o facto de terem sido integradas em alguns segmentos as empresas holding e os respectivos ajustamentos de consolidação intra-grupo, os quais em 2007 se encontravam agregados nas colunas "Ajustamentos" e "Outras operações", nomeadamente em relação aos segmentos EDP Energias do Brasil, Produção Ibérica e Gás Ibérico.





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

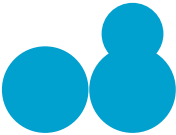
Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio – Contas IFRS
Informação por segmentos de negócio – exercício económico Dezembro 2008 (valores em milhares de euros)

	Produção Ibérica			Distribuição Ibérica *			Comercialização Ibérica			Electricidade				EDP Renováveis			
	Portugal	Espanha	Ajusta-mentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Europa	E.U.A.	Outras Operações	Ajusta-mentos	Total		
Volume de negócios	3.066.782	1.037.032	-8.064	4.095.750	6.056.159	157.068	6.213.227	165.042	1.007.767	1.172.809	400.616	131.813	-	-	-	532.429	
Custos com aquisição de electricidade	-1.057.117	-29.249	-	-1.086.366	-4.562.113	-	-4.562.113	-145.024	-937.940	-1.082.964	-487	-506	-	-	-	-993	
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-2.430	-2.430	-	-	-	-	-	-	
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-813.062	-676.386	-	-1.489.448	-11.909	1.021	-10.888	-5.994	-5.990	-11.984	-11.251	-	-	-	-	-11.251	
	1.196.603	331.397	-8.064	1.519.936	1.482.137	158.089	1.640.226	14.024	61.407	75.431	388.878	131.307	-	-	-	520.185	
Outros proventos / (custos)																	
Outros proventos de exploração	16.372	22.125	-	38.497	48.942	17.472	66.414	2.424	31.693	34.117	5.584	84.601	1.676	-2.337	89.524		
Fornecimentos e serviços externos	-108.981	-55.582	8.064	-156.499	-284.339	-59.948	-344.287	-15.828	-34.011	-49.839	-55.777	-45.381	-7.317	2.062	-106.413		
Custos com o pessoal	-80.495	-33.294	-	-113.789	-173.761	-20.897	-194.658	-4.681	-5.134	-9.815	-18.532	-17.099	-1.723	-191	-37.545		
Custos com benefícios aos empregados	-36.218	-1.683	-	-37.901	-132.087	-3.611	-135.698	-147	-173	-320	-161	-929	-	-	-1.090		
Outros custos de exploração	-6.082	-71.993	-	-78.075	-253.028	-9.160	-262.188	-1.568	-12.286	-13.854	-13.218	-14.033	-	466	-26.785		
	-215.404	-140.427	8.064	-347.767	-794.273	-76.144	-870.417	-19.800	-19.911	-39.711	-82.104	7.159	-7.364	-	-82.309		
	981.199	190.970	-	1.172.169	687.864	81.945	769.809	-5.776	41.496	35.720	306.774	138.466	-7.364	-	437.876		
Provisões	1.080	-19.037	-	-17.957	1.452	-126	1.326	-7.384	2.995	-4.389	807	-	-	-	807		
Amortizações	-296.289	-122.781	-	-419.070	-340.399	-29.288	-369.687	-1.056	-1.996	-3.052	-120.077	-87.687	-	-	-207.764		
Compensação de amortizações	3.596	451	-	4.047	91.767	3.553	95.320	-	-	-	696	-	-	-	696		
	689.586	49.603	-	739.189	440.684	56.084	496.768	-14.216	42.495	28.279	188.200	50.779	-7.364	-	231.615		
Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros	49.398	1.741	-	51.139	680	-	680	-	-	-	2.363	-	-	-	2.363		
Proventos financeiros	344.575	75.753	-112.499	307.829	19.038	194	19.232	372	1.595	1.967	9.035	3.190	454.126	-195.450	270.901		
Custos financeiros	-430.033	-102.867	112.499	-420.401	-106.643	-13.376	-120.019	-1.126	-17.806	-18.932	-157.918	-45.595	-340.057	195.450	-348.120		
Ganhos / (perdas) em associadas	5.982	340	-	6.322	-	-	-	-	-	-	4.444	-6	-	-	4.438		
Resultados antes imposto	659.508	24.570	-	684.078	353.759	42.902	396.661	-14.970	26.284	11.314	46.124	8.368	106.705	-	161.197		
Impostos sobre lucros	-152.516	-6.075	-	-158.591	-79.135	-12.732	-91.867	2.780	-7.291	-4.511	-16.992	-	-31.987	-	-48.979		
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	506.992	18.495	-	525.487	274.624	30.170	304.794	-12.190	18.993	6.803	29.132	8.368	74.718	-	112.218		
Ganhos / (perdas) na alienação de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Resultado líquido do exercício	506.992	18.495	-	525.487	274.624	30.170	304.794	-12.190	18.993	6.803	29.132	8.368	74.718	-	112.218		
Atribuível a:																	
EDP	506.430	17.303	-	523.733	274.624	29.492	304.116	-12.181	17.774	5.593	24.892	8.368	74.718	-3.614	104.364		
Interesses minoritários	562	1.192	-	1.754	-	678	678	-9	1.219	1.210	4.240	-	-	3.614	7.854		
Resultado líquido do exercício	506.992	18.495	-	525.487	274.624	30.170	304.794	-12.190	18.993	6.803	29.132	8.368	74.718	-	112.218		
Outras informações:																	
Activos tangíveis	3.986.466	1.923.817	-	5.910.283	4.292.343	654.378	4.946.721	3.418	7.394	10.812	3.574.347	3.478.077	359	-	7.052.783		
Activos intangíveis + Goodwill	1.475.247	620.621	-	2.095.868	-	241.633	241.633	523	5	528	812.560	569.513	-	12.723	1.394.796		
Activo corrente	1.012.757	719.260	-68.977	1.663.040	1.122.160	165.132	1.287.292	43.120	273.644	316.764	473.514	126.338	335.303	-202.835	732.320		
Capitais próprios + Interesses Minoritários	2.080.537	2.140.472	25.022	4.246.031	604.661	403.650	1.008.311	11.481	-143.810	-132.329	408.978	2.786.532	4.988.352	-2.993.752	5.190.110		
Passivo corrente	2.559.050	1.113.724	-38.116	3.634.658	3.572.679	467.697	4.040.376	25.038	214.621	239.659	793.471	175.002	21.010	-208.722	780.761		

* Inclui Comercializador de Último Recurso em Portugal

a) Para efeitos da informação por segmentos de negócio, apenas se consideraram as operações de descontinuação (Enersul) na Demonstração de Resultados.

EDP Energias do Brasil						Gás										Grupo EDP
Produção	Distribuição	Comerciali-zação	Outras Operações	Ajusta-mentos	Total	Actividade Ibérica				Outras Operações	Ajusta-mentos	Operações em				
						Portugal	Espanha	Ajusta-mentos	Total			Continuação	Descontinuação			
297.241	1.487.553	291.316	-	-231.202	1.844.908	259.418	1.163.404	-142.623	1.280.199	162.135	-1.630.253	13.671.204	222.859	13.894.063		
-46.077	-865.688	-261.977	-	193.793	-979.949	-	-1.108	609	-499	-	1.154.634	-6.558.250	-69.023	-6.627.273		
-	-	-	-	-	-	-212.563	-904.667	136.789	-980.441	-	159.671	-823.200	-	-823.200		
-553	-13.013	-7	-62	-	-13.635	-	-1.890	607	-1.283	-387	-5.148	-1.544.024	-2.381	-1.546.405		
250.611	608.852	29.332	-62	-37.409	851.324	46.855	255.739	-4.618	297.976	161.748	-321.096	4.745.730	151.455	4.897.185		
1.910	17.603	-	645	-	20.158	2.408	12.129	-620	13.917	84.918	-121.303	226.242	2.431	228.673		
-16.009	-116.390	-1.967	-10.377	-	-144.743	-14.367	-42.497	4.380	-52.484	-147.858	294.340	-707.783	-27.985	-735.768		
-10.237	-78.054	-2.017	-5.733	-	-96.041	-4.228	-22.609	374	-26.463	-95.688	16.323	-557.676	-15.998	-573.674		
-485	-9.336	-80	-430	-	-10.331	-75	-479	-	-554	-5.722	32.216	-159.400	-1.800	-161.200		
-11.627	-77.068	-5.956	-848	37.409	-58.090	-8.085	-17.603	-51	-25.739	-19.303	29.116	-454.918	-45.362	-500.280		
-36.448	-263.245	-10.020	-16.743	37.409	-289.047	-24.347	-71.059	4.083	-91.323	-183.653	250.692	-1.653.535	-88.714	-1.742.249		
214.163	345.607	19.312	-16.805	-	562.277	22.508	184.680	-535	206.653	-21.905	-70.404	3.092.195	62.741	3.154.936		
-78	-6.980	-	-1.340	-	-8.398	47	-445	-	-398	-5.997	7.012	-27.994	-4.077	-32.071		
-40.140	-141.850	-108	-55.016	54.892	-182.222	-11.774	-35.465	6	-47.233	-10.499	-37.054	-1.276.581	-29.009	-1.305.590		
-	8.511	-	-	-	8.511	1.399	3.176	-	4.575	447	-2.884	110.712	2.885	113.597		
173.945	205.288	19.204	-73.161	54.892	380.168	12.180	151.946	-529	163.597	-37.954	-103.330	1.898.332	32.540	1.930.872		
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-9.254	436.804	481.732	-	481.732		
23.130	64.344	1.199	65.878	-57.666	96.885	10.652	15.103	-3.773	21.982	2.270.216	-1.813.920	1.175.092	11.005	1.186.097		
-73.699	-106.372	-318	-70.601	57.666	-193.324	-13.780	-1.710	3.766	-11.724	-2.048.177	1.048.092	-2.112.605	-16.194	-2.128.799		
-	-	-	-33	-	-33	1.544	241	-	1.785	-	22.175	34.687	-	34.687		
123.376	163.260	20.085	-77.917	54.892	283.696	10.596	165.580	-536	175.640	174.831	-410.179	1.477.238	27.351	1.504.589		
-19.823	-53.673	-6.579	-9.504	-10.170	-99.749	-3.382	-36.493	36	-39.839	-164.855	333.917	-274.474	-9.325	-283.799		
103.553	109.587	13.506	-87.421	44.722	183.947	7.214	129.087	-500	135.801	9.976	-76.262	1.202.764	18.026	1.220.790		
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-8.448	-8.448		
103.553	109.587	13.506	-87.421	44.722	183.947	7.214	129.087	-500	135.801	9.976	-76.262	1.202.764	9.578	1.212.342		
93.780	109.587	13.506	-87.421	20.301	149.753	5.193	124.252	-3.331	126.114	9.976	-134.080	1.089.569	2.297	1.091.866		
9.773	-	-	-	24.421	34.194	2.021	4.835	2.831	9.687	-	57.818	113.195	7.281	120.476		
103.553	109.587	13.506	-87.421	44.722	183.947	7.214	129.087	-500	135.801	9.976	-76.262	1.202.764	9.578	1.212.342		
1.378.400	709.618	128	614	-	2.088.760	297.368	523.461	-429	820.400	144.700	151.103	al	al	21.125.562		
284.952	48.336	298	87.370	-	420.956	135.650	743.527	-62.887	816.290	355.993	516.236	al	al	5.842.300		
138.213	336.503	41.883	114.627	-65.706	565.520	57.359	608.176	-10.385	655.150	3.545.771	-3.837.890	al	al	4.927.967		
1.009.726	474.306	19.577	125.833	-1.436	1.627.986	308.365	1.053.054	-585.258	776.161	6.923.329	-11.092.690	al	al	8.546.909		
315.868	449.808	32.539	126.252	-64.090	860.377	126.343	304.457	-9.366	421.434	2.914.814	-4.522.662	al	al	8.369.417		



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2008

Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio – Contas IFRS
Informação por segmentos de negócio – exercício económico Dezembro 2007 (valores em milhares de euros)

	Produção Ibérica				Distribuição Ibérica			Comercialização Ibérica			Energia Renovável		
	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Europa	E.U.A.	Total
Volume de negócios	2.059.334	801.571	-1.853	2.859.052	4.653.244	144.199	4.797.443	343.031	838.249	1.181.280	264.172	32.313	296.485
Custos com aquisição de electricidade	-320.492	-25.333	6.275	-339.550	-3.414.129	-	-3.414.129	-312.924	-738.548	-1.051.472	-206	-739	-945
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-602.049	-372.355	46	-974.358	-13.035	-279	-13.314	-9.796	-17.508	-27.304	-16.363	-	-16.363
	1.136.793	403.883	4.468	1.545.144	1.226.080	143.920	1.370.000	20.311	82.193	102.504	247.603	31.574	279.177
Outros proventos / (custos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros proventos de exploração	12.683	3.180	-	15.863	51.682	38.931	90.613	213	29.536	29.749	6.292	13.085	19.377
Fornecimentos e serviços externos	-102.923	-53.322	1.807	-154.438	-260.218	-55.859	-316.077	-18.203	-31.542	-49.745	-40.124	-9.187	-49.311
Custos com o pessoal	-80.140	-33.007	-	-113.147	-181.368	-25.734	-207.102	-4.590	-6.532	-11.122	-13.414	-8.180	-21.594
Custos com benefícios aos empregados	-48.231	-10.877	-	-59.108	-217.188	-16.610	-233.798	-195	-199	-394	-101	-215	-316
Outros custos de exploração	-6.948	-53.109	-6.275	-66.332	-235.569	-12.585	-248.154	-1.458	-11.136	-12.594	-10.337	-3.133	-13.470
	-225.559	-147.135	-4.468	-377.162	-842.661	-71.857	-914.518	-24.233	-19.873	-44.106	-57.684	-7.630	-65.314
	911.234	256.748	-	1.167.982	383.419	72.063	455.482	-3.922	62.320	58.398	189.919	23.944	213.863
Provisões	-1.476	-13.839	7.796	-7.519	16.763	371	17.134	-15.433	1.392	-14.041	-	-	-
Amortizações	-258.983	-122.053	-	-381.036	-345.306	-31.853	-377.159	-4.730	-2.333	-7.063	-91.252	-20.430	-111.682
Compensação de amortizações	3.596	444	-	4.040	85.498	2.840	88.338	-	-	-	156	-	156
	654.371	121.300	7.796	783.467	140.374	43.421	183.795	-24.085	61.379	37.294	98.823	3.514	102.337
Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros	-7.490	-	-	-7.490	-	-	-	-	-	-	6.596	-	6.596
Proventos financeiros	105.719	50.217	-20.584	135.352	40.899	519	41.418	1.716	1.584	3.300	67.745	5.074	72.819
Custos financeiros	-189.733	-35.952	30.887	-194.798	-105.126	-12.094	-117.220	-19.687	-15.425	-35.112	-130.632	-5.236	-135.868
Ganhos / (perdas) em associadas	13.886	375	-	14.261	-	-	-	-	-	-	3.046	-98	2.948
Resultados antes imposto	576.753	135.940	18.099	730.792	76.147	31.846	107.993	-42.056	47.538	5.482	45.578	3.254	48.832
Impostos sobre lucros	-137.142	-48.994	-	-186.136	11.918	-10.467	1.451	13.099	-15.506	-2.407	-4.101	-	-4.101
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	439.611	86.946	18.099	544.656	88.065	21.379	109.444	-28.957	32.032	3.075	41.477	3.254	44.731
Ganhos / (perdas) na alienação de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	439.611	86.946	18.099	544.656	88.065	21.379	109.444	-28.957	32.032	3.075	41.477	3.254	44.731
Atribuível a:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDP	437.514	84.952	18.098	540.564	88.065	20.707	108.772	-28.949	31.529	2.580	39.996	3.254	43.250
Interesses minoritários	2.097	1.994	-	4.091	-	672	672	-8	503	495	1.481	-	1.481
Resultado líquido do exercício	439.611	86.946	18.099	544.656	88.065	21.379	109.444	-28.957	32.032	3.075	41.477	3.254	44.731
Outras informações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis	3.695.453	1.856.403	-	5.551.856	4.291.344	587.257	4.878.601	2.587	5.113	7.700	2.752.573	2.175.843	4.928.416
Activos intangíveis + Goodwill	1.123.857	533.358	-	1.657.215	-	235.501	235.501	523	7	530	615.803	536.971	1.152.774
Activo corrente	753.665	441.263	-13.926	1.181.002	957.656	68.191	1.025.847	81.499	188.980	270.479	497.988	333.636	831.624
Capitais próprios + Interesses Minoritários	358.494	1.475.559	28.232	1.862.285	356.886	220.949	577.835	209	398.177	398.386	151.604	1.799.685	1.951.289
Passivo corrente	2.669.049	756.235	-13.877	3.411.407	2.498.084	327.773	2.825.857	71.164	144.421	215.585	560.674	400.363	961.037

* Uma vez que a EDP-Renováveis só foi criada em Dezembro de 2007, os valores no modelo de informação de Segmental não são comparáveis com Dezembro de 2008.

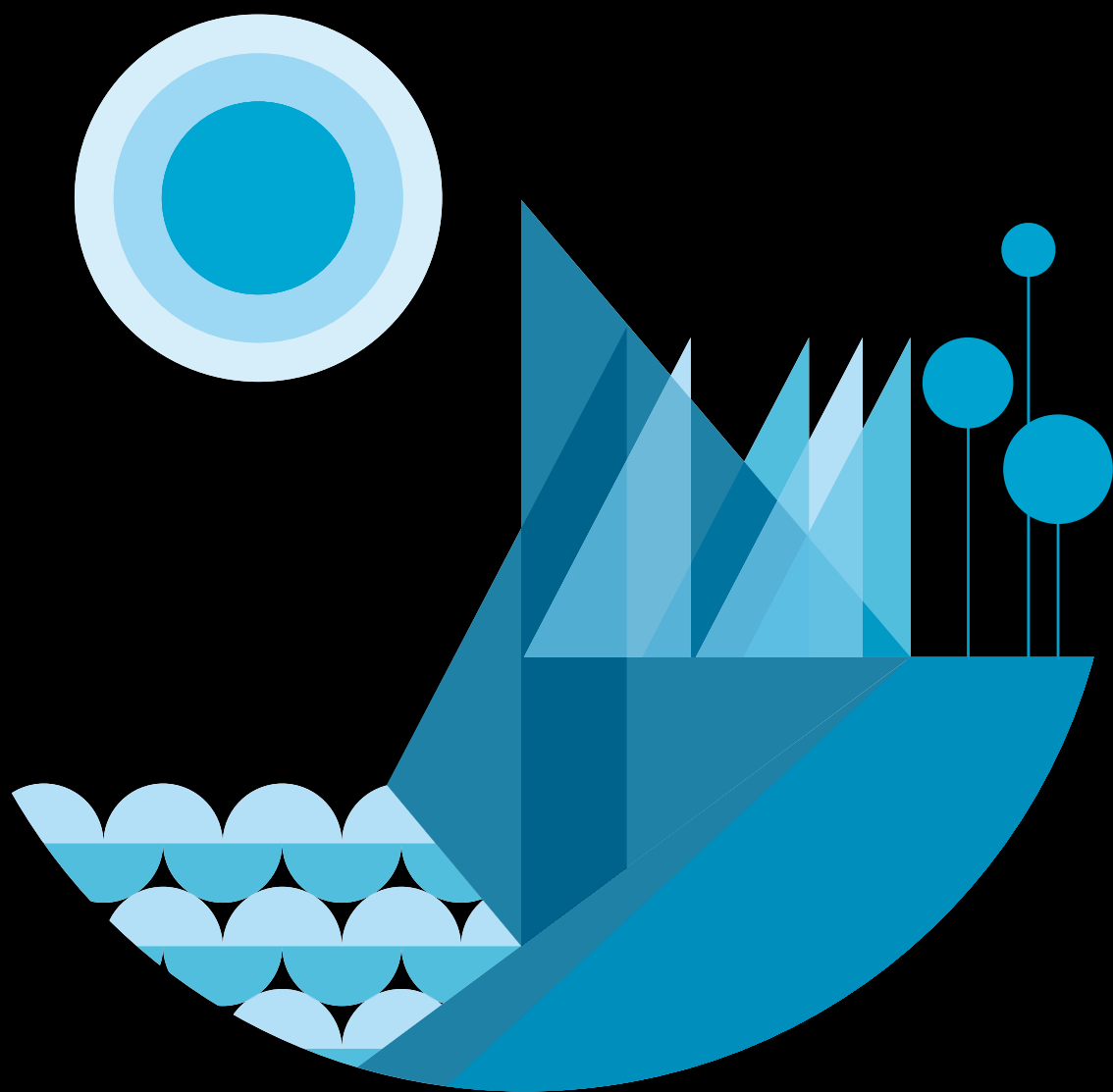
a) Para efeitos da informação por segmentos de negócio, apenas se consideraram as operações de descontinuação (Energia) na Demonstração de Resultados.

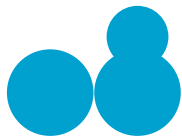
EDP Energias do Brasil						Gás											Grupo EDP
Produção	Distribuição	Comercialização	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Gás Ibérico				Outras Operações	Ajustamentos	Operações em					
						Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total			Continuação	Descontinuação				
218.909	1.277.567	232.427	969	-228.283	1.501.589	114.488	891.845	-12.133	994.200	259.826	-1.232.037	10.657.838	352.940	11.010.778			
-24.152	-756.307	-204.757	-	226.262	-758.954	-	-4	-	-4	-126	929.071	-4.636.109	-111.991	-4.748.100			
-	-	-	-	-	-	-61.908	-544.375	-112.533	-718.816	-	133.589	-585.227	-	-585.227			
-684	-6.473	-2	-75	-	-7.234	-8	-124.211	123.673	-546	-96.654	15.584	-1.120.189	-3.794	-1.123.983			
194.073	514.787	27.668	895	-2.022	735.401	52.572	223.255	-993	274.834	163.045	-153.792	4.316.313	237.155	4.553.468			
157	10.813	-	5	-	10.975	4.071	6.909	-466	10.514	77.681	-97.480	157.292	3.105	160.397			
-11.595	-92.608	-2.060	-8.545	1.575	-113.233	-12.103	-40.857	892	-52.068	-130.376	-221.504	-684.744	-40.443	-684.187			
-9.570	-59.424	-2.835	-7.905	-	-79.734	-5.250	-20.400	-	-25.650	-96.301	-554.650	-22.313	-22.313	-576.963			
-400	-13.234	-51	-711	-	-14.396	-247	-428	-	-675	-10.111	31.905	-286.893	-2.477	-289.370			
-5.049	3.091	-5.038	-993	957	-7.032	-4.023	-15.029	567	-18.485	-45.789	-2.297	-414.153	-120.917	-535.070			
-26.457	-151.363	-9.984	-18.149	2.533	-203.420	-17.552	-69.805	993	-86.364	-204.896	153.632	-1.742.148	-183.045	-1.925.193			
167.616	363.424	17.684	-17.254	511	531.981	35.020	153.450	-	188.470	-41.851	-160	2.574.165	54.110	2.628.275			
48	-8.723	-	-	-	-8.675	-256	467	-	211	-16.447	-5.145	-34.482	-7.613	-42.095			
-30.737	-47.154	-114	-877	-4.790	-83.672	-12.912	-33.725	-	-46.637	-45.966	-38.727	-1.091.942	-38.916	-1.130.858			
-	5.386	-	-	-	5.386	1.401	1.604	-	3.005	267	-	101.192	3.815	105.007			
136.927	312.933	17.570	-18.131	-4.279	445.020	23.253	121.796	-	145.049	-103.996	-44.033	1.548.933	11.396	1.560.329			
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	714	262.561	-	262.561			
8.698	60.957	2.829	62.856	-51.607	83.733	18.015	9.626	-2.619	25.022	621.501	-374.238	408.907	14.695	623.002			
-59.277	-94.512	-1.376	-82.081	72.363	-164.883	-8.385	-9.791	2.619	-15.557	-818.175	-1.141.870	-27.551	-1.169.421	-1.169.421			
24.272	-	-	-	-24.272	-	1.737	183	-	1.920	4.579	-	23.708	-	23.708			
110.620	279.378	19.023	-37.356	-7.795	363.870	34.620	121.814	-	156.434	-33.350	-77.814	1.302.239	-1.460	1.300.779			
-7.891	-75.750	-6.261	42	-83	-89.943	-9.977	-26.676	-	-36.653	21.281	15.451	-281.057	209	-280.848			
102.729	203.628	12.762	-37.314	-7.878	273.927	24.643	95.138	-	119.781	-12.069	-62.363	1.021.182	-1.251	1.019.931			
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
102.729	203.628	12.762	-37.314	-7.878	273.927	24.643	95.138	-	119.781	-12.069	-62.363	1.021.182	-1.251	1.019.931			
102.729	203.161	12.762	-23.623	-41.187	253.842	19.640	85.767	-2.074	103.353	-3.702	-140.623	908.036	-784	907.252			
-	467	-	-13.691	33.309	20.085	4.983	9.371	2.074	16.428	-8.367	78.261	113.146	-467	112.679			
102.729	203.628	12.762	-37.314	-7.878	273.927	24.643	95.138	-	119.781	-12.069	-62.363	1.021.182	-1.251	1.019.931			
979.478	1.229.994	183	698	-	2.210.353	277.433	496.549	-	773.982	118.258	287.129	al	al	18.756.295			
139.210	69.662	336	87.153	-2.036	294.325	88.028	720.834	-60.704	748.158	1.019.700	69.721	al	al	5.177.924			
123.059	626.435	43.320	121.181	-71.874	842.121	55.696	461.418	-12.922	504.192	3.496.346	-3.787.226	al	al	4.364.385			
761.645	933.238	21.605	575.933	-503.427	1.788.994	390.624	239.240	316.148	946.012	5.574.631	-5.520.674	al	al	7.278.358			
127.307	680.658	31.569	50.320	-53.770	836.084	102.125	213.356	-12.922	302.559	560.467	-2.345.483	al	al	6.767.513			



RELATÓRIO E CONTAS 2008
CADERNO FINANCEIRO

DOCUMENTOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
E DO AUDITOR REGISTRADO NA CMVM





DOCUMENTOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
E DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM

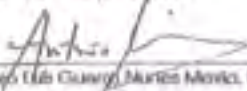


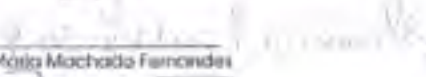
EDP – Energias de Portugal, S.A.
Conselho de Administração Executiva

DECLARAÇÃO

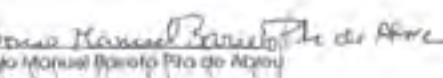
Com referência ao exercício de 2008 e nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Decreto-Lei n.º 357-A/2007 de 31 de Outubro, os signatários, na qualidade de administradores, declaram que, tanto quanto é do conhecimento de cada um deles, a informação prevista na alínea a) do nº 1 do artigo supra referido foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição das principais riscos e incertezas com que estas se deparam.

Lisboa, 11 de Março de 2009

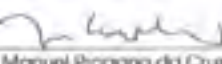

António Luís Guerra Nunes Costa, Presidente

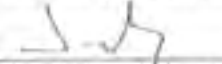

Ana Maria Machado Fernandes


António Fernando Melo Martins da Costa


António Manuel Barreto Pina de Abreu


João Manuel Maria Nêro


Jorge Manuel Proença da Cruz Morais


Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

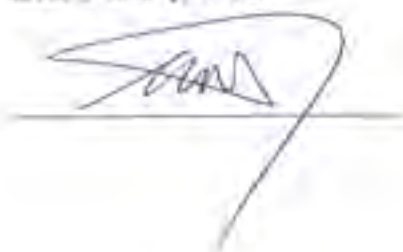


EDP – Energias de Portugal, S.A.,
 Miguel Augusto Pereira da Câmara Ribeiros Ferreira,
 Director
 Conselho Corporativo

DECLARAÇÃO

Com referência ao exercício de 2006 e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 248.º do Decreto-Lei n.º 357-A/2007 de 31 de Outubro, declaro que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo supra referido foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que a Relatório da Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da EDP – Energias de Portugal, S.A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição das principais riscos e incertezas com que estão em confronto.

Lisboa, 5 de Março de 2007





RELATÓRIO E CONTAS 2008
CADERNO FINANCEIRO

DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE
DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA





DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE
DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA



KPMG & Associados - Sociedade de Responsabilidade Limitada
Classe de Capital S.A.
Cidade de Matosinhos
Av. Trás os Montes, 71 - 4.º 1.º
4449-001 Leiria
Portugal

Telefone: +351 21 0 500000
Fax: +351 21 0 500000
Email: info@kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 contida no Relatório de Gestão, incluída no caderno institucional e no caderno financeiro e nas demonstrações financeiras consolidadas da **EDP - Energias de Portugal, S.A.**, de quem compreendemos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidência um total de 35.708,095 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 6.565,180 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da sociedade de 1.091.866 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa de exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:

- a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados;
- b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Classe de Responsabilidade Limitada - Sociedade de Responsabilidade Limitada
Capital Social: 1.000.000,00 €
Número de Participações: 1.000.000
Número de Participações em Circulação: 1.000.000

Classe de Responsabilidade Limitada - Sociedade de Responsabilidade Limitada
Capital Social: 1.000.000,00 €
Número de Participações: 1.000.000
Número de Participações em Circulação: 1.000.000

Classe de Responsabilidade Limitada - Sociedade de Responsabilidade Limitada
Capital Social: 1.000.000,00 €
Número de Participações: 1.000.000
Número de Participações em Circulação: 1.000.000



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes do Revisão/Auditoria da Ordem dos Revizores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo «seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações sobre constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas;
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e fiável.
5. O nosso exame abrangiu ainda a verificação da coerência da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as restantes documentações de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão de nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da EDP – Energias de Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações ao capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação sobre as constantes é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e fiável.

é feito, 18 de Março de 2009


 KPMG & Associados
 Sociedade de Revizores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Jean-eric Gaign (RO n.º 1013)



DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE
DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficina de Contas, S.A.
Sócio: Montemor
Av. Faria de Vitoria, 11 - 4.º 17.º
1000-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 21 0 10 000
Fax: +351 21 0 10 021
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Contas Consolidadas
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

Exmos. Senhores Acionistas da
EDP - Energias de Portugal, S.A.

1. De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpriremos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP - Energias de Portugal, S.A., apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório anualidade de gestão, emitido no Caderno institucional, e sobre as demonstrações financeiras consolidadas, emitidas no Caderno financeiro, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2. Acompanhamos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e o âmbito que consideramos adequados, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e sociedades mais significativas. Verificamos a regularidade da documentação contabilística e da respectiva documentação. Acreditamos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.

3. Como consequência do nosso trabalho, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e relatório de auditoria sobre as contas consolidadas.

4. No âmbito das nossas funções verificamos que:

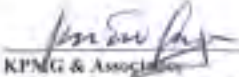
- i) o balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações ao capital próprio e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorísticos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5. No resumo do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, emitimos parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprova:

- i) o Relatório anualidade de gestão;
- ii) as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 18 de Março de 2009

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-Éric Guigay (ROC n.º 1013)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. é uma sociedade limitada por quotas, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais da J.A. 2008, com o número de identificação 505000000.

KPMG & Associados - S.º R.L. é uma sociedade limitada por quotas, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais da J.A. 2008, com o número de identificação 505000000.

Informações Complementares:
KPMG & Associados - S.º R.L. é uma sociedade limitada por quotas, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais da J.A. 2008, com o número de identificação 505000000.



KPMG & Associados – Sociedade de Responsabilidade Limitada
Órgão de Contas, S.A.
 Edifício Millennium
 Av. Torre de Vasco da Gama, 11
 1649-016 Lisboa
 Portugal

Registo nº 001 232 510 000
 N.º de Identificação 001 118 121
 Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 contida no Relatório de Gestão, incluído no caderno institucional e no caderno financeiro, e nas demonstrações financeiras da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 18.924.947 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.270.678 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 550.978 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações aos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração/Executivo:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e fiável, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e fiável, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Órgão de Contas, S.A. – Sociedade de Responsabilidade Limitada
 N.º de Identificação 001 118 121
 Registo nº 001 232 510 000
 Av. Torre de Vasco da Gama, 11
 1649-016 Lisboa
 Portugal

Órgão de Contas, S.A. – Sociedade de Responsabilidade Limitada
 N.º de Identificação 001 118 121
 Registo nº 001 232 510 000
 Av. Torre de Vasco da Gama, 11
 1649-016 Lisboa
 Portugal

Órgão de Contas, S.A. – Sociedade de Responsabilidade Limitada
 N.º de Identificação 001 118 121
 Registo nº 001 232 510 000
 Av. Torre de Vasco da Gama, 11
 1649-016 Lisboa
 Portugal



DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA



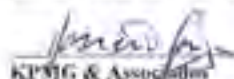
Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, sendo em certas circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangia ainda a verificação da conformância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporcionou uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam-se de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a nível financeiro de EDP – Energias de Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nela constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 18 de Março de 2009


KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Carlos Galvão (BOC n.º 613)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Novoimortal
Av. Nova de Vagos, 71 - 6.º 11.º
1094-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 21 5113 000
Fax: +351 21 5113 171
E-mail: edp@kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Contas Individuais

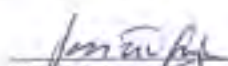
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP - Energias de Portugal, S.A.

- 1 De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumprimos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP - Energias de Portugal, S.A., apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contido no Caderno Institucional, e sobre as demonstrações financeiras, contidas no Caderno Financeiro, apresentadas pelo Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
- 2 Acompanhamos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da contabilidade contabilística e da respectiva documentação. Acreditamos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
- 3 Como consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e relatório de auditoria sobre as contas individuais.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Emissão, as Demonstrações dos resultados, os fluxos de caixa, das alterações no capital próprio com correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorizatórios adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução das negócios e da situação da sociedade.
- 5 Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, emitimos o parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprova:
 - i) o Relatório de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras.

Lisboa, 18 de Março de 2009

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Galvão (ROC n.º 1013)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. - Entidade Privada, inscrita no Registo Nacional das Actividades Económicas (RNRE) sob o nº 189, com sede em Lisboa, capital social de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros).

KPMG & Associados - S.R.L., S.A. - Entidade Privada, inscrita no Registo Nacional das Actividades Económicas (RNRE) sob o nº 189, com sede em Lisboa, capital social de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros).

Entidade Privada, inscrita no Registo Nacional das Actividades Económicas (RNRE) sob o nº 189, com sede em Lisboa, capital social de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros).

